

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-graduação em Letras

**A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DE UM LÍDER
SOCIOCOMUNITÁRIO**

Maria da Consolação Gomes de Castro

Belo Horizonte
2009

Maria da Consolação Gomes de Castro

**A CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DE UM LÍDER
SOCIOCOMUNITÁRIO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Orientador: Paulo Henrique Aguiar Mendes

**Belo Horizonte
2009**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M538c Castro, Maria da Consolação Gomes de
A construção do *ethos* de um líder sociocomunitário / Maria da
Consolação Gomes de Castro. - Belo Horizonte, 2009
181f.

Orientador: Paulo Henrique Aguiar Mendes
Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais, Programa de Pós-graduação em Letras.
Bibliografia.

1. Análise do discurso. 2. Liderança comunitária. I. Mendes, Paulo
Henrique Aguiar. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDU: 800.852

Bibliotecária - Valéria Inês da Silva Mancini - CRB-1682

Maria da Consolação Gomes de Castro

A Construção do *Ethos* de um Líder Sociocomunitário.

Tese apresentada à banca examinadora para a defesa pública no Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas.

Helena Maria Gramiscelli Magalhães
(UFMG)

Maria Amélia Gomes de Castro Giovanetti
(UFMG)

Wolney Lobato
(PUC Minas)

Hugo Mari
(PUC Minas)

Paulo Henrique Aguiar Mendes - Orientador
(PUC Minas)

Prof. Dr. Hugo Mari
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas

*À Maiara e Theara, bênçãos de Deus em minha vida, que, no auge de suas juventudes,
alimentam os seus e os nossos sonhos de adultos.*

*Aos meus pais, Geraldo e Otilia, que tudo sacrificaram em prol da minha curiosidade
pelo aprender a aprender na vida e no ofício de ser educadora.*

*Aos meus irmãos, cunhado, cunhadas e sobrinhos pela construção de uma vida
no universo da grupalidade e por serem pilares da minha existência.*

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Paulo Henrique Mendes, pela orientação, pela generosa ajuda e pelo carinho com que acompanhou a construção deste trabalho.

Ao Professor Hugo Mari, pelo aprendizado e pelo incentivo, encorajando-me sempre a enfrentar o desafio de realizar uma pesquisa interdisciplinar e, sobretudo, por ter acreditado em mim e me conduzido ao universo da lingüística e da pesquisa acadêmica.

A Professora Helena Maria Gramiscelli Magalhães, pela amizade, pela interlocução e trocas ricas de aprendizagens cultivadas ao longo deste tempo de convivência no doutorado, além do exemplo de conduta pessoal e profissional.

Aos Professores Wolney Lobato e Milton do Nascimento pelas contribuições acadêmicas tão importantes para o desenvolvimento deste estudo, sobretudo, pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação.

A Professora Maria Amélia Gomes de Castro Giovanetti, pelo carinho, apoio e aprendizagem nos períodos importantes de minha vida acadêmica: minha graduação em Serviço Social, meu Mestrado em Educação e agora em meu Doutorado em Letras.

Ao Professor Duval Magalhães Fernandes, pela amizade, apoio e presença na vida pessoal e acadêmica.

Aos líderes da Cabana do Pai Tomás, especialmente ao Senhor Vicente Fernandes, por acolher e possibilitar o desenvolvimento deste trabalho.

À equipe do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas, pela competência no trabalho e por me apoiar em tudo que foi necessário para a realização do doutorado.

Às minhas amigas e colegas de Doutorado, pelo companheirismo que tornou o percurso do doutorado menos solitário.

Aos amigos Marilda Poeiras, João Araújo, Gabriel Barbosa e Padre Wolfgang Gruen pela amizade, cumplicidade e afeto.

[...] eu venho carregado de um compromisso popular, de um povo que ta atrás de mim, então, eu tenho que ser ouvido porque eu to falando, reportando a linguagem de um povo. Uma linguagem sincera que não é a minha linguagem, é a linguagem de uma Comunidade; eu não eu, eu não falo por mim; porque nem preciso falar..., por mim eu não falaria, eu não preciso falar - eu estou falando, muitas vezes a necessidade que eu estou falando/reportando, nem é minha necessidade pessoal; é necessidade da minha geração, da minha tenda, do meu povo, de quem está do meu lado; do coletivo. Não é a minha necessidade.

[...] E o mais importante que eu acho hoje é que a gente conseguiu superar todas essas barreiras que uma liderança e um líder tem que é a vaidade, que a coisa pior, que mata a gente é a vaidade, é de não deixar espaço pra ninguém, então hoje, isso dentro da gente é uma coisa bem construída. Você na qualidade de líder, tem que dar espaço para o outro trabalhar, ser também líder, é andar, poder ser, se você puder e quiser você pode se curar, é fácil, é só qualquer cargo que você tem na igreja, trabalho, sociedade na associação você tem poder para segurar, mas também tem pra liberar, então quando você entende essas coisas e entende que isso é patrimônio social, você consegue usar isso muito bem sem atrapalhar as pessoas e percebe que as pessoas se sentem bem, quando ela vê que esse poder ta na mão da gente, aí você consegue ter uma contribuição muito maior, quanto mais você serve e deixa as pessoas à vontade, mais elas colaboram com o seu trabalho, isso dentro da gente já é uma realidade.
(Sr. Vicente Fernandes)

RESUMO

Os discursos de líderes sociocomunitários não constituíram ainda alvo de investigação ou de trabalhos acadêmicos. Por essa razão, e em função da trajetória da pesquisadora na área das Ciências Sociais Aplicadas a Educação, o objeto desta tese é a construção do *ethos* de um líder sociocomunitário. Para isso, são discutidas as relações entre linguagem, ação e poder como elementos indissociáveis que os sujeitos, individual ou coletivo, assumem, enfocando as categorias discurso-ação, discurso-argumentação, discurso-ideologia e discurso-ethos e à luz das teorias de Liderança, da Argumentação e da teoria da Enunciação, por considerarem o discurso como modelo de organização dialógico. Levando-se em conta que a língua e os sujeitos envolvidos são estabelecidos e definidos durante a interação e que a interação suscita o aparecimento de múltiplos sentidos do texto, a AD possibilitou investigar e desvelar relações de interdependência entre língua, interlocutores, (inter)discursos as quais subsidiam o debate sobre valores sócio-históricos e ideológicos, temas como dominação e conflitos e permitiu revelar duas imagens: uma que o líder tem de si mesmo e outra que o auditório dele constrói, ambas emergindo de suas formações ideológicas e discursivas. Para analisar o discurso de um experiente líder sociocomunitário e construir seu *ethos*, o *corpus* selecionado foi dividido em três instâncias enunciativas: a) entrevista com a pesquisadora, b) falas durante reuniões com seus pares na comunidade, c) diálogo durante o processo de negociação com autoridades do poder público. Este trabalho visa, em síntese, a delinear um processo de formação de lideranças sociocomunitárias, o que implica ajudar os profissionais que trabalham nos cursos de Serviço Social e aqueles que atuam em outras instâncias de lideranças que não as sociocomunitárias, ou os que estejam envolvidos em projetos com os líderes como parceiros.

Palavras-chave: Discurso. Análise do Discurso. Ethos. Líder Sociocomunitário.

ABSTRACT

Discourses of socio-community leaders have not yet been the focus of investigation or of academic writings. For this reason, and because of the researcher's concern with the Social Sciences Applied to Education, the object of this thesis is the construction of the ethos of a socio-community leader. To accomplish such a task the researcher discusses the relations among language, action and power as eternally intermingled elements that subjects – be them individual or collective - embody, focusing on discourse categories such as discourse/action, discourse/argumentation, discourse/ideology, and discourse/ethos in the light of some theories of Leadership and Argumentation and the theory of Enunciation because they treat discourse as dialogic organization. Considering that both the language and the subjects involved are established and defined during interaction and that it is interaction that yields the multiple senses of the text, DA helped not only unveiling relations of interdependence among interlocutors and inter(discourses) that subsidy debates on social-historical and ideological values and issues like domination and conflicts, but also revealed two images: the one the leader makes of himself and the one the audience constructs about him, both emerging from his socio-ideological and discursive formations. For analyzing the discourse of an experienced socio community leader and building his ethos, the *corpus* selected was divided into three enunciation instances: a) interviews with the researcher, b) conversation during meetings in the Cabana association and c) dialogues during the process of negotiation with government authorities. In brief this thesis aims at triggering a process of formation of socio community leaders which implies helping professionals of the Social Service courses, the ones who work in instances of leaderships other than the socio-community ones, or those involved in projects with the leaders as partners.

Key-words: Discourse. Discourse analysis. Ethos. Socio-community leader.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pronomes pessoais/subjetividade	47
Quadro 2: Sujeitos no ato da linguagem.....	60
Quadro 3: Teorias sobre liderança.....	114

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema ação comunicativa	75
Figura 2: Esquema razão e ação	83
Figura 3: Modelos de racionalização.....	85
Figura 4: Qualidades da Imagem Positiva.....	106
Figura 5: Provas de Persuasão	106
Figura 6: Modelo multidimensional de liderança.....	121
Figura 7: Mapa da Regional Oeste	126
Figura 8: Mapa Regional Oeste de Belo Horizonte.....	127

LISTA DE SIGLAS

ACADEPOL - Academia de Polícia Civil de Minas Gerais
AD - Análise do Discurso
ADF - Análise do Discurso Francesa
AIE- Aparelhos Ideológicos de Estado
ALCA- Área de Livre Comércio das Américas
AP - Ação Popular
ASMAC - Associação dos Moradores do Aglomerado da Cabana
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEDES - Centro de Estudos Direito e Sociedade
CP - Condição de Produção
d.C - Depois de Cristo
DCE - Diretório Central dos Estudantes
FCC - Fundo Cristão para Crianças
FD - Formação Discursiva
FDs - Formações Discursivas
FI - Formação Ideológica
FS - Formação Social
FTF- Federação dos Trabalhadores Favelados
IML - Instituto Médico Legal
IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
L¹ - Locutor 1
L² - Locutor 2
ONGs - Organizações Não Governamentais
OP - Orçamento Participativo
POLOP - Política Operária
UDCs - União e Defesa das Comunidades
UEE - União Estadual dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 TRAJETÓRIA HISTÓRICO-CONCEITUAL DA ANÁLISE DO DISCURSO	20
2.1 Análise do Discurso: breve histórico.....	21
2.2 Os múltiplos olhares sobre discurso e sujeito	24
2.2.1 Formação ideológica, formação discursiva e condições de produção.....	36
2.2.1.1 Formação ideológica e formação discursiva.....	36
2.2.1.2 Condições de produção	44
2.3 A Pluralidade do Sujeito	45
2.4 Contrato de Comunicação	67
2.4.1 Ação comunicativa	71
2.5 Discurso e ação.....	79
2.6 Discurso Político	85
3 ETHOS DISCURSIVO	91
3.1 Moral, Ética e Ethos	91
3.2 Ethos e Discursivo.....	96
3.2.1 Ethos e argumentação contemporânea	101
4 LIDERANÇA E TERRITORIALIDADE	111
4.1 Liderança.....	111
4.1.1 Teorias de liderança.....	115
4.1.1.1 Teoria dos traços.....	115
4.1.1.2 Teorias comportamentais.....	117
4.1.1.3 Teoria da liderança situacional.....	119
4.1.1.4 Teoria do Caminho-Objetivo.....	121
4.1.1.5 Teoria da Tomada de Decisão.....	123
4.2 Territorialidade: lugar geográfico e social do líder sociocomunitário	124
5 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>.....	135
5.1 Análise do discurso na primeira instância enunciativa: entrevista com a pesquisadora	137
5.2 Análise do discurso na segunda instância enunciativa: o líder e seus pares	148
5.3 Análise do discurso na terceira instância enunciativa: o líder e autoridades constituídas.....	156
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
REFERÊNCIAS	169

1 INTRODUÇÃO

O discurso de líderes sociocomunitários não constituiu ainda alvo de investigação ou de trabalhos acadêmicos. Por essas razões, e em função da nossa trajetória como pesquisadora na área das Ciências Sociais Aplicadas à Educação, o objeto desta tese é a construção do *ethos* de um líder sociocomunitário.

Nosso trabalho pode ser entendido como mais um momento de busca, fruto de nossas reflexões relacionadas à educação e com vistas à perspectiva da formação humana. O processo de investigação inicia-se em 1978, com atividades realizadas nas pastorais sociais da Igreja Católica, minha atuação nas Organizações Não Governamentais (ONGs) voltadas para o fortalecimento do movimento social, na década de 80, participação na gestão local do município de Betim, no período entre 1995 e 1999, e o trabalho desenvolvido na Pró-Reitoria de Extensão na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), a partir de 1998. Ao longo dessas experiências, uma questão sempre nos incomodou: que resposta a linguagem poderia dar ao agir? Como o discurso seria utilizado enquanto forma de estruturação do comportamento e da ação de um líder sociocomunitário?

Durante o Mestrado, desenvolvemos um trabalho que procurasse respostas para essa questão, a partir da experiência do movimento de moradores da Cabana do Pai Tomás, destacando as possibilidades de construção de relações sociais democráticas, solidárias e educativas que contribuíssem para a formação integral do ser humano. Para analisar essas práticas, tomamos como base os depoimentos da liderança comunitária e de moradores da Cabana do Pai Tomás, partícipes do trabalho ali realizado, porém, sob uma ótica sociológica, a partir da prática comunitária, sem nos atermos a uma análise dos discursos proferidos. Nessa e em outras experiências vivenciadas como Assistente Social e como Educadora, chamou-nos a atenção a existência de um discurso associado a um agir, quando da realização dos projetos sociocomunitários.

A partir da investigação dos fatos sociais, dos comportamentos e da ação do mundo vivido pelos sujeitos sociais no trabalho comunitário e revelado em suas narrativas ou em seus depoimentos, uma indagação veio, gradualmente, se configurando: que estratégias discursivas esses sujeitos utilizam ao transitarem de uma narrativa básica (plano da significação) para uma forma de vida, de percepção de um fato da realidade (plano de referenciação)? O que revela o discurso, isto é, o que a prática discursiva revela sobre o modo de ser, sobre a conduta dos

moradores e de seus líderes? Em síntese, que papel desempenharia a linguagem nesse contexto; haveria uma relação entre linguagem, ação e poder?

A partir de nossa vivência em diferentes espaços comunitários, seja por meio da atuação em ONGs, no Poder Público e na Universidade - discutindo as práticas sociocomunitárias - ou via releitura de minha dissertação, temos percebido a diversidade de posicionamentos sobre o mundo vivido pelos indivíduos, e chegamos à conclusão de que ele é construído e revelado sócio-histórica, e permanentemente por meio da linguagem. Mas que concepção de linguagem seria essa? Certamente, não aquela que é vista apenas como atividade interativa, na qual os interlocutores instituem-se como locutores e alocutários, em um determinado tempo e espaços discursivos, pelo estabelecimento de uma relação com o mundo e com o outro, mas também, como parte do conjunto das práticas sociais de produção, reprodução e perpetuação de valores simbólicos (BOURDIEU; PASSERON, 1972)¹, de mudança dos indivíduos para a intervenção, a transformação do mundo nos moldes preconizados por Fairclough (2001)², tendo em mente que a linguagem não é somente um reflexo da estrutura social, mas um de seus componentes intrínsecos. Assim, *falar* não constitui apenas uma atividade representacional, mas também ato por meio do qual se podem transformar a ordem das coisas, as relações sociais e os indivíduos para atuar no mundo. Essa concepção *materialista* de práticas languageiras³, que se opõe a outras, já surge desde as formulações da análise do discurso de Michel Foucault e Michel Pêcheux.

Concebemos a linguagem, portanto, não só como capacidade orgânica, mas, sobretudo como ação sobre si mesma, sobre os outros, sobre as situações e sobre o mundo, como processo, como discurso⁴, como enunciação⁵, ou seja, como processamento discursivo⁶, como atividade de interação social. Nessa linha de pensamento, “texto” e/ou “enunciado” são entendidos como resultado, como produto da atividade discursiva, produto que é, necessária e simultaneamente, um dos fatores constituintes do processamento discursivo. Ainda nessa mesma trilha, devemos lembrar que discursos são heterogêneos, já que mesclam tipos de

¹ A Reprodução.

² Discurso e Mudança Social.

³ Noção advinda do neologismo atividade languageira criado por Culioli, na década de 70, para evitar a ambigüidade do termo atividade lingüística. Na visão empírica, remete às noções de produções verbais, enunciação, fala e *desempenho*. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006).

⁴ Termo empregado neste estudo no sentido de a própria atividade de linguagem.

⁵ Termo empregado neste trabalho na perspectiva benvenistiana, e “consiste em colocar a língua em funcionamento por um ato individual de sua realização”. Como postula Émile Benveniste, “*a enunciação é o ato mesmo de produzir um enunciado*”, o que destaca o caráter processual da enunciação.

⁶ Expressão usada para se referir a “*qualquer ação de linguagem que envolva a produção de texto/sentido*” (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2004).

seqüências textuais, propiciam a variação dos registros de língua, da modalização e dos gêneros de discurso. Eles carregam a presença de discursos *outros*, um dos fatores da heterogeneidade discursiva, e essa presença acusa a interferência de outras fontes enunciativas, de outras vozes no discurso, a polifonia, marca da heterogeneidade que interessa à nossa pesquisa, porquanto os sujeitos são intervenientes na construção do ethos do líder sociocomunitário, cujo discurso analisamos.

Na prática social comunitária, hoje, os líderes utilizam a comunicação em sua acepção essencial de interação humana e como alavanca primordial no processo de hominização, termo aqui entendido como a relação intrínseca com o trabalho social, a linguagem, a cultura, enfim, todos os aspectos fundantes da sociedade humana. Conceitualmente, tais aspectos são centrais na polêmica entre Lukács e Habermas (1981) e registrados na *Ontologia do ser social*, de Lukács (1978) e sucintamente recolocadas por Ricardo Antunes(1999) em *Os sentidos do trabalho*. Esses autores, cujos trabalhos utilizamos nesta pesquisa por motivos distintos, recorreram à análise da essencialidade da invenção e do *fazer-se humano* para destacar a centralidade da categoria trabalho e para resgatar a compreensão desse conceito de maneira mais ampla, no sentido de trabalho social. Um bom trabalho social só se desenvolve em uma comunidade organizada.

Como a pesquisa de nossa tese foi desenvolvida na comunidade Cabana do Pai Tomás, fez-se necessário conhecer melhor os moradores dessa comunidade. Retomamos, então, nossa dissertação⁷ na qual apontamos alguns aspectos do comportamento deles e alguns valores apreendidos no seu cotidiano.

Para a sua atuação, os moradores tiveram como referência o ambiente da comunidade e o seu dia-a-dia significou o espaço real de manifestação. Eles criaram os grupos de rua e os conselhos de área – cuja metodologia foi construída para incentivar a participação de todos – que acabaram por se constituir em instâncias organizadas para incentivar a fala das pessoas, lugar onde todos tinham liberdade e direito à voz, sem censuras ou discriminações, que se tornaram estratégias significantes para o aprendizado em geral e para o compartilhamento de vivências em relações horizontais, solidárias e participativas.

Uma das grandes preocupações dos representantes e da equipe do Fundo Cristão para Crianças (FCC) que coordenava os trabalhos (período de 1982 a 1986), era que todos os participantes do grupo se expressassem; por isso, insistiam sempre que a opinião de todos era

⁷ “Semente Nova Escondida: reflexões sobre a experiência do movimento de moradores da Cabana do Pai Tomás”

importante e que o grupo era um espaço de aprendizagem e de troca como eles mesmos diziam: “[...] cada um demonstrou o que sente e o que sabe”; “o ajuntamento de cada membro, forma o Conselho”. “Cada um contribui com sua parte”; “todo mundo falou o que quis...”. “Observa-se que todos são ouvidos com respeito”. Dessa forma, pareciam compreender que cada um tem seu saber, seu conhecimento, a partir da sua experiência de vida, e que a “comunidade tem a tarefa humana, política e pedagógica de criar as condições necessárias para que as pessoas sejam capazes de romper o silêncio imposto a eles pela discriminação das relações sociais vigentes” (GOMES, 1989, p.155).

Essa experiência de mobilização e de organização e as relações sociais daí decorrentes levaram à compreensão de que a comunidade constitui-se como um espaço educativo para as pessoas que dela participam. Espaço educativo que se organiza, não só pela prática real, mas, sobretudo pelo discurso. Os participantes dos movimentos criaram e transmitiram os conhecimentos adquiridos na experiência do seu dia-a-dia, por meio das formas que utilizavam para se comunicar, discutir e enfrentar seus problemas e para compreender mais amplamente a realidade em que viviam. Por meio dessa vivência, pôde-se perceber um desenho mais preciso daquilo que representa o sentido, enquanto produto das determinações históricas, pois se vê neles, como grupos instituídos, uma força que se confronta com outras forças, numa dada conjuntura, e que eles são portadores de um discurso que materializa o poder e o dever dizer.

Para articular a construção do *ethos* de um líder sociocomunitário direcionada pelas relações entre linguagem, ação e poder e sob a perspectiva francesa da Análise do Discurso (ADF), procuramos estabelecer uma interface teórica entre a Teoria da Enunciação postulada por Benveniste (1991), a Teoria da Argumentação apoiada nas idéias de Perelman (1996, 1999) e Perelman; Olbrechts-Tyteca (2000). Recorremos também às teorias de Liderança desenvolvidas por Bergamini (1994), Mueller e Mayer (2003) e uma teoria de construção do *ethos*, conforme livro organizado por Amossy (2005), do qual elegemos os capítulos escritos por Amossy, Ekkerhard Eggs, Marcelo Dascal e Maingueneau. Esses estudiosos vêm a linguagem como atividade discursiva e dialógica, além de combinarem trabalhos que aliam a reflexão teórica à análise concreta, mostrando porque o peso da fala e sua força de persuasão não decorrem apenas do que o orador diz, razões pelas quais os selecionamos. É importante salientar, no entanto, que na constituição do quadro teórico selecionado, nem todos os elementos constitutivos dessas teorias foram contemplados.

Com isso, pretendemos estabelecer uma conexão entre o enunciado e o mundo representado, por meio da enunciação. É nesse contexto que se insere a construção do Ethos do líder sociocomunitário, quando, por meio da enunciação, revelam-se a imagem do locutor/enunciador e o seu poder de persuasão, de argumentação e fascínio, fatores essenciais para a construção do ethos de um líder. Por isso, definimos como objetivos deste trabalho:

- descrever a construção do ethos orientada pela associação íntima entre linguagem, ação e poder e com base na imagem e nas idéias que o locutor faz de si mesmo e o modo como seus alocutários o percebem, ou seja, a imagem que ele constrói através de seu discurso/enunciação;

- evidenciar que a argumentação é uma atividade verbal e social que intervém na opinião, na atitude e no comportamento dos indivíduos, que ocorre por via de processamentos discursivos, e isso pode implicar um modelo de organização dialógica;

- contribuir igualmente para a construção do ethos de líderes e para a formação de profissionais dos cursos de Serviço Social.

Embasamos as análises dos discursos do líder com as idéias convergentes de Pêcheux (1990, 1998), de Foucault (1986, 1971) sobre discurso e mudanças sociais. Para Pêcheux, grosso modo, o discurso fica entre a linguagem e a ideologia - como prática social de produção de textos. Isso significa que todo discurso é construção social e não individual, e que só pode ser analisado considerando seu contexto histórico-social, suas condições de produção; desse modo o discurso reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente, vinculada à de seus autores e à rede social em que vivem. Abrimos, pois, esse espaço de compreensão a que Pêcheux chama de *entremeio*, cujo objeto de estudo é o discurso. Assim, é na interface das áreas de estudo e das disciplinas que se pode propor a reflexão discursiva. De algumas obras de Foucault (1971), destacamos aquelas que tratam principalmente do tema poder, por irromperem as concepções clássicas do termo, como veremos no capítulo 2.

Para analisar os excertos utilizamos, ainda, sem, no entanto, discorrer exaustiva ou detalhadamente suas obras, os pressupostos de Charaudeau (2004, 2006), Maingueneau (2001, 2008) e de Ducrot (1987) sobre discurso, por considerarem a noção de *ethos* como imagem do locutor construída no discurso e garantida pela fidedignidade do que e como é manifestada a enunciação (maneira de dizer que remete a uma maneira de ser).

Queremos deixar claro, então, que as teorias sobre a AD utilizadas em nosso estudo são vias múltiplas, diferentes possibilidades de compreensão de um problema posto diferentemente por cada autor e que oferecem alternativas de pontos de vista e ampliam a

visão de mundo. Todas elas, à sua maneira, subsidiam o objetivo de promover a transformação dos sujeitos para atuar no mundo. Por isso, nenhuma delas sofre discriminação em nosso texto, pelo contrário, acatamos todas elas como caminhos teóricos que respondem e co-respondem, em parte, às necessidades de reflexão que se apresentarem.

O *corpus* de nossa análise são os depoimentos de um experiente líder sociocomunitário da Região da Cabana do Pai Tomás/Região Metropolitana de Belo Horizonte. Por questões didáticas, nós o dividimos em três instâncias enunciativas diferentes, a saber, o líder em

- entrevista com a pesquisadora (metadiscurso);
- conversação em reuniões na associação da Comunidade da Cabana do Pai Tomás e demais parceiros líderes;
- diálogo durante o processo de negociação com autoridades do poder público.

Queremos evidenciar que a língua é um sistema de categorias abstratas que opera através de oposições e que não se podem entender os enunciados apenas pelas palavras ordenadas para formar frases, porque, além do fato de *o sentido literal não existir* (KOCH, 1999, p. 26), porquanto nada mais é que um efeito de sentido entre outros tantos, palavras, por si só, não carregam nem veiculam a significação. A construção de sentido é feita nas interações discursivas, pelo sujeito e deflagrada a partir das formas lingüísticas, passando pela intencionalidade *camuflada* nos enunciados que são moldados pela cultura, pela pragmática e pelo contexto sócio-histórico. E o sentido emergindo das formações discursivas (FDs).

No capítulo 2, que denominamos Trajetória Histórico-Conceitual da Análise do Discurso, apresentamos um resumo sobre os conceitos históricos de discurso, enfocando a constituição das duas vertentes da Análise do Discurso (AD), a anglo-fônica e a francesa (ADF), caracterizando o conceito de ideologia ao longo da história, a relação entre linguagem, discurso e ideologia, as condições de produção do discurso, formação ideológica e formação social (formação discursiva), embasadas em alguns aspectos das obras dos autores citados anteriormente e nas quais se sustenta o construto teórico de nosso estudo. E, partindo do pressuposto de que a AD permite discutir questões relativas à tomada da palavra, aos conflitos e à constituição de subjetividades na e da linguagem, buscamos em tal disciplina subsídios para analisar o discurso de um líder sociocomunitário. Esse procedimento nos possibilitou, ao mesmo tempo, revelar a imagem de si desse líder, ao analisarmos as FDs em seu discurso e percorrermos os trajetos da construção do seu ethos.

No capítulo 3, a que chamamos de Ethos Discursivo, discorremos sobre a etimologia das palavras moral, ética e ethos apresentando posicionamentos diversos sobre o sentido

desses termos, em diferentes épocas. Consideramos imprescindível o quadro teórico da evolução do conceito de *ethos*, a partir da obra organizada por Amossy (2005), citada anteriormente, e de Mainguenu (2008) cujos princípios acatamos.

Dessa obra de Amossy, utilizamos as idéias de Ekkehard Eggs e Marcelo Dascal que, ao discutirem a *Retórica de Aristóteles*, apresentam uma leitura da noção de *ethos* sob um aspecto moral discursivo e estabelecem relações entre aquela Retórica e outros temas da lingüística contemporânea. Esses autores advogam que o *ethos* designa a imagem que o locutor constrói de si, em seu discurso, para exercer uma influência sobre seu alocutário. Essa noção foi resgatada pelas ciências da linguagem, e especialmente contemplada na análise do discurso, no que se refere à exposição e apresentação (imagem) “de si” na interação verbal.

Liderança e Territorialidade é o título do capítulo 4, no qual trabalhamos a noção de liderança desenvolvida por vários autores nos últimos 25 anos, sem encontrar em qualquer uma delas um caráter conclusivo. No entanto, parece haver unanimidade em dois aspectos nas várias noções: o primeiro diz respeito à existência de um fenômeno de grupo para que haja liderança, ou seja, não se pode falar de líder/liderança, quando se trata de um indivíduo isoladamente; o segundo é o reconhecimento da importância do processo de influência exercido pelo líder de forma intencional. Apresentamos também, uma breve reflexão sobre a noção de territorialidade, situando o aglomerado Cabana do Pai Tomás como o *locus* de atuação do líder sociocomunitário, espaço de sociabilidade que se destaca enquanto lugar com função de propiciar o encontro, a convivência, que promove as relações entre indivíduos e grupos. Nesse quadro, retratamos os moradores do Cabana, partícipes ativos da comunidade, já que não se pode falar de líder sem seu auditório.

No capítulo 5, a que denominamos Análise do *Corpus*, analisamos algumas seqüências discursivas dos depoimentos do líder em pauta, nas diferentes instâncias enunciativas escolhidas, para procedermos à construção do *ethos* do líder sociocomunitário do Cabana, sob a perspectiva discursiva e considerando a linguagem como atividade de interação social, à luz das teorias da enunciação, da argumentação e da liderança. Essa perspectiva não consegue por vezes distanciar-se de uma interpretação dita *tradicional* dos textos, visto que ambas são materializadas pelas estratégias lingüísticas e a distinção entre elas, se existir, é bastante sutil.

Finalmente, vemos este trabalho como um ponto de partida para a articulação de um processo de formação de lideranças sociocomunitárias, com ênfase na observação criteriosa do discurso dos líderes, nas relações que se estabelecem entre linguagem, ação e poder como processos indissociáveis e como atividades de interação social, assumidas como exercício

pelos sujeitos – individual e coletivo -, encaminhando os impactos dessas relações para as respostas que a linguagem pode dar ao agir de um líder e mostrar como esse agir se reflete em sua linguagem. Esclarecemos que é crucial o papel que o discurso desempenha como forma de estruturação do comportamento, da ação e do ethos de líderes em geral e, especificamente, do líder sociocomunitário, no intuito de se fazer entender melhor o que é e como se forma o ethos de um líder. Esses esclarecimentos devem acrescer ao trabalho dos profissionais dos Cursos de Serviço Social, em especial e ao dos que atuam em grupos e/ou comunidades.

2 TRAJETÓRIA HISTÓRICO-CONCEITUAL DA ANÁLISE DO DISCURSO

Neste capítulo, abordaremos os conceitos de discurso, enfocando a constituição da Análise do Discurso (AD) como disciplina em suas duas vertentes, francesa (ADF) e anglo-fônica, o conceito de ideologia ao longo da história, a relação entre linguagem, discurso e ideologia, as condições de produção do discurso, formação ideológica e social e formação discursiva. Destacaremos, por isso, alguns aspectos das obras de Michel Pêcheux, Michel Foucault e Mikhail Bakhtin nas quais se sustenta parte do construto teórico de nosso estudo e também as contribuições de Brandão (2004) sobre discurso.

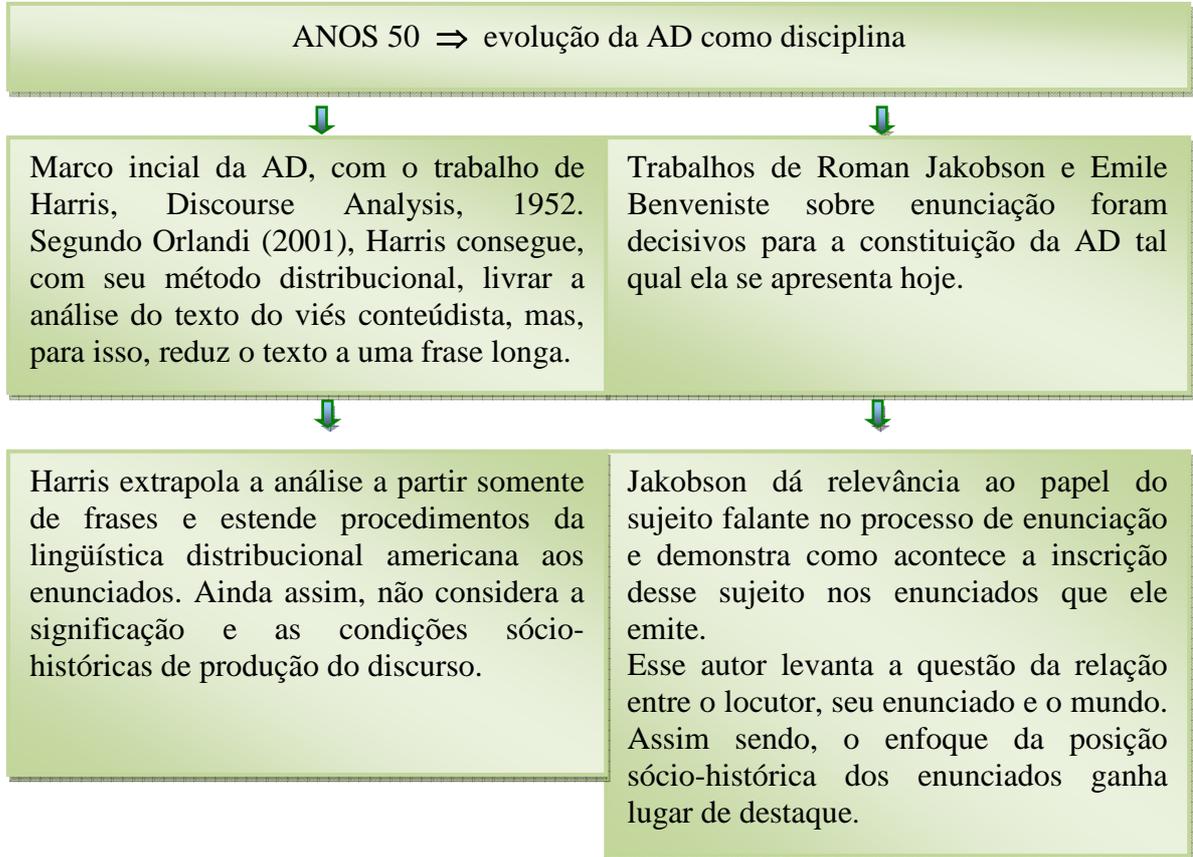
Pensar as questões do discurso, unidade tão pouco estável, exige o resgate do contexto estrutural e dos conflitos que dele advêm e que estão na base ambos do desejo de partida e do distanciamento da vertente estruturalista. Reconhecemos que iniciar tal reflexão por esse ponto, é empreitada difícil, pois se podem prever pelo menos duas críticas: uma vinda dos discursos que repeliram o estruturalismo (particularmente no Brasil, em que a teoria estruturalista relaciona-se com um discurso de alienação, de defesa de um estado de poder, de valorização excessiva da ciência em detrimento dos valores sociais) e que, portanto, consideram que falar em discurso em tudo se distancia do modelo estrutural. A outra seria aquela que considera que iniciar retomando o estruturalismo é observar o desenrolar dos estudos lingüísticos de modo a traçá-lo, a partir de uma perspectiva diacrônica. Embora ciente de tais riscos, traremos à tona essas reflexões.

Segundo Maingueneau (1976), foram os formalistas russos que criaram espaço no campo dos estudos lingüísticos para o que mais tarde viria a se chamar “discurso”, dando ênfase ao texto. Ao operar com o texto, buscando nele uma lógica de encadeamentos transfrásticos⁸, aqueles lingüistas superaram a abordagem filológica então em vigor nos estudos sobre a língua. Porém, seus seguidores, os estruturalistas, ao propor o estudo da estrutura do texto “nele mesmo e por ele mesmo”, restringindo seu estudo a uma abordagem imanente do texto, excluíram qualquer reflexão sobre sua exterioridade.

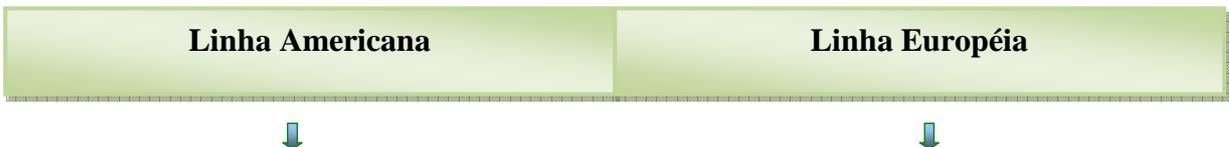
⁸ Os estudos transfrásticos abordavam questões que iam além da gramática tradicional, baseada nas frases e orações, tendo como concepção de texto “uma frase complexa ou um signo lingüístico mais alto na hierarquia do sistema lingüístico”, ou seja, uma unidade lingüística superior à frase estudada pela Sintaxe.

2.1 Análise do Discurso: breve histórico

Nos quadros a seguir sintetizamos a constituição da AD e sua trajetória histórica:



Os conteúdos delineados nos quadros anteriores permitem visualizar a evolução da AD, em suas vertentes Americana e Européia, que expomos a seguir.



Orlandi (1986) considera essas duas posições sobre a AD como marcantes na definição de duas formas diferentes de refletir a teoria do discurso:

1. O discurso como extensão da lingüística, correspondendo à perspectiva americana que enfoca o texto como forma redutora, ou seja, não se preocupa com as formas de instituição do sentido, mas, com as formas de organização dos elementos que o constituem.

2. O discurso como sintoma de uma crise interna da lingüística, especialmente na área da semântica.



Frase e texto \Rightarrow elementos isomórficos
(igualdade de forma e de estrutura)

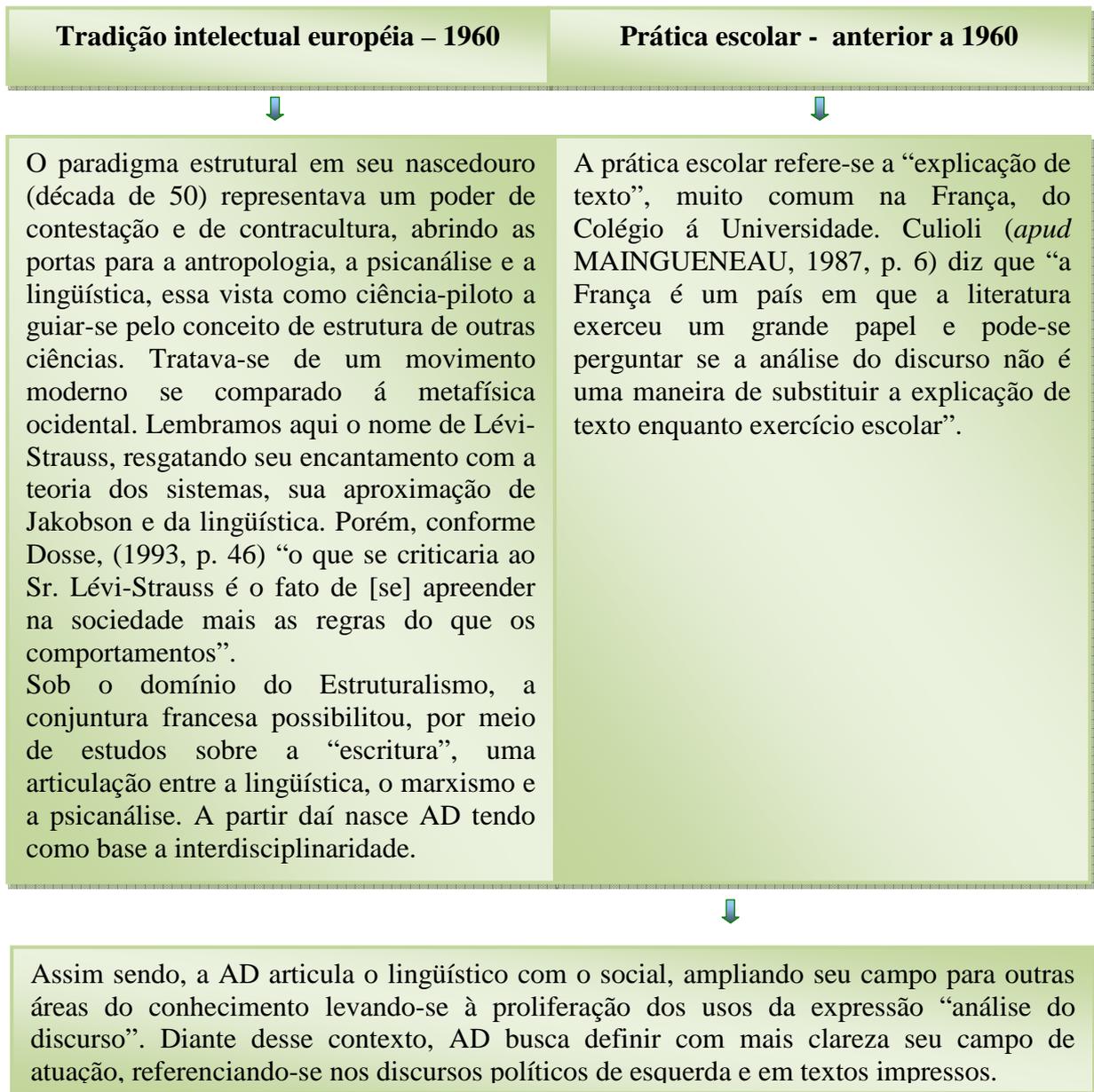
Conforme Brandão (2004, p.15), ainda que a gramática tenha se enriquecido e recebido nova orientação com questões colocadas pela pragmática e pela sociolingüística, não se processa uma ruptura importante, pois a questão do sentido continua sendo vista, prioritariamente, no interior do lingüístico.

A contribuição da Sociolingüística, segundo Orlandi,

[...] é a de que se deve observar o uso atual da linguagem; e a da Pragmática é a de que a linguagem em uso deve ser estudada em termos dos atos de fala. Embora essas questões indiquem uma [sic] certa mudança em relação à dominância dos estudos da gramática, elas não produzem um rompimento maior, mas apenas o de se acrescentar um outro componente à gramática. O discurso caracteriza-se como o que vem a mais, o que vem depois, o que se acrescenta. Em suma, o secundário, o contingente (ORLANDI, 1986, p.108).

Em perspectiva oposta a essa concepção da AD como extensão da lingüística, Orlandi (1986) ainda identifica uma tendência europeia, afirmando que há “uma relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer”, aponta, assim, a exterioridade como elemento fundamental para a constituição do discurso. Isso implica recorrer a conceitos exteriores ao domínio da lingüística para dar conta da análise de unidades mais complexas da linguagem.

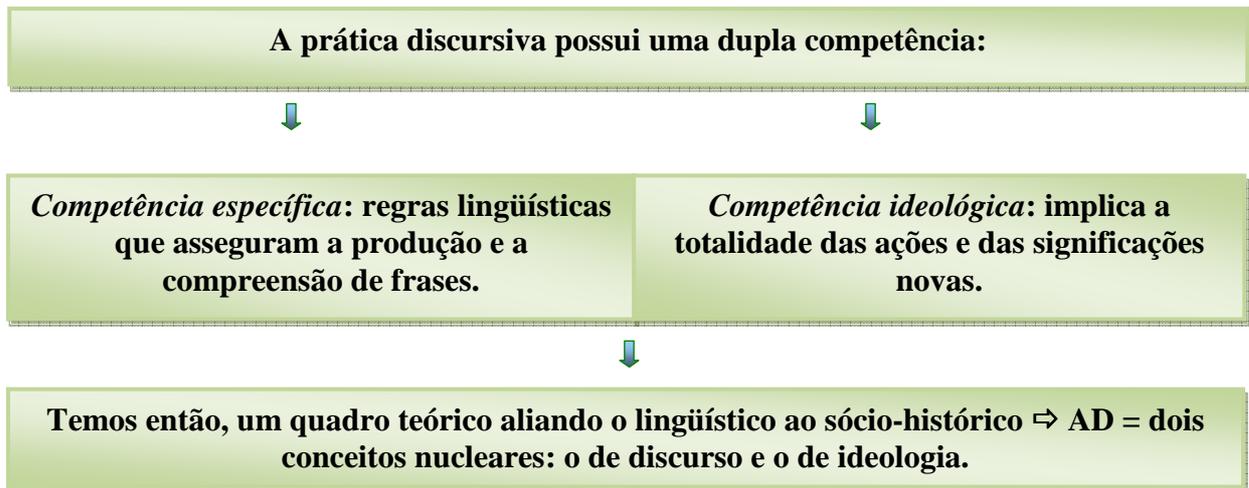
Mainueneau (1987) afirma que a Escola Francesa de AD filia-se a uma tradição intelectual europeia que une a reflexão sobre o texto e sobre história e a uma prática escolar, que diz respeito a uma “explicação do texto”.



Nessa linha de pensamento, a AD passa a ser definida como um estudo lingüístico das condições de produção de um enunciado e apóia-se em conceitos e métodos da lingüística que apontam para a necessidade de considerar outras dimensões. São elas: “o quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais delimitam fortemente a enunciação, os embates históricos, sociais, etc., que se cristalizam no discurso e o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso”. (MAINGUENEAU, *apud* BRANDÃO, 2004, p. 17).

A linguagem passa então a ser um fenômeno que deverá ser estudado também enquanto formação ideológica, por se manifestar através de uma competência sócio-ideológica e não somente como formação lingüística.

Conforme Slakta, citado por Brandão (2004, p.17):



2.2 Os múltiplos olhares sobre discurso e sujeito

No século XX, as teorias sobre *saber, poder e sujeito* romperam com as concepções clássicas desses termos, fato que leva Foucault a repensá-las e a reelaborá-las e, por isso, ser considerado por alguns autores um *pós-modernista*, contrariando a opinião que o próprio Foucault tinha de si mesmo. Seus primeiros estudos *História da Loucura (1961)*, *O Nascimento da Clínica (1963)*, *As Palavras e as Coisas (1966)*, *A Arqueologia do Saber (1971)* seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja reconhecido como um pós-estruturalista, devido à publicação de obras posteriores como *Vigiar e Punir (1987)* e *A História da Sexualidade (1976-2006)*.

Como neste trabalho pretendemos refletir sobre a produção de Foucault na área da lingüística, especialmente da Análise do Discurso, utilizaremos seus escritos em *Arqueologia do Saber (1971)*.

A palavra “arqueologia” era utilizada por Foucault (1971) em substituição a palavra “história”, para explicar um tipo de análise que se fazia na década de 60, durante a qual havia

uma preocupação com a falta de sincronia entre a idéia e a constituição dessa idéia como objeto de conhecimento. A arqueologia, que se baseou na prática histórica, foi considerada um método pragmático de se lidar com problemas colocados especificamente pela história do pensamento.

Como método, originou-se inicialmente das lutas concretas para a compreensão histórica. Foucault negava o objetivo fundamental da verdade última e construiu, em função dessa negação, um instrumento para realizar objetivos concretos e locais na luta pela liberação humana. Seu principal objetivo foi a problematização do conjunto de práticas que faziam qualquer coisa participar do jogo do verdadeiro e do falso, isto é, trabalhava com o discurso erudito e o saber desqualificado, aquele conhecimento que fazia parte da rotina, do cotidiano de uma pessoa comum.

A arqueologia era, portanto, uma ferramenta para demonstrar como as diversas disciplinas desenvolveram normas de validade e de objetividade, “é como um cuidadoso escrutínio das exigências epistêmicas de uma disciplina, não como um instrumento prévio para rejeitar essas exigências”, no dizer de Gutting (1993, p.78). Segundo Foucault (1971), a arqueologia é a análise do conjunto de performances verbais, no nível dos enunciados e da forma de positividade de um discurso. O que ele chama de *arquivo* é o conjunto das práticas discursivas que constituem sistemas instauradores de enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e de coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização).

A arqueologia do saber é considerada um marco na obra de Foucault (1971), pois nela ele descreve de forma conceitual a formação dos saberes - científicos ou não - visando a estabelecer as condições de sua existência - e não de validade -, reconhecendo a *verdade* como uma produção histórica, cuja análise remete às suas regras de aparecimento, organização e transformação no nível do saber. Com sua arqueologia o autor pretende explicar a regularidade intrínseca dos saberes, estabelecer compatibilidades e incompatibilidades e individualizar formações discursivas.

Segundo Dreyfus e Rabinow (1984), Foucault procurava demonstrar a inexistência de estruturas permanentes, responsáveis pela constituição da realidade. O conceito de discurso como prática social - tratado em *A Arqueologia*, torna-se bem claro em *Vigiar e Punir* (1987) e na célebre aula *A Ordem do discurso* (1970) - destaca a idéia de que aquele sempre se produziria em razão de relações de poder. E, posteriormente, nos três volumes de sua *História da sexualidade*, o pensador aponta explicitamente que há duplo e mútuo condicionamento entre as práticas discursivas e as não discursivas, embora permaneça a idéia de que o discurso seria

constitutivo da realidade e produziria, como o poder, inúmeros saberes:

[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986, p.56).

Foucault (1970) explica os discursos como uma dispersão, formados por elementos não ligados por princípios de unidade alguma, cabendo à Análise do Discurso descrever essa dispersão, buscando determinar algumas regras para reger a formação dos discursos. Essas regras são consideradas por Foucault (1970) como “regras de formação” e permitem a determinação dos elementos que compõem o discurso. São eles: os *objetos* que ocorrem num “espaço comum” discursivo, os diferentes *tipos de enunciação* que perpassam o discurso, *os conceitos* que aparecem e se transformam e em um campo discursivo interligados por um sistema comum e os *temas e teorias*, representados pelo sistema de relações entre diferentes estratégias capazes de influenciar uma formação discursiva, permitindo ou excluindo certos temas ou teorias.

Segundo Brandão (1994), uma “formação discursiva” se apresenta sempre como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. São os elementos desse sistema que caracterizam a “formação discursiva” em sua particularidade e que propiciam a passagem da dispersão para a regularidade, que é atingida pela análise dos enunciados que constituem a formação discursiva. Para Foucault citado por Sargentini (2004, p. 158) “um discurso é um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva”. A análise de uma formação discursiva consistirá na descrição dos enunciados que a compõem. A noção de enunciado em Foucault contrapõe-se à noção de proposição e de frase, entendendo-o como a unidade elementar, básica, que forma um discurso. O autor aponta ainda quatro elementos constitutivos do enunciado:

1º) a referência a algo que identificamos, a relação do enunciado com seu correlato o “referencial”, aquilo que o enunciado anuncia, por sua função de existência, “relaciona as unidades de signos que podem ser proposições ou frases com um domínio ou campo de objetos” (FOUCAULT *apud* SARGENTINI, p.168), favorecendo o seu aparecimento com

conteúdos concretos no tempo e no espaço;

2º) o fato de haver um sujeito, alguém que pode efetivamente afirmar aquilo, ou seja, a relação do enunciado com seu sujeito. Foucault, no dizer de Sargentini (2004), situa-se na vertente oposta a uma concepção ideologista do sujeito que, interpretado como o fundador do pensamento e do objeto pensado, vê a história como um processo sem ruptura no qual elementos são introduzidos continuamente no tempo concebido como totalização. Dessa forma, ele critica uma concepção do sujeito enquanto instância fundadora da linguagem, pois alega que o sujeito é uma função vazia, um espaço a ser preenchido por diferentes indivíduos que o ocuparão ao formularem o enunciado; essa visão rejeita qualquer concepção unificante do sujeito. Sendo assim, o discurso concebido como um campo de regularidades, em que diversas posições de subjetividades podem manifestar-se, redimensiona o papel do sujeito no processo de organização da linguagem, eliminando-o como fonte geradora de significações;

3º) o fato do enunciado não existir isolado, mas sempre em associação e correlação com outros enunciados do mesmo discurso (como por exemplo, no caso deste estudo, o discurso político do líder sociocomunitário), ou de outros discursos (por exemplo, os discursos religioso, missionário, comunitário, entre outros). O terceiro elemento diz respeito a um domínio, isto é, à existência de um “campo adjacente” ou “espaço colateral”, associado ao enunciado integrando-o a um conjunto de enunciados, pois ele não existe isoladamente:

Todo enunciado se encontra assim especificado: não existe enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas, sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, apoiando-se neles e se distinguindo deles: ele se integra sempre em um jogo enunciativo. (FOUCAULT *apud* SARGENTINI, 2004, p.124).

4º) Finalmente, a materialidade do enunciado, as formas muito concretas com que ele aparece, nas enunciações que aparecem nas falas dos líderes, nas mais diferentes situações, em diferentes épocas. O quarto elemento é, então, aquele que o faz emergir como objeto: refere-se à sua condição material. Caracterizando essa materialidade, Foucault faz uma distinção entre enunciado e enunciação. O enunciado se dá toda vez que alguém emite um conjunto de signos e a enunciação se marca pela singularidade, pois jamais se repete, ao contrário do enunciado que pode ser repetido.

No que diz respeito ao discurso o pensamento de Foucault (1970), é fecundo, pois, coloca diretrizes para uma análise do discurso, mas verificar como este se concretiza é uma tarefa que ele deixa aos lingüistas. A partir dessa ressalva, é importante destacar as contribuições de suas idéias para o estudo da linguagem, como abordadas por Brandão (2004):

- a) a concepção do discurso considerado como prática que provém da formação dos saberes, e a necessidade, sobre a qual insiste obsessivamente, de sua articulação com as outras práticas não-discursivas;
- b) o conceito de “formação discursiva”, cujos elementos constitutivos são regidos por determinadas “regras de formação”;
- c) dentre esses elementos constitutivos de uma formação discursiva, ressalta-se a distinção entre enunciação (que em diferentes formas de jogos enunciativos singulariza o discurso) e o enunciado que passa a funcionar como a unidade lingüística básica, abandonando-se, dessa forma, a noção de sentença ou frase gramatical com essa função;
- d) a concepção de discurso como jogo estratégico e polêmico: o discurso não pode mais ser analisado simplesmente sob seu aspecto lingüístico, mas como jogo estratégico de ação e de reação, de pergunta e resposta, de dominação e de esquivas e também como luta (FOUCAULT, 1970, p.6);
- e) o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional) é gerador de poder;
- f) a produção desse discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder. (BRANDÃO, 2004, p.37).

Com isso, pode-se concluir que, para analisar os discursos, conforme a perspectiva foucaultiana, é necessário antes de tudo, recusar as explicações unívocas, as fáceis interpretações e, igualmente, a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas - práticas muito comuns quando se fala em fazer o estudo de um “discurso”. Para Foucault (1970) é preciso ficar simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Isso significa que é necessário trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar. Nada há por “trás dos panos”, nem sob o chão que pisamos, afirma Foucault (1970). Há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1986) trata fundamentalmente do tema poder, rompendo com as concepções clássicas desse termo. Para ele, o poder não se localiza apenas numa instituição ou em um Estado, porque isso tornaria inviável a "tomada de poder" como proposta pelos marxistas. O poder não é algo que se cede a um ditador, rei ou presidente (concepção contratual jurídico-política), mas sim algo que envolve uma relação de forças. Sendo uma relação, o poder está em toda parte, já que relações de poder atravessam o indivíduo que não pode ser considerado independente delas. Para Foucault (1986), o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Ele estudou o poder disciplinar e o biopoder e os dispositivos da loucura e da sexualidade. Para isso, em lugar de uma análise histórica, realizou uma genealogia, um estudo histórico que não buscava uma origem única e causal, mas que se baseava no estudo das

multiplicidades e das lutas. Criou assim, novos campos no estudo da história e da epistemologia.

Biopoder é um termo criado originalmente por Foucault (1995) para referir-se à prática dos estados modernos e à regulação dos que a ele estão sujeitos, através de uma explosão de técnicas numerosas e diversas para obter a subjugação dos corpos e o controle de populações. A palavra biopoder foi usada por Foucault em seus cursos no *Collège de France*, mas ela apareceu pela primeira vez em *A vontade de saber*, primeiro volume da *História da Sexualidade*. Tanto na obra de Foucault quanto na de teóricos posteriores, o termo tem sido usado em referência a práticas de saúde pública, regulação de hereditariedade e regulação de risco, entre outros aspectos freqüentemente menos ligados diretamente à saúde física literal. Biopoder está intimamente relacionado a outro termo que Foucault usa com menos freqüência, mas que pensadores posteriormente adotaram, a biopolítica.

Analisar o discurso seria então, dar conta de todas essas especificidades, seria apreendê-lo como acontecimento, como algo que irrompe num certo tempo, num certo lugar, considerando-o como as relações históricas, práticas concretas, que estão “vivas” nos enunciados, isto é, analisar as falas, procurando explorá-las em seu contexto, na medida em que elas são uma produção histórica, política; na medida em que são falas também construídas; na medida em que a linguagem também é constituída de práticas. Nesse tipo de análise, vale lembrar sempre que o que permitirá situar um emaranhado de enunciados numa certa organização é justamente o fato de eles pertencerem a certa formação discursiva.

Em conformidade com essas idéias e para erigir seu “castelo da AD”, Michel Pêcheux lançou mão dos pressupostos das teorias de: Michel Foucault, tratada anteriormente e as de Emile Benveniste, Louis Althusser e Mikhail Bakhtin, que serão abordadas mais à frente.

Michel Pêcheux (1997), considerado uma das figuras mais importantes da Análise do Discurso Francesa, é o fundador da Análise de Discurso Pechetiana que teoriza como a linguagem se materializa na ideologia e como esta *se manifesta na linguagem*. *Ele conceitua o discurso enquanto efeito de sentidos, como um lugar particular em que esta relação ocorre*. Pêcheux propõe que se crie um "novo campo de investigação", que tenha como objeto de estudo, o *discurso*, que, "diferente de enunciado e diferente de texto", "opera a articulação entre o lingüístico e o histórico" (GREGOLIN, 2003, p. 23). Pela análise do funcionamento discursivo, Pêcheux (1997) busca demonstrar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação.

Por seu turno, na apresentação de sua obra (Re) Ler Michel Pêcheux hoje, Orlandi (2003) descreve o percurso de Pêcheux, dividindo-o em três momentos:

a) o das grandes construções, no qual Pêcheux tem como base os postulados althusserianos;

b) aquele em que elaborou todo um dispositivo teórico-analítico de análise automática do discurso que procura desconstruir as evidências de *La Palice*⁹, e posteriormente, os estudos nos quais, com a crise do marxismo e com a cegueira e a surdez dos sociolinguistas marxistas, o filósofo francês revê seus posicionamentos e se propõe a “quebrar o estranho espelho da Análise do discurso” e,

c) o da “desconstrução domesticada”, quando Pêcheux, ao se aproximar de Foucault e de Lacan busca precisar os limites entre descrição e interpretação, vendo o discurso conforme Maldidier, citada por Gregolim.

O projeto de Michel Pêcheux nasceu na conjuntura dos anos de 1960, sob o signo da articulação entre a lingüística, o materialismo histórico e a psicanálise. Ele, progressivamente, amadureceu, explicitou, retificou. Seu percurso encontra em cheio a virada conjuntura teórica que se avoluma na França a partir de 1975. Crítica da teoria e das coerências globalizantes, desestabilização das positivities, de um lado, retorno do sujeito, derivas na direção do vivido e do indivíduo, de outro. Deslizamento da política para o espetáculo! Era a grande quebra. Deixávamos o tempo da “luta de classes na teoria” para entrar no do “debate”. Nesse novo contexto, Michel Pêcheux tentou, até o limite do possível, re-pensar tudo o que o *discurso*, enquanto conceito ligado a um dispositivo, designava para ele. (MALDIDIER *apud* GREGOLIM, 2003, p.16).

Courtine (1981), participante do grupo de Pêcheux, empreende uma discussão teórica que objetiva refletir sobre o uso que é feito do conceito de formação discursiva nos trabalhos de Pêcheux, tanto no nível teórico quanto no das práticas de análise, bem como mostrar as contradições que a noção foucaultiana de formação discursiva poderia trazer no sentido de eliminar o problema da homogeneidade na constituição dos corpora discursivo em Análise do Discurso.

Para construir o conceito de discurso, Pêcheux (1995) apóia-se, mas de modo crítico, em Saussure, reconhecendo nele o ponto de origem da ciência lingüística, pois atribui à língua, concebida como um sistema, o estatuto de objeto dos estudos lingüísticos, excluindo a fala desse campo. A língua se opõe à fala, sendo a primeira sistêmica e objetiva e a segunda

⁹ *Les Verités de la Palice*, 1975, traduzida e publicada em português em 1988 com o título: Semântica e Discurso: uma crítica a formação do óbvio. Nessa obra, Pêcheux mostra a genialidade de seu pensamento como filósofo da linguagem, entendendo-a como prática que se relaciona a outras práticas, como é o caso das práticas política e científica, fazendo reflexões sobre o marxismo e a psicanálise à luz da semântica.

concreta, ambas variáveis de acordo com cada falante e, por isso, subjetivas.

Segundo Pêcheux, o deslocamento conceitual introduzido por Saussure consiste em separar a homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem, pois, sendo a língua pensada como um sistema, ela “deixa de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido; ela torna-se um objeto do qual uma ciência pode descrever o funcionamento” (PÊCHEUX, 1997, p.62).

Conforme o lingüista francês, a oposição língua/fala não poderia se incumbir da problemática do discurso. Porém, para resolver a questão, ele não procura diluir essa oposição, e, sim, provocar uma reflexão sobre a fala, pólo da oposição menos desenvolvido por Saussure (CARDOSO, 1999). Pêcheux, citado por Henry (1997), coloca o discurso “entre a linguagem (vista a partir da lingüística, do conceito saussuriano de *langue*) e a ideologia” (HENRY, 1997, p.35).

O quadro epistemológico elaborado por Pêcheux (1997) para a AD desenvolveu-se como uma crítica marxista da concepção foucaultiana do discurso, considerada do ponto de vista da categoria da contradição e concluiu sobre a necessidade “de uma apropriação do que o trabalho de Foucault contém de materialista”. Visando a uma articulação entre a concepção de discurso de Foucault e a uma teoria materialista do discurso, Pêcheux e Fuchs (1975) criaram um quadro espectralógico geral da AD que englobava três áreas do conhecimento:

- o materialismo histórico como teoria das formações sociais e suas transformações, aí compreendida também a teoria das ideologias;
- a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
- a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Lembramos que essas três áreas do conhecimento - cujos conceitos básicos são os de formação social, linguagem e discurso, e de difícil articulação - estão de certa forma atravessadas pela referência a uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica.

Conforme Brandão (2004), Pêcheux elabora as bases de uma teoria materialista do discurso, partindo de um duplo ponto de vista: a semântica, que faz parte da língua, como a fonologia, a morfologia e a sintaxe, “constitui, na verdade, para a lingüística o ponto nodal das contradições que atravessam e organizam essa disciplina sob a forma de tendência, direções de pesquisa, escolas lingüísticas, etc” (PÊCHEUX, 1975, p.17); e é justamente nesse “ponto nodal” representado pela semântica, que a lingüística se sintoniza com a filosofia e com a ciência das formações sociais ou o materialismo histórico.

Ao caracterizar a situação atual da lingüística, Pêcheux (1975) apontou três tendências importantes:

1^a) A tendência formalista-logicista, defendida por Chomsky, enquanto desenvolvimento do estruturalismo lingüístico por meio das teorias “gerativas” (Chomsky, Fillmore, Lakof, MacCawley, entre outros).

2^a) A tendência histórica, denominada desde o século XIX como “lingüística histórica” (Brunot, Meillet etc), influenciando atualmente as teorias da variação e mudança lingüística e as de geolingüística, etnolingüística e sociolingüística (M. Cohen, V. Weinreich, William Labov e Basil Bernstein).

3^a) A tendência que constituía uma “lingüística da fala” em que o enfoque no primado lingüístico da comunicação fazia reativar certas preocupações da retórica e da poética. Essa tendência desenvolveu-se numa lingüística do estilo como desvio, transgressão, etc. e numa lingüística do dialogo como jogo de confronto (Jakobson, Benveniste, Ducrot, Barthes, Greimas, Kristeva).

Essas tendências estavam ligadas por relações contraditórias quer em relação de oposição, quer de combinação, quer de subordinação de uma à outra. Em seus estudos, Pêcheux (1975) não se propôs a resolver essas contradições, pelo contrário, procurou contribuir para o aprofundamento da análise das mesmas, por meio de uma posição firmada no materialismo histórico.

Os mecanismos lingüísticos como, por exemplo, a oposição, apresentada por Pêcheux (1975, p.35) entre “explicação/determinação, que constituem ao mesmo tempo fenômenos lingüísticos e lugares de questões filosóficas”, são partes de uma área de articulação da lingüística com a teoria histórica dos processos ideológicos e científicos.

O sistema da língua é o mesmo para o materialismo e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para o que dispõe de um conhecimento dado e para o que não dispõe. Isso não resulta que eles terão o mesmo discurso: a língua aparece como a base comum de processos discursivos diferenciados. (PÊCHEUX, 1975, p. 81).

Dessa forma, duas noções fundamentais e opositivas são apontadas por Pêcheux citado por Brandão:

- a noção de *base lingüística* que constitui precisamente o objeto da lingüística e compreende todo o sistema lingüístico enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas. Dotado de uma relativa autonomia, o sistema lingüístico é regido por leis internas.

- a noção de *processo discursivo-ideológico* que se desenvolve sobre a base dessas leis internas; rejeita-se, assim, qualquer hipótese de uma discursividade enquanto utilização “acidental” dos sistemas lingüísticos ou enquanto “parole”, isto é, uma maneira “concreta” de habitar a “abstração” da “langue”. O conceito de processo discursivo é elaborado a partir da noção foucaultiana de sistema de formação compreendida como conjunto de regras discursivas que determinam a existência dos objetos, conceitos, modalidades enunciativas, estratégias. (BRANDÃO, 2004, p. 41).

A noção de *processo discursivo-ideológico* defendida por Pêcheux (1975) nos leva a crer que sua preocupação era inscrever o processo discursivo em uma relação ideológica de classes, pois reconhece que, se a língua é indiferente à divisão de classes sociais e às suas lutas, essas não o são em relação à língua de acordo com o campo de seus antagonismos. A língua, assim colocada, constitui a condição de possibilidade do discurso por ser uma espécie de invariante pressuposta por todas as condições de produção possíveis em um determinado momento histórico. Os processos discursivos, por outro lado, constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso e a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido.

Concluimos, então, que Pêcheux propõe mais uma consideração formal dos processos discursivos, tanto no interior dos discursos, quanto entre um discurso e outro, e menos uma consideração substantiva de ideologias particulares e formações discursivas dentro de uma forma concreta, estabelecida. Nessa linha de pensamento, uma formação discursiva pode ser compreendida como um jogo de princípios reguladores que formam a base de discursos efetivos, mas que permanecem separados deles. Dessa forma, palavras, expressões e proposições adquirem seus significados a partir de determinadas formações discursivas nas quais são produzidas, isto é, os elementos lingüísticos selecionados, como eles são combinados e, assim, o sentido se torna um efeito sobre um sujeito *ativo*, e não uma propriedade estável. Pêcheux enfatiza o ponto resultante que produziu a emergência dessa “matriz de sentido”: indivíduos são interpelados “como sujeitos falantes (como sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas nas quais representam dentro da linguagem as formações discursivas ideológicas que os correspondem” (PÊCHEUX, 1975, p. 111).

Essa concepção leva Pêcheux (1975) a perceber que o sujeito é “susceptível de esquecer”, ou seja, esse sujeito interpreta mal ou absorve a “causa” ou determinação de seu discurso, pensando ao contrário ser seu criador, fonte e origem do sentido. A interligação de elementos de uma ou outra formação discursiva oposta é especificada como o efeito das imposições das lutas hegemônicas que perpassam o campo social.

Nas últimas décadas, as Ciências Humanas e Sociais têm se orientado por um grande desafio teórico: construir um sistema capaz de articular conceitualmente os planos do ator/sujeito e da estrutura social. A articulação entre esses dois planos sempre foi explorada pela teoria social, mas, atualmente, as respostas unilaterais, que privilegiam um plano em detrimento do outro, passaram a ser criticadas pela comunidade científica mundial. Busca-se cada vez mais entender a ponte, a mediação entre o plano do sujeito, com suas intenções, preferências e estratégias mais ou menos conscientes e o plano das estruturas sociais, das coletividades, da conjuntura externa, do mundo externo.

A perspectiva de análise do discurso desenvolvida por Patrick Charaudeau (1996) insere-se nesse esforço amplo das Ciências Humanas e Sociais de construção de um modelo multidimensional de compreensão da realidade social. No entanto, seu objetivo não parece ser a construção de uma teoria geral e abstrata sobre os mecanismos de articulação entre estruturas e atores sociais. Ao contrário, ele procura constituir uma estratégia operacional de análise dos discursos capaz de contemplar, de modo integrado, as múltiplas dimensões apresentadas num ato de linguagem. Ressaltamos que, embora ele chegue a estabelecer proposições gerais sobre o modo de articulação entre vários planos da realidade social, toda sua teoria é desenvolvida visando à construção de um modelo alternativo de análise empírica do discurso que ele pretende instaurar.

Em suas teorias, Charaudeau (1996) atribui importância à articulação entre os planos situacional, concernente à realidade social em que o discurso é produzido e ao lingüístico, referente às características internas do discurso. Além desses aspectos, o autor aborda também o modo de articulação dos planos macro e microsocial, não de forma a conceber essa articulação como algo mecânico e determinista, mas no sentido de mostrar que as características do discurso produzido e o curso do ato de linguagem não são explicados, diretamente, em função das posições sociais dos parceiros envolvidos ou das características do contexto social mais amplo. Essa crítica ao determinismo ou mecanicismo leva Charaudeau a um outro compromisso teórico importante com a dimensão da interação social. Para ele é no encontro com o outro que as identidades e recursos sociais dos parceiros são ou não utilizados e que o discurso se constrói de uma forma ou de outra. A interação dos parceiros e o discurso produzido por eles não estão predefinidos em relação ao momento de interação. Os atores/sujeitos partem de uma série de expectativas concernentes à forma de organização de cada tipo de encontro languageiro e ao tipo de discurso esperado em cada situação. Essas expectativas só se realizam a partir de um processo dinâmico de interação social no qual a

natureza da própria inter-relação e do discurso a ser produzido vão continuamente sendo redefinidos.

Ressaltamos, ainda, a preocupação de Charaudeau (1996), por uma concepção da intencionalidade dos sujeitos, os quais, nos seus estudos, não aparecem como meros portadores de uma intencionalidade sistêmica que os domina, isto é, como sujeitos inconscientes, mas também não são plenamente conscientes, agindo racionalmente, livres de qualquer adesão identitária ou normativa previamente estabelecida. Os sujeitos nas teorias desse autor são caracterizados como tendo um “projeto de fala”, ou seja, objetivos mais ou menos claros que os motivam na construção de seus discursos e que são percorridos estrategicamente. No entanto, ele não deixa de caracterizar esses sujeitos como seres socialmente situados, portadores de identidades e de recursos específicos que os condicionam na definição de seus cursos de ação.

A abordagem de análise de discurso de Charaudeau (1996) definiu-se, portanto, em função de um desafio fundamental: articular as dimensões psicossociológicas que aparecem no ato de linguagem – especialmente, a identidade e os papéis sociais dos interlocutores, as relações sociais que estes estabelecem entre si e com o contexto, os objetivos, as representações e as expectativas dos parceiros - com as dimensões propriamente lingüísticas ou languageiras que o caracterizam, isto é, com as propriedades formais e semânticas do discurso em questão. A partir dessa visão, Charaudeau propõe uma teoria do discurso que considera o desdobramento dos diversos sujeitos que participam da encenação da linguagem: o termo discurso com dois sentidos. No primeiro, *discurso* está associado com a encenação do ato da linguagem que depende de um dispositivo que engloba dois circuitos, um externo que representa o lugar do Fazer (Situacional) e um interno que representa o lugar da organização do Dizer. Nesse sentido, o termo discurso se refere ao domínio do Dizer. O ato de linguagem se constitui, portanto, de duas encenações: a *discursiva* (espaço de organização do Dizer) e a *languageira* (espaço da organização do Dizer somado ao espaço do Fazer) que inclui o aspecto situacional. No segundo sentido, *discurso* refere-se a um conjunto de saberes (com) partilhados construídos pelos indivíduos de um grupo social. Esses discursos demonstram as práticas sociais e os valores do grupo. Percebemos aqui a noção de polifonia que nos permite compreender a imbricação de diferentes sujeitos no discurso, desmistificando, assim, a antiga idéia de um sujeito falante único. O discurso torna-se, então, palco de encontro de diferentes vozes ou de diferentes sujeitos falantes/comunicantes/interpretantes.

Em consonância a essas idéias e ao pensamento de Charaudeau na teoria Semiolingüística, da qual trataremos mais à frente, Coura-Sobrinho explica o ato de linguagem por meio de três fenômenos, a saber:

- é um fenômeno que combina o Dizer e o Fazer. O Dizer é o lugar da instância discursiva que define como uma encenação na qual participam seres de palavras (*ou protagonistas*). O Fazer é a instância situacional em cuja encenação se encontram os seres associados (*ou parceiros*).
- corresponde a uma expectativa de significação e pode ser considerado como uma interação de intencionalidades movida pelo princípio do jogo. A encenação do Dizer envolve estratégias discursivas que levam em conta as limitações (*contraintes*) da instância situacional.
- envolve seres psicossociais, mais ou menos conscientes das práticas e do imaginário de sua comunidade, e é determinado por um certo número de rituais sócio-lingueiros. (COURA-SOBRINHO, 2003, p.269).

Maingueneau, citado por Machado (2001), por sua vez, afirma que essas novas abordagens são oriundas, talvez, de reflexões feitas sobre questões que Pêcheux enunciou (e deixou em aberto) pouco antes de sua morte. Apontamos neste estudo duas delas: a) “Como separar, nisso que continuamos a chamar o sujeito da enunciação, o registro funcional do ego-eu, a emergência de uma posição do sujeito?; b) O sujeito seria aquele que surge por instantes, lá onde o ego-eu vacila?”(MACHADO, 2001, p.113). Algumas das análises do discurso contemporâneas, certamente, irão tentar encontrar um lugar para esse sujeito que emerge. Elas trabalharão sua singularidade e sua razão de ser e não mais estudarão o sujeito enquanto advindo não apenas de uma determinada formação discursiva, mas enquanto sujeito falante de uma determinada comunidade social”.

Nessa perspectiva e diante desse sujeito em emergência, o discurso é o espaço em que emergem também as significações e, assim sendo, o lugar específico da constituição dos sentidos é a formação ideológica, a formação discursiva, noções que, juntamente com a condição de produção, constitui a tríade básica nas formulações teóricas da AD.

2.2.1 Formação ideológica, formação discursiva e condições de produção

2.2.1.1 Formação ideológica e formação discursiva

Uma reflexão sobre a articulação entre ideologia e discurso faz emergir dois conceitos muito discutidos em AD: o de formação ideológica (FI) e o de formação discursiva (FD), conceitos que demandam tecer considerações sobre “ideologia”.

A origem do termo ideologia remonta ao aristocrata e filósofo iluminista francês Destutt de Tracy que cunhou a palavra e lhe deu o primeiro de seus significados: ciência das idéias, sinônimo da atividade científica que analisava a faculdade de pensar e que para Chauí (1980, p.23) constituem “idéias e fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano com o meio ambiente”. Marx e Engels (2002), por sua vez, desenvolveram uma teoria na qual concebem a ideologia como uma consciência falsa, proveniente da divisão do trabalho manual e intelectual, na qual surgem os ideólogos, ou intelectuais, que passam a exercer o domínio através de idéias impostas, as relações de produção e das classes em que dividem a sociedade. Contudo, a ideologia, entendida como falsa consciência, gera, inverte ou camufla a realidade para os ideais ou vontades da classe dominante. Aqueles ideólogos condenavam a maneira abstrata e ideológica dos filósofos alemães verem a ideologia, porque estabeleciam uma separação entre a produção de idéias e as condições sociais e históricas em que essas idéias são produzidas.

Para Marx e Engels (1998, p.14), “a produção de idéias, de concepções e da consciência liga-se à atividade material e ao comércio material dos homens, como uma linguagem da vida real”. Para Chauí (1980), a concepção marxista caracteriza a ideologia como instrumento de dominação de classe, pois a classe dominante faz com que suas idéias sejam as de todos, ou seja, um sistema lógico e coerente de representações e de normas ou regras que indicam como os homens devem pensar e o que devem pensar, o que devem sentir, o que fazer e como fazer.

Corroborando a idéia de que a ideologia é um conceito central na Análise do Discurso francesa dos anos 1960, o filósofo marxista Althusser desenvolveu, então, uma teoria segundo a qual a ideologia representa uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência que se concretiza materialmente em aparelhos e práticas. Para ele a ideologia está associada ao inconsciente pelo viés da interpelação dos indivíduos em sujeitos:

Como todas as evidências, incluídas as que fazem com que uma palavra ‘designa outra’ ou ‘tenha uma significação’ (logo, incluídas as evidências da ‘transparência’ da linguagem), essa evidência de que você e eu somos sujeitos – e que isso não é um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar (ALTHUSSER, 1970, p.30).

Althusser filiou-se ao Partido Comunista Francês em 1948. Autor de obras lidas e traduzidas no mundo inteiro como *Lire Le Capital* (1965), *Pour Marx* (1965) ou *Positions* (1976), Althusser (1970) afirma que, para manter a dominação, a classe dominante gera mecanismos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração.

Na realização ideológica, a interpelação, o reconhecimento, a sujeição e os “Aparelhos Ideológicos de Estado” (AIE), para Althusser (1970), são quatro categorias básicas. A teoria dos AIE constrói uma visão monolítica e acabada de organização social, na qual tudo é rigidamente organizado, planejado e definido pelo Estado, de tal forma que nada mais sobra para os cidadãos. Em seu discurso sobre a Ideologia, fica evidente sua preocupação em encontrar o lugar da submissão espontânea, seu funcionamento e suas conseqüências para o movimento social. Para ele, a dominação burguesa só se estabiliza pela autonomia dos aparelhos (de produção e reprodução) isolados.

Um das formas pela qual a instância ideológica funciona na reprodução das relações de produção é a da “interpretação ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico”, que consiste em fazer com que cada indivíduo (consciente ou inconscientemente) seja levado a ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada formação social. Assim constituídas, as classes sociais mantêm relações que são reproduzidas continuamente e garantidas materialmente pelo que Althusser (1998) chamou de AIE - Aparelhos Ideológicos de Estado. Os AIE, considerados como realidades complexas, “colocam em jogo práticas associadas a lugares ou a relação de lugares que remetem à relação de classe”. (p. 176)

Em estudos posteriores, Althusser explica o que entende por ideologia, formulando três hipóteses; para ele a ideologia:

- 1ª) “representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência”;
- 2ª) tem uma existência porque existe sempre num aparelho e na sua prática”;
- 3ª) interpela indivíduos como sujeitos” (ALTHUSSER, 1970, p.12).

Paul Ricoeur (1977), um dos grandes filósofos e pensadores franceses do período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, foi professor na Universidade da Sorbonne, participou de debates sobre lingüística, psicanálise, estruturalismo e hermenêutica, com um interesse particular pelos textos sagrados do cristianismo. Esse pensador analisa o conceito de ideologia em três instâncias, como:

A) *função geral da ideologia* como mediadora na integração social, na coesão do grupo, caracterizada por cinco traços:

- a ideologia perpetua um ato fundador inicial, ou seja, é função da distância que separa a memória social de um acontecimento “[...] necessidade, para um grupo social, de conferir-se uma imagem de si mesmo, de representar-se, no sentido teatral do termo, de representar e encenar”(RICOEUR, 1977, p. 68);

- a ideologia é dinâmica e motivadora da prática social e “é um motivo; é ao mesmo tempo aquilo que justifica e que compromete”. Por isso, “a ideologia argumenta”, estimula uma práxis social que a caracteriza;

- toda ideologia é simplificadora e esquemática, por isso visando à eficácia social de suas idéias, ela é racionalizadora e sua forma de expressão especial são as máximas, slogans e formas lapidares onde a retórica está presente;

- uma ideologia é operatória e não-temática, ou seja, “opera atrás de nós, mais do que a possuímos como um tema diante de nossos olhos”. É a partir dela que pensamos, mais do que podemos pensar sobre ela”.

Devido ao caráter não-reflexivo e não-transparente a ela atribuído, vincularam-se à ideologia os termos dissimulação e distorção. Nessa linha de pensamento, o quinto traço seria:

- a ideologia é, intolerante dada à inércia temporal que a caracteriza. Assim sendo, a ideologia seria a um só tempo conservação e resistência a mudanças, já que o novo poderia colocar em perigo as bases estabelecidas pela ideologia.

B) *função de dominação*: o conceito de ideologia aparece associado aos elementos hierárquicos da organização social cujo sistema de autoridade interpreta e justifica. Isso porque a legitimação da autoridade demanda mais crença do que as pessoas podem ter, surgindo, então, a ideologia como sistema justificador da dominação.

C) *função de deformação*: instância específica do conceito de ideologia e supõe as duas outras, função geral e função de dominação. Para Ricoeur é básico, no fenômeno ideológico, o papel mediador incorporado ao mais elementar vínculo social: “a ideologia é um fenômeno insuperável da existência social, na medida em que a realidade social sempre possui uma constituição simbólica e comporta uma interpretação, em imagens e representações, do próprio vínculo social” (RICOEUR, 1977, p. 70).

Concluimos, a partir do breve percurso feito com base no trabalho de Ricoeur (1977) que a noção de ideologia, ao contrário do que apregoam os pressupostos marxistas, não carrega apenas sentido negativo, com o que concordamos.

Fazendo um balanço dessas diferentes visões sobre ideologia, pode-se perceber que seu conceito oscila em dois pólos, o que certamente vai determinar formas diferentes de abordar a relação linguagem-ideologia. Segundo Brandão,

[...] de um lado, temos uma concepção de ideologia geralmente ligada á tradição marxista, que apresenta o fenômeno ideologia de maneira mais restrita e particular, entendendo-o como o mecanismo que leva ao escamoteamento da realidade social, apagando as contradições que lhe são inerentes. Conseqüentemente, preconiza a existência de *um* discurso ideológico que, utilizando-se de várias manobras, serve para legitimar o poder de uma classe ou grupo social. De outro lado, temos uma noção mais ampla de ideologia que é definida como visão, uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa determinada circunstância histórica. [...] Nesse sentido, não há *um* discurso ideológico, mas *todos* os discursos o são. Essa postura deixa de lado uma concepção de ideologia como "falsa consciência" ou dissimulação, mascaramento, voltando-se para outra direção ao entender a ideologia como algo inerente ao signo em geral. [...] É nesse ponto que as duas concepções de ideologia se cruzam. (BRANDÃO, 2004, p. 30).

Vistas dessa forma, essas duas concepções de Brandão podem permear determinados discursos como o político, o religioso, o da propaganda e os demais discursos institucionalizados. Procede-se neles a um recorte da realidade, ação que faculta à ideologia escamotear os elementos da realidade, as formas de articulação do espaço da realidade e o modo de se ver o mundo.

Vale ressaltar que, desde os anos 1980, o termo ideologia vem perdendo terreno para outras expressões como *doxa*¹⁰ ou *representação*, embora elas não tenham substituído aquele termo de vez. Para alguns seria preciso "mais que de um fim das ideologias, seria necessário falar de um fim da palavra 'ideologia' que, esgotada pela vã espera de seu conceito, tornou-se [talvez] um obstáculo na pesquisa científica" (THIRY *apud* CHARAUDEAU, 2004, p.219). De qualquer maneira a pesquisa sobre a ideologia, e sua relação com o discurso, se presta a embasar as noções sobre formações sócio-ideológicas e formações discursivas.

Segundo Pêcheux, citado por Brandão (2004), o segmento do materialismo histórico que interessa a uma teoria do discurso é o da superestrutura ideológica associada ao modo de produção dominante na formação social considerada. Assim sendo, é uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica que deve caracterizar a ideologia:

¹⁰ Palavra emprestada do grego que designa a opinião, a reputação o que dizemos das coisas ou das pessoas. A *doxa* corresponde ao sentido comum, isto é, a um conjunto de representações socialmente predominantes, cuja verdade é incerta, tomada, mais freqüentemente, na sua formulação lingüística corrente. (CHARAUDEAU, 2004).

[...] o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como “determinado em última instância” pela instância econômica na medida em que ele aparece como uma das condições (não-econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica. PÊCHEUX *apud* BRANDÃO, 2004, p.46).

Essa concepção de instância ideológica, que vai possibilitar a Pêcheux entender a importância da representação do “exterior da língua”, é advinda dos estudos de Althusser (1998) sobre ideologia, já comentados.

Segundo Brandão (2004, p.47), num determinado momento histórico, e no interior dos aparelhos ideológicos, as relações de classe podem se caracterizar pelo confronto de posições políticas e ideológicas que se organizam de forma a buscar entre si relações de aliança, de contratos, de antagonismos ou de dominação.

Haroche, seguindo a trilha de Althusser, ao refletir sobre as formações ideológicas constituídas pelas organizações políticas e ideológicas, assim as define:

Falar-se de formação ideológica para caracterizar um elemento (determinado aspecto da luta nos aparelhos) susceptível de intervir como uma força confrontada com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas em relação às outras (HAROCHE, 1992, p.102).

A formação ideológica, com certeza, tem como um de seus elementos uma ou várias formações discursivas entrelaçadas. Daí, concluímos que os discursos são governados por formações ideológicas.

De acordo com Brandão (2004), são as formações discursivas que, em uma formação ideológica específica, e levando em conta uma relação de classe, irão determinar “o que deve ser dito” a partir de uma posição e de uma conjuntura dada.

A noção de formação discursiva (FD) foi introduzida por Foucault (1970) e reelaborada por Pêcheux (1975) no quadro da análise do discurso. Essa dupla origem gerou uma grande instabilidade. O primeiro, em sua obra “A arqueologia do saber”, já citada anteriormente neste estudo, ao falar de “formação discursiva”, procurou contornar as unidades tradicionais como “teoria”, “ideologia”, “ciência”, para designar conjuntos de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinados, caracterizando a formação discursiva, ao mesmo tempo, em termos de dispersão, de raridade, de unidade dividida, etc.

Por sua vez, Pêcheux (1997) em seus estudos acolhe a noção de ideologia na análise do discurso. Partindo do quadro teórico marxismo althusseriano, ele propôs que toda “formação social”, caracterizável por certa relação entre as classes sociais, remete à existência de “posições políticas e ideológicas, que são feitas de indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação” (PÊCHEUX, 1997, p. 297). Portanto, a noção de FD elaborada por Pêcheux, representa na AD um lugar fundamental de articulação entre língua e discurso.

Conforme Brandão (2004) a noção de FD contempla dois tipos de funcionamento: (a) a paráfrase que absorve a FD como sendo constituída por um sistema de paráfrase, ou seja, um espaço em que os enunciados são retomados e reelaborados num esforço permanente de fechamento de suas fronteiras, objetivando a preservação de sua identidade. Orlandi (1984) contrapõe essa noção à noção de polissemia, conferindo a esses conceitos opositivos o papel de mecanismos básicos de funcionamento discursivo. A polissemia, ao contrário da paráfrase, que delimita fronteiras, rompe essas fronteiras, camuflando os limites entre diferentes formações discursivas, construindo a pluralidade e a multiplicidade de sentidos. O segundo, (b) o pré-construído, é considerado por Pêcheux (1975) como um dos aspectos fundamentais da articulação da teoria dos discursos com a lingüística. O termo pré-construído foi elaborado por Henry (1975) e designa aquilo que implica uma construção anterior e exterior, independente, por oposição ao que é “construído” pelo enunciado. Ainda, conforme Orlandi (1984), o pré-construído corresponde ao ponto central da interpretação ideológica que não só fornece, mas impõe à realidade o seu sentido sob a forma de universalidade, o que significa que o termo referido entendido como “objeto ideológico, representação, realidade” é assimilado pelo locutor no processo do seu assujeitamento ideológico, quando se realiza a sua identificação enquanto sujeito locutor universal da FD.

Assim, a noção de FD regula a referência à interpelação/assujeitamento do indivíduo em sujeito de seu discurso, portanto, é ela que permite conceber o fato de que sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura sócio-histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar às palavras, “falar diferentemente falando a mesma língua”. Entendemos, então, que uma FD não é “uma única linguagem para todos” ou “para cada linguagem”, mas que numa FD o que se tem é “várias linguagens em uma única”. Courtine e Marandin (1981), ao chegarem a tais constatações concluem que uma FD é heterogênea a ela própria e como consequência dessa heterogeneidade própria a toda FD, caracterizam-na como uma unidade dividida que tem como principio constitutivo a contradição, tomando como apoio a afirmação

de Foucault (1969, p.186) de que a contradição funciona, então, no fio do discurso, como o princípio de sua historicidade.

Vale ressaltar que, embora a FD determine a seus falantes “o que deve e pode ser dito” visando a uma homogeneidade discursiva, os efeitos das contradições ideológicas de classe são recuperáveis no interior mesmo da “unidade” dos conjuntos de discurso, portando, a AD deve trabalhar seu objeto (o discurso) relacionando língua e história, procurando encontrar na materialidade lingüística as marcas das contradições ideológicas.

Em relação a esse tema, Foucault (1986, p.187), diz que “analisar o discurso é fazer desaparecer [sic] e reaparecer [sic] as contradições: é mostrar o jogo que jogam entre si; é manifestar como pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhe uma fugidia aparência”. Nesse sentido, ele enxerga uma FD como um “espaço de dissensões múltiplas” em que atuam em duos de oposição como unidade/diversidade, coerência/heterogeneidade, cujos níveis e papéis devem ser demonstrados, não com o objetivo de nivelá-la em formas gerais de pensamento, mas de demarcar “o ponto em que elas se constituem, de definir a forma que assumem, as relações que têm entre si e o domínio que elas comandam” (FOUCAULT, 1986, p.192).

Courtine (1989) trabalha o conceito de FD ligando, contraditoriamente, dois modos de existência do discurso como objeto de análise:

1) o nível do enunciado, que diz respeito ao sistema de formação dos enunciados, englobando “um feixe complexo de relações funcionando como regra”, situando-se no plano das “regularidades pré-terminais”, aquém da coerência visível e horizontal dos elementos formados;

2) o nível de formulação que se refere ao “estado terminal do discurso” no qual os enunciados manifestam certa “coerência visível horizontal”. Aqui o autor faz referência ao intradiscurso em que a seqüência discursiva existe como discurso concreto no interior do “feixe complexo de relações” de um sistema de formação. (COURTINE, *apud* BRANDÃO, 2004, p.51).

Finalizando esta subseção, retomamos Pêcheux (1969), quando aponta para a necessidade de se reordenar o conceito de CPs (condições de produção), submetendo-as à dependência da relação que a FD entretém com a “pluralidade contraditória” de seu interdiscurso. Para isso, segundo Brandão (2004), deverá ser buscada uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador/locutor.

2.2.1.2 Condições de produção

Pêcheux (1969) foi quem primeiro tentou elaborar a definição empírica geral da noção de Condição de Produção (CP), analisando a noção no esquema “informacional” da comunicação formulada por Jakobson (1963), esquema que, explicitando a vantagem de se colocarem em cena os protagonistas do discurso e o seu “referente”, possibilita entender as condições de produção de um discurso. Pêcheux via nos protagonistas do discurso não a presença física de “organismos humanos individuais”, mas a representação de “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujos traços objetivos característicos podem ser descritos pela sociologia”. Nesta, a noção de discurso implica que as relações entre os lugares objetivamente definíveis encontram-se representadas por uma série de “formações imaginárias” que delimitam o lugar que locutor e alocutário atribuem a si mesmos e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Portanto, em todo processo discursivo, o emissor pode antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa previsão do “imaginário” do outro, estabelecer estratégias do discurso.

Courtine, citado por Brandão (2004), propõe uma definição de CP que não seja também atraída por uma operação psicologizante das determinações históricas do discurso, fazendo-as se transformarem em simples situações contingenciais nas quais interagem os “sujeitos do discurso” que passam a constituir a fonte de relações discursivas das quais, na verdade, não são senão o portador ou o efeito. Courtine postula uma redefinição da noção de CP associada à análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos e articulada teoricamente com o conceito de formação discursiva.

Corroboramos ainda Orlandi (2000), quando argumenta que as premissas básicas das condições de produção compreendem, fundamentalmente, sujeitos e situação. Ao produzir discursos é importante destacar o papel da memória que, quando relacionada a discurso, deve ser tratada como interdiscurso. O discurso não adquire sentido a não ser no interior de um universo de outros discursos, por meio do qual ele deve abrir um caminho. Para interpretar um enunciado, é preciso colocá-lo em relação com todos os tipos de outros, que se comentam, parodiam, citam. Cada gênero de discurso tem sua maneira de gerar as multiplicidades das relações intradiscursivas¹¹. O próprio fato de situar um discurso em um gênero implica que ele é colocado em relação a um conjunto ilimitado de outros.

¹¹ Adjetivo originado de intradiscurso aqui entendido como relações entre os constituintes do mesmo discurso.

Nesse sentido, é importante compreender as relações existentes entre sujeito e ideologia para se apreender o funcionamento do discurso. A constituição da ideologia em um determinado discurso permitirá “remeter o dizer a outras filiações de dizeres, a uma memória e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância mostrando seus compromissos políticos e ideológicos” (ORLANDI, 2000, p. 32).

Ao nos referirmos à memória em relação ao discurso como o “já dito”, faz-se necessário distinguir duas formas de esquecimento nesse discurso que fazem com que o sujeito não tenha acesso às condições reais de produção do próprio discurso, por estar atravessado pela semiconsciência e pela inconsciência.

De acordo com Geraldi,

Para se produzir um texto em qualquer modalidade é preciso que: a) se tenha o que dizer; b) se tenha uma razão para dizer o que se tem a dizer; c) se tenha para quem dizer; d) o locutor se constitua como tal enquanto sujeito que diz o que diz para quem diz (ou, na imagem wittgensteiniana, seja um jogador no jogo). (GERALDI, 1995, p.137).

Podemos dizer que as condições de produção têm fatores condicionados pelas relações de sentido de um discurso, reiteramos, sobre outros em contínuo processo, no qual o mecanismo de antecipação irá regular a argumentação, com base no lugar de onde o sujeito se constitui.

2.3 A Pluralidade do Sujeito

A Lingüística da Enunciação despertou o interesse pelo discurso, já que, colocando a língua em funcionamento, ela a liberta do fechamento e da imobilidade da estrutura, pois, nessa concepção de língua como sistema ou estrutura, os valores são relativos e diferenciais, bloqueando todo o processo de significação e de mudança lingüística. Para a Lingüística da Enunciação, a linguagem não é um elemento externo de comunicação e transmissão de informação, mas um instrumento de atividade entre os protagonistas do discurso. De acordo com Benveniste, citado por Cardoso (1999), como forma, a língua constitui uma estrutura, mas como funcionamento se transforma em discurso, fenômeno temporal da troca, do estabelecimento do diálogo, manifestação interindividual da enunciação, seu produto.

Benveniste conceitua a enunciação como uma relação do locutor com a língua, quando se apropria dela e a coloca em funcionamento.

Émile Benveniste, um dos estudiosos precursores da Lingüística da Enunciação, era de formação estruturalista, dedicando seus trabalhos ao tratamento de questões de lingüística geral. No entanto, foram seus artigos sobre a subjetividade na língua que mais se sobressaíram, graças ao seu rompimento com Saussure, e porque buscou restituir a subjetividade aos estudos lingüísticos.

O sujeito em Benveniste é, em breves palavras, “um eu que se caracteriza pela sua homogeneidade e unicidade e se constitui na medida em que interage com um *tu* – alocutário –, opondo-se ambos à não-pessoa, *ele (eu – tu x ele)*” (BENVENISTE *apud* BRANDÃO, 1991, p. 49) e, ele complementa “embora o *tu* seja complementar e indispensável, na relação dialógica é o *eu* que tem certa ascendência sobre o *tu*” (Solipcismo¹²). Assim, a enunciação como ato individual de colocar a língua em funcionamento, ou de transformá-la em discurso, fica, na perspectiva de Benveniste, circunscrita ao espaço do subjetivo e do individual. Essa dimensão individual e subjetiva seria contestada pela AD que tem como objeto o discurso, considerado como uma instância integralmente histórica e social.

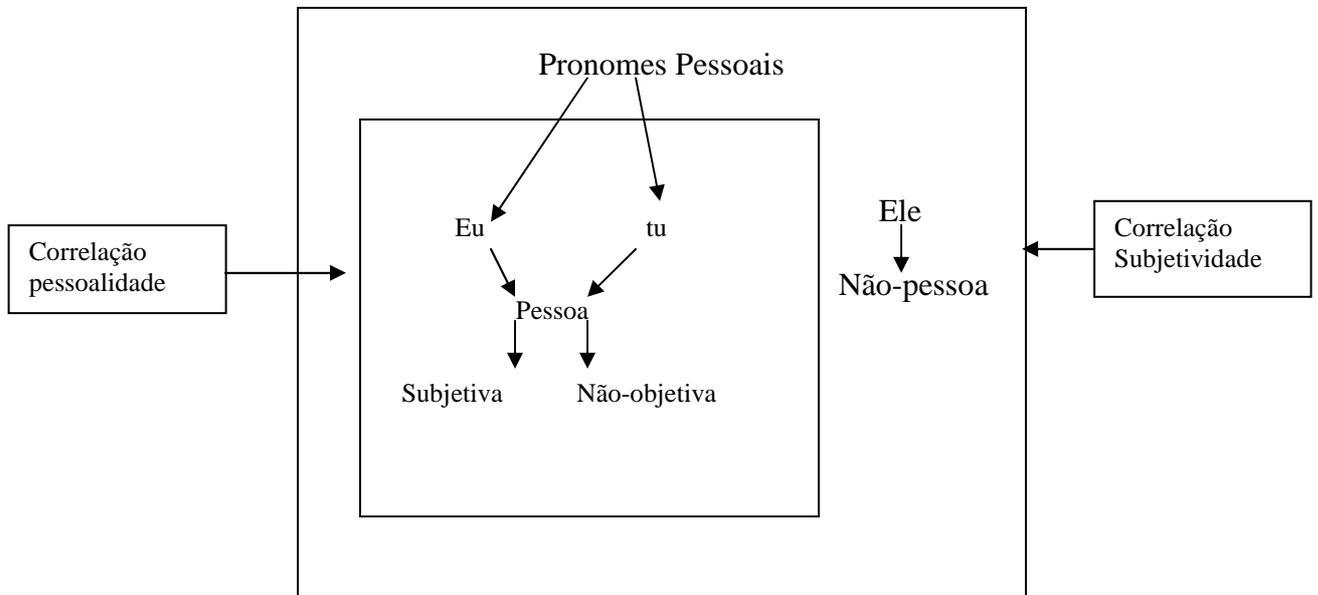
Benveniste (1991, p.286), afirma que “*é na e pela linguagem que o homem se constitui sujeito*”, o ser que se faz pessoa, pelo ato de linguagem, pelo seu exercício. É sua propriedade fundamental: “o *ego* que diz *ego*”. O autor demonstra que a consciência do “eu” só é possível se experimentada por contraste, só é possível dirigindo-se a alguém, um “tu”, estabelecendo assim, uma condição de diálogo constitutiva da pessoa. Portanto, a linguagem apresenta-se como constitutiva de sujeitos e se torna inconcebível sem a propriedade da subjetividade. É na instância do discurso que o “eu” se designa locutor e se enuncia como sujeito, instituindo outro(s) sujeito(s) como alocutário(s). A partir desse entendimento, a língua se transforma em discurso cuja instância estabelece a subjetividade da linguagem.

Benveniste (1991) acentua que a subjetividade é a capacidade de o locutor propor-se como sujeito do seu discurso e se funda no exercício da língua. O referido locutor enuncia sua posição no discurso por meio de determinados índices formais dos quais os pronomes pessoais constituem o primeiro ponto de referência para a revelação da subjetividade na linguagem. O *Eu* e o *tu/você* são vistos como protagonistas da enunciação e, referindo um indivíduo específico, apresenta a marca da *pessoa*, que se distingue pela subjetividade: *eu* é pessoa

¹² Suposição de que o sujeito se apoderaria da língua e o discurso seria centrado no *eu*, supondo-se, em decorrência disso, um alocutário *in absentia*.

subjativa e *tu* pessoa não-objetiva. O *eu* se caracteriza por ser único na instância discursiva e é considerado somente na sua unicidade.

Segundo Brandão (2004), essas afirmativas podem ser sintetizadas no seguinte quadro:



Quadro 1: Pronomes pessoais/subjetividade
Fonte: Brandão, 2004

Na relação discursiva, Benveniste (1991) vê no “ego” o centro da enunciação e o identifica ainda à noção de sujeito, ao afirmar que a constituição da subjetividade se constrói à medida que haja capacidade de dizer “eu”. A manifestação e ancoragem dessa subjetividade são descritas pelo autor, primeiramente com os pronomes pessoais, seguidos por outros indicadores como os da dêixis, isto é, entre outros, os demonstrativos, os advérbios, os adjetivos, que situam o sujeito no espaço tempo e lugar do fazer linguageiro. Brandão (2004) argumenta, ainda, que a teoria benvenistiana da representação do sujeito no discurso torna-se, algumas vezes, restrita diante de uma complexidade mais explícita do que o discurso na realidade revela.

Sintetizando, o sujeito em Benveniste (1991) é um *eu* que se caracteriza pela homogeneidade e unicidade e se constitui na medida em que interage com um *tu* - alocutário - opondo-se ambos à não-pessoa, *ele* (*eu-tu* versus *ele*). Brandão afirma que apesar de esse *tu* ser complementar e indispensável, na relação é o *eu* que tem ascendência sobre o *tu*, logo, Benveniste descreve uma subjetividade “ego-cêntrica”, solipcista, a reger o mecanismo de enunciação.

O sujeito descrito por Benveniste é solipista (histórico), homogêneo e dotado de unicidade, em contradição ao modo de enunciação do sujeito do discurso, que é heterogêneo. Bakhtin, por sua vez, enfoca a questão da constituição do sujeito signifiante, por isso recorreremos às suas contribuições neste trabalho, no intuito de embasar nossa discussão sobre como o mundo é apresentado hoje, o que determina a formação da consciência, quando em contato material sóico e como os sujeitos se constituem na sociedade atual, interagindo com o meio no qual vivem. (BENVENISTE, 1991, p.286).

Entretanto, para Mikhail Bakhtin, a subjetividade segue uma outra trilha.

A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar de um diálogo: interrogar, escutar, responder, concordar etc. Neste diálogo o homem participa todo e com toda a sua vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, com o corpo todo, com as suas ações. Ele se põe todo na palavra, e esta palavra entra no tecido dialógico da existência humana, no simpósio universal. (BAKHTIN, 1982, p. 111)

O lingüista parte do pressuposto de que a sociedade humana é organizada, mantendo “relações entre a infra-estrutura e as superestruturas”; naquela se dão as relações de produção econômica, e nestas se encontra a ideologia. A organização social a que se refere é resultado dessa relação, que é complexa e não se flexibiliza às leis da causalidade mecânica. A compreensão desse movimento relacional pode ser dada pela análise do material verbal utilizado na interação entre os indivíduos. “De fato, a essência deste problema [...] liga-se à questão de saber como a realidade (a infra-estrutura) determina o signo, como o signo reflete e refrata a realidade em transformação” (BAKHTIN, 1982, p. 41).

O filósofo russo assume, assim, sua postura marxista, afirmando que a organização social determina o homem e este, em contrapartida, constitui-se enquanto indivíduo consciente na interação com outro indivíduo consciente e organizado em uma unidade social e, conseqüentemente, determinando as relações sociais do grupo organizado do qual participa. A opção metodológica bakhtiniana por fazer predominar o social sobre o individual fica evidente quando ele afirma que: “as relações de produção e a estrutura sócio-política que delas diretamente deriva determinam todos os contatos verbais possíveis entre indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal: no trabalho, na vida política, na criação ideológica” (BAKHTIN, 1982, p. 42).

Conforme Miotello, para Bakhtin

só há indivíduo se este não tiver consciência, e não haverá indivíduo consciente se este não interagir com outro indivíduo, em um grupo social organizado, constituindo signos, que garantem o acontecimento ideológico. “Tudo o que é ideológico possui

um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia” (1929,31). Essa interação entre indivíduos, portanto, se desenvolve com base nos signos, no modo de cada ser humano ver o mundo e atribuir a ele significado, e esses têm sua origem fundada no modo de ser do conjunto social. (BAKTIM *apud* MIOTELLO, 2001, p. 120).

Dessa forma, fica claro, que a inseparabilidade da referência a si, confere ao indivíduo-sujeito o caráter lógico-ético de distribuidor de valores. Nesse contato e por meio de uma comunicação contínua, o indivíduo, em interação social, coloca em jogo esses valores, o que o torna um sujeito social.

De acordo com Bakhtin (1982), a ideologia é social, nasce na “realidade objetiva dos signos sociais” e as “leis dessa realidade são as leis da comunicação semiótica e são diretamente determinadas pelo conjunto de leis sociais e econômicas”. Logo, “esse aspecto semiótico e esse papel contínuos da comunicação social como fator condicionante não aparecem em nenhum lugar de maneira mais clara e completa do que na linguagem”. Assim sendo, para o filósofo russo, “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência”. É a palavra que estabelece a ponte entre dois interlocutores, entre dois indivíduos organizados em seu mundo complexo. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo; não comporta coisa alguma que não esteja associada a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. “A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social” (BAKHTIN, 1982, p.36).

Para Bakhtin,

[...] as palavras são tecidas de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (BAKHTIN, 1982, p.41).

É pela palavra (em interação) que o sujeito se constitui e é constituído. A teoria da linguagem desenvolvida por Bakhtin (1982) necessita, então, de sujeitos inter-agentes, ativos, relacionados em uma realidade organizada, e carregando em si todos os valores sociais tidos como importantes por aquela realidade ou grupo, que são novamente testados a cada novo uso verbal. A cada novo uso da palavra surge no seu interior uma multiplicidade de vozes e de sentidos, que são ajustados no momento da enunciação atual. Evidencia-se aqui, novamente, a presença da polifonia, do outro se fazendo participante da comunicação, mesmo que o locutor

tenha assimilado a “palavra alheia” como “palavra própria”.

E ainda, segundo Bakhtin,

[...] pode-se colocar que a palavra existe para o locutor sob três aspectos: como palavra neutra da língua e que não pertence a ninguém; como palavra do outro pertencente aos outros e que preenche o eco dos enunciados alheios; e, finalmente, como palavra minha, pois, na medida em que uso essa palavra numa determinada situação, com uma intenção discursiva, ela já se impregnou da minha expressividade. (BAKHTIN, 1982, p. 313).

Uma ação inter-ativa humana, desenvolvida por sujeitos relacionados de forma organizada, abre um campo fértil para o estabelecimento de signos, única possibilidade de o homem poder se constituir enquanto homem, enquanto sujeito. Portanto, o outro é tido como constitutivo do sujeito, pois esse é o único em condições de unificar o indivíduo, ainda que esse acabamento seja absolutamente provisório, pois se defronta imediatamente com o inacabamento produzido, em retorno, pelo sujeito. Essa unificação se dá de um ponto de vista em que a linguagem é a atividade constitutiva do locutor e do interlocutor. Do ponto de vista bakhtiniano, não é a atividade mental que organiza a expressão verbal, mas, ao contrário, é a expressão verbo-social que organiza a atividade mental, a consciência, que a modela e determina sua orientação. Conseqüentemente, a concretude da relação entre falantes, em todas as suas formas de existência, é que constitui a consciência e, portanto, o indivíduo. E, como não existe atividade mental, não existe a consciência, sem antes ter havido expressão semiótica que modelasse sua visão de mundo, logo, é pela mediação da palavra, da linguagem que se constitui a existência do sujeito. Desse modo, podemos afirmar o quanto é imprescindível a presença da palavra do outro na constituição da consciência do indivíduo, apesar de todo o esforço em se tornar intra-individual o que é de fato interindividual.

Sobre a forma como Bakhtin (1982) explica o mundo, o sujeito e a linguagem, Miotello (2001, p.123) acrescenta que “a palavra está presente em todos os atos de compreensão e em todos os atos de interpretação”, do mundo, do sujeito e da linguagem. Isso porque os sujeitos se constituem pelo estabelecimento mediatizado de signos que ocorrem no espaço inter-humano da comunicação, pois “nenhum signo cultural, quando compreendido e dotado de sentido, permanece isolado: torna-se parte da unidade da consciência verbalmente constituída”. A palavra é um ato bilateral composto de duas faces: é determinada, tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo de que se dirige a alguém. Ela constitui, portanto, o produto da interação do locutor e do ouvinte, território comum do locutor e do interlocutor. Dessa forma, nenhum deles é dono da palavra, pois ela pertence às relações sociais. As palavras carregam em

si as determinações impostas por essas relações e são pronunciadas com cargas da significação atualizada por aqueles sujeitos naquela dada situação interacional.

Bakhtin (1982, p.114) afirma, ainda, que: “[...] a situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação. Os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o interlocutor”.

Podemos entender, então, que o ouvinte que recebe e compreende a significação de um discurso, adota simultaneamente, para com esse discurso, uma atitude responsiva ativa: ele concorda ou discorda, ou completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante, durante todo o processo de audição e compreensão e se dá desde o início do discurso. No entanto, citado por Miotello (2001, p.124), Bakhtin afirma que “não basta colocar face a face dois *homo sapiens* quaisquer para que os signos se constituam”, ou a afirmação de que “dois organismos biológicos, postos em presença num meio puramente natural, não produzirão um ato de fala”, ele mostra que é necessário que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo, uma unidade social, e só assim um sistema de signos pode se constituir. Inverte-se, assim, a compreensão sobre a existência da consciência individual. Na verdade, essa consciência que garante a existência da individualidade, nem nasce pronta com o ser humano, nem surge no interior do indivíduo, mas é um “fato sócio-ideológico”, e “adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no decorrer de suas relações sociais”. E uma vez que ela vai se constituindo na interação, também vai constituindo a subjetividade, a individualidade.

Buscando definir uma concepção sociológica da linguagem e do sujeito, Bakhtin (1982) pondera que mesmo procurando o objeto de estudo em outras esferas da realidade, como a física, a fisiologia e a psicologia, não foi capaz de identificar a linguagem, pois nesses campos sente-se “que este complexo é privado de alma” e seus diferentes elementos estão alinhados, mas não unidos por um conjunto de regras internas que lhes atribuíssem vida e faria dele (complexo) um fato lingüístico. Somente ao inserir este conjunto já complexo num mais complexo ainda, e que o engloba, é que Bakhtin defronta-se com a “esfera única da relação social organizada”, na qual se situam os sujeitos falantes. Esses indivíduos - o locutor e o interlocutor - devem pertencer “à mesma comunidade lingüística, a uma sociedade claramente organizada” e, também, “é indispensável que estes dois indivíduos estejam integrados na unicidade da situação social imediata”, isto é, “que tenham uma relação de pessoa para pessoa sobre um terreno bem definido”, constituindo signos; esse é “o passe de mágica que constitui o

processo lingüístico”. Sem a unicidade entre a comunidade lingüística e o meio social e a unicidade do contexto social imediato não há fatos de linguagem, pois não há sujeitos que a constituam, mas apenas “dois organismos biológicos”, naturalmente colocados um diante do outro. Mas se condições forem dadas, teremos dois sujeitos face a face e a linguagem se realizará. (BAKHTIN, 1982, p.70).

Bakhtin aponta algumas questões críticas sobre o conceito de língua da lingüística estrutural, pelo fato do mesmo não ser articulável com a história, com o sujeito e, muito menos com uma prática social concreta. A partir de uma visão dialógica, ele concebe que práticas linguageiras socialmente diferentes e contraditórias se inscrevem historicamente no interior de uma mesma língua.

Citando os estudos de Bakhtin, Authier Revuz, (1982, p.102) aponta um paradigma que perpassa coerentemente os diversos domínios abordados: “o dialógico *versus* o monológico; o múltiplo, o plural *versus* o único; o outro no um *versus* o um e o outro; o heterogêneo *versus* o homogêneo; o conflitual *versus* o imóvel; o relativo *versus* o absoluto, o centro; o inacabado *versus* o acabado, o dogmático”. Os elementos desse paradigma constroem, historicamente, uma teoria da produção do discurso e do sentido. Ao instaurar uma perspectiva dialógica contrária ao monologismo, Bakhtin, afirma que a dialogização do discurso tem uma dupla orientação: uma voltada para os “outros discursos” como processos constitutivos do discurso, e outra voltada para o outro da interlocução - o enunciatário.

É um duplo dialogismo - não por adição, mas em interdependência - que é colocado na fala: a orientação dialógica de todo discurso entre os “outros discursos” é ela própria dialogicamente orientada, determinada por “este outro discurso” específico do recepto, tal como ele é imaginado pelo locutor, como condição de compreensão do primeiro (AUTHIER-REVUZ, *apud* BRANDÃO, 2004, p. 118).

Concluimos então, que o discurso se constrói polifonicamente, num jogo de várias vozes cruzadas, complementares, concorrentes, contraditórias...

Brandão (2004) em um trecho no qual cita Authier-Revuz, destaca que a francesa articula sua noção de heterogeneidade constitutiva da linguagem ao conceito de dialogismo bakhtiniano. Isso nos leva a perceber que o conceito de subjetividade não pode estar centrado num ego, enquanto entidade única e fonte toda-poderosa de sua palavra, mas em um sujeito que se cinde porque é átomo, partícula de um corpo histórico-social, no qual interage com outros discursos de que se apossa, ou diante dos quais se posiciona (ou é posicionado) para elaborar seu discurso.

Morin (1996), por sua vez, advoga que a noção de sujeito é controvertida. Desde o princípio, o sujeito aparece de forma paradoxal: é simultaneamente, evidente e não-evidente. Por um lado, é uma evidência óbvia, dado que em todas as línguas existe uma primeira pessoa do singular; mas também é uma evidência à reflexão, tal como indicou Descartes: se duvido, não posso duvidar de que duvido, portanto penso, ou seja, sou eu quem pensa. É nesse nível que o sujeito aparece.

O sociólogo-filósofo francês reitera que a noção de sujeito, sem dúvida, não é evidente.

[...] onde se encontra o sujeito? O que é? Em que se baseia? É uma aparência ilusória ou uma realidade fundamental? Certamente pode aparecer como realidade suprema. Assim, quando o Eterno aparece ante Moisés, que se encontra na casa de seu sogro Jetro, à pergunta de Moisés: *Quem és tu?* o Eterno responde: *Eu sou quem sou*, ou, em outra tradução: *Eu sou o que sou*. Dito de outra maneira, Deus aparece como a subjetividade absoluta. Em muitas filosóficas e metafísicas, o sujeito confunde-se com a alma, com a parte divina ou, pelo menos, com o que em nós é superior, já que nele se fixam o juízo, a liberdade, a vontade moral, etc. Não obstante, se o considerarmos a partir de outro lado, por exemplo, pela ciência, só observamos determinismos físicos, biológicos, sociológicos ou culturais, e nessa ótica o sujeito se dissolve. (MORIN, 1996, p. 45).

Conforme Morin (1996, p. 45), desde o século XVII, vive-se na cultura ocidental uma estranha disjunção esquizofrênica: “na vida cotidiana, sentimo-nos sujeitos e vemos aos outros como sujeitos [...], mas, se examinarmos essas pessoas e nós mesmos pelo ponto de vista do determinismo, o sujeito novamente se dissolve, desaparece”. Formulado por Descartes, esse paradigma, segundo Morin descreve dois mundos: “um que era relevante ao conhecimento objetivo científico - o mundo dos objetos - e o outro, um mundo que compete à outra forma de conhecimento, um mundo intuitivo, reflexivo - o mundo dos sujeitos” (MORIN, 1996, p. 45). Dessa forma, vivemos uma oposição que nos leva a crer que na ciência clássica não encontramos sustentação para a noção de sujeito, pois nessa, a subjetividade aparece como contingência, como fonte de erros. Porém, se abandonarmos o campo científico e refletirmos como fez Descartes, citado por Morin (1996) em seu famoso *cogito*, “o sujeito se torna fundamento, fundamento de verdade, de toda verdade possível. É assim que encontramos o ego transcendental, transcendentalizado, na filosofia de Kant (2003)” (MORIN, 1996, p. 46).

No século XX, ocorre uma invasão da cientificidade clássica nas ciências humanas e sociais. Assistimos à expulsão do sujeito na psicologia (substituído pelo duo estímulo - resposta, pelos comportamentos); na história (para apenas ver os determinismos sociais); na antropologia (para ver apenas estruturas) e também na sociologia (para ver apenas a sociedade como criadora de padrões e regras isolados).

Nesse contexto, Morin afirma que,

Lévi-Strauss, Althusser e Lacan liquidaram de vez a noção de homem e de sujeito, adotando o inverso da famosa máxima de Freud: Aí onde está o isto deve vir o eu, mas, na visão estruturalista e cientificista, aí onde está o eu, há que liquidá-lo, deve vir o isto. (MORIN, 1996, p.46).

Ainda, conforme idéias de Morin (1996), houve alguns retornos dos sujeitos, como em Foucault ou em Barthes, coincidindo com um retorno do Eros e da literatura. A partir daí, é na filosofia que o sujeito se encontra novamente problematizado.

O filósofo faz, então, uma proposta acreditando poder fundamentar cientificamente a noção de sujeito baseado numa definição que ele chama de “biológica” e que corresponde à lógica própria do ser vivo. Para ele isso é possível, porque existe uma concepção de autonomia (inconcebível anteriormente na visão mecanicista e determinista), não associada à antiga noção de liberdade, mas sim de dependência, sendo que a noção de sujeito associada à de dependência é inseparável da noção de auto-organização.

Foerster¹³ citado por Morin, afirma:

A auto-organização significa obviamente autonomia, mas um sistema auto-organizador é um sistema que deve trabalhar para construir e reconstruir sua autonomia e que, portanto, dilapida energia. Em virtude do segundo princípio da termodinâmica, é necessário que este sistema extraia energia do exterior; isto é, para ser autônomo, é necessário depender do mundo externo. E sabemos, pelo que podemos observar, que esta dependência não é só energética, mas também informativa, pois o ser vivo extrai informação do mundo exterior a fim de organizar seu comportamento. [...] Nós, por exemplo, levamos, inscrita em nosso organismo, a organização cronológica da Terra, a rotação da Terra ao redor do sol. Como muitos animais e plantas, também nós temos um ritmo inato, de aproximadamente 24 horas; é o que chamamos ritmo circadiano. O que significa dizer que temos um relógio interno que registra o processo de alternância do dia e da noite. Por outro lado, nossas sociedades regem-se por um calendário estabelecido em função da lua e do sol, de maneira a organizar nossa vida coletiva. Na autonomia, [...] há uma profunda dependência energética, informativa e organizativa a respeito do mundo exterior (FOERSTER *apud* MORIN, 1996, p. 46).

Recorrendo à biologia e partindo da descrição do modo de vida de uma bactéria, “um ser computante”, que se ocupa de signos, índices, dados e através desses cuida de seu mundo interno, assim como também do mundo exterior e, considerando os modos de funcionamento do sistema imunológico “que nos protege das agressões externas” pelo reconhecimento de um “si mesmo mediante uma espécie de carteira de identidade molecular própria do organismo particular” e recorrendo à botânica, ao considerar a descoberta de que existe comunicação

¹³ Físico austríaco naturalizado americano em cujos trabalhos combinava física e filosofia

entre árvores de uma mesma espécie, entre outros exemplos e argumentos de que se utiliza, Morin (1996) reflete sobre um conjunto de processos autoconstitutivos da identidade e extrai um conjunto de princípios, o da diferença/equivalência, o da identidade, o da exclusão/inclusão e o da intercomunicação com o semelhante que incluem a possibilidade de comunicação de nossa incomunicabilidade e com os quais se pode conceber o sujeito como organismo auto-eco-organizador, isto é, com dependência externa, e como auto-exo-referente, ou seja, aquele que para se referir a si é preciso referir-se ao mundo externo e, assim, promover o entrelaçamento de múltiplos componentes. É um sujeito que vive num universo onde existe o acaso e a incerteza, que “pode tomar consciência de si mesmo, através do instrumento de objetivação que é a linguagem”, que possibilita a capacidade de escolha entre várias alternativas e tem o conhecimento de sua própria insuficiência.

Por este motivo, Morin opta por não falar de auto-organização e sim de auto-eco-organização, considerando um princípio de Von Foerster, citado por Morin (1996), no qual a auto-organização é dependente. Ele faz uma analogia dessa expressão com certa autonomia das máquinas artificiais, citando como exemplo um aparelho de calefação central que produz, mediante um dispositivo de retroação, uma autonomia térmica, e isso faz com que um ambiente permaneça à mesma temperatura, independentemente de que no exterior haja frio ou calor. Esse mecanismo possui um sistema de regulação complexo e rico que permite a homeostase (valores constantes de temperatura dentre outros, que compõem o meio interno). Sendo assim, as máquinas têm uma capacidade de se auto-reparar e de se auto-regenerar continuamente, por meio de um processo que Morin (1996, p.47) denomina “organização recursiva”, ou seja, aquela na qual os efeitos e os produtos são necessários para a sua própria causa e sua própria produção, uma “organização em forma de anel”. Diante desses argumentos, o autor aponta bases conceituais para a noção de autonomia ao se referir a uma organização vivente, dando novo destaque à noção de indivíduo.

Novamente, o autor faz uma analogia, a partir do pensamento biológico de uma relação concebendo essa relação segundo um processo recursivo em que

[...] o indivíduo é, evidentemente um produto, é o produto [...], mas esse produto é ele mesmo produtor no processo [...], somos produtos e produtores, num ciclo rotativo de vida. [...] A sociedade é sem dúvida, o produto de interações entre indivíduos. Essas interações, por sua vez, criam uma organização que tem qualidades próprias, em particular, a linguagem e a cultura. [...] Isso significa que os indivíduos produzem a sociedade, que produz os indivíduos (MORIN, 1996, p. 47).

Assim, fica compreendida a autonomia do indivíduo de forma extremamente relativa e complexa. Sob essa ótica a noção de indivíduo-sujeito implica, simultaneamente, autonomia e dependência e, a definição de sujeito supõe, por sua vez, a autonomia-dependência do indivíduo, ainda que não se reduza a isso. Fazendo uma analogia com a organização viva, biologicamente falando, na qual explica o termo auto-eco-organização do ser vivo como sendo um processo que permite a reorganização, a reparação e a ação, e ainda, uma analogia com a operação de computadores artificiais, ambos regidos por um processo binário e, ao mesmo tempo, misterioso, complexo, mas animados por uma autofinalidade, Morin (1996, p. 49) apresenta o termo *computo*, afirmando que esse é necessário para a existência do ser e do sujeito. Assim, apresenta o sujeito com o *computo* e com o egocentrismo, em que a “noção de sujeito está indissolivelmente unida a esse ato, no qual não só se é própria finalidade de si mesmo, mas em que também se é autoconstitutivo da própria identidade”.

Ao tratar do sujeito como autoconstitutivo da própria identidade, Morin (1996) advoga que o “eu é o ato de ocupação da posição egocêntrica, eu ocupo um lugar egocêntrico, eu falo. O eu é o puro surgimento do sujeito”. Segundo esse autor, “há um princípio de identidade complexo, que possibilita todas as operações de tratamento objetivo [...] das ações; um tratamento objetivo, mas com finalidade subjetiva”. Desse modo, esse princípio faculta a auto-referência: “posso tratar-me a mim mesmo, referir-me a mim mesmo, por que necessito um mínimo de objetivação de mim mesmo, uma vez que permaneço como eu-sujeito”. Porém, a auto-organização é a auto-eco-organização, do mesmo modo como a auto-referência é a auto-exo-referência. Isso quer dizer que para me referir a mim mesma, preciso me referir ao mundo exterior. A diferença entre o *si* e o *não-si* não é só de ordem cognitiva, mas também é distributiva de valor: atribuo sempre valor a *si*, e *não-valor* ao *não-si*. E é esse processo de auto-exo-referência que é constitutivo da identidade subjetiva. Opera-se desse modo a diferença entre *si/não-si*, *mim/não-mim*, entre o eu e os outros eus (MORIN, 1996).

Vamos aqui nos desafiar, associando a um aspecto desta reflexão aquele relativo ao princípio da intercomunicação com o semelhante e, portanto aos aspectos próprios do sujeito associado à linguagem e à cultura, trazendo reflexões procedentes de outros lugares, a fim de ressaltar os aspectos fragmentários, instáveis e mutantes da subjetividade. Trata-se de compreender que os humanos são seres instáveis nos quais existe a possibilidade do melhor e do pior, alguns tendo melhores oportunidades que outros; vamos procurar compreender, também, que os seres têm “múltiplas personalidades potenciais e que tudo depende dos acontecimentos, dos acidentes que lhes sucedem e que podem liberar algumas delas” (MORIN,

1997, p. 64).

Retomemos, para esta aproximação, alguns conceitos elaborados por Bakhtin (1992) em seu estudo da relação entre autor e herói na qual o estudioso russo se move entre os mundos ético e estético e formula um conjunto de categorias com que os aproxima, diferenciando-os. No pensamento bakhtiniano, a relação com a alteridade é fundamental e, é a partir dessa relação em que o herói é o outro do autor e o autor é o outro do herói, que o pensador russo institui o princípio básico que diferencia a relação estética da relação ética:

[...] um autor modifica todas as particularidades de um herói, seus traços característicos, os episódios de sua vida, seus atos, pensamentos, sentimentos, do mesmo modo que, na vida, reagimos com um juízo de valor a todas as manifestações daqueles que nos rodeiam: na vida, todavia, nossas reações são díspares, são reações a manifestações isoladas e não ao *todo do homem*, e mesmo quando o determinamos enquanto todo, definindo-o como bom, mau, egoísta, etc., expressamos unicamente a posição que adotamos a respeito dele na prática cotidiana, e esse juízo o determina menos do que traduz o que esperamos dele. (BAKHTIN, 1992, p. 25).

A partir da reação ao todo, específica da reação estética, que é baseada na suposição de acabamento do objeto - herói ou obra -, que o autor fundamentará a diferença entre os dois mundos postos em paralelo em seus estudos. Derivam deste princípio os conceitos definidos por Bakhtin com os quais distingue os mundos ético e estético. Considerando que nossos entendimentos são sempre limitados, voltamos mais uma vez a esse lingüista russo, quando afirma:

[...] a consciência do autor é consciência de uma consciência, ou seja, é uma consciência que engloba e acaba a consciência do herói e do seu mundo, que engloba e acaba a consciência do herói por intermédio do que, por princípio, é transcendente a essa consciência e que, imanente, a falsearia. O autor não só vê e sabe tudo quanto vê e sabe o herói em particular e todos os heróis em conjunto, mas também vê e sabe mais do que eles, vendo e sabendo até o que é por princípio inacessível aos heróis; é precisamente esse *excedente*, sempre determinado e constante de que se beneficia a visão e o saber do autor, em comparação com cada um dos heróis, que fornece o princípio de acabamento de um todo – o dos heróis e o do acontecimento da existência deles, isto é, o todo da obra (BAKHTIN, 1992, 32).

Levando o conceito de “excedente de visão” para o mundo da vida, vamos perceber que na vida não há um autor e que, se estou vivendo, tenho um por-vir e, portanto sou inacabado. O todo acabado de minha vida eu não o domino. Por isso, a realidade da vida é uma realidade ética, embora a vida possa ser vivida esteticamente. Dentro dessa realidade de mundo, estamos expostos e quem nos vê, nos vê com o “fundo” da paisagem em que estamos. A maneira de ver do outro nos enxerga como um todo com um fundo que não dominamos. Relativamente a nós, o

outro tem um *excedente de visão*, ou seja, o outro tem uma experiência de mim que eu próprio não tenho, mas que posso, por meu tempo e lugar, ter a respeito dele. Esse “acontecimento” mostra nossa incompletude e constitui o *outro* como o único lugar possível de uma completude impossível. Enxergamo-nos com os olhos do outro, mas regressamos sempre a nós mesmos e a nossa incompletude, pois “tudo quanto pode nos assegurar um acabamento na consciência de outrem, logo presumido na nossa autoconsciência, perde a faculdade de efetuar nosso acabamento” porque a experiência do outro, mesmo sendo de mim, me é inacessível (BAKHTIN, 1992 p.36). E, sendo a experiência de mim vivida pelo outro inacessível, essa inacessibilidade quer mostrar sempre a incompletude fundante do homem, mobiliza o desejo de completude. Aproximo-me do outro, também incompletude por definição, com esperança de encontrar a fonte restauradora da totalidade perdida. É na tensão do encontro/desencontro do *eu* e do *tu* que ambos se constituem. E, nessa atividade, constrói-se a linguagem enquanto mediação sógnica necessária.

Por isso, linguagem é trabalho e produto do trabalho; ela carrega em cada expressão a história de sua construção e de seus usos. Nascimentos dos universos de discursos que nos precederam, internalizamos dos discursos de que participamos expressões/compreensões pré-construídas, num processo contínuo de tornar intraindividual o que é interindividual. Mas a cada nova expressão/compreensão pré-construída fazemos corresponder nossas contrapalavras, articulando e rearticulando dialogicamente o que agora se apreende com as mediações próprias do que antes já fora apreendido.

Como expõe Bakhtin,

as influências extratextuais têm uma importância muito especial nas primeiras etapas do desenvolvimento do homem. Estas influências estão revestidas de palavras (ou outros signos), e estas palavras pertencem a outras pessoas; antes de qualquer coisa, trata-se das palavras da mãe. Depois, estas “palavras alheias” se reelaboram dialogicamente em “palavras próprias-alheias” com a ajuda de outras palavras alheias (escutadas anteriormente) e logo se tornam palavras próprias (com a perda das aspas, falando metaforicamente) que já possuem um caráter criativo. (BAKHTIN, 1992, p. 385).

Na incompletude está a energia motivadora da busca da completude eternamente inconclusa. E como incompletude e inconclusão andam juntas, as mediações sógnicas, ou as linguagens, construídas neste trabalho contínuo de constituição não podem ser entendidas como um sistema fechado e acabado de signos para sempre disponíveis, prontos e reconhecíveis. Enquanto “instrumentos” próprios construídos nesse processo contínuo de interlocução com o outro, carregam consigo as fragilidades do singular, do irrepitível, do insolúvel, mostrando sua

vocação estrutural para a mudança. Complementando essas idéias, Kramer (1994, p.107) afirma que

a linguagem [...] regula a atividade psíquica, constituindo a consciência, porque é expressão de signos que encarnam o sentido como elemento da cultura. Sentido que exprime a experiência vivida nas relações sociais, entendidas estas como espaço de imposições, confrontos, desejos, paixões, retornos, imaginação e construções.

Se nesse movimento é que se constitui a consciência, também ela não pode ser considerada senão em sua constante mutação. Elege-se como território, portanto, o fluxo do movimento, lugar de passagem e na passagem a interação do homem com os outros homens, no desafio de construir compreensões do mundo vivido. Das histórias contidas e não contadas, dos interesses contraditórios e das incoerências de um presente que, em construção, nos escapa porque sua materialidade “inefável” contém no aqui e agora as memórias do passado e os horizontes de possibilidades, calculados com base num pensamento futuro.

Do ponto de vista bakhtiniano, conforme Morin (1996), no mundo da vida “calculamos”, a todo instante, com base no pensamento futuro desejado, as possibilidades de ação no presente. Não se trata de reintroduzir, a partir da idéia de pensamento futuro, a idéia de salvação terrestre. O “devir está problematizado e assim ficará para sempre”, pois vivemos um “contexto em que as metanarrativas de qualquer gênero são olhadas com profunda desconfiança”. Trata-se de pensar que, a todo acontecimento, o futuro é repensado, refeito e neste lugar desterritorializado, sempre mutável, o sujeito se situa para analisar o presente vivido e, nos limites de suas condições e dos recursos disponíveis, construídos pela herança cultural e reconstruídos, modificados, abandonados, ou recriados pelo presente, selecionar uma das possibilidades de ação. Somos movidos pelas utopias, pelos sonhos, pois “nada é mais pobre que uma verdade sem o sentimento de verdade” (MORIN, 1996, p.33).

Compreendendo e aceitando que a relação com a singularidade é da natureza do processo constitutivo dos sujeitos e da linguagem, com a precariedade própria da temporalidade que o específico do momento implica a instabilidade dos sujeitos - e da história - não é um problema a ser afastado, mas, ao contrário, é inspiração para (re)significar a vida, assumindo a irreversibilidade de seus processos. Ao nos apresentarmos com distintas histórias de relações com os outros - cujos “excedentes de visão” buscamos em nossos processos de constituição - vamos construindo nossas consciências com diferentes palavras que internalizamos e que funcionam como contrapalavras na construção dos sentidos do que vivemos, vemos, ouvimos, lemos. Essas histórias nos fazem únicos, singulares e “irrepetíveis”. A unicidade é incerta, pois se compreendemos com palavras que antes de serem nossas, foram e são também do outro,

nunca teremos certeza se estamos falando ou se alguém fala por nós.

Consoante às idéias de Morin (1996), Charaudeau (2004) pondera que seria conveniente considerar que o sujeito do discurso é um sujeito composto de várias denominações. O discurso é polifônico, já que nele várias vozes enunciativas se inserem; é clivado, pois carrega consigo vários tipos de saberes, dos quais uns são conscientes, outros não-conscientes e, ainda, outros inconscientes. Ele se desdobra na medida em que é levado a desempenhar alternadamente dois papéis de bases distintas: papel de sujeito que produz um ato de linguagem e o coloca em cena, imaginando como poderia ser a reação de seu interlocutor e papel do sujeito que recebe e deve interpretar um ato de linguagem, em função do que ele pensa a respeito do sujeito que produziu esse ato. Cada um desses papéis manobra o sujeito do discurso para se expor em operações diferentes. No primeiro caso, ele exerce o papel de locutor; no segundo, o papel de alocutário, sendo ambos os produtos de inferências que não são exatamente idênticas.

Explicitando melhor essas idéias, utilizamos alguns conceitos da teoria da Semiologia elaborada por Charaudeau no Centro da Análise do Discurso Francesa.

Com a sua teoria sobre Semiologia, Patrick Charaudeau (1983) avança os estudos sobre AD, ao concluir que a atuação de um sujeito comunicante/enunciador, vivendo em uma determinada sociedade, que produz e estabelece os contratos e rituais, mereceria aprofundamentos. Ele busca, então, estabelecer a relação entre língua e mundo, ao contrário das teorias lingüísticas que procuravam descrever os sistemas internos das línguas, nas quais o sujeito aparecia apenas como realidade gramatical. Reconhece também o sujeito como o lugar de produção da significação linguageira, portanto, ele não é um indivíduo preciso nem um ser coletivo, mas uma abstração: é o lugar da produção/interpretação da significação. O sujeito assim visto e sua classificação, conforme a teoria Semiologia, ou melhor, os sujeitos envolvidos no ato de linguagem, estão resumidos no quadro a seguir.

SUJEITOS DA LINGUAGEM			
PARCEIROS (Seres associados)		PROTAGONISTAS (Seres de palavras)	
Sujeito comunicante Sc	Sujeito interpretante Si	Sujeito enunciador Se	Sujeito enunciatário Sen
Instância do FAZER (Espaço SITUACIONAL)		Instância do DIZER (Espaço da encenação DISCURSIVA)	
Encenação LINGUAGEIRA			

Quadro 2: Sujeitos no ato da linguagem

Fonte: Charaudeau, citado por Coura-Sobrinho, 2003

O quadro demonstra a importância do papel que o sujeito desempenha no ato de linguagem para que se definam os tipos de sujeito: os *protagonistas* e os *parceiros*. Os protagonistas são subdivididos em: sujeito enunciador (Se), produtor da encenação a ser interpretada pelo sujeito interpretante (Si) e sujeito enunciatário (Sen). Aos *protagonistas* são atribuídos papéis definidos pelos *parceiros* do ato de linguagem, em função de sua relação contratual. Os *parceiros* (ou seres associados), por sua vez compreendem o *sujeito comunicante* (Sc) e o *sujeito interpretante* (Si), que devem se reconhecer como tal e que também se encontram imbricados na expectativa de uma relação contratual. Essa relação não tem bases objetivas fixadas pelo estatuto social dos parceiros fora da cena enunciativa; só existe na medida em que os parceiros se reconhecem e depende dos componentes: comunicacional, psicossocial e interacional, que se tornam pertinentes por meio da expectativa do ato linguageiro. O *sujeito comunicante* introduz o processo de produção e identifica hipóteses sobre o *sujeito interpretante* que inicia, por sua vez, o processo de construção da interpretação (pela interação ou pelo silêncio), em função da imagem que ele constrói de si e da percepção do ritual linguageiro (COURA-SOBRINHO, 2003).

As abordagens sobre o sujeito comunicante (Sc) revelam um paradoxo, pois, embora o sujeito em cena tenha seu estilo próprio, não deixa de ser também um sujeito-coletivo, considerando que ele vive em uma determinada sociedade, criadora de regras de conduta, de rituais e de contratos linguageiros a que ele se submete, reproduzindo-os. Como abordar, então, esse sujeito ambivalente numa perspectiva discursiva? Charaudeau, citado por Machado aponta que

[...] todo texto seria o produto de um Projeto de Palavra que é feito por um sujeito particular que sabe (de modo mais ou menos consciente) que tal Projeto é, em parte, determinado por um Contrato de Palavra. E a liberdade deste sujeito se encontra precisamente seja na margem de manobras que lhe deixa o dito contrato [...] seja no ato de subversão, ou de transgressão do referido contrato. (CHARAUDEAU *apud* MACHADO, 1998, p.114).

Podemos entender, então, que há um sujeito que cria seus textos ou discursos a partir de dados obtidos de seu *ethos* e de seu *pathos*, selecionados na prática discursiva ou no universo discursivo que lhe é próprio, enquanto sujeito-comunicante-único. Tais afirmações encontrarão eco no universo coletivo e social que o rodeiam. Nessa perspectiva, o sujeito é visto como singular e único, ainda que agindo num mundo de representações e códigos, de forma nem completamente livre, nem completamente submissa. Para Machado (1998), esse ponto de vista parece definir o sujeito da AD, dentro de uma perspectiva pragmático-

discursiva, considerada uma das bases da AD pós-Pêcheux e, conseqüentemente, da Semiolingüística. A autora relata que na perspectiva pragmática,

[...] todo discurso é ligado a uma ação. O caráter performativo assume diferentes formas, segundo objetivo visado: convencer, seduzir, sugerir, aconselhar, informar, etc. Todo um seqüito de atos de linguagem pode se instalar no domínio discursivo e será suscetível de análises. [...] O ato de linguagem (A de L) compreende, desse modo, o explícito combinado a um implícito. As circunstâncias do discurso (C de D) dominam esta junção e correspondem ao conjunto de saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem. (MACHADO, 1998, p. 115).

A partir dessa visão, o ato da linguagem seria resultante de uma espécie de “jogo”, isto é, o ato acontece numa constante tentativa de equilíbrio e de ajustamento entre as normas de um determinado discurso e a margem de negociação permitida por esse mesmo discurso. Cabe aos sujeitos comunicante e interpretante executar manobras discursivas, dando lugar à produção de estratégias.

Por seu lado, Orlandi (1984), estudando a trajetória da concepção do sujeito nas teorias lingüísticas modernas, aponta as seguintes fases: uma, na qual as relações interlocutivas estão focadas na idéia de interação, harmonia conversacional, troca entre o *eu* e o *tu/você*, noção de sujeito que Benveniste corrobora e que se enquadra nessa concepção denominada idealista. A segunda, em que se recorre à idéia de conflito, é centrada no outro e na qual as relações intersubjetivas são geridas por uma tensão em que o *tu* determina o que o *eu* diz, acontecendo uma espécie de hegemonia da primeira sobre a segunda. Conforme Brandão (2004, p.54), “essa concepção é fortemente influenciada pela retórica presente nos momentos iniciais da AD, cujas análises focalizaram, sobretudo os discursos políticos”.

A terceira fase, na qual a AD procura romper com a circularidade da estrutura dual (apresentada pelas duas fases anteriores), ao reconhecer o sujeito como um ser contraditório, incompleto, que anseia pela completude, pela vontade de “querer ser inteiro” e cujo centro da relação está no espaço discursivo criado entre ambos, revela que o sujeito só se completa na interação com o outro.

Cantada em artigos, livros e versos, a heterogeneidade do discurso parece apontar para um *modus operandi* do seu interior e seu exterior como unos, isto é, sem que se delineiem essas duas dimensões como distintas uma da outra, ou como separáveis. Essa é uma das marcas da heterogeneidade do discurso. Dentre essas marcas, interessa ao nosso trabalho a polifonia.

Oswald Ducrot (1987), um dos lingüistas que mais tem estudado a questão da polifonia, afirma que existe polifonia quando é possível distinguir em uma enunciação dois

tipos de personagens, os enunciadores e os locutores. Grosso modo, locutores comunicantes são os responsáveis pelos discursos que proferem e os enunciadores/locutores aqueles que não se responsabilizam por seu discurso. O autor retoma o conceito de Bakhtin e operando-o num nível lingüístico, mostra a partir da teoria semântica da enunciação, como mesmo num enunciado isolado é possível encontrar mais de uma voz. Com a teoria polifônica da enunciação, Ducrot questiona a tese da unicidade do sujeito falante, atribuindo-lhe três propriedades específicas:

[...] a primeira diz que o sujeito é carregado de toda atividade psicofisiológica necessária à produção do enunciado; a segunda, que ele é autor, a origem dos atos ilocutórios executados na produção do enunciado (atos do tipo da ordem, da pergunta, da asserção); e a terceira aponta que ele tem a propriedade de ser designado em um enunciado pelas marcas da primeira pessoa quando elas designam um ser extralingüístico: ele é, neste caso, suporte dos processos expressos por um verbo cujo sujeito é *eu*, o proprietário dos objetos qualificados de *meus*, é ele que se encontra no lugar chamado *aqui* [...]. E toma-se conseqüentemente que este ser designado por eu é ao mesmo tempo o que produz o enunciado, e é também aquele cujo enunciado exprime as promessas, ordens, asserções, etc. (DUCROT, 1987, p. 189).

Conforme Brandão (2004), contrariando a tese de unicidade do sujeito, Ducrot desenvolve sua teoria polifônica, partindo do pressuposto de que o sentido do enunciado é uma descrição de sua enunciação e para essa descrição o enunciado oferece indicações. Entre essas indicações, propõe duas idéias: a atribuição à enunciação de um ou vários sujeitos, que seriam sua origem e a necessidade de se distinguirem, entre estes sujeitos, pelo menos dois tipos de personagens, os locutores e os enunciadores.

Além de diferenciar locutor de sujeito falante empírico, Ducrot (1987) distingue entre: locutor (o ser que “fala”) e enunciator (a pessoa sob cujo ponto de vista os acontecimentos são apresentados). Assim, locutor é o ser que, no enunciado, é apresentado como seu responsável. Só existe no seu papel enunciativo e, no caso do texto literário, corresponde ao narrador. As marcas lingüísticas da presença do locutor são pronomes e verbos referentes à primeira pessoa. É por isso que, quando o narrador alterna sua fala com a fala de algum (alguns) personagem (ns), temos a presença de mais de um locutor, a polifonia.

A polifonia pode, então, apresentar-se em dois níveis: no do locutor e no do alocutário. Quando um personagem é apresentado, através do discurso direto como responsável por sua enunciação, passa de não-pessoa (objeto ou assunto da narração) a locutor. Se o discurso do personagem vier inserido na enunciação do narrador, este último será considerado como um L₁ (Locutor 1) e o personagem como L₂ (Locutor 2). Há, pois, uma hierarquia: o Locutor 1 é

responsável pelo enunciado como um todo e o Locutor 2 pela parte do enunciado que lhe é atribuída.

O locutor é apontado como responsável pelo dizer, isto é, a pessoa que produz um ato de linguagem em uma situação de comunicação oral; o locutor aparece, nesse caso, em oposição ao interlocutor, mesmo fazendo parte dos interlocutores. O locutor indica ora o sujeito falante, ora o sujeito que tem a iniciativa do ato de comunicação, ora o sujeito falante que se encontra, exclusivamente, no contexto da cena enunciativa.

Já o conceito de locutor coletivo é considerado por Charaudeau (2004, p.310-311) como “representação de um grupo que constitui uma comunidade discursiva e é retomado no quadro de situações de trabalho”. O locutor coletivo, segundo a visão marxista gramsciana, aponta para “os indivíduos sociais gerais, formas históricas gerais de individualidades” que têm uma obra comum a efetivar e, em especial, uma obra discursiva. Dessa forma, esses sujeitos do discurso são advindos de partidos políticos, de sindicatos ou outros grupos organizados, em que podemos considerá-los, sob certas condições de produção, que sejam representativos do grupo ou porta-vozes do grupo. É neste contexto que se insere o sujeito locutor líder sociocomunitário cujo discurso analisaremos.

Colocar em cena essa pluralidade de vozes diferentes, vozes de locutores que sustentam posicionamentos diferentes, ou não, implica abertura à discussão, à polêmica. Um enfrentamento explícito de opiniões divergentes pode gerar uma atitude de não imposição de um ponto de vista sobre o outro por parte do locutor organizador dos discursos. Assim, a adesão do interlocutor aos argumentos poderá ocorrer por sua própria vontade, uma vez que ele pôde enfrentar um conflito de idéias, as contradições e opinar sobre elas como melhor lhe convier. É a polifonia que, de modo geral, associada aos recursos e estratégias argumentativas presentes na comunicação lingüística, permitem as manifestações e intervenções do sujeito. Esses recursos objetivam levar o alocutário a se posicionar frente a um ponto de vista. Argumentar significa então, a possibilidade de um sujeito comunicante influenciar na formação de uma opinião.

À AD interessa principalmente a relação entre identidade e alteridade que não está no *eu* nem no *tu*, mas no espaço discursivo gestado entre ambos. Então, o sujeito só constrói sua identidade na interação com o outro. Segundo Orlandi, citada por Brandão (2004, p.76), o espaço dessa interação é o texto: “[...] o domínio de cada um dos interlocutores, em si, é parcial e só tem a unidade *no* (e *do*) texto. Conseqüentemente, a significação se dá no espaço discursivo (intervalo) criado (constituído) pelos dois interlocutores”. Essa afirmação para

Brandão aponta para duas idéias básicas do discurso:

A primeira, na qual a idéia de que o sentido assim como o sujeito não são dados *a priori*, isto é, na expressão de Pêcheux (1975, p. 119), são constituídos no discurso, descartando-se uma concepção ideológica da noção de subjetividade que aparece “como fonte, origem, ponto de partida ou ponto de aplicação”. Pêcheux contrapõe, a toda uma filosofia idealista de linguagem atravessada pela “evidência da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa em si)” e pela “evidência do sentido”, a questão de uma constituição do sentido e do sujeito a se processar simultaneamente por meio da figura da interpelação ideológica. [...] Parafrazeando a si mesmo, Pêcheux explicita essa idéia afirmando ainda que “as palavras, as expressões, proposições mudam de sentido segundo posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que significa que elas tomam o seu sentido em referência a estas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem”. É, dessa forma, que introduzem, no bojo da sua teoria onde ocupam um papel fundamental, os conceitos de formação ideológica e de formação discursiva. A segunda, na qual a idéia do descentramento do sujeito, de um sujeito que, embora fundamental, porque não existe discurso sem sujeito, perde sua centralidade ao passar a integrar o funcionamento dos enunciados. Atravessado por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, o quadro epistemológico da AD não centra mais a problemática no sujeito, e sim nos sistemas de representação. A AD é crítica em relação a uma teoria da subjetividade que reflita a ilusão do sujeito em sua onipotência; nela a “ideologia (relação com o poder) e o inconsciente (relação com o desejo) estão materialmente ligados, funcionando de forma análoga na constituição do sujeito e do sentido. O sujeito falante é determinado pelo inconsciente e pela ideologia” [...]. É nesse sentido que Pêcheux propõe uma teoria não-subjetivista da enunciação que permita fundar uma teoria (materialista) dos processos discursivos. (BRANDÃO, 2004, p.76-78).

Sobre sujeito e ideologia, o posicionamento de Althusser, é o de que “não há ideologia senão pelo sujeito e para sujeitos”. Baseado nessas idéias althusserianas, Pêcheux (1975) afirma que a ideologia “interpela os indivíduos em sujeitos” (p. 122), ou seja, o ponto central da ideologia é constituir indivíduos concretos em sujeitos, construídos a partir de uma dimensão social que, ainda que no íntimo de suas consciências, fazem escolhas morais e optam por valores que orientam sua ação individual. Pêcheux complementa que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeito de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes correspondem” (PÊCHEUX, 1975, p.145).

Essas afirmativas apontam para desdobramentos que se refletem na questão do sujeito: a ideologia garante ao mesmo tempo a interperlação dos indivíduos em sujeitos, a sujeição dos indivíduos a um sujeito, o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e dos sujeitos entre si, e finalmente o reconhecimento do sujeito por si mesmo, garantia absoluta de que tudo é exatamente assim e de que tudo sairá bem sob a condição de que os sujeitos reconheçam o que são e se comportem de forma conseqüente.

A ambigüidade constitutiva da noção de sujeito se situa paradoxalmente entre uma subjetividade livre, centro de iniciativas e responsável por seus atos, e uma subjetividade assujeitada a uma ordem superior, portanto, sem liberdade, exceto a de aceitar livremente sua sujeição. Podemos inferir então, que existe uma contradição no interior do sujeito: não é nem totalmente livre nem totalmente submisso; isso torna seu espaço de constituição tenso, pois, ao mesmo tempo em que é interpelado pela ideologia, esse sujeito ocupa, na formação discursiva que o determina um lugar que é especialmente seu, ou seja, “cada sujeito é assujeitado no universal como singular insubstituível” (PÊCHEUX, 1975, p.156). Essa identificação do sujeito do discurso com a formação discursiva que o designa constitui o que Pêcheux denomina de “forma-sujeito”, ou seja, o sujeito que passa pela interpelação ideológica ou, dizendo de outra maneira, o sujeito influenciado pela ideologia. Assim sendo, nada é dado a priori; não existe somente o sujeito do discurso, mas posições diferentes desse sujeito no discurso. Também o sentido, não sendo dado a priori, só é construído dentro de uma formação discursiva.

Pêcheux e Fuchs, citados por Brandão (2004), revelam que o sujeito é afetado por dois tipos de esquecimento, o que cria uma realidade discursiva ilusória, são eles:

[...] pelo esquecimento, em que se coloca a origem do que diz, a fonte exclusiva do sentido do seu discurso. De natureza inconsciente e ideológica - daí ser o ponto de articulação da linguagem com a teoria da ideologia-, é uma zona inacessível ao sujeito, aparecendo precisamente, por essa razão, como o lugar constitutivo da subjetividade. Por esse esquecimento o sujeito rejeita, apaga, inconscientemente, qualquer elemento que remeta ao exterior da sua formação discursiva; por ele é que o sujeito “recusa” essa e não outra seqüência para que obtenha esse e não outro sentido. Nesse processo de apagamento, o sujeito tem a ilusão de que ele é o criador absoluto de seu discurso. O segundo esquecimento se caracteriza por um funcionamento de tipo pré-consciente na medida em que o sujeito retoma o seu discurso para explicar a si mesmo o que diz, para formulá-lo mais adequadamente, para aprofundar o que pensa: na medida em que, para antecipar o efeito do que diz, utiliza-se de “estratégias discursivas” tais como a “interrogação retórica, a reformulação tendenciosa e o uso manipulatório da ambigüidade”. É a operação de seleção lingüística que todo falante faz entre o que é dito e o que deixa de ser dito; em que, no interior da formação discursiva que o domina, elege algumas formas e seqüências que se encontram em relação de paráfrase e “esquece”, oculta as outras. Essa operação dá ao sujeito a ilusão de que o discurso reflete o conhecimento objetivo que tem da realidade. Constitui o ponto de articulação da lingüística com a teoria do discurso (PÊCHEUX; FUCHS *apud* BRANDÃO, 2004, p. 82-83)

Brandão (2004, p.85), por um lado, é de opinião que não existem discursos monológicos, mas discursos que se “fingem” monológicos, na medida em que reconhecemos que toda palavra é dialógica, que todo discurso tem dentro dele outro discurso, que tudo que é dito é um “já-dito”. Por outro lado, Orlandi e Guimarães (1986) apontam para uma

monofonização da polifonia enunciativa como um processo de apagamento de vozes que intervêm naturalmente no discurso por seu caráter histórico-social.

Corroborando Brandão (2004, p.85), ao fazer um balanço das reflexões referentes à constituição da subjetividade, evidenciam-se as contradições que marcam o sujeito do discurso, nem totalmente livre, nem totalmente assujeitado, movimentando-se entre o espaço discursivo do *Eu* e do *Outro*; entre a “incompletude” e o “desejo de ser completo”; entre a “dispersão do sujeito” e a “vocação totalizante” do locutor em busca da unidade e coerência textuais e verbais; entre a dimensão polifônica da linguagem e a estratégia monofonizante de um locutor marcado pela ilusão do sujeito como fonte, origem do sentido. É a pluralidade dos sujeitos que traz à cena enunciativa as vozes dos seguintes sujeitos: locutor/alocutário, enunciador/enunciat rio e o falante/ouvinte. O sujeito-locutor, ser do discurso, que se representa como eu no discurso, instância responsável pelo enunciado, institui o sujeito enunciador que, por sua vez, institui um enunciat rio. O locutor/alocutário representando a perspectiva que esse eu constrói; e o falante/ouvinte, que é a função social que esse eu assume enquanto produtor da linguagem. Entre as instâncias enunciativas do sujeito, o falante é o que está mais determinado pela exterioridade e mais afetado pelas exigências de coerência, da não-contradição e da responsabilidade.

Com seu quadro teórico denominado *pragmática integrada*, Ducrot (1987) assim sintetiza a pluralidade do sujeito no discurso: o sujeito que produz o ato de linguagem é um *ser empírico*, exterior a todo ato de linguagem; um ser de discurso (o locutor), responsável pelo enunciado; um ser de pura enunciação (o enunciador) que determina o ponto de vista do enunciado.

2.4 Contrato de Comunicação

Em meio   complexa tessitura de teorias Ling sticas (estrutural, gerativa, funcionalista, etc.), Socioling stica, Semiologia, Semiótica, etc., empenhadas em investigar os mecanismos da linguagem, para abordar o tema contrato de comunicação, optamos pela proposta de Charaudeau (2004), por revelar mais consistência e pela abrangência de seu campo de pesquisa: o do discurso analisado e decodificado, sem perder de vista os dados extraling sticos ou a “situação comunicativa”, implícita ou explícita no texto.

O termo contrato de comunicação é, pois, empregado pelos semioticistas, psicossociólogos da linguagem e analistas do discurso para designar o que faz com que o ato de comunicação seja reconhecido como *válido* do ponto de vista do sentido. É condição para os parceiros de um ato de linguagem se compreenderem minimamente e poderem interagir, *co-construindo* o sentido, a meta de qualquer ato de comunicação. Por isso, interessa-nos neste estudo tratar do contrato de comunicação em análise do discurso.

Charaudeau (2004) faz do contrato de comunicação um conceito central, definindo-o como o conjunto das condições através das quais qualquer ato de comunicação se realiza, qualquer que seja sua modalidade, oral ou escrita, monolotiva ou interlocutiva. É o que permite aos parceiros de uma troca linguageira reconhecerem um ao outro, através dos traços identitários que os definem como sujeitos desse ato (identidade), reconhecerem o objetivo do ato que os sobredetermina (finalidade), definirem sobre o que constitui o objeto temático da troca (propósito) e considerarem a relevância das coerções materiais que determinam esse ato (circunstâncias). “O contrato de comunicação define essas condições em termos de desafio psicossocial pelo viés de seus componentes situacionais e comunicacionais”, constituindo, assim, nos seres de linguagem, uma *memória coletiva* ancorada sócio-historicamente”. (CHARAUDEAU, 2004, p.162).

Charaudeau (2004) dispõe, a partir de sua proposição metodológica, de um instrumento operacional que permite ao pesquisador ir além do mero conhecimento do signo verbal (morfemas, fonemas, palavras, frase, etc.) e chegar ao conhecimento do não-verbal (dados do possível contexto sócio-histórico em que o texto/discurso foi criado) alcançando assim o sentido último do discurso. Esse autor propõe o exercício analítico do discurso, como uma área do conhecimento essencialmente interdisciplinar, que pode interagir com a Lingüística, a Antropologia, a História etc. Para a elaboração desta subseção, extrairemos de sua obra os pressupostos sobre “contrato de comunicação” e “estratégias discursivas”, nos quais se funda a análise semiolingüística do discurso.

Para Charaudeau (2004) a comunicação se dá a partir de um duplo processo de atribuição de sentido aos seres/objetos, que é o processo de semiotização do mundo, e envolve dois parceiros em uma relação de troca. O primeiro, *transformação*, diz respeito à utilização que o sujeito faz da linguagem para representar o mundo real (a significar); o segundo, *transação*, é aquele em que o sujeito enunciador/locutor do ato de linguagem troca esse objeto (o mundo significado) com um sujeito enunciatário/alocutário.

Esse duplo processo faz com que o mundo significado, semiotizado, adquira sentido na transação, conforme a intencionalidade do sujeito falante, a identidade dos parceiros do ato de linguagem, seus objetivos e a situação em que a troca acontece. Dessa forma, o processo de transformação subordina-se ao de transação, base do contrato de comunicação.

Segundo Charaudeau (1996, p.6), “o sentido é obtido por meio do diálogo entre os elementos formais da língua que representam aquilo que o sujeito comunica e a situação de interlocução que envolve as dimensões: social, psicossocial e cognitiva”. Assim, todo discurso ocorre no interior de uma situação de comunicação que se compõe de certo número de dados fixos. Além de determinar os sujeitos envolvidos, esses dados constituem o quadro das limitações discursivas que devem usar as estratégias discursivas a fim de se influenciarem mutuamente. Toda situação de comunicação, portanto, depende de um contrato (normalmente implícito) constituído por dados apontados por Coura-Sobrinho (2003). Primeiramente, os que definem a *finalidade* do ato de comunicação: o sujeito está presente para fazer o que e para dizer o que? Depois, os dados relacionados com as *circunstâncias materiais* nas quais se realiza o ato de comunicação: “em que ambiente, com que meios, utilizando que canal de transmissão se dará a interação, que estratégias serão utilizadas?” (COURA-SOBRINHO, 2003, p. 272).

O termo estratégia vem da arte bélica, do ato de conduzir as operações de um exército sobre um campo de ação (ele se opõe, então, à tática), e, por isso, passou a designar uma parte da ciência militar ou objeto de um ensino. Porém, essa noção acabou tomando um sentido mais geral, indicando toda ação realizada de maneira coordenada para atingir certo objetivo. Hoje, fala-se de estratégia política, comercial, conversacional, etc. Ela é empregada de maneira central, como vimos anteriormente, nas diferentes áreas do conhecimento: na teoria dos jogos, na psicologia cognitiva, na psicologia social e na análise do discurso. O que parece se desenhar, ao observarmos as diferentes definições, é que: as estratégias dizem respeito ao modo como um sujeito (individual ou coletivo) é levado a escolher (de forma consciente ou não) certo número de operações languageiras; falar de estratégias só tem sentido se elas forem associadas a um quadro de coerções, quer se trate de regras, de normas ou de convenções. Percebe-se, também, um interesse em resgatar as condições produzidas pela psicologia social: é preciso um objetivo, uma situação de incerteza, um projeto de resolução do problema colocado pela incerteza de um cálculo.

Segundo Charaudeau (2004, p.219), não se pode utilizar essa noção de estratégia senão em relação à existência de um “quadro contratual que assegura a estabilidade e a

previsibilidade dos comportamentos”, de forma que possa intervir um sujeito que joga “seja com os dados do contrato, seja no interior desses dados”.

A partir dessa noção de estratégias, o autor propõe que,

[...] as estratégias se desenvolvam em torno de quatro etapas, que não são excludentes, mas que se distinguem, entretanto, pela natureza de seus objetivos: uma etapa de *legitimação* que visa determinar a posição de autoridade do sujeito [...], uma etapa de *credibilidade* que visa determinar a posição de verdade do sujeito [...] uma etapa de *captação* que visa fazer o parceiro de troca comunicativa entrar no quadro de pensamento do sujeito falante (CHARAUDEAU, 2004, p. 219).

Observamos que o autor afirma a existência de quatro etapas na noção de estratégias, mas desenvolve apenas três, portanto faremos o mesmo.

A *legitimação* refere-se a um estado de direito que caracteriza uma pessoa no que concerne à sua situação, filiação a um poder conferido. Pela ação legítima, julga-se a pessoa tem legitimidade para agir de certa maneira, sendo esta, então, o processo por meio do qual um indivíduo sente-se legitimado. Essa idéia de legitimação, na AD, pode ser utilizada para dizer que o sujeito falante entra em um processo de discurso que deve conduzir, e reconheça, quem tem direito à palavra e legitimidade para dizer o que diz e esse direito pode vir tanto de uma situação de fato, quanto do lugar que lhe é conferido por uma instituição qualquer, caso do discurso do líder sócio-comunitário, legitimado por uma associação de moradores, a partir de um processo eleitoral que o elegeu presidente da mesma. Esse discurso é objeto de análise do próximo capítulo.

A *credibilidade*, segundo Coura-Sobrinho (2003, p.273), remete à possibilidade de comprovação de que o falante esteja dizendo a verdade. O sujeito falante deve provar o que afirma, por meio de estratégias discursivas que provoquem efeitos de verdade e/ou de autenticidade e que podem ser obtidos através de procedimentos diversos, tais como: o *detalhe*, a precisão, a concretização dos fatos (apresentação de documentos, registros fotográficos, dentre outros); o *testemunho* de alguém, prioritariamente de algum especialista e o *contato* (ou a ilusão do) direto entre as duas instâncias anteriores.

Por fim, as estratégias de *captação*, segundo Charaudeau, citado por Coura-Sobrinho (2003, p. 276), “consistem em lançar a informação de maneira que esta produza um espetáculo que deve tocar a sensibilidade do espectador”. Essa noção é utilizada em AD, com dois valores diferentes: um da perspectiva retórica da captação de um auditório, outro em uma perspectiva interdiscursiva. Eles visam “a persuadir o parceiro da troca comunicativa, de tal forma que ele termine por entrar no universo do pensamento que é o ato de comunicação e

assim partilhe a intencionalidade, os valores e as emoções dos quais esse ato é portador” (CHARAUDEAU, 2004, p.93). As estratégias de captação dão lugar, portanto, a configurações discursivas particulares de acordo com as situações de comunicação.

É importante destacar que a relação contratual não tem bases objetivas fixadas pelo estatuto social dos parceiros fora de uma determinada situação. Ela só existe na medida em que os parceiros se reconhecem e dependem dos componentes - comunicacional, psicossocial e intencional - mais ou menos objetivos, desde que pertinentes por meio da expectativa do ato linguageiro. Por componente comunicacional, entendemos o canal de comunicação utilizado; por componente psicossocial, referimos ao estatuto dos sujeitos, tais como: sexo, idade, profissão, etc. e, por componente intencional o conhecimento prévio e/ou compartilhado dos sujeitos que interferem no que falar e que estratégias devem utilizar para assegurar as apostas do jogo.

Nesse contexto, as estratégias discursivas representariam, então, a margem de manobra de negociação que o sujeito comunicante tem para realizar seu projeto de fala e executá-lo e, por isso, depende das limitações discursivas. O espaço dessas estratégias discursivas responde à pergunta: *como* dizer? As escolhas discursivas do sujeito comunicante, obviamente, produzirão efeitos específicos no enunciatário da comunicação.

2.4.1 Ação comunicativa

Jürgen Habermas, filósofo e sociólogo alemão, considerado o principal herdeiro das discussões da Escola de Frankfurt, esforçou-se para superar o pessimismo dos fundadores dessa Escola, no que se refere às possibilidades de realização do projeto moderno, formulado pelos iluministas.

Marcados pelo desastre da Segunda Guerra Mundial, Adorno e Horkheimer (1970) achavam que havia um vínculo forte entre conhecimento racional e dominação, o que teria determinado a falência dos ideais modernos de emancipação social. Procurando recolocar o potencial emancipatório da razão, Habermas (2003) concebeu em sua teoria o paradigma

comunicacional cujo ponto inicial é a *ética comunicativa* de Karl Otto Apel¹⁴, além do conceito de "razão objetiva" de Adorno e Horkheimer (1970), tema também presente em Platão, Aristóteles e no Idealismo alemão, particularmente na idéia hegeliana de reconhecimento intersubjetivo.

Habermas (2003) concebeu, então, a razão comunicativa - e a ação comunicativa, ou seja, a comunicação livre, racional e crítica (como alternativa à razão instrumental e superação da razão iluminista) "aprisionada" pela lógica instrumental que camufla a dominação. Dessa forma, pretendeu recuperar o conteúdo de emancipação contido no projeto moderno.

No fundo, o filósofo alemão se preocupava em restabelecer os vínculos entre socialismo e democracia. Para ele, duas esferas coexistem na sociedade: *o sistema* e *o mundo da vida*. *O sistema* refere-se à 'reprodução material', regida pela lógica instrumental (adequação de meios a fins), introjetada nas relações hierárquicas (poder político) e de intercâmbio (economia). *O mundo da vida* seria a esfera de reprodução simbólica, da linguagem, das redes de significados que compõem determinada visão de mundo, sejam eles relativos aos fatos objetivos, às normas sociais ou aos conteúdos subjetivos.

Na ação comunicativa proposta por Habermas (2003, p.165) "ocorre a coordenação de planos de dois ou mais atores pelo consentimento a definições dadas de uma determinada situação". De início, tem-se não raro uma visão reducionista desse conceito, compreendido como mero diálogo. Mas, ao se desenvolverem suas idéias percebeu-se que, de fato, a ação comunicativa pressupunha uma teoria social - a do mundo da vida - e contrapunha-se à ação estratégica, regida pela lógica da dominação, na qual os atores coordenavam seus planos no intuito de influenciar, não envolvendo consentimento ou dissentimento. Sinteticamente, Habermas pontuou a ação estratégica como "cálculo egocêntrico". Suas pesquisas voltaram-se para o conhecimento e a ética. Para explicar a produção de saber humano ele recorreu ao evolucionismo de Charles Darwin, que acreditava ser a racionalidade comunicativa algo que pudesse ser aprendido. Segundo Habermas, a falibilidade permitia descobrir capacidades mais complexas de conhecer a realidade, além de representar sustentação contra regressões metafísicas, com desdobramentos autoritários.

Habermas (2003, p.143) "apregou também uma ética universalista, deontológica, formalista e cognitivista que defendia a idéia de que os princípios éticos não deviam ter conteúdo, mas garantir a participação dos envolvidos nas decisões públicas" através de

¹⁴ Teoria moral que parte do pressuposto de que a linguagem é o meio de interação entre a Filosofia, a Sociologia e a Psicologia. A *Ética da Razão Comunicativa* foi proposta por Karl Otto Apel, seguindo um referencial kantiano, posteriormente continuada por Jurgen Habermas.

discursos, em que se repensam os conteúdos normativos demandados, naturalmente, pelo mundo da vida. Sua teoria discursiva, aplicada também à filosofia jurídica, contribuiu para a integração social e, como consequência, para a manutenção da democracia e da cidadania. Essa teoria colocou a possibilidade de resolução dos conflitos vigentes na sociedade, não com uma simples busca de solução, mas a busca da melhor solução - aquela que resulta do consenso de todos os envolvidos.

Sua relevante contribuição está, essencialmente, em propor o fim da arbitrariedade e da coerção nas questões que perpassam a comunidade, possibilitando uma participação mais efetiva e igualitária de todos os cidadãos nos eventos que os envolvem e, concomitantemente, obter justiça. Essa forma defendida por Habermas (2003) é o agir comunicativo que se ramifica no discurso, daí a importância de pontuar, em nosso estudo, algumas questões de sua teoria para melhor compreensão da construção do *ethos* do líder sociocomunitário.

Diante do exposto, podemos inferir que Habermas (2003) redirecionou a função da filosofia, propondo que deixasse de ser subjetiva (uma filosofia da consciência que levasse ao autoconhecimento, com acesso intuitivo) para ser intersubjetiva, não exclusivamente intuitiva, com acesso público e que privilegiasse interlocutores, com a razão sedimentada na análise da linguagem, sendo assim, uma filosofia da linguagem, linguagem, sobretudo, enquanto forma de comunicação. Ele criticou o semanticismo, por não considerar o uso pragmático da linguagem na relação que se criava entre ouvintes quando se referiam ao mundo. O sentido original da linguagem para Habermas (1988, p.454) é o seu uso comunicativo: “o entendimento parece ser imanente como *telos*¹⁵ a linguagem humana. Se esta suspeita se confirma, teremos que postular para a ação comunicativa uma conexão estreita entre fala e ação e, então, pelo menos como fins heurísticos haverão de primar sobre as não-lingüísticas”.

O filósofo e sociólogo alemão desenvolveu, então, sua tese da ação comunicativa fundamentada na teoria pragmática dos atos de fala, de Austin (1962) e de Searle (1990) e em suas classificações dos atos de fala (locuções, ilocuções e perlocuções) para demonstrar como os sentidos se construíam na relação intersubjetiva, sendo esta pontuada pelo contexto do acontecimento interacional, concretizado na linguagem. Aprofundando um pouco mais, percebemos que a visão que Habermas concebeu da relação linguagem-sociedade não leva em conta a gênese que relaciona natureza-cultura-linguagem-pensamento, como gênese da própria sociedade humana, e, portanto, da práxis¹⁶ como condição da comunicação.

¹⁵ Palavra grega que significa "fim" ou "realização".

¹⁶ Trabalho do homem sobre a natureza e de si sobre si mesmo, também entendida como prática social.

Ao tratar das teorias dos atos de fala, Habermas (1990b, p.95) afirma que um ato de fala é o momento em que o sujeito exprime suas intenções. Diz ele que “[...] qualquer ato de fala, através do qual um falante se entende com um outro sobre algo, localiza a expressão lingüística em três referências com o mundo: em referência com o falante, com o ouvinte e com o mundo”. Dessa forma, os atos de fala, que se manifestam na situação de comunicação ordinária, constituem uma teoria da ação comunicativa de Habermas, na qual o processo comunicativo está sempre buscando o entendimento. Nesse percurso parece ir se construindo uma nova razão com proposições de universalidade, a razão comunicativa que possibilita condições para a emancipação das pessoas.

Fundamentando-se, então, na teoria dos atos de fala, Habermas desenvolveu uma concepção de agir social, ou mais precisamente, de interação social por meio da comunicação lingüística, que denomina de agir comunicativo:

Chamo de comunicativas às interações nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para coordenar seus planos de ação, o acordo alcançado em cada caso medindo-se pelo reconhecimento intersubjetivo de pretensões de validade [...] os atores erguem com seus atos de fala [...], no agir comunicativo um é motivado racionalmente pelo outro para uma ação de adesão - e isso em virtude do efeito ilocucionário de comprometimento que a oferta de um ato de fala suscita. Que um falante possa motivar racionalmente um ouvinte à aceitação de semelhante oferta [se explica] pela garantia assumida pelo falante, tendo um efeito de coordenação, de que esforçará, se necessário, para resgatar a pretensão erguida [...]. Tão logo o ouvinte confie na garantia oferecida pelo falante, entram em vigor aquelas obrigações relevantes para a seqüência da interação que estão contidas no significado do que foi dito [...]. Graças à base de validade da comunicação voltada para o entendimento mútuo, um falante pode, por conseguinte, ao assumir a garantia de resgatar uma pretensão de validade criticável, mover um ouvinte á aceitação de sua oferta de ato de fala e assim alcançar para o prosseguimento da interação um efeito de acoplagem assegurando a adesão. (HABERMAS, 2003, p. 165).

A ação comunicativa, segundo Habermas, tem suas bases em um processo cooperativo de interpretação em que os sujeitos se referem a algo no mundo objetivo, no mundo social e no mundo subjetivo, mesmo quando em sua forma de expressão só destaquem tematicamente um desses três elementos. Os três mundos formulados pelo sociólogo formam a cena na qual a intersubjetividade humana opera: “[...] em suas operações interpretativas os membros de uma comunidade de comunicação deslindam o mundo objetivo e o mundo social que intersubjetivamente compartilham, frente ao mundo subjetivo de cada um e frente a outros coletivos” (HABERMAS, 1999, p.104).

Para Habermas (1999), a linguagem é um elemento articulador; por isso apoiando-se no uso ordinário da linguagem, na qual utilizamos conceitos simétricos de mundo interno e de

mundo externo, ele fala de mundo subjetivo se contrapondo ao mundo objetivo e ao mundo social. Podemos dizer, então, que a linguagem possibilita ao falante não apenas emitir sentenças representativas (que se referem a um mundo objetivo, que tem estatuto ontológico) a respeito de um estado de coisas, mas também sentenças apelativas (que se referem ao mundo social, com características normativas), que visam a emitir solicitações expressivas (que se referem a um mundo subjetivo, com status afetivo), que visam a tornar conhecidas experiências pessoais.

Outros estudiosos seguiram a linha de pensamento de Habermas. Pinent, por exemplo, citado por Habermas (2003, p.165), pontua que “a ação comunicativa se distingue das interações de tipo estratégico porque todos os participantes perseguem sem reservas fins ilocucionários com o propósito de chegar a um acordo que sirva de base a uma coordenação concentrada nos planos de ação individuais”. E, para Pinent (1996), uma ação comunicativa é uma forma de ação social na qual em que os participantes se envolvem em igualdade de condições para expressarem ou para exporem opiniões pessoais, sem qualquer coerção, e decidirem, pelo princípio do melhor argumento, ações que visem a determinar sua vida social. Pinent (1996, p.3) esquematiza a ação comunicativa da seguinte forma:

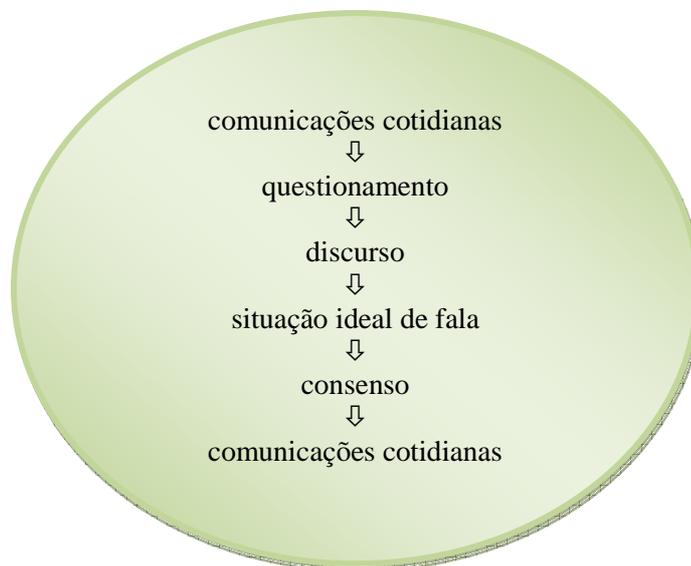


Figura 1: Esquema ação comunicativa
Fonte: Pinent, 1996

Ainda, conforme esse autor, um grupo de indivíduos socialmente organizados troca informações e idéias baseadas em princípios não problemáticos e que são de alguma forma entendidos como verdadeiros - são as comunicações cotidianas, compostas de pretensões de validade implicitamente combinadas e aceitas pelo grupo. Entretanto, repentinamente pode surgir um questionamento, uma situação na qual algo é colocado em xeque ou uma dúvida é

suscitada em relação a uma afirmação, por exemplo, algo que gere um impasse, no qual as pessoas envolvidas vão discutir soluções usando argumentos que levem ao convencimento, e em que vencerá aquele que apresentar maior solidez numa situação ideal de fala, isto é, em um ambiente em que todos têm o mesmo o direito de falar, de ouvir e de contestar é garantido a todos, livres de qualquer repressão, - quer interna ou externa. A partir das discussões, o grupo poderá chegar a um consenso, estabelecendo um tipo de acordo intersubjetivo que resultará no retorno à situação de comunicações cotidianas, porém, em novas bases e com novas propostas de validade (PINENT, 1996).

Nessa mesma obra, Pinent (1996) cita Siebeneichler afirmando que este explora a pretensão de pragmática universal como dimensão subjacente ao estudo habermasiano para esclarecer o processo emancipatório inerente à ação comunicativa de Habermas (2003, p. 88), a partir da sustentação de que “a competência específica da espécie humana de poder falar uma linguagem constitui a condição necessária e suficiente para que os homens cheguem à maioria”. Pinent (1996) observa, ainda, que entre os vários conceitos tematizados por Habermas, em diversos níveis de abordagens, dois são considerados mais importantes: o “agir voltado ao entendimento” e a “razão não-reduzida”. Em outra obra, Habermas (2003, p. 155) completa esses enunciados afirmando que “a teoria da ação comunicativa se propõe à tarefa de investigar a “razão inscrita” e reconstruir a partir da base de validade da fala um conceito não-reduzido da razão”.

Assim caracterizada, a racionalidade passa a compor um novo paradigma lingüístico diferenciado do antigo que se apegava apenas a uma análise proposicional dos conteúdos dos discursos. Conforme Pinent (2004, p.55) “essa nova proposição pragmática exige uma prática argumentativa com vistas a um consenso, cuja obtenção não pode ser conseguida pelas práticas comunicativas rotineiras”. No contexto de atos de fala só é admissível a utilização da força argumentativa, que será mensurada pela solidez dos argumentos e por quanto eles são capazes de influenciar os sujeitos do discurso.

Em outro trabalho, Pinent (2004) aponta que em sua teoria da racionalidade, Habermas, propõe esclarecer todas as manifestações racionais do indivíduo, quer sejam elas diretas quer simbólicas. A esse processo, Habermas denomina racionalidade comunicativa, explicando que nas ações, diretas ou simbólicas, o sujeito será racional, se possuidor de conhecimento falível, souber e se propuser a defender as pretensões de validade ou verdade contra a crítica dos interlocutores; “Ações dirigidas a metas e asserções são tanto mais racionais quanto mais a exigência (de verdade proposicional ou de eficiência) que é conectada

com elas possa ser defendida contra as possíveis críticas”.(PINENT, 2004, p. 55). A essas ponderações, Pinent (2004, p. 56) acrescenta: “as asserções só serão racionais se direcionadas a metas ilocucionárias, satisfazendo suas condições”.

Quanto a essa afirmativa, Aragão citado por Pinent (2004, p.33), acrescenta que “qualquer asserção ou razão poderá ser tida como racional, desde que suscetível de criticismo e fundamentação, isto é, que possa fornecer razões e fundamentos”.

Partimos do pressuposto de que um processo continuado como esse conduzirá a uma emancipação dos sujeitos envolvidos, emancipação que para Habermas significa autonomia do sujeito:

[...] emancipação tem a ver com libertação em relação a parcialidades que [...] derivam, de certa forma, de nossa responsabilidade. [...] A emancipação é um tipo especial de auto-experiência, porque nela os processos de auto-entendimento se entrecruzam com um ganho de autonomia. (HABERMAS, 2003, p.99).

E emancipação envolve a intersubjetividade, pois, ocorre “no âmbito do intercâmbio dos sujeitos consigo mesmos, ou seja, ela se refere às transformações descontínuas na autocompreensão prática das pessoas” (HABERMAS, 2003, p.100).

Ao ressaltar a busca do consenso como essência da comunicação e ao transferir tal essencialidade de maneira mimética¹⁷ para a formulação do conceito de razão comunicativa, Habermas revelou uma teoria social que tem intrínseca a sua existência, a racionalidade e a busca do consenso¹⁸ por meio da ação comunicativa. A força de (transform)ação da linguagem é proporcionar uma dimensão superior que acaba por suplantar e por menosprezar o movimento dialético que o processo de comunicação contempla e materializa, isto é, as contradições da realidade social (realidade humana), as disputas e os interesses de grupos, classes, etnias, religiões em um determinado momento histórico. A função da comunicação, portanto, não é o consenso, é por si a própria comunicação, ou seja, a interação social e a expressão da existência humana, com todas as contradições e conflitos delas decorrentes. É importante destacar que, em relação à impossibilidade de se chegar a um consenso, Habermas propõe o conceito de entendimento que “remete a um acordo, racionalmente motivado alcançado entre os participantes, que se mede por pretensões de validade suscetíveis de crítica” (HABERMAS, 2003, p.62).

¹⁷ Novo campo da ciência que analisa as transferências culturais. Sabe-se, por exemplo, que o comportamento humano é determinado pela hereditariedade e pela cultura.

¹⁸ Aqui entendido como caminho para o entendimento provisório, algo que surge da teia das ações do mundo da vida, e não com o sentido de senso comum, (MEDEIROS, 1993, p. 239)

O entendimento proposto por Habermas (2003) deve ser compreendido como processo obtido a cada momento nas negociações em busca de um consenso. O entendimento e o consenso não têm a pretensão de serem absolutos, mas de representarem conquistas em cada contexto de negociação; portanto, assim como o contexto é dinâmico, o entendimento e o consenso, também o são.

Por sua vez, Siebeneichler (1994, p.104) afirma que um consenso pode ser obtido em uma situação *ideal* de fala que “pode ser tomada como critério da argumentação discursiva, porque implica uma distribuição simétrica de chances de escolha e de realização dos atos de fala. Supomos que nela não existe nenhum elemento de coação a não ser a coação do melhor argumento”.

Já Ingram (1993) afirma que Habermas se orienta pela divisão triádica da argumentação de Aristóteles: lógica, retórica e dialética, sendo que na lógica, a argumentação deve apresentar qualidades de consistência interna e externa; na retórica deve ocorrer a situação ideal de fala caracterizada por condições formais de justiça processual, que implicam ausência de coação interna e externa, na apresentação da argumentação racionalmente fundamentada dos participantes, com igual oportunidade para todos argumentarem e rebaterem argumentos, na expectativa do acordo. Na dialética manifesta-se a interação dos falantes com liberdade de crítica e “independente das pressões quotidianas que buscam o êxito” (INGRAM, 1993, p.43), e dentro da qual é possível o mútuo reconhecimento de sinceridade e responsabilidade racional nas reivindicações de validade.

Finalmente, conforme Habermas,

[...] no agir comunicativo, pressupõe-se a base de validade do discurso. As pretensões de validade universal (verdade, justeza, [sic] veridicidade), que pelo menos implicitamente são colocadas e reciprocamente reconhecidas pelos interessados, tornam o possível o consenso que serve de base para o agir comum (HABERMAS, 1990a, p. 33).

A partir dessa assertiva, percebemos que o sentido de discurso em Habermas (1990a) está associado ao entendimento dos fundamentos de sua teoria sobre ação comunicativa. O filósofo assume, portanto, que num discurso haverá sempre, implícita ou explicitamente, uma teoria subjacente de consciência da Práxis, que é, pois, tanto objeto da teoria como sua referência imanente.

A razão comunicativa, então, se expressa na intenção dialógica social de pelo menos dois sujeitos. A interação entre eles pode acontecer de forma espontânea ou pela forma do

discurso e, quer seja no diálogo cotidiano, quer seja no discurso, as verdades anteriores reconhecidas como válidas e inabaláveis podem ser questionadas. Nesse caso, normas e valores atuais têm de ser justificados, as relações sociais consideradas como resultante de uma negociação na qual se busca o consenso e se respeita a reciprocidade, todos amparados no melhor argumento. Essa razão comunicativa ou dialógica é o principal fundamento da teoria da ação comunicativa que, por sua vez, abre novos caminhos para a busca de soluções das questões do nosso mundo, quer sejam elas teóricas e técnicas, quer sociais.

2.5 Discurso e ação

Discurso e ação são duas categorias fundamentais para a análise de fatos que se reúnem como forma de revigorar e consolidar certos avanços conceituais no campo do pragmatismo, e também como tentativa de aglutinar algumas categorias dispersas no campo da Análise do Discurso.

Vernant (1996)¹⁹, historiador e antropólogo francês, estudioso da corrente do pragmatismo, que concebe as interações verbais como um subconjunto complexo das ações humanas em sua acepção mais geral, afirma que:

As interações languageiras, no sentido largo em que nós entendemos essa expressão, constituem uma parte maior das condutas humanas. 'O homem é signo, dizia Peirce. Pode-se ajuntar, sempre no mesmo espírito, que ele é fala, melhor, diálogo. As interações languageiras são primeiramente ações. Daí a questão preliminar de uma definição geral da ação, e depois essa da especificidade das atividades languageiras (VERNANT, 1996, p. 145).

Conforme esse autor, a ação é vista como modo de intervenção sobre o mundo e possui necessariamente uma dimensão física, corporal que coloca em questão a diferença entre um fenômeno físico tido com um simples evento e um outro considerado como uma ação autêntica:

Sem reabrir um debate que releva da filosofia da ação, nós admitiremos, a título de hipótese, para critério discriminante entre evento e ação, a atribuição da origem do

¹⁹ Tradução do texto original *De L'action a la communication. Du discours à L'action*, feita pelo professor doutor Paulo Henrique de Aguiar Mendes, para a disciplina Análise do Discurso, do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC Minas. Belo Horizonte, 2008.

fenômeno físico a um agente dotado de 'inteligência' e, portanto, capaz de conduzir e controlar sua ação. [...] Assim, inteligência não significa necessariamente capacidade de representação como aptidão para uma simples troca informacional com o ambiente no qual se produz a ação. A conduta pode ser interpretada como a capacidade de se engajar e de manter quando ela se desenvolve no tempo. Enfim, o controle da ação faz intervir a capacidade de modificar, retificar, suspender ou interromper eventualmente o curso da ação. (VERNANT, 1996, p. 147)

Vernant (1996, p.50) apresenta também uma abordagem, na qual analisa a pessoa como 'agente', que pode ser sintetizada em quatro dimensões, todas elas assumidas numa perspectiva pragmática:

- *flexibilidade* - diz respeito à capacidade de auto-referência do pensamento, do sujeito e, sobretudo, da própria enunciação;

- *racionalidade* - refere-se à capacidade de calcular os meios de agir. "Trata-se de descobrir os princípios e as regras que permitem ao agente intervir sobre o encadeamento causa dos eventos do mundo. É preciso uma praxeologia como estudo da planificação das ações e metodologia do agir";

- *finalidade* - reflete a capacidade de orientar e planificar as ações em função de objetivos, na qual intervém a dimensão do dever, regendo a determinação dos fins e a escolha dos meios; o agente age em função de normas e de valores cuja axiologia determina as modalidades de constituição social;

- *cooperatividade* - diz respeito à capacidade de agir estabelecendo uma comunicação intersubjetiva.

Segundo Vernant,

No processo dialógico, a subjetividade é compreendida imediatamente como intersubjetividade. Locutor e alocutário se constituem ao mesmo tempo como pessoas. Do mesmo modo, no nível transacional, o agente não pode se compreender 'per se', isoladamente. Convém concebê-lo como agente em um processo comum. O ser é relação. Os mundos constituem o resultado histórico, portanto, contingente, de construções sociais resultando de uma multiplicidade de transações. É preciso conceber a pessoa não como um agente isolado, mas como um co-agente imerso em uma situação historicamente determinada que componha um campo de transações no qual com outros agentes, ele instaura uma relação com o mundo que eles constroem em conjunto. Uma tal situação só vale para e pelos agentes, seus objetivos e estratégias. O agente possui autonomia operacional que lhe permite escolher seus objetivos e projetos próprios. Todavia, a capacidade inovadora do agente individual entra em ressonância ou dissonância transacional com as restrições organizacionais e institucionais coletivas. (VERNANT, 1996, p.152).

O autor defende a validade da noção de 'ação situada', afirmando que, para uma concepção autenticamente pragmática, a questão da significação e da ação não pode ser

satisfeita por uma resposta representacional e puramente computacional. Os estudiosos da ‘ação situada’ propõem compreender a atividade como um processo infra-simbólico de interação entre o agente e seu ambiente:

[...] a atividade, no tempo mesmo de sua efetuação, constitui um processo aberto, imprevisível e criativo que depende, em tempo real, de uma série de escolhas pontuais e detalhes impostos pela conduta e o controle da transação enquanto ela se faz. Se a ação pode ser programada, só a atividade é realizada. Se a ação pode se representar, se planificar, se racionalizar e se justificar, a atividade só pode se realizar, se produzir. (VERNANT, 1996, p.155).

As formas de transação a que se refere o autor são todas as formas de intervenção sobre o(s) mundo(s), distinguindo-se assim da especificidade das atividades languageiras de comunicação entre os homens. Ele as define como:

- “*ações singulares* - referem-se às formas mais elementares de transação, que se traduzem por uma atividade individual efetuada de maneira autônoma, dependendo exclusivamente de um único agente com um dado projeto pessoal. Mesmo nos casos mais elementares, a ação singular conserva seu caráter forçosamente social”;
 - “*ações coletivas* - são aquelas que resultam de um comum acordo entre diferentes agentes sobre objetivos e estratégias a serem seguidos, segundo a coordenação das suas respectivas ações particulares. As regras, as rotinas e ritos são sempre instituídos coletivamente, visando a assegurar a sobrevivência da espécie”. (VERNANT, 1996, p.156-161).

Por fim, Vernant (1996) advoga que conversações e diálogos, para além de sua significação interacional própria, só adquirem sentido e finalidade por sua inserção nos processos transacionais que compõem seus contextos situacionais. O entrelaçamento das dimensões inter e trans-acional para dar conta das condutas humanas aparece expresso na análise dos efeitos perlocucionais de um ato de discurso dado.

Por sua vez, Mari (2003), discute a possibilidade de “fusão” das categorias discurso e ação, apontando uma classe de problemas que envolvem a relação discurso/ação, a saber: discurso ressoa como uma categoria ampla para explicar o funcionamento de ações; a ação apresenta-se heterogênea para justificar a existência de discursos. Afirma ele que a união das categorias *discurso/ação* e seus respectivos aspectos derivantes - resultados/registros - não são suficientes para assumirmos que, “isolada uma classe de ações, tornamo-nos aptos a justificá-las através do discurso, da forma idêntica que diante de um conjunto de discursos dispomos de ações para justificar-lhes a existência e o funcionamento”.(MARI, 2003, p.102).

Construir padrões de racionalidade, determinar domínio de significações e seguir regras são as três dimensões importantes para discutir as implicações entre ação e discurso. No

que diz respeito às correlações entre discurso e ação, questão cara à AD, faz-se necessário ponderar sobre três categorias intimamente relacionadas: racionalidade, significado e regra como forma de tentar estabelecer justificativas para a hipótese de que a ação se realiza pelo discurso, e de que esse processo não se constitui arbitrariamente. Para discutir as possíveis implicações entre ação e discurso partiremos das postulações de Bange (1992), Davidson (1993), Searle (2001) Livet (2000) e Mari (2003).

Refletir sobre as interfaces entre discurso e ação requer, primeiramente, de acordo com Donald Davidson (1993), entender que toda ação possui uma *razão*, o que implica dizer que para entender uma ação deve-se primeiro entender ou racionalizar sobre sua razão. Atribuir razão a uma ação (realizada por um agente qualquer) implica esclarecer os elementos, *pró-atitude*, *crença* e *pré-atitude*, que compõem a rede causal de sua efetivação. Pró-atitude, por essa perspectiva, seria uma disposição inicial (e transitória) para o agir; a crença seria uma percepção ou um conhecimento, fatos que também levam à realização de ações. Esses dois aspectos formam o que Davidson chama de *razão primária*, que é a causa de uma ação. A esta razão primária ele acrescentaria a existência do *desejo*, sendo este uma forma de manifestação de uma ação - aquilo que move a ação.

É preciso, no entanto, esclarecer que a manifestação ou existência de um desejo pode não coincidir com a concretização de uma ação. Um agente pode possuir um desejo que, dadas as circunstâncias de uma situação pode não ser viável para um agir. O contrário também se aplica: há ações que podem ser motivadas por sentimentos de dever e necessidade, sem que, nesse caso, o desejo seja a base para a ação. Ações podem, portanto, ser motivadas e concretizadas tanto por desejo, quanto por necessidade e/ou sentimento de dever, obrigação.

Outro aspecto que compõe a rede causal de efetivação de ações proposta por Donald é a *pré-atitude*, que pode ser definida como um conjunto de condições preparatórias para a ação. Tais condições não constituem elementos definitivos do agir, mas aspectos que, no escopo de uma ação, atuam como recursos por vezes físicos que auxiliam a concretização da ação.

Para ilustrar a proposta de racionalização de ações de Donald (1993), Mari (2005)²⁰ elaborou o esquema transcrito abaixo:

²⁰ Apresentado pelo Professor Dr. Hugo Mari, na disciplina *Tópicos em Análise do Discurso*, do Programa de Pós-graduação em Língua Portuguesa e Linguística, da Pontifícia Universidade Católica de Minas, 1º bimestre de 2005.

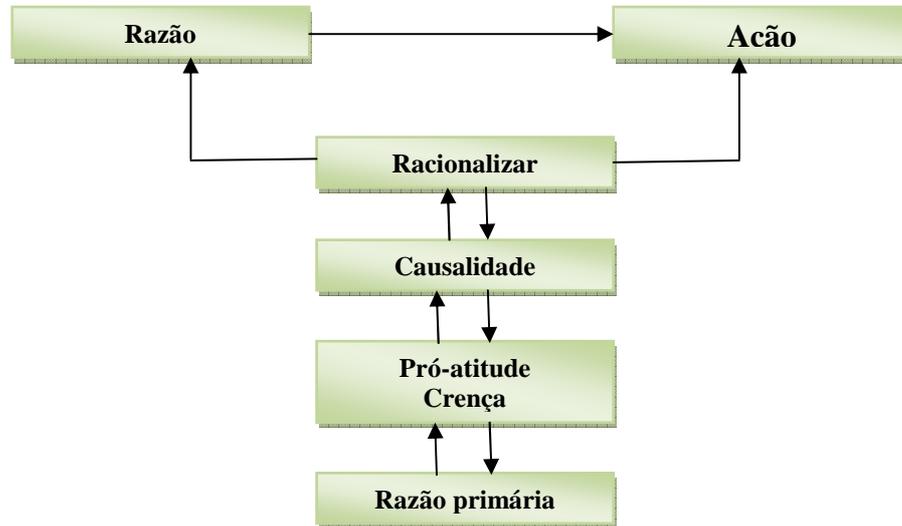


Figura 2: Esquema razão e ação

Fonte: Apostila do curso Tópicos em Análise do Discurso. Pós-Letras/PUC Minas, 2005.

Se para Davidson (1993) entender uma ação significa racionalizá-la e buscar justificativas causais que expliquem ações, por outro lado, Livet (2000), postula o movimento de racionalização pela perspectiva da *percepção* dos movimentos os quais chamamos de ação. Segundo este autor, para entender a razão de uma ação é imprescindível percebê-la primeiro, o que o leva a afirmar que *a percepção precede a ação*. A percepção deve ser vista sob dois aspectos: como um movimento pré-ação, isto é, que auxilia a ação, e como algo que possibilita a racionalização da ação. Neste segundo sentido, a percepção do conjunto de movimentos de uma ação delinea uma heterogeneidade de fatores presentes nas ações, que é mostrada, muitas vezes, pelo fato de que não podemos prever movimentos e atitudes não esperados.

O aspecto heterogêneo do agir leva-nos a lidar com as perspectivas dos fatos, os mais diversos. Em uma determinada situação, no escopo de uma ação, fatos podem se manifestar tanto da forma mais convencional quanto das maneiras mais diversas. Essa heterogeneidade é um aspecto imprevisível das ações, o que torna a sua análise um exercício da busca de algum princípio de ordenação na diversidade.

De todo modo, certo é que ações, não sendo dotadas apenas de heterogeneidade, compõem-se também de aspectos consensuais. Podemos dizer, portanto, que há traços previsíveis nas ações, que constituem o que Livet (2000) chama de homogeneidade. A

homogeneidade, nesse sentido, permite-nos identificar ações e, possivelmente, estabelecer um sentido para esses movimentos.

Os princípios da heterogeneidade e da homogeneidade postulados possibilitam a percepção de variâncias e invariâncias das ações. É dessa forma que Livet (2000) aponta para a possibilidade de reconhecer ações como intencionais. Em outras palavras, perceber uma ação e sua *intenção* é reconhecer suas invariantes, mesmo que a partir de certa heterogeneidade. Dessa forma, para as ações intencionais, há sempre uma *trajetória* a cumprir e um *alvo* a alcançar. Para isso, os agentes usam estratégias, as mais variadas dependendo da ação, que podem ser percebidas, pois há, de fato, um elemento homogêneo e invariante no processo desses agir.

Searle (2001), por sua vez, postula que para todo agir deve haver *intenção* e *sentido*, o que significa dizer que toda ação possui uma intenção e que, dessa forma, a intencionalidade e o sentido prontificam ações. Racionalizar sobre uma ação, por essa perspectiva, implica examinar a intenção de uma ação e o sentido que também a motiva. Para entendermos esse processo, é preciso fazer algumas considerações sobre a noção de *intencionalidade* e o que concebemos por *sentido*.

Conforme Searle (2001), a *intencionalidade* refere-se ao modo como os fatos do mundo são representados pelo sujeito, e é uma modalização produzida por *estados mentais*, ou modos psicológicos, sendo assim aplicada a *estados de coisas* do mundo. Os estados mentais, (também chamados de estados intencionais), constituem-se de *crenças* e *desejos*. As crenças são fatos relacionados ao passado que consistem de conhecimentos construídos pela experiência e, dessa forma, possuem direção de ajustamento mente-mundo, ou seja, quando um indivíduo crê em algo, ele tende a adaptar suas representações mentais aos fatos ou estados de coisas do mundo. Os desejos, por outro lado, têm direção de ajustamento mundo-mundo, pois se referem a expectativas ainda não atingidas, que fazem parte de planos mentais dos indivíduos e podem não corresponder aos fatos do mundo. Assim, quando um sujeito deseja algo, ele normalmente precisa adaptar o estado de coisas do mundo à sua mente.

O sentido, por sua vez, é estabelecido pela imposição intencional revelada e realizada através da forma como se representa o mundo e está intimamente relacionado aos estados mentais (e a crenças e a desejos) e aos estados de coisas do mundo. Por essa ótica, portanto, indivíduos realizam ações porque, em algum momento desse processo, e em função da maneira como representam o mundo, eles atribuem sentido ao agir.

Para finalizar as considerações aqui feitas, e para que possamos refletir mais concretamente sobre os motivos pelos quais é possível afirmar que a ação se realiza pelo discurso, vejamos um esquema elaborado por Mari (2005)²¹ sobre os modelos de racionalização já apresentados, porque a esquematização possibilita uma compreensão mais abrangente da racionalização de ações.

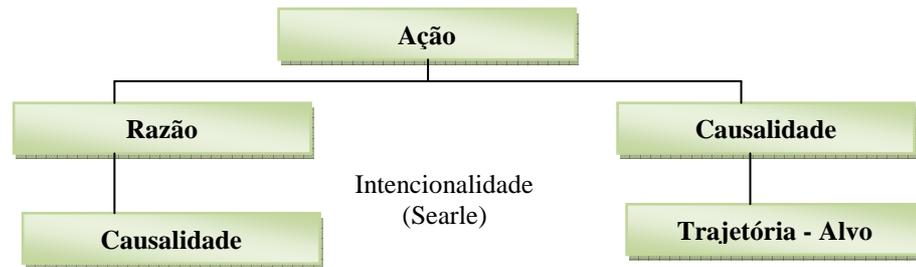


Figura 3: Modelos de racionalização
 Fonte: Apostila do curso Tópicos em Análise do Discurso. Pós-Letras/PUC Minas, 2005.

Cada elaboração descrita nesta seção, se não tomada exclusivamente, contribui para um entendimento das relações causais das ações. De fato, racionalizar sobre uma ação é, como afirma Davidson (1993), buscar estabelecer as razões de uma ação. Entretanto, evidentemente, entender a razão de ações requer estender um pouco essa noção de causalidade e é dessa forma que as considerações de Livet (2000) se mostram fundamentais - racionalizar sobre ações é também percebê-las, entender seus aspectos heterogêneos e homogêneos e as estratégias empreendidas para sua concretização. As reflexões de Searle complementam essas outras análises, porque elas posicionam a intencionalidade como categoria central no processo de racionalização e introduzem um novo elemento, o sentido.

2.6 Discurso Político

Nas seqüências discursivas analisadas nesta tese, trabalhamos também com o discurso político na perspectiva desenvolvida por Charaudeau (2006), destacando a questão do poder e da legitimidade da palavra política, as imagens que o sujeito político constrói para parecer

²¹ Esquema elaborado pelo Professor Dr. Hugo Mari para a disciplina *Tópicos em Análise do Discurso*, do Programa de Pós-graduação em Língua Portuguesa e Lingüística, da Pontifícia Universidade Católica de Minas, 1º bimestre de 2005.

fidedigno, os imaginários de verdade que sustentam seus propósitos e suas estratégias discursivas de persuasão.

Para Charaudeau, o discurso político

[...] é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano. (CHARAUDEAU, 2006, p. 8).

Esse autor afirma que um analista do discurso não deveria ignorar que a linguagem só faz sentido se contextualizada psicológica e socialmente. Ele sustenta que para o estudo do discurso político faz-se necessário “tomar posição quanto às relações entre linguagem, ação, poder e verdade, a fim de determinar a problemática particular na qual esse estudo será desenvolvido” (CHARAUDEAU, 2006, p.16). Consideraremos, portanto, a palavra política inscrita em uma prática social, circulando em certo espaço público e que todo ato de linguagem está associado à ação mediante relações de força que os sujeitos sustentam entre si, relações essas que estabelecem simultaneamente o vínculo social. Entendemos que a ação política determina a vida social, ao buscar organizá-la tendo em vista o bem comum. É ela também que permite que uma comunidade tome decisões coletivas, uma vez que seria movida por um “querer viver junto” (ARENDRT *apud* CHARAUDEAU, 2006, p.17).

É importante destacar a complexidade das relações de força que se apresentam nas negociações do líder com o poder público, nas quais parece ser possível tratar “simultaneamente e em interação, as questões da ação política, de sua finalidade e de sua organização; as instâncias que são partes interessadas nessa ação; os valores em nome dos quais é realizada essa ação”. O lugar que o representante do poder público ocupa nas discussões com a comunidade é denominado por Charaudeau de “decisor”, isto é, “o agente não apenas elaborou um projeto no qual está inscrito o fim a atingir, mas que, além disso, tomou a decisão de se engajar na concretização dessa ação pela qual ele é, [...] responsável” (CHARAUDEAU, 2006, p.16-17). Isso significa que os meios oferecidos para se obter um resultado desejável exigem que esse agente planifique apuradamente a seqüência de seus atos, preocupando-se com a eficácia, já que não se planeja para fracassar, mas avaliando, ao mesmo tempo, as vantagens e as desvantagens da escolha desse ou daquele meio gerado sempre a partir de uma reflexão ética.

Conforme Charaudeau,

[...] se a decisão é coletiva, então as características da ação encontram-se modificadas. De fato, para que a decisão seja coletiva é preciso, inicialmente, que os diversos indivíduos que compõem o coletivo entendam-se para a elaboração de um projeto comum, decorrente de um objetivo comum, o que supõe a existência de um espaço de discussão onde se elabore esse projeto comum. Em seguida, é preciso que o compromisso da ação, sempre sob responsabilidade do coletivo, seja firmado por seu representante. Finalmente, é necessário que os meios escolhidos também tenham sido discutidos, a fim de que se estabeleça qual deles deverá ser utilizado pelo representante. Por sua vez, esse representante é obrigado a prestar contas de seus atos perante a coletividade, que deve prever mecanismos de controle dos atos praticados por seus representantes. (CHARAUDEAU, 2006, p. 18).

Dessa discussão deve resultar uma organização da ação política que compreende um espaço de debate de idéias e objetivos a se definirem, um modo de acesso à representação do poder (nesse caso, a Administração Regional, representando a Prefeitura de BH) e uma ação/espaço de controle (no interior da Associação de Moradores e posteriormente defendida pelos seus representantes quando reivindicam obras para a comunidade). Vê-se, dessa forma, que a linguagem (discurso) está presente no decorrer de uma ação política, uma vez que esse espaço de ação necessita de um outro espaço, o da discussão entre os representantes do poder público e os representantes da comunidade do Cabana.

Perceberemos também na Análise do *Corpus* o discurso da instância cidadã, no sentido de que cobra do poder público (instância política) a clareza sobre aquilo que querem e o cumprimento do que foi acordado. Durante uma discussão, emergem valores (formação discursiva) que, no dizer de Charaudeau (2006), correspondem às idéias que os representantes da Associação de Moradores defendem nesse espaço de discussão com o poder público. A idéia de valor está relacionada à idéia de troca e por troca entendemos um conjunto de valores que desempenharia o papel de principio de decisão e cujo domínio seria coletivo. Assim sendo, a ação política corresponderia a uma ação revisada e seu responsável se fusionaria com essa mesma coletividade.

Vale destacar que num jogo de forças entre poderes, Charaudeau (2006) aponta duas conseqüências: uma, a partir das discussões, na coletividade, durante as quais se adota um mecanismo para determinar o momento no qual ela pode considerar que foi estabelecido um acordo, um consenso, ou que não houve unanimidade alguma; a segunda é que as diferentes opiniões de partida²² não desaparecerão sob consenso e que é preciso ver uma sociedade como um conjunto fragmentado de comunidades de opiniões diversas que a ação política deverá

²² O locutor tem como meta convencer seus alocutários, conduzindo-os a certa conclusão.

levar em conta, na tentativa de gerenciar os conflitos resultantes dos embates.

Charaudeau (2006) aponta duas instâncias implicadas na ação política, discurso e ação, ambas percebidas no diálogo estabelecido entre os representantes do poder público e os representantes da Associação de Moradores: a instância política (autoritária), que é eleita e assume a realização da ação política e a instância cidadã (não autoritária) que está na origem da escolha dos representantes do poder. As duas instâncias se encontram em situação inusitada e conflitante, na medida em que a ação política apesar de autoritária chega ao poder pela instância cidadã (não autoritária), e está desconhece as regras do funcionamento daquela ação ignorando suas condições de realização.

Conforme Charaudeau

A instância política, que é de decisão, deve, portanto, agir em função do possível, sendo que a instância cidadã a elegeu para realizar o desejável. Nasce, assim, um exercício difícil do poder político, que consiste em ditar a lei e sancioná-la, sempre se assegurando do conhecimento da instância cidadã (CHARAUDEAU, 2006, p.19).

A ação política, no dizer de Charaudeau (2006, p.19) encontra-se constantemente ameaçada por “uma sanção física (golpe de Estado), institucional (derrubada do governo) ou simbólica (descrédito)”. Isso implica que ao espaço de discussão, em que se determinam valores (formação discursiva), corresponda um espaço de persuasão (argumentação), no qual a instância política, utilizando argumentos da razão (*logos*) e da paixão (*pathos*), procura fazer a instância cidadã aceitar a sua ação. Concordamos com Charaudeau (2006, p.19) , quando diz que a “arte política reside em uma boa gestão das paixões coletivas, isto é, em um sentir com os outros”.

Linguagem e ação apontam, então, para o uso dos atos de convencer e persuadir, o primeiro pela instância política (poder público) e o segundo pela instância cidadã (comunidade). O poder público se esguelha, “escorrega”, por assim dizer, afirmando, mas ao mesmo tempo colocando limitações, para o alcance de objetivos. Ele usa o ato de convencer ao se dirigir à razão dos presentes, por meio de raciocínio lógico e através de uma prova objetiva de modo demonstrativo e atemporal. O ato de convencer leva a certeza e o de persuadir conduz a inferências cujo objetivo é a adesão à sua contra argumentação (linguagem, poder e ação). Razão e vontade, objetivos do convencimento e da persuasão, respectivamente, são constantemente avaliados, julgados, criticados, por serem juízo de valores.

Por outro lado, a intencionalidade da instância cidadã tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que este compartilhe de suas opiniões. Por isso é que se diz que o ato de argumentar - orientar o discurso para certas conclusões - torna-se ato lingüístico fundamental; afinal todo discurso é ideológico, não na acepção mais restrita do termo. Como afirma Koch (2002, p.17), “a neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia - a da sua própria objetividade”.

Corroborando Charaudeau, percebemos que a existência dos espaços de discussão e de persuasão são lugares de construção dos valores:

[...] o governo da palavra [...] e o governo da palavra não é tudo na política. A política por sua vez, não pode agir sem a palavra (**linguagem, ação e poder**): [...] a palavra intervém no *espaço de discussão* para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no *espaço de ação* para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no *espaço de persuasão* para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito (CHARAUDEAU, 2006, p. 21, grifo nosso).

A partir dessas considerações, podemos dizer que o líder sociocomunitário age através da palavra, por meio de três instâncias: ela intervém no *espaço de discussão* para definir o ideal dos fins e os meios da ação do líder, no *espaço da ação* para organizar e coordenar a distribuição das tarefas, a definição de como negociar com o órgão público para conquistar seus objetivos, as reivindicações da comunidade e o estabelecimento de regras para a convivência no coletivo. A palavra intervém, ainda, no *espaço de persuasão*, visando ao convencimento dos representantes do poder público ou da comunidade, para a tomada de decisões que beneficiem o coletivo.

Podemos inferir que o poder político resulta dialeticamente de dois componentes da atividade humana: o debate de idéias (campo do espaço público, onde se trocam opiniões) e o fazer político (onde se tomam decisões e se instituem atos). Esses dois campos legitimam-se reciprocamente (conforme Habermas e Arendt, citados por Charaudeau (2006)), segundo relações de força e exigem processos de regulação (jogo de dominação). O primeiro – debate de idéias - é o lugar de uma luta discursiva, estando em jogo a conquista de uma legitimidade por meio da construção de opiniões. O segundo - fazer político - é o lugar em que se exerce o poder de agir entre uma instância política (que se diz soberana) e uma instância cidadã, sendo o desafio o exercício de uma autoridade (dominação feita de regulamentação e de sanções). Conforme Arendt, citado por Charaudeau (2006), o líder deve agir e fazer tudo para satisfazer

o desejo dos moradores de viver em comunidade em um ideal que definiria os mesmos em suas relações de trocas (dar-receber) com o próximo, visando ao estabelecimento de situações de igualdade entre os indivíduos, tudo isso com o poder de sua palavra.

Concluimos, portanto, que a linguagem e a ação se fundem inexoravelmente. A ação pelo discurso é permeada por uma ética da responsabilidade, a palavra política se debate entre uma verdade do dizer e uma verdade do fazer. A primeira diz respeito à verdade da ação manifestada por meio de uma palavra de decisão e a segunda diz respeito à verdade da discussão manifestada por meio da persuasão, ordem da razão ou ordem da paixão. Assim, também, se constrói o ethos do líder sociocomunitário.

3 ETHOS DISCURSIVO

3.1 Moral, Ética e Ethos

A polêmica que envolve Moral e Ética existe há muitos séculos. Sua própria etimologia gera controvérsias. Ética vem do grego “ethos” que significa modo de ser, e Moral tem sua origem no latim, que vem de “mores”, significando costumes. Pode-se tentar resolver essa questão esclarecendo-se o sentido das duas palavras: Moral é um conjunto de normas que regulam o comportamento do homem em sociedade, e estas são adquiridas pela educação, pela tradição e pelo cotidiano. Durkheim (1967) explicava Moral como a “ciência dos costumes”, sendo algo anterior a própria sociedade. A Moral tem caráter obrigatório. Já a palavra Ética é definida como um conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação aos outros homens na sociedade em que vive, garantindo, assim, o bem-estar social, ou seja, Ética é a forma que o homem deve se comportar no seu meio social. Entretanto, não cabe neste escrito um maior aprofundamento sobre as diferenças entre os termos moral e ética, porquanto, o objeto deste estudo exige somente o trato de ethos - ética.

No início da civilização ocidental, com Heráclito e Demócrito o *ethos* tinha o significado de **ἦθος** (*êthos*): moradia habitual de gente e de animais, estado habitual, casa familiar, morada do homem. Nesse sentido, conforme Antoni citado por Síveres (2006, p.55), *êthos* evocava “a subjetividade e a unicidade da experiência humana, a saber, o lugar em que a liberdade do indivíduo e a própria autoconsciência encontram o meio natural e original de desabrochar”. Para Aristóteles (2001), no entanto o *ethos* significaria **ἔθος** (*ethos*), costume, hábito, caráter da pessoa, estado de ânimo, impressão moral causada por uma pessoa. A partir desse entendimento, o *êthos* revelava mais “as normas da casa, os princípios, as regras que, numa situação histórico-cultural específica, norteavam a existência e a convivência humana” (ANTONI *apud* SIVERES, 2006, p.191). Portanto, as duas concepções da ética: **ἦθος** (*êthos*) e **ἔθος** (*ethos*) eram compreendidas de forma integrada e designavam tanto a morada do homem quanto as condições da moradia humana; manifestavam tanto o perfil pessoal quanto a realidade social; definiam tanto a subjetividade quanto a intersubjetividade. Ambas as concepções são significativas na manifestação cultural da humanidade.

Síveres também explica o termo *ethos* no sentido filosófico original.

o termo *ethos* significava o cuidado com a morada individual e com a habitação comum, isto é, o cultivo da cultura humana. Essa terminologia foi utilizada pra significar a morada do homem, não como espaço físico, mas como um projeto de vida, não como casa, mas como um processo relacional. Essa morada era o lugar de acolhida do indivíduo, mas também o lugar da convivência coletiva, o espaço da responsabilidade social, aspectos que se efetivavam no destino da *polis* (cidade). Nessa morada individual o homem se relacionava com base nas virtudes, e na habitação coletiva por meio dos costumes, que aos poucos foram transformados em leis, com o objetivo de garantir a segurança pessoal e coletiva da ambiência social (SIVERES, 2006, p.191).

Então, *ethos* revela as identidades pessoais e sociais manifestadas pelo retrato de uma cultura, pela maneira de ser de uma comunidade e o *modus vivendi* da organização da sociedade. Ética, nesse contexto, aponta para a identidade da cultura humana, com o objetivo de preservar valores e discernir sobre os novos.

Entende-se então, que *ethos* é o modo de ser e viver, o modo de sobreviver e conviver, bem como a arte de organizar a vida pessoal e estabelecer relações em sociedade. *Ethos*, no dizer de Síveres (2006, p.192) “é o rosto, a fisionomia, a identidade de uma cultura. O *ethos* pode expressar, tanto o modo de ser, quanto a morada do ser e, por isso, se caracteriza tanto pela herança recebida, quanto pela disposição em construir novas identidades culturais”. Esses dois aspectos podem ser identificados tanto pelo *êthos*/caráter, quanto pelo *éthos*/costume, configurando, assim, uma integração cultural.

Quanto ao *êthos* como caráter pode-se dizer que aponta para a finalidade das manifestações culturais, revelando a importância de princípios político-filosóficos na conduta da humanidade.

Segundo Agostini a ética

faz com que os valores e as normas fiquem sempre em dia com a época em que vivemos, sem perder seu enraizamento no *ethos*, e a o mesmo tempo, ela faz com que tais valores e normas continuem a inspirar da melhor forma possível a vida humana, tendo em vista a sua realização plena. (AGOSTINI, 1997, p.46).

Assim sendo, o papel da ética é de discernimento e de crítica, cujo objetivo é não só purificar as condições estabelecidas, bem como aperfeiçoar as circunstâncias atuais, buscando construir a manifestação radical da experiência humana.

O *éthos* significa também costume, comportamento e regra, aspectos que regem a vida social, tem o papel de estabelecer normas e princípios que orientam a vida humana. A ética, nesse sentido, “será sempre a busca e/ou a indicação de um caminho possível e/ou necessário

para a realização humana tanto pessoal, quanto comunitária e social” (AGOSTINI, 1997, p.39). Corroborando essa perspectiva, entendo que ética como *ethos* manifesta a identidade de um povo, ética como caráter se refere à finalidade das relações humana e ética como costume é demonstrada pela funcionalidade do sistema social. Essas três dimensões relacionais: a identidade, a finalidade e a funcionalidade são compreendidas de maneira articulada para revelar a cultura, o caráter e o costume de uma civilização.

Quando se articulam esses conceitos, compreende-se a ética sob o aspecto da individualidade (subjetividade) e também da coletividade (objetividade). É nessa relação que nasce a prática da justiça, que é o respeito às leis da polis naquilo que concerne à autonomia e a heteronomia. A boa conduta nessas relações pode determinar o grau de justiça que se concretiza nas diversas formas relacionais, seja com a natureza, com a humanidade ou com o transcendental. Para definir, porém, o compromisso com o empenho pela justiça do líder sociocomunitário, a ética pode ser entendida a partir de três olhares: o da alteridade, da reciprocidade, e o da responsabilidade para com seus pares e para com a comunidade.

Na realidade atual, os sujeitos foram se individualizando e as relações privatizadas. Necessário se faz, pois, romper esse círculo vicioso e propor um virtuoso que garanta a subjetividade e a objetividade dos indivíduos, e para que suas relações sejam geradoras de sociabilidade e fraternidade. Sendo assim, não sou Eu, nem Nós que determinamos aquilo que é bom e significativo para o Outro, mas ao estabelecer a alteridade, reconhece-se a identidade e primazia do Outro. A partir do reconhecimento do Outro existe um processo de solidariedade que exige um compromisso conjunto em torno de um novo projeto de humanização.

O enfoque da ética, compreendido como reciprocidade, insere-se na proposta de que todos devem viver com equidade, justiça e dignidade. A reciprocidade desperta a importância da dignidade humana, a partir de um estado de justiça. Nessa direção, segundo Rosito,

[...] a ética é a consciência do respeito à dignidade humana. A atitude ética nutre-se de sentimentos, valores, virtudes de ousadia, liberdade, respeito, diálogo, solidariedade, cidadania, democracia, humildade, compaixão, respeito, desenvolvimento das potencialidades humanas (vida) (ROSITO, 2002, p.421).

Esses atributos manifestam a primazia da vida sobre todas as formas que minimizam um projeto de vida em plenitude. Assim, pode ocorrer uma circulação de valores, pelos quais se estabelece uma aliança, aspecto que manifesta, sempre, uma expectativa de retribuição, de semelhança e de aproximação, superando, assim, a noção de contrato social. A reciprocidade

potencializa uma comunicação e uma sociabilidade entre os homens, revelando trocas voluntárias e obrigatórias, interessadas e desinteressadas, úteis e simbólicas.

Ao buscar compreender a reciprocidade dentro de uma perspectiva mais universal, será necessário instaurar uma ética para toda a humanidade que seja um conhecimento orientador do desenvolvimento humano integrado e sustentável para toda a humanidade. E, depois de refletir sobre o entendimento da ética como alteridade e reciprocidade, é oportuno compreendê-la, ainda, como responsabilidade.

Na linha da ética da responsabilidade. O filósofo Hans Jonas, citado por Síveres (2006, P. 198), propõe um novo imperativo ético, no sentido de “garantir que as ações humanas, no presente, não comprometam a permanência da vida humana sobre a terra”.

Conforme Síveres,

[...] corroborando com a vertente da responsabilidade ética, pode-se argumentar que essa manifestação é um elemento essencial de um sujeito que se pretende ser ético. Para que essa proposta se viabilize no futuro, Kung (1993) sugere que é preciso superar a ética do sucesso e implementar a eticidade da responsabilidade para com o meio ambiente, com a pessoa humana e com o bem público, dentro do princípio de uma ética mundial. (SÍVERES, 2006, p.198).

Entendida dessa forma, a responsabilidade cabe, tanto ao homem quanto ao indivíduo, o ser humano como construtor de sua história.

Após expor sobre a ética da alteridade, reciprocidade e responsabilidade, podemos afirmar que ela tem uma abrangência universal, porque se insere em todos os espaços sociais e relacionais. Ela é um imperativo de todos os segmentos humanos, no sentido de que deve questionar o atual projeto civilizatório e pautar uma agenda comprometida com uma nova dimensão ética.

O processo vivenciado pelo líder no exercício da liderança e a ética estão, assim, na raiz das relações humanas e comunitárias e se estendem a todas as suas manifestações. O exercício da liderança, articulado à ética, forma uma aliança que representa a união da identidade individual e o compromisso coletivo, a integração da autonomia pessoal e da cooperação sociocomunitária. A função da liderança nessa perspectiva insere-se num projeto criativo, democrático e emancipador para responder aos grandes desafios da comunidade a qual representa. Afinal, o que dá fecundidade a um projeto ético é, em primeiro lugar, um processo de proximidade com pessoas, moradores, grupos sociais, fenômenos naturais e experiências transcendentais, aproximação essa que evita um fechamento das pessoas em torno de si mesmas e de um projeto de liderança. Pelo contrário, deve-se inaugurar uma ética

relacional, a partir de um empenho por justiça, pela construção de uma liderança democrática, compartilhada, inclusiva que lute, juntamente com a comunidade, por uma vida mais digna e pela defesa dos direitos humanos e os da cidadania.

Ter discutido sobre os conceitos e a origem dos termos moral e ética, exige considerações sobre o quadro teórico da noção do *ethos* no discurso. Para isso, utilizaremos trabalhos de autores cuja leitura de *ethos* converge para um aspecto moral discursivo, ao mesmo tempo em que estabelecem relações entre Retórica e outros assuntos da lingüística contemporânea.

Destacamos entre esses autores, Amossy (2005), ao explicar sobre retórica clássica demonstra que Aristóteles traçou um “esboço” de uma teoria enunciativa, ao distinguir essa retórica em partes, visando a dar conta das fases percorridas na elaboração e execução de um discurso, nomeados com os seguintes termos tradicionais gregos e latinos: *eresis* ou *inventio*, (invenção, achar o que dizer); *taxis* ou *dispositio* (disposição, pôr em certa ordem o que se tem a dizer); *lexis* ou *elocutio* (elocução, colocar ornamentos no discurso); *hypocrisis* ou *pronuntiatio* (pronúnciação, proferir o discurso, tendo em vista a dicção e a gesticulação adequadas); *mneme* ou *memória* (memória, confiar o discurso à memória). Para este estudo interessam-nos somente os três primeiros termos: *eresis/inventio*, *taxis/dispositio* e *lexis/elocutio*.

Inventio divide-se em *ethos*, *pathos* e *logos*. O conceito de *ethos* descrito acima, implica que ele estaria relacionado a uma *corporalidade* aos modos de existência discursiva do locutor, sujeito que assume determinada(s) posição(ões) ideológica(s) e que produz discurso a partir de algum lugar institucional. O *pathos* caracterizaria a forma de acolhida do discurso por parte do auditório e *logos* seriam as provas (temas) que corroboravam para gerar credibilidade ao locutor. O *dispositio* corresponderia ao encadeamento de tais provas, segundo objetivos definidos. O termo *elocutio*, por sua vez, representaria a verbalização do pensamento.

Ao enunciar, o locutor faz uma representação de sua pessoa, isto é, oferece uma imagem de si mesmo por meio da competência lingüística, do conhecimento de mundo e da própria apresentação pessoal. No campo da retórica, cada vez mais, fica evidente a importância da adesão do auditório que deve tornar-se o objetivo maior do orador. Nos estudos da pragmática moderna, em relação à análise de discursos, as teorias de diversos campos se entrecruzam para pesquisar a arte de persuadir e convencer.

3.2 Ethos e Discursivo

Ruth Amossy, numa obra intitulada *Imagens de Si no Discurso* (2005) reúne e organiza os trabalhos de diversos autores sobre ethos e discurso. Esses trabalhos serão abordados, sem que se mencione continuamente como colaboradores de Amossy (2005). Assim, discorreremos sobre o trabalho de: Amossy, Barthes, Maingueneau, Pêcheux, Kerbrat-Orecchioni, Goffman, Ducrot, Ascombe-Ducrot, Cícero Quintiliano, Vargas, Lê Guern, Bordaloue, Lamy, Crevier, Perelman, Perelman-Olbrechts-Tyteca, Eggs e Dascal. Esses autores foram selecionados, por fazerem reflexões sobre *ethos*, pragmática e a sociologia dos campos, da *Retórica* à Contemporaneidade. O *ethos*, no caso da sociologia dos campos²³, é conceituado fundamentalmente na idéia de legitimidade social do locutor dada a priori, e não como construção discursiva circunstancial.

Para Amossy (2005, p.9), “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Seu estilo, suas competências lingüísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa”. A apresentação do locutor não se refere a uma técnica apreendida, a um artífice; ela se concretiza, normalmente, independente dos demais parceiros, nas trocas verbais cotidianas e pessoais.

Em Amossy, Roland Barthes, lembrando os elementos da retórica antiga, conceitua *ethos* como os traços de caráter que devem ser mostrados pelo orador para causar boa impressão ao auditório, pouco importando as condições de sinceridade: é o jeito do orador que enuncia uma informação, dizendo ao mesmo tempo: sou isto, não sou aquilo. Segundo a pesquisadora, o emprego do enunciado em determinado contexto e a força da palavra foram estudados por diferentes correntes da Análise do Discurso e da Pragmática e hoje reencontram a *Retórica*, conceituada como a arte de persuadir.

Maingueneau afirma que, a partir da concepção de pragmática da linguagem como ação ou interação dotada de poder próprio, a mesma “veio, de certa maneira, substituir a retórica tradicional”, ou seja, como diria ela “o modo como as ciências da linguagem resgatam a retórica, mas às vezes também a abandonam, aparece nas reformulações e debates nos quais surge a noção de ethos” (MAINGUENEAU, citado por AMOSSY, 2005, p.10).

²³ Espaço necessário de confronto entre duas formas de poder correspondentes a dois tipos de capital científico: o social, relativo à ocupação de posições importantes nas instituições científicas, e o específico dependente do reconhecimento pelos pares e, por isso, mais exposto à contestação.

Nas palavras de Amossy,

a construção especular da imagem dos interlocutores aparece igualmente na obra de Michel Pêcheux (1969), para quem *A* e *B*, nas duas pontas da cadeia de comunicação, fazem uma imagem um do outro: o emissor *A* faz uma imagem de si mesmo e de seu interlocutor *B*; reciprocamente, o receptor *B* faz uma imagem do emissor *A* e de si mesmo. (AMOSSY, 2005, p.11).

Os estudos de Pêcheux, segundo Amossy, remetem-nos a uma definição de discurso, já bastante conhecida como sendo o “efeito de sentido entre interlocutores”, mas na década de 80, essa concepção sofre novas incorporações, principalmente, no trabalho *Discurso: estrutura ou acontecimento*, em que Pêcheux adota a perspectiva de que o discurso é da ordem da estrutura e do acontecimento:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-estruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação [...] (PÊCHEUX *apud* AMOSSY, 2005 p.56).

Kerbrat-Orecchioni, também citada por Amossy (2005) por sua vez, retoma o princípio exposto por Pêcheux, quando sugerem incorporar “na competência cultural dos dois parceiros da comunicação [...] a imagem que eles fazem de si mesmos, do outro e a que imaginam que o outro faz deles” (KERBRAT-ORECCHIONI, *apud* AMOSSY, 2005, p. 11). Não se pode expor claramente o jogo de espelhos que fundamenta o quadro figurativo, entretanto, nesse estágio de sua reflexão, Kerbrat-Orecchioni vê nesse processo apenas a marca das competências não-lingüísticas (ditas “culturais”) dos interlocutores, compreendidas nos dados situacionais que compõem o universo do discurso.

Em suas reflexões Amossy (2005, p.17), destaca que caberá à pragmática²⁴ ampliada desenvolver a questão da imagem de si no discurso, especialmente, em razão de seu interesse pelas modalidades segundo as quais o locutor age sobre seu parceiro na troca verbal. Dessa forma, passa-se da interlocução à interação. “Falar é trocar, é mudar trocando”: “ao longo de uma troca conversacional ou comunicativa, os diferentes participantes, que passam a chamar ‘*interactantes*’, exercem uns sobre os outros uma rede de *influências mútuas*”. A perspectiva interacional, portanto, explica a função da imagem de si e do outro construída no discurso. À

²⁴ A Pragmática prevê o estudo do uso da linguagem atendendo ao contexto em que é produzida, onde interagem fatores lingüísticos (domínio do sentido e estrutura das frases e enunciados) e extra-lingüísticos (comportamentos, gestos, tom, intenção comunicativa, conhecimentos partilhados) (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

medida que os participantes interagem, a imagem de si construída no e pelo discurso sofre influência exercida de um sobre o outro.

De acordo com Amossy, sociólogo Erving Goffman que primeiro iniciou os estudos nessa área e cujas pesquisas sobre a apresentação de si e os ritos de interação influenciaram profundamente na análise das conversações. Para Maingueneau, Goffman desenvolveu sua teoria adotando a metáfora teatral para expor sobre representação, que para ele significa a totalidade da ação de determinado indivíduo, em uma dada circunstância, realizada com o objetivo de persuadir de certa maneira um dos participantes. O lingüista francês fala também de papel ou de rotina, definidos como “o modelo de ação preestabelecido desenvolvido durante uma representação e que se pode apresentar ou utilizar em outras ocasiões” (AMOSSY, 2005, p.138). Interligadas pela influência mútua que os parceiros desejam exercer uns sobre os outros, a apresentação de si é contribuinte dos papéis sociais e dos dados do contexto situacional. Sendo essencial a toda troca verbal e subordinada a uma regulação sociocultural, a apresentação de si, supera a intencionalidade do sujeito que fala e age.

As noções a que nos referimos anteriormente são completadas em “*Os ritos de interação*” em Amossy (2005, p.13), pelo conceito de face, que é a imagem do eu construída a partir de atributos sociais aprovados e partilháveis, na qual causamos uma boa imagem a nós mesmos. A redefinição da noção de face goffmaniana é feita por Kerbrat-Orecchioni, (2005, p.156) como “o conjunto das imagens valorizantes que, durante a interação, tentamos construir de nós mesmos e impor aos outros”. Entendemos, portanto, que as perspectivas apontadas por Goffman (2005, p.13) foram retomadas pela descrição das trocas verbais, as quais permitem sublinhar que “as interações sociais jogam, antes de tudo, com relações interpessoais, ritualizadas socialmente”. A autora volta ao princípio de gerenciamento de faces para demonstrar como ele regula na língua os fatos estruturais e as formas convencionais. Assim, a análise conversacional une o estudo dos fenômenos da língua, como por exemplo, morfemas especializados, tipos de modalizadores, etc., às interações, nas quais a imagem que o locutor constrói de si e do outro é essencial.

Amossy (2005, p.14), afirma que nem Benveniste, nem Goffman, nem Kerbrat-Orecchioni utilizaram o termo *ethos* em seus estudos. Para ela, a integração do termo *ethos* às ciências da linguagem encontra uma primeira expressão na teoria polifônica de Oswald Ducrot, ou seja, na pragmática semântica, teoria que tira de cena o sujeito real falante para se preocupar com a instância discursiva do locutor, questionando sua unicidade. É ele quem diferencia o locutor (L) do enunciador (E), origem das posições expressas pelo discurso.

Sendo assim, analisar o locutor L no discurso consiste não em preocupar-se com o que ele diz de si mesmo, mas em conhecer a aparência que lhe conferem as manifestações de sua fala. É nesse ponto preciso que Ducrot recorre à noção de ethos: “o ethos está ligado a L, o locutor como tal: é como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável” (DUCROT *apud* AMOSSY, 2005, p.14).

A noção de ethos, portanto, é permeada pela concepção de enunciação da pragma-semântica, teoria que enfoca a fala como ação que visa a influenciar o parceiro. Sendo assim, liga-se a uma teoria da argumentação que, conforme Amossy (2005) é apresentada em uma obra de Asncombe e Ducrot, em uma seção denominada *Argumentação e Polifonia*. O interesse pelo discurso e por sua eficácia em um ato no interior de um questionamento sobre o sentido parece querer explicar o recurso à retórica.

Ducrot, citado por Amossy, baseia-se em Aristóteles para encontrar um equivalente de suas próprias categorizações em outra disciplina e descobre uma relação longínqua entre a argumentação dos retóricos e a pragma-semântica, defendendo que a última está inscrita na língua, enquanto a primeira, interessa-se apenas por determinados usos argumentativos do discurso e pelas técnicas discursivas que visam a persuadir. Apesar de perceber a distinção entre essas concepções, Ducrot não priorizou o estudo sobre o ethos em suas reflexões.

Ao contrário de Ducrot, Maingueneau, nas pesquisas sobre pragmática e análise do discurso elabora a noção de ethos como construção de uma imagem de si no discurso, especialmente, em sua obra *Gênese du discours*. Para o segundo autor, o enunciador deve conferir a si mesmo e a seu destinatário certo *status* para legitimar seu dizer: ele se coloca no discurso com uma posição institucional e marca sua relação com um saber. Na mesma obra, Maingueneau articulou a noção de ethos associada à de cena de enunciação, indicando que o locutor pode escolher sua cenografia, uma vez que, cada tipo de discurso se inscreve em uma distribuição preestabelecida de papéis. Nesse contexto, a noção de ethos ganha relevância nos seus estudos e ele a relaciona à noção de *tom de voz*, à medida que precisa tanto da escrita, quanto da fala em um ato enunciativo. O tom de voz, por sua vez, apóia-se sobre uma “dupla figura do enunciador, a de *caráter* e a de *corporalidade*”. Maingueneau retoma as noções de ethos propostas por Ducrot, citado por Amossy, dando-lhe uma evolução significativa:

A maneira de dizer autoriza a construção de uma verdadeira imagem de si e, na medida em que o locutário se vê obrigado a apreendê-la a partir de diversos índices discursivos, ela contribui para o estabelecimento de uma inter-relação entre o locutor

e seu parceiro. [...] Partindo da eficácia da palavra, a imagem quer causar impacto e suscitar a adesão. Ao mesmo tempo, o ethos está ligado ao estatuto do locutor e à questão de sua legitimidade, ou melhor, ao processo de sua legitimação pela fala. A noção de ethos estabelecida pela AD encontra, assim, a sociologia dos campos, mas privilegia o imbricamento de um discurso e de uma instituição, ou seja, recusando a concepção de uma sociologia externa. Ela também encontra a retórica a partir da qual Maingueneau retoma a idéia de discurso eficaz, recusando-se totalmente a considerá-lo um conjunto de procedimentos a serviço de um conteúdo que procura encontrar uma forma. (DUCROT *apud* AMOSSY, 2005, p.16).

Ao escrever sua Retórica, Aristóteles objetivava “apresentar uma *techné* objetivando examinar o que é persuasivo para tal e/o qual tipo de indivíduos”. (MAINGUENEAU, 2008, p.13). No entanto, a palavra ethos, atualmente, não está condicionada pelos mesmos dispositivos; o que era uma disciplina única - a retórica - revela-se, hoje, em diferentes disciplinas teóricas e práticas que têm interesses distintos e captam o ethos sob diversas facetas. Diante disso, Maingueneau afirma que não é possível conceituar definitivamente ethos, e que precisamos entender que ele se coloca como um nó gerador de desenvolvimentos múltiplos. Maingueneau ainda acrescenta que

[...] a prova pelo ethos consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando confiança. O destinatário deve, então, atribuir certas propriedades à instância que é posta como fonte do acontecimento enunciativo. Esse ethos está ligado à própria enunciação, e não a um saber extra-discursivo sobre o locutor, portanto, persuade-se pelo caráter [= ethos] quando o discurso tem uma natureza que confere ao orador a condição de digno de fé; pois as pessoas honestas nos inspiram uma grande e pronta confiança sobre as questões em geral, e inteira confiança sobre as que na comportam de nenhum modo certeza, deixando lugar à dúvida. Mas é preciso que essa confiança seja efeito do discurso, não uma previsão sobre o caráter do orador. (MAINGUENEAU, 2008, p.13).

Segundo Amossy (2005), a história da retórica como disciplina explorou abundantemente a trilogia aristotélica do *logos*, do *ethos* e do *pathos*, afirmando ser o ethos pertencente à esfera do caráter. Cícero e Quintiliano²⁵, segundo ela, avançaram em relação à tese defendida por Aristóteles. O primeiro definiu o bom orador como o *vir boni dicendi peritus*, um homem que une ao caráter moral a capacidade de bem manejar o verbo. O segundo defende o argumento de que um homem tem mais peso que suas palavras. Nos manuais de retórica da Antiguidade clássica, a noção de ethos aparece sob a denominação de “caracteres oratórios”, enfatizados por Amossy ao comentar os estudos de Aron Kibédi-Vargas e de Michel Lê Guern, nos quais a questão da autoridade moral associada à pessoa do

²⁵ Amossy (2005), ao citar Cícero e Quintiliano, refere-se aos trabalhos clássicos de Georges Kennedy, 1963 e 1972. Ela consulta também o trabalho de Wisse (1989) e a bibliografia de Baumlin e Baumlin (1994).

orador/locutor se recoloca, tratando-se, em primeiro sentido, dos caracteres reais.

Bordaloue, citado por Amossy (2005, p.18) advoga que: “(a) o orador convencerá pelos argumentos, se, para bem dizer, ele começar por pensar bem; (b) ele agradará pelos seus modos, se, para pensar bem, ele começar por viver bem”.

Bernard Lamy, citado por Amossy (2005) escreve sobre as qualidades que devem possuir aqueles que querem ganhar os espíritos, resgatando os estudos desenvolvidos pelas retóricas de Gilbert de Crevier e outros autores, mostrando que a questão da moralidade não suprimia nos clássicos a idéia de uma construção do orador pelo seu discurso, distinguindo caracteres oratórios de caracteres reais. Para esses estudiosos, pode-se mostrar algo sem sê-lo; e pode-se não parecer tal, e ainda assim o ser, pois isso depende da maneira como se fala.

Amossy (2005, p.19), afirma que Le Guern, após estudar os manuais clássicos, revela que a eficácia do discurso deriva claramente dos caracteres oratórios e dos caracteres reais. Ele se refere, para isso, aos trabalhos de Kerbrat-Orecchioni sobre subjetividade, procurando assinalar a que ponto o estudo das marcas discursivas do locutor convida a uma análise do ethos definido como a construção de uma imagem de si correspondente à finalidade do discurso.

Na sequência, continuando o tema ethos discursivo, ainda utilizamos Amossy (2005), agora tratando da argumentação.

3.2.1 Ethos e argumentação contemporânea

Amossy afirma que Perelman

[...] inovou o estudo da retórica ao mostrar o lugar central, em diversas disciplinas (do direito à filosofia, passando pela literatura) da arte de persuadir, ou o conjunto dos recursos verbais destinados a obter ou reforçar a adesão do auditório às teses submetidas ao seu assentimento. (AMOSSY, 2005, p.19).

Reiteramos essa necessidade que tem o orador de se adaptar ao seu auditório, ou seja, “de fazer uma imagem dele [mesmo] e, correlativamente, de construir uma imagem confiável de sua própria pessoa, em função das crenças e valores que ele atribui àqueles que o ouvem” (AMOSSY, 2005, p.19). Perelman (1999), apesar do dinamismo realçado pela construção da imagem de si no discurso, não se limitou a transpor assepticamente a noção de dialética da

Antiguidade aos nossos dias; ao contrário, reservou um importante lugar para ela em sua obra, uma vez que em suas reflexões sobre o discurso argumentativo e a introdução dos conceitos de auditório interno e universal ampliou de modo considerável o conhecimento acerca desse processo de comunicação.

O ponto de partida desse pensador belga é o modo pelo qual se entendeu o raciocínio Jurídico (advindo da codificação napoleônica, principalmente), ou seja, o raciocínio associado com a aplicação do direito, como sendo uma operação dedutiva, a partir de normas positivas que, tendo como princípio a legalidade, deveriam servir de premissas necessárias. O modo de entender tal processo deveria, no entanto, ser capaz de explicar como se opera a interferência dos juízos de valor do aplicador da norma. Explicando melhor, era necessário definir se os julgamentos expressavam apenas as emoções, interesses e impulsos do julgador, inserindo-se o processo de aplicação do direito no campo do irracional, ou se existiria uma lógica dos julgamentos de valor.

A proposta de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000), especialmente em sua obra *O Tratado da Argumentação*, tem por objetivo descrever os esquemas argumentativos não formais utilizados na persuasão de um auditório, ocupando-se em pensar a retórica enquanto espaço de discussão das estratégias discursivas utilizadas por um locutor em busca de adesão de um auditório às teses por eles defendidas. Para esses estudiosos,

não se trata de uma lógica específica dos juízos de valor e que os raciocínios não são nem deduções formalmente corretas nem induções do particular para o geral, mas argumentações de toda a espécie, visando ganhar a adesão do sujeitos às teses que se apresentam ao seu assentimento. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p.141).

A retórica aparece situada, pois, no quadro da argumentação que se distingue de demonstração. Ao contrário da lógica - portadora de univocidade e afastada dos contextos de uso efetivo das línguas naturais -, a argumentação joga com a equivocidade das línguas naturais, permitindo ao auditório a descoberta dos conceitos utilizados na mesma, dando-lhe margem de decisão em favor de uma ou de outra tese.

Para Perelman (1999), todo discurso supõe um auditório, pois todo o discurso envolve argumentação e retórica. Considerando essa afirmativa, a adesão de um auditório faz-se por meios retóricos, classificados por Perelman como associação e dissociação de noções: argumentar passar ser, então, comparar, aproximar-se ou afastar-se de determinados valores ou pressupostos. Para conseguir isso, o autor afirma ser fundamental conhecer as referências

de um auditório, pois serão elas as bases da argumentação. Ele nos faz observar que, já que a argumentação visa à adesão do auditório a certas teses, as estratégias argumentativas se apresentarão sob dois aspectos distintos:

o aspecto positivo que consistirá no estabelecimento de uma solidariedade entre teses que se procuram promover e as teses já admitidas pelo auditório: trata-se de argumentos de ligação. O aspecto negativo visará abalar ou romper a solidariedade constatada ou presumida entre as teses admitidas e as que opõem às teses do orador; tratar-se-á da ruptura das ligações e dos argumentos de dissociação. (PERELMAN, 1999, p. 211).

O locutor pode também fundamentar sua argumentação em argumentos ligados aos valores, à hierarquia ou lugares do preferível (próximos do ‘topoi’ ou lugares-comuns aristotélicos). Como valor, podemos destacar, por exemplo, o verdadeiro, o belo, o justo, o comprometido, entre outros; como hierarquias ou lugares da ordem, podemos falar da sobrevalorização do justo em relação ao útil, da causa sobre o efeito, ou do anterior sobre o posterior.

Na argumentação por associação, há que se considerar os argumentos quase lógicos, os argumentos fundados na estrutura do real e aqueles que fundam a estrutura do real. Para Perelman (1996, p. 223) os argumentos quase lógicos são aqueles cuja estrutura lógica lembra os argumentos da lógica formal, mas que não possuem o mesmo rigor, ou seja, não têm valor conclusivo, já que é impossível extirpar-se da linguagem comum toda a ambigüidade, como não podemos também remover do argumento a possibilidade de múltiplas interpretações. Sendo assim, a cada argumento lógico de validade reconhecida e incontestável corresponderá um argumento quase lógico de estrutura semelhante, cuja força persuasiva consistirá justamente na sua proximidade com aquele.

Os argumentos baseados na realidade, conforme Perelman (1996, p.297), são aqueles cujo fundamento encontra-se na ligação existente entre os diversos elementos da realidade. Uma vez admitido que os elementos do real estejam associados entre si em uma dada ligação, é possível fundar sobre tal relação uma argumentação que possibilite passar de um desses elementos ao outro; tais elementos podem ser de sucessão ou coexistência. O primeiro diz respeito à relação causa e efeito e o segundo diz respeito a relações envolvendo realidades diferentes, em que uma seja a essência e a outra a manifestação exterior dessa essência. Conclui-se, portanto, que é o argumento que associa o caráter de uma pessoa aos seus atos.

Por sua vez, os argumentos que fundam a estrutura do real são aqueles que “generalizam aquilo que é aceito a propósito de um caso particular (ser, acontecimento,

relação) ou transpõem para um outro domínio o que é admitido num domínio determinado.” (PERELMAN, 1996, p.297). Esses argumentos são aqueles que utilizam o exemplo, o modelo, a analogia e a metáfora. Os argumentos por dissociação são aqueles que, ao invés de proceder por meio da ligação e ruptura de associações anteriormente dadas, procuram solucionar uma incompatibilidade do discurso, re-estabelecendo uma visão coerente da realidade. Isso nos leva a crer que, quando cai em contradição, o orador busca resgatar a noção de realidade por meio de um jogo que inverta essa contradição e fique conforme essa realidade e que suas associações sejam consideradas válidas e as que não se conformam com a realidade sejam desconsideradas. A dissociação, então, resulta da depreciação do que era até então valor aceito e de sua substituição por outro conceito que esteja de acordo com o valor original.

Outra tese que Perelman (1996) defende é a de que está presente nos discursos o acordo prévio que encontra aceitação pelo auditório antes mesmo do início do discurso. Esses acordos podem ter naturezas muito diferentes: podem ser fatos de acontecimento público ou notório, podem dizer respeito à hierarquia de valores de uma dada sociedade e podem se referir a auditórios específicos (associações religiosas, associações comunitárias, grupos de profissionais, etc.). Em síntese, a teoria da argumentação de Perelman fundamenta-se na distinção aristotélica entre raciocínio analítico e raciocínio dialético, valorizando, como mencionamos anteriormente, a vertente dialética e, portanto, comunicacional.

Retomando essas idéias, Eggs citado por Amossy (2005), corroborando as idéias aristotelianas, afirma que os temas e o estilo escolhidos devem ser apropriados (*oikeia*) ao ethos do orador/locutor, a saber, à sua *héxis*, ao seu *habitus*, ou utilizando um termo sociointeracionista, ao seu tipo social. A retórica aristotélica, então, dispõe de dois campos semânticos opostos associados ao termo ethos: “um sentido moral e fundado na *epieikeia*, engloba atitudes e virtudes como honestidade, benevolência ou equidade; outro, de sentido neutro ou “objetivo” de *héxis*, reúne termos como hábitos, modos e costumes ou caráter” (p. 26-30). Essas duas concepções não se excluem, ao contrário, constituem duas faces necessárias a qualquer atividade argumentativa. “O ethos constitui praticamente a mais importante das três provas engendradas pelo discurso: logos, ethos e pathos” (EGGS *apud* AMOSSY, 2005, p.29), a partir de um triângulo que representa um diálogo, inferindo que os elementos (provas) desse triângulo são associados, respectivamente, ao orador/locutor, ao discurso, e ao auditório/ouvinte/alocutário. Na retórica aristotélica, o termo *ethos* está associado a dois campos semânticos distintos - “um, de sentido moral e fundado na *epikeia*, engloba atitudes e virtudes como honestidade, benevolência e equidade; outro, de sentido

neutro ou ‘objetivo’ de *hexis*, reúne termos como hábitos, modos e costumes ou caráter” (p.30). O belga complementa

[...] cheguei, portanto, a uma conclusão contraditória, mas simples: não se pode realizar o ethos moral sem realizar ao mesmo tempo o ethos neutro, objetivo ou estratégico. É preciso agir e argumentar estrategicamente para poder atingir a sobriedade moral do debate. Essas duas faces do ethos constituem, portanto, dois elementos essenciais do mesmo procedimento: convencer pelo discurso (EGGS *apud* AMOSSY, 2005, p. 39).

Em relação ao ethos, Maigueneau, citado por Amossy, reitera a hipótese de que o ethos não é dito explicitamente (nível do enunciado), mas sim mostrado (nível da enunciação): “O lugar que engendra o ethos é, portanto, o discurso, o logos do orador e esse lugar se mostram mediante as escolhas feitas por ele” (MAIGUENEAU *apud* AMOSSY, 2005, p.31). Embora o lingüista francês revele que o ethos tenha aqui um sentido moral ou ideal, é preciso esclarecer que essa moralidade não nasce de uma atitude interior ou de um sistema de valores abstratos; ao contrário, ela se produz pelas escolhas competentes, deliberadas e apropriadas. Essa moralidade, enfim, o ethos como prova retórica é, portanto, procedimento discursivo.

Eggs (AMOSSY, 2005, p.39) problematiza, assim, as noções de *logos*, *ethos* e *pathos*, destacando as relações orgânicas estabelecidas entre elas, a partir da famosa afirmação aristotélica: “os oradores inspiram confiança por três razões que são, de fato, as que, além das demonstrações (*apodeixis*), determinam nossa convicção: (a) prudência/sabedoria prática (*phrónesis*); (b) virtude (*arete*); (c) benevolência (*eunoia*).”.

O autor propõe uma tradução explicativa mais moderna para essa citação: “Os oradores inspiram confiança, (a) se seus argumentos e conselhos são sábios e razoáveis, (b) se argumentam honesta e sinceramente e (c) se são solidários e amáveis com seus ouvintes” (p.32). Conforme Eggs, se quisermos aplicar os *topoi* relativos à prática de poder aconselhar o verdadeiro e o justo e de inspirar confiança, será preciso nos expormos, nos apresentarmos e sermos reconhecidos como competentes, razoáveis, equânimes, sinceros e solidários. Quando um orador consegue manifestar essas dimensões, ele fala de integralidade discursiva e retórica. Um orador pode recorrer a três qualidades fundamentais para passar uma imagem positiva de si mesmo, a saber:

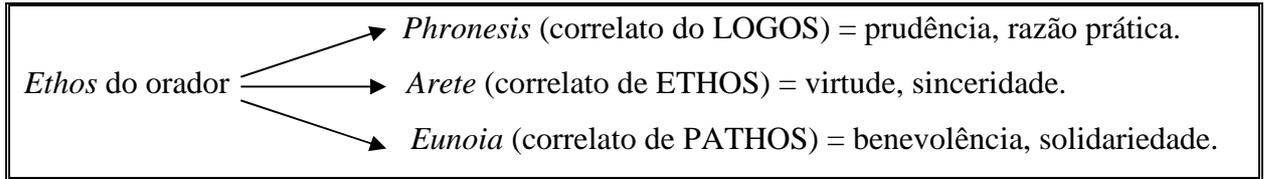


Figura 4: Qualidades da Imagem Positiva
 Fonte: Eggs citado por Amossy, 2005.

Em relação a essas qualidades, Aristóteles, diria que “as provas e persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies; umas residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, o próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar” (RETÓRICA, Livro I, 1356 a 1).

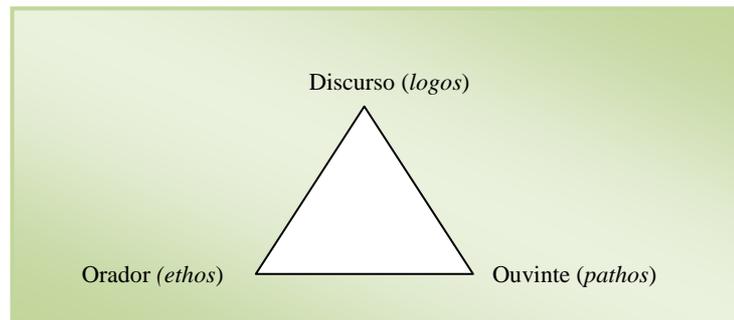


Figura 5: Provas de Persuasão
 Fonte: Perelman citado por Amossy, 2005.

Pela figura acima, observamos que o orador instrui por argumentos que correspondem ao *logos*, mobiliza as paixões (*pathos*) e se insinua por meios (*ethos*). Para Eggs (2005), o peso dessas três provas varia conforme o gênero discursivo em uso. O autor afirma ainda que é necessário considerar uma abordagem integrada da complexidade do *pathos* como constituição de:

- uma tópica das paixões, que permitiria a ativação de processos inferências relacionando determinadas situações comunicativas a determinadas emoções/afetos;
- uma semiótica das paixões, que possibilitaria a ativação de processos inferenciais relacionando certos signos semióticos à expressão de certas emoções/afetos;
- uma ética das paixões, que viabilizaria a ativação de processos inferenciais de avaliação ou julgamento da pertinência ou adequação normativa de certas manifestações ou expressões de emoções/afetos em dadas situações de interação.

Em relação às correlações, o autor belga critica a ‘negligência’ de grande parte dos modelos da pragmática moderna em relação aos estudos retóricos e aponta para várias categorias que revelam interfaces estreitas entre os domínios da retórica e da pragmática;

Grice (1982), por exemplo, defende o princípio de cooperação e as máximas conversacionais: quantidade, qualidade, relação e modalidade; Augustin (1965), Searle (1969) e Vanderveken (1983), por sua vez, expõem sobre as condições de sucesso dos atos ilocucionais e, sobretudo, tratam das condições de sinceridade e das condições preparatórias e dos efeitos perlocucionais. Já Apel (2000) e Habermas (1972, 1973) mostram as condições transcendentais de pretensão à validade pragmática do discurso: compreensibilidade, veracidade, verdade e correção/legitimidade. Por um lado, Sperber e Wilson (1989) advogam o próprio princípio de pertinência, ‘otimizado’ e derivado da máxima de relação do modelo de Grice (1982); Leech (1983), Goffman (1971), por outro, falam sobre regras de polidez, de proteção da face, etc; Christmann, Schreier, Groeben citados por Amossy (2005), expõem sobre os critérios/parâmetros de julgamento da integridade discursiva do locutor.

Resumindo sua análise, Eggs (2005) critica esses estudos modernos da pragmática em relação ao grau de abstração, generalidade e/ou idealização presentes na maior parte desses modelos, que têm, todos eles, pretensão de ter um alcance universal.

O fato é que a eficácia dos parâmetros de construção do *ethos* só pode ser medida em função das reações do auditório que é, em última instância, o alvo de qualquer discurso persuasivo, o que implica dizer que a construção do *ethos* do enunciador deve estar dialeticamente relacionada a uma projeção discursiva de disposições afetivas associadas ao *pathos* do auditório, de modo a se estabelecer uma relação de empatia numa dada situação de interação. Explicando melhor, ao contrário do *logos*/discurso demonstrativo, cujo paradigma diz respeito à dimensão lógica da argumentação que independeria a priori de qualquer situação comunicativa, o *logos*/discurso persuasivo, relativo à dimensão retórica da argumentação, requer a construção de um *ethos* e de um *pathos* sempre ligados a uma situação comunicativa específica e, sobretudo, aos interlocutores nela implicados, com seus hábitos e costumes, sua *Hexis*, ou ainda, seus sistemas de crenças e valores. Se concordarmos com Benveniste que a linguagem é a possibilidade da subjetividade e que o discurso provoca sua emergência sob condição de intersubjetividade, a construção enunciativa do sujeito (*ethos*) se engendra a partir de uma predisposição orientada para o outro (*pathos*), a qual é estruturada/mediada pela linguagem/discurso(*logos*) em uma determinada situação.

Complementando a posição de Eggs (2005), sobre o fato de que a retórica pode contribuir com a ciência da linguagem, encontramos em Amossy (2005), os estudos de Marcelo Dascal.

Segundo Dascal, um consórcio entre a retórica e a pragmática completaria e enriqueceria a primeira. A Retórica aristotélica para ele apresenta-se como unidade problemática; num segmento mais voltado à lógica ou à dialética. Por um lado, ela trata dos diferentes tipos de argumentos e de seu poder de persuasão e por outro, considera os sujeitos do discurso (locutor e alocutário) à primeira vista, “bastante distantes de uma lógica argumentativa, senão incompatível com ela”. Entre esses dois segmentos, no dizer de Dascal, é possível observar questões como estilo, disposição do discurso (táxis), tropos, assim como “o *ethos* ou caráter apropriado a cada tipo de discurso que o orador deve tentar projetar”, e o *pathos*, ou conjunto de emoções que o locutor tenta suscitar em seu auditório. Se, em sentido próprio, os argumentos ou provas são constituídos por proposições, e objetivam a levar o público a adotar certas crenças, o *ethos* e o *pathos* não podem fazer parte da ordem argumentativa: o *ethos* visa a engendrar no público uma disposição em relação ao locutor, o *pathos*, por sua vez, a suscitar um estado emocional/afetivo. Assim, nem um nem outro são constituídos por proposições ou crenças, nem um nem outro, parecem, portanto, pertencer ao domínio argumentativo-cognitivo.

Para Dascal (AMOSSY, 2005, p.58), “o recurso ao termo *pistis*, “prova”, para descrever tanto o emprego persuasivo do *ethos* quanto do *pathos*, permanece aparentemente injustificado, ou, pelo menos, misterioso”. Reconhecemos que essa cisão no texto fundador de Aristóteles levou a consequências importantes para a concepção da retórica e para sua constituição como disciplina. Ela parece ter oscilado, no curso de sua história, entre um “pólo lógico-cognitivo e um pólo manipulador-emotivo” (AMOSSY, 2005, p.58).

Citado por Dascal, os estudos de Perelman sobre a “nova retórica” procura recuperar e desenvolver certa visão unitária da retórica aristotélica, revelando o lugar do estilo, da *taxis* e dos tropos, deixando de lado o *ethos* e, em grande parte o *pathos*. Olivier Reboul, citado por Amossy (2005), por sua vez, seguiu os estudos de Perelman (AMOSSY, 2005, p.58), “adotando a oposição argumentativo/oratória, situa *ethos* e *pathos* do lado do oratório, ou seja, do emotivo”.

Dascal advoga que ainda é

[...] possível recuperar a unidade da retórica aristotélica sem excluir dela o *ethos* e o *pathos*. Mais ainda, isso pode ser feito em uma perspectiva argumentativo-discursiva. Para isso, é preciso aproximar retórica e pragmática no interior de uma aliança na qual as duas disciplinas só têm a se beneficiar. [...] gostaria de mostrar que a prova do *ethos* se funda em processos inferenciais, ou seja, cognitivos, que não são em substância diferentes dos processos pragmáticos de interpretação de enunciados. (DASCAL *apud* AMOSSY, 2005, p. 57).

Para esse autor, a presença de argumentos *ethoticos* parece ser evidente, pois, neles a atribuição de propriedades do caráter é pode exercer um papel cognitivo que não se diferencia do de outras premissas ou conclusões de um argumento. Entretanto,

[...] não é nessa capacidade que as provas do *ethos* pesquisado por Aristóteles constituem o problema de que tratamos aqui. [...] O que se constitui em problema é antes o efeito ‘direto’, não tematizado, que parece ter o caráter projetado pelo locutor sobre a plausibilidade e aceitabilidade de seu argumento. Não sendo ‘proposicional’, a informação assim transmitida sobre o caráter não está sujeita às condições de verdade típicas das proposições, e sua força argumentativa não está submetida aos critérios normais de avaliação. Além disso, sua eficácia reside em sua capacidade de ser ‘absorvida’, mais do que em ser consciente e inteligentemente ‘admitida’ pelo auditório, como é o caso das proposições que são explicitamente submetidas à sua atenção. (DASCAL *apud* AMOSSY, 2005, p. 61).

Citando Walton, Dascal (AMOSSY, 2005, p.61) afirma haver uma “função de credibilidade” que interpretaria “as mudanças das propriedades de caráter percebidas pelo auditório durante o diálogo ou a argumentação em modificações correspondentes do peso ou da plausibilidade de seus argumentos”. Dessa maneira, se um locutor é reconhecido como alguém que defende certa doutrina, mas que não aplica seus princípios, a plausibilidade de seus argumentos é reduzida de forma geral, não só em favor dessa doutrina, pois ele acaba projetando um *ethos* de hipócrita. Se alguém, ao contrário,

[...] ao reconhecer as contradições de uma tese que havia proposto, abandona-a ou a modifica, sua credibilidade epistêmica aumenta; Walton, entretanto, não desenvolve sua proposição a não ser para os casos das propriedades de caráter tematizadas. Elas são para ele o objeto de subargumentos explícitos, cujo resultado aumenta ou diminui a credibilidade daquele que argumenta e, em decorrência, a plausibilidade de seu argumento principal. Essa limitação é compreensível no quadro da dialética formal no interior da qual trabalha Walton, em que só as proposições explicitamente formuladas são consideradas. (DASCAL, *apud* AMOSSY, 2005, p. 61).

Visando à realização da tarefa proposta por Walton, citado por Dascal (AMOSSY, 2005), na qual uma função de credibilidade que traduziria as mudanças de propriedades de caráter observadas pelo auditório durante o diálogo, ou a argumentação em mudanças correspondentes do peso ou da plausibilidade de seus argumentos, seria “preciso fazer intervir a pragmática - o que mostra claramente os benefícios que se podem obter de uma união entre a retórica e a pragmática” (AMOSSY, 2005, p.62). A pragmática reconheceu desde seu início a relevância das informações contextuais para a interpretação dos enunciados, porque elas, de fato, são consideradas partes da atividade discursiva e sem elas seria incompleta e insuficiente.

O que podemos destacar como aspecto fundamental do texto de Dascal é a hipótese de um desdobramento do ethos, estendido ao pathos em dois pontos complementares:

- *tematização* dessas categorias em nível proposicional, em que elas seriam, então, citadas no nível do enunciado, resultando, pois, em um ethos/pathos tematizado;

- *projeção* dessas categorias em nível não-proposicional, em que elas seriam mostradas e/ou inferidas no nível da enunciação, ou ainda, nos níveis da ilocução e da perlocução, produzindo assim, um ethos/pathos projetado, que pode ser discursivo e até mesmo pré-discursivo, isto é, construído com base nas expectativas que os interlocutores constroem de si, antes mesmo de enunciarem, mas fundamentadas em enunciações anteriores.

Nessa mesma linha de pensamento, mas modalizando um pouco a hipótese, Maingueneau citado por Amossy (2005)²⁶, afirma que, em termos pragmáticos, o ethos se desdobra sobre o registro daquilo que é ‘mostrado’ na enunciação e, apenas eventualmente, remonta à formulação de Ducrot (1987), que propõe, em sua teoria polifônica da enunciação, um desdobramento da categoria ‘locutor’:

- locutor enquanto tal e responsável pela enunciação - nível do dizer/mostrar;
- locutor tematizado - no enunciado, no nível do dito.

E ainda, Ducrot, citado por Amossy (2005), afirma que, em sua compreensão, o ethos é associado ao locutor responsável pelo dizer. Haveria, portanto, uma primazia de uma análise do ethos no nível de enunciação, enquanto imagem que o sujeito/locutor constrói de si mesmo através do seu modo de enunciar. Vale ressaltar aqui alguns aspectos teóricos mais importantes: primeiro, a validade conceitual e operacional da hipótese do desdobramento das instâncias enunciativas em geral, não apenas do pólo do locutor, mas também do alocutário. Segundo, é preciso relativizar a referida primazia do ‘dizer/enunciação’ sobre o ‘dito/enunciado’, porque as inferências sobre o modo de dizer/enunciação são baseadas naquilo que é dito/enunciado, e vice-versa. A ênfase, nessa perspectiva, deve incorrer mais sobre a relação entre os termos do que necessariamente sobre eles.

Toda essa reflexão sobre ethos discursivo se presta a embasar a análise do corpus deste estudo que, por sua vez, dá suporte à construção do ethos do líder sócio-comunitário, objeto desta tese.

²⁶ No artigo “Ethos, cenografia e incorporação”.

4 LIDERANÇA E TERRITORIALIDADE

Neste capítulo, trabalharemos o conceito de liderança elaborado por vários autores, nos últimos 25 anos, sem que qualquer um deles tenha caráter conclusivo ou definitivo, porém, nos quais dois aspectos parecem constituir unanimidade: um diz respeito à existência de um fenômeno de grupo para que haja liderança, ou seja, não se pode falar de líder/liderança, quando se trata de um indivíduo isoladamente; o outro é o reconhecimento da importância de um processo de influência exercido pelo líder de forma intencional. Em função desses dois aspectos, apresentaremos uma breve reflexão sobre a concepção de territorialidade, situando o aglomerado Cabana do Pai Tomás como o *locus* de atuação do líder sociocomunitário, lugar de sociabilidade e que se destaca enquanto lugar com função de propiciar o encontro, a convivência, as relações entre indivíduos, grupos e líder.

4.1 Liderança

O tema liderança sempre despertou interesse dos estudiosos das áreas sociais, filosóficas e organizacionais. Especulações sobre sua origem incluem desde a obra “A República”, de Platão, aos livros do Antigo Testamento, passando por várias obras de diferentes autores ao longo dos séculos, conforme Bergamini (1994). Nos últimos 60 anos, esse interesse aumentou, especialmente com o advento das teorias científicas sobre administração e estudos organizacionais. Mesmo assim, poucos temas são tão controversos quanto liderança, não havendo, até o momento, uma definição de aceitação universal.

São muitas e diversas as definições de liderança disponíveis na literatura. Conforme Mueller (2003), a etimologia da palavra liderança, além de esclarecer sobre seu significado, explica a razão de sua recorrente utilização em trabalhos acadêmicos. *Liderar* vem do inglês, *lead* que significa "conduzir, dirigir, guiar, comandar, persuadir, encaminhar, encabeçar, capitanear, atravessar". Seu registro data de 825 d.C. Há, porém, uma correlação entre os diversos conceitos de liderança com a palavra procedente do latim, *ducere*, cujo significado é conduzir que influenciou as derivações de *lead*. Em 1.300, registrou-se *leader* (lead + o sufixo - er, formador de substantivos em inglês), o "condutor, guia, capitaneador", aquele que conduz

e direciona, guia. Nesse mesmo momento histórico, surge *leading*, como substantivo de *to lead*, traduzido por "ação de conduzir". Em 1834, surge a palavra *leadership* significando "dignidade, função ou posição de guia, de condutor, ou de chefe" - liderança. A língua portuguesa incorpora o vocábulo *lead* e seus derivados, na segunda metade do século XIX e, por volta das décadas de 30 e 40 do século XX, os termos líder, liderança e liderar foram definitivamente incorporados à língua portuguesa.

Bergamini (1994) descreve uma série de conceitos estudados e sugeridos por vários autores para *liderança*, nos últimos 25 anos, sem que qualquer deles tenha caráter conclusivo. Dois aspectos, porém, parecem ser unanimidade em todos os conceitos. O primeiro diz respeito à existência de um fenômeno de grupo para que haja liderança, ou seja, não se pode falar de líder/liderança, quando se trata de um indivíduo isoladamente; o segundo é o reconhecimento da importância "de um processo de influência exercido de forma intencional" (BERGAMINI, 1994, p.15). Essa autora cita Hollander, por entender que o mesmo apresenta uma definição mais abrangente:

O processo de liderança normalmente envolve um relacionamento de influência e duplo sentido, orientado principalmente para o atendimento de objetivos mútuos, tais como aqueles de um grupo, organização ou sociedade. Portanto, a liderança não é apenas o cargo do líder, mas também requer esforços de cooperação por parte de outras pessoas. (HOLLANDER *apud* BERGAMINI, 1994, p.15).

Nessa mesma linha de pensamento, Robbins (2002) define "liderança como a capacidade de influenciar um grupo em direção ao alcance de objetivos" que pode ter origem formal advindo do cargo da pessoa ou de sua posição hierárquica, ou informal materializada pelas relações entre as pessoas que, reconhecendo a existência de certas qualidades e competências adequadas às circunstâncias do momento, aceitam e elegem seu líder, como é o caso do líder sociocomunitário. O mesmo autor chama a atenção para o fato de que

[...] as organizações precisam de liderança forte e administração forte para atingir sua eficácia. No mundo dinâmico de hoje, precisamos de líderes que desafiem o *status quo*, criem visões de futuro e sejam capazes de inspirar os membros da organização a querer realizar essas visões. Também precisamos de administradores para elaborar planos detalhados, criar estruturas organizacionais eficientes e gerenciar as operações do dia-a-dia. (ROBBINS, 2002, p.304).

Diferentes fatores têm contribuído para o desenvolvimento de novas teorias sobre os processos de liderança, principalmente aquelas voltadas para a otimização da produtividade em vários setores, o que tem sido exaustivamente investigado, sobretudo, no sentido de ajustar

o perfil do líder às necessidades situacionais. Nesse sentido, conhecer as características do grupo é um elemento essencial para a eficácia do líder.

Historicamente, o estudo da *liderança* aponta três grandes momentos, cada um deles dominados por teorias diferentes: traços da personalidade, estilos de liderança e liderança situacional. Para uma atuação mais eficiente do líder é importante a decisão sobre o estilo mais apropriado para determinada situação.

A literatura atual aponta para um estilo de liderança mais flexível que leve em consideração variáveis como: informação disponível, capacidade de influenciar os subordinados, tempo disponível e a coesão do grupo. Conclui-se, assim, que a decisão sobre a melhor forma de liderar passará pela credibilidade e competência do sujeito que ocupa a função de líder.

Segundo Noce (2002), o comportamento humano é a base para uma liderança eficaz. Muitos fatores influenciam o comportamento humano que tem bases mais estáveis no que diz respeito aos traços da personalidade e esta, conforme Chelladurai (1999, p.660), “é a organização dinâmica do indivíduo dos sistemas psico-fisiológicos que determina um ajuste no ambiente”. Sua importância apresenta-se na predisposição do indivíduo para reagir de uma forma específica, o que contribui para uma melhor compreensão das relações humanas e, conseqüentemente, para o processo de liderança.

A visão tradicional aponta que a personalidade é determinada geneticamente. Porém, outros pesquisadores afirmam que os traços de personalidade passam por um processo de aprendizagem cognitiva e social (NOCE, 2002). Outras teorias indicam que a personalidade também é modificada por meio da influência da cultura, da família e de grupos de referência. Alguns teóricos²⁷ agruparam o que seriam os “cinco domínios da personalidade” em:

- Extroversão: espirituoso, expressivo, sociável, ativo, energético, ambicioso e corajoso.
- Aceitação: cooperativo, útil, amável, amigo, compreensivo, honesto.
- Conscientização: organizado, eficiente, autodisciplinado, preciso, pontual e decidido.
- Estabilidade emocional: defensivo, inseguro, nervoso, emocionalmente instável, medroso, aflito.
- Intelecto: contemplativo, perceptivo, esperto, curioso, criativo, sofisticado, brilhante.

²⁷ Como Barrick e Mount, 1991; Goldberg, 1990; Macrae e Costa, 1987, citado por Noce, 2002.

É importante citar também os estudos de Eysenck e Eysenck citados por Noce (2002) que objetivavam criar um modelo que, embasado por dois fatores primários de personalidade (estabilidade-instabilidade e extroversão-introversão), relata a variação da personalidade. Podemos concluir, nesse caso, que as características gerais da personalidade, tanto do líder quanto do grupo sob sua responsabilidade, podem gerar instabilidade e desencadear fatores de incertezas, ocorrências inerentes ao comportamento humano que devem ser consideradas para a maior eficiência da tomada de decisão.

Segundo Drucker (2001), “[...] a liderança é uma habilidade que pode ser aprendida e a personalidade de liderança, estilos e traços de liderança não existem [...]”. O autor afirma ainda que, “todos os líderes de uma forma geral sabem que líder é quem possui seguidores; líder eficaz é alguém cujos seguidores fazem as coisas certas; líderes são visíveis e servem de exemplo e liderança quer dizer responsabilidade”. (DRUCKER, 2001, p.11).

Líderes são pessoas com sistemas de valores nada diferentes de seus subordinados, sendo que as lideranças provêm de fontes tais como, a inteligência, o poder, o carisma, o compromisso, o desejo e de certa disposição para fazer coisas que os demais estão menos propensos a fazer. (WORK, 2001).

Conforme Chelladurai citado por Noce (2002), todas as definições de liderança envolvem três aspectos básicos; ela tem de ser: um processo comportamental; interpessoal por natureza e tem como objetivo influenciar e motivar pessoas aos objetivos do grupo ou da organização.

Resumindo, o processo histórico do estudo da liderança aponta três grandes momentos dominados por teorias que tentavam explicar o processo, que sintetizamos no quadro abaixo:

1º Momento	Teoria sobre traços de personalidade	→	Características marcantes de personalidade do líder
2º Momento	Teoria sobre estilos de liderança	→	Maneiras e estilos de comportamento adotados pelo líder
3º Momento	Teorias situacionais de liderança	→	Adequação do comportamento do líder às circunstâncias da situação ou contexto

Quadro 3: Teorias sobre liderança
Fonte: Chiavenato, 2001.

4.1.1 Teorias de liderança

4.1.1.1 *Teoria dos traços*

As teorias sobre os traços de personalidade são as mais antigas. Seu fundamento principal determina que líder é aquele que possui alguns traços específicos de personalidade que o diferenciam das demais pessoas. Apesar de esses estudos observarem o comportamento de grandes líderes e relacioná-los com as características mais comuns, observa-se que tais estudos deixaram lacunas, ao não levarem em conta alguns aspectos que outros autores consideraram, tais como:

- a importância relativa de cada traço da personalidade;
- a influência e reação dos subordinados;
- a situação em que a liderança se efetiva ou se constrói;
- o indivíduo dotado de traços de personalidade é sempre líder, independente do tempo e da situação.

Segundo Bergamini,

Os líderes deveriam possuir certas características de personalidade especiais que seriam basicamente as principais facilitadoras no desempenho do papel de liderança. Assim, os líderes passaram a ser entendido como seres diferentes das demais pessoas pelo fato de possuírem alguns traços de personalidade considerados como profundos, responsáveis não só por fazê-los emergir como tal como também por mantê-los em suas posições. (BERGAMINI, 1994, p.28).

A esse conceito a autora acrescenta que “isso permite concluir que os líderes já nascem como tal, não havendo a probabilidade de fazê-los posteriormente por meio do uso de técnicas de desenvolvimento pessoal”. (BERGAMINI, 1994, p.28).

Os estudos sobre essa ótica proliferaram principalmente entre 1940 e 1950, quando foram motivados pelas pesquisas sobre testes psicológicos. Nessa perspectiva, as características dos líderes passaram a ser analisadas como suficientes em si sem relações com a situação e o meio. Os teóricos Stogdill e Mann, citados por Bergamini (1994, p.29), encontraram cerca de 120 projetos nesse sentido, relacionando “cerca de 34 [sic] traços de personalidade considerados como características típicas da amostragem dos líderes eficazes”. Autoconfiança, sociabilidade, habilidade para relações interpessoais, ascendência e domínio,

participação nas trocas sociais, fluência verbal, equilíbrio emocional, controle e busca de responsabilidade são alguns exemplos de traços identificados pelo estudo citado acima.

E ainda conforme Bergamini,

Salta aos olhos, nesta definição, que a liderança estava sendo considerada simplesmente como um somatório de características pessoais, não se cogitando da interdependência que pudessem manter entre si. Foi pintado um retrato do tipo ideal, partindo-se de características típicas a muitas personalidades de diferentes indivíduos, sem se estudar a viabilidade da coexistência delas num só indivíduo. Parece mais se tratar de um estudo a respeito daquilo que o bom líder deve ser do que daquilo que realmente ele é. (BERGAMINI, 1994, p.31).

Ele afirma, então, que não se trata de descartar a importância da presença de certas características da personalidade para a predisposição do exercício da liderança, mas não ficou explicitado que o fato de possuí-las assegurasse o sucesso ao líder e, muito menos, viabilizou-se a busca pelo “líder ideal”.

Conforme a situação ou o contexto pode-se afirmar que há uma diversidade de qualidades e características dos líderes que constituem um conjunto de atributos, alguns mais importantes que outros. Sendo assim, cada líder é diferente de qualquer outro líder, assim como cada indivíduo é diferente de qualquer outro. Vários autores deram sua contribuição ao descreverem os atributos de um líder, descrições que, dada a sua multiplicidade, não convém aqui incluir.

Mueller e Mayer (2003), após analisar a Teoria dos Traços, afirmaram que, apesar de muito usados na mídia em geral e de citados nas biografias de autores famosos, os traços que identificam um líder possuem limitações como, por exemplo, o fato de que alguns deles apenas ampliam a probabilidade de sucesso, mas não o garante ao líder. Os traços também não facilitam saber se os líderes são mais autoconfiantes ou se é a seqüência de suas ações bem sucedidas durante a liderança que os leva à autoconfiança. Note-se, também que, entre tantos atributos dos líderes, nenhum desses se identifica como universal, ou comum a todos eles. O que se observa é que detectar a existência de certos traços em um indivíduo pode nos levar a reconhecê-lo como um líder, mas isso não significa, e nem garante, que ele será bem-sucedido em conduzir a comunidade a atingir certos objetivos.

Há por parte dos seguidores da Teoria dos Traços uma forte argumentação na defesa de que, na verdade, ainda não sabemos exatamente o que é liderança. Especialistas e pesquisadores não chegaram a um acordo para afirmar se liderança é um traço, um comportamento, uma característica, um papel, um estilo ou uma capacidade. Muitos dizem

que o sucesso e fracasso são ocorrências do acaso e que os líderes apenas seriam sujeitos que servem para assumir a culpa pelos erros, ou serem enaltecidos pelos acertos.

No entanto, existem aqueles autores que tecem críticas à Teoria dos Traços, embasando seus argumentos no fato de que inúmeras evidências e registros de casos pontuam que os líderes fazem a diferença ao anteciparem as mudanças, explorarem as oportunidades, motivarem e inspirarem seus seguidores, promoverem desenvolvimento e atingirem objetivos.

É importante destacar que os estudos sobre os traços preocupam-se em identificar "quem" é o líder, sem considerar o contexto em que a liderança é exercida, nem a interação com os liderados ou os comportamentos que caracterizam essa liderança. Em busca de fundamentação teórica mais consistente, as pesquisas sobre liderança, hoje, concentraram-se na análise do comportamento dos líderes e o enfoque passou a ser o "como" o líder atua (REIS, 2000). Surgem, a partir dessa perspectiva, as Teorias Comportamentais de Liderança.

4.1.1.2 Teorias comportamentais

A partir da década de 50, os estudos se voltaram para a dinâmica do comportamento do líder e, despertando o interesse em saber aquilo que o líder faz, questionando seu comportamento, o qual responderia por sua eficácia, e procurando entender o conjunto dos comportamentos manifestados pelos líderes:

[...] conjuntos de comportamento que pudessem configurar aquilo que passa a ser chamado de habilidade de liderança. [...] Enquanto no enfoque dos traços a suposição básica era de que o líder nasce com tal, agora passa-se a aceitar que uma vez sendo conhecido o comportamento responsável pela liderança eficaz, as pessoas poderiam ser treinados para exibir tal comportamento, conseguindo assim se transformar em melhores líderes. (BERGAMINI, 1994, p.36).

Os estudos pioneiros dessa vertente foram realizados pelos centros de pesquisa da Universidade Estadual de Ohio e da Universidade de Michigan, durante as décadas de 50 e 60 do século XX. Como consequência dessas pesquisas essas universidades começaram a implantar programas de treinamento e desenvolvimento de liderança.

Os estudiosos de Ohio dividiram os líderes em dois grupos básicos, um voltado para o “início da estrutura” na qual se focavam os comportamentos orientados para o planejamento, a mobilização, a organização e o controle da atuação, e o outro voltado para a “consideração”

que aborda os comportamentos voltados ao relacionamento baseado em confiança, cooperação e identificação das necessidades dos liderados.

A Universidade de Michigan, por sua vez, em seus estudos sobre essa temática apontou também duas dimensões:

- orientação aos liderados ou subordinados - que enfatiza as relações interpessoais estabelecidas no cotidiano das ações do líder;
- orientação para a produção - que enfatiza a preocupação com a execução da tarefa a ser cumprida.

A diferença entre a abordagem dos traços e a comportamental está em suas premissas básicas. A primeira pressupõe que os traços são natos, ou seja, que os líderes já nascem com os traços definidos. A outra se fundamenta na crença de que comportamentos podem ser adquiridos, ensinados, treinados e desenvolvidos.

Na verdade, parece que nem a Teoria dos Traços nem a Comportamental consideram os fatores situacionais ou contextuais como intervenientes na atuação do líder. Imaginar que a eficácia da liderança depende somente do comportamento do líder, segundo seu estilo próprio, não considerando o contexto de sua atuação, fez surgir uma terceira teoria sobre o assunto, a Teoria das Contingências. Mas, antes de discorrer esta Teoria, é importante conhecer a conclusão de Robbins (2000) sobre as Teorias dos Traços e as Comportamentais:

Se as teorias dos traços tivessem sido comprovadas, teriam proporcionado uma base para a seleção das pessoas 'certas' para assumir posições formais em grupos e organizações em busca de liderança. Em comparação, se a abordagem comportamental conseguisse identificar os determinantes críticos do comportamento dos líderes, seríamos então capazes de treinar as pessoas para a liderança. A diferença entre as abordagens dos traços e a comportamental, em termos de aplicabilidade, está em suas premissas básicas. Se as teorias dos traços estiverem certas, os líderes são natos: ou nascem ou não nascem líderes. Por outro lado, se existissem comportamentos específicos que identificassem os líderes, a liderança poderia ser ensinada – poderíamos elaborar programas para implantar esses padrões comportamentais nos indivíduos que desejassem tornar-se líderes eficazes. [...] Se o treinamento funcionasse, teríamos um celeiro inesgotável de líderes eficazes. (ROBBINS, 2000, p.305).

Um importante teórico da abordagem da Teoria das Contingências foi Fiedler (1967) que descreveu e caracterizou dois tipos básicos de líderes: os "motivados para o relacionamento" e os "motivados para a tarefa". Além desses dois estilos, foram apontadas três dimensões contingenciais que contribuíram para a definição dos fatores situacionais, visando a medir a eficácia, ou a sua ausência, na atuação de liderança. Segundo Robbins (2000, p. 306), elas são:

- relação entre líderes e liderados - envolvendo o grau de confiança e a qualidade das relações entre os membros de um grupo ou comunidade;
- estrutura da tarefa - considerando o nível de organização, controle e padronização das ações;
- poder da posição - qualificando a força no exercício da autoridade formal.

Como os demais modelos, esse também possui suas limitações, sendo uma delas a rigidez de Fiedler (1967), isto é, seu radicalismo ao assumir que o estilo de liderança é fixo e dependente da personalidade do indivíduo.

Conforme Bergamini,

Combinado o estilo de líder com os aspectos que compõem a situação, a pesquisa de Fedler propõe algumas contingências de maior ou menor favorabilidade, como por exemplo, a situação de maior favorabilidade é aquela em que as relações com os subordinados são boas, o líder tem uma substancial posição de poder e os subordinados estão prontos a aceitar as solicitações e diretrizes do líder. [...] O estilo de liderança será apropriado pelas necessidades que os indivíduos procuram satisfazer. (BERGAMINI, 1994, p.53).

No bojo da abordagem contingencial, encontra-se ainda, a Teoria da Liderança Situacional que enfoca os liderados e considera seu estado de prontidão, ou seja, sua habilidade e disposição para realizarem determinada tarefa. Os níveis de habilidade e motivação dos componentes do grupo são fatores que demandam diferentes estilos de liderança e forçam o líder a assumir mudanças em seu comportamento para se adaptar às exigências e ao grau de maturidade do grupo.

4.1.1.3 Teoria da liderança situacional

O ponto que desencadeou estudos nessa linha teórica está na seguinte constatação:

A personalidade do líder é somente um dos fatores que determina o desempenho do grupo. O líder que se desempenha bem em um grupo ou sob um conjunto de condições pode não se sair bem em outros grupos, em outras tarefas ou sob outras condições (FIEDLER, *apud* BERGAMINI, 1994, p.46).

Ainda conforme Bergamini,

As teorias contingenciais, também conhecidas como situacionais, exploram aquelas variáveis que cercam o processo de liderança, não deixando de lado os diferentes tipos de comportamentos dos líderes, e que o objetivo a atingir é o de determinar de que forma o comportamento de um líder pode influenciar os resultados da interação do líder subordinado. (BERGAMINI, 1994, p. 47).

Reafirmando ainda mais as posições de Bergamini, Robbins afirma que

A relação entre o estilo de liderança e a eficácia sugere que, sob a condição a, o estilo x pode ser adequado, enquanto o estilo y é mais indicado para a situação b, e estilo z mais apropriado para a situação c. E, já apontando as dificuldades das teorias situacionais, pergunta: o que seriam essas situações a, b e c, Uma coisa é dizer que a eficácia da liderança depende da situação e outra é ser capaz de identificar essas condições situacionais. (ROBBINS, 2008, p.309).

As teorias situacionais de liderança são reconhecidas como as mais modernas por considerarem as circunstâncias de situação para as tomadas de decisão do líder. Essa teoria oferece mais alternativas, no sentido de que admite mais flexibilidade em relação àquilo que é permitido ao líder, ou é exigido dele, o que pode otimizar sua atuação. Vários autores defendem essa teoria, entre eles Hersey e Blanchard (1986) considerados seus precursores. A teoria da liderança situacional tem sido considerada mais confiável por permitir ao líder adaptar-se às diferentes exigências contextuais, o que o torna mais eficaz.

Chelladurai, citado por Stefano e Gomes Filho, (2004) apresenta um modelo multidimensional de liderança, representado pela tentativa de sintetizar e reconciliar as teorias de liderança existentes. Sucintamente, pode-se explicar que esse modelo enfoca as características da situação, do líder e dos membros do grupo, projetando, assim, três estados do comportamento do líder: preferido, requerido e atual. O grau de congruência entre os mesmos está relacionado ao desempenho do grupo e à satisfação dos membros (Figura 1).

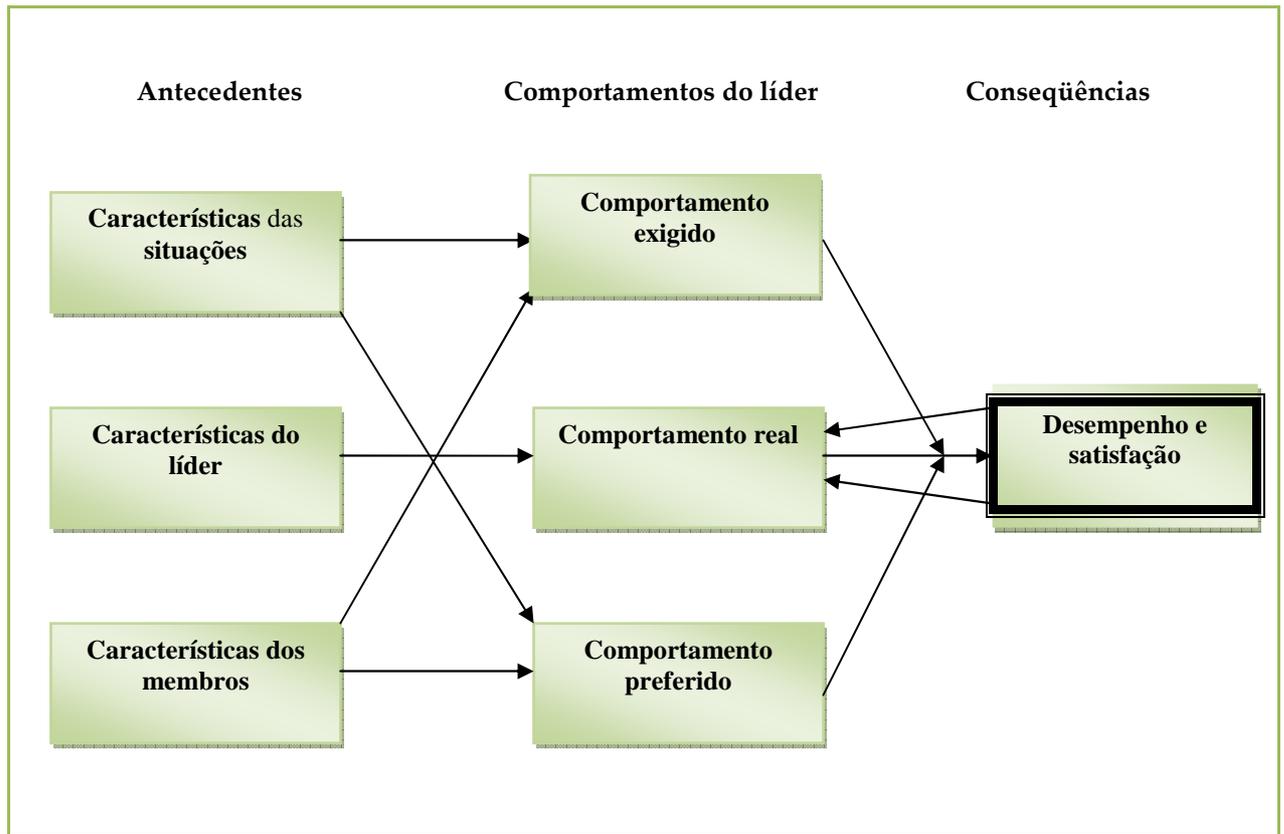


Figura 6: Modelo multidimensional de liderança

Fonte: Chelladurai citado por Stefano Gomes Filho (2004)

Percebe-se por essa teoria que o termo liderança possui várias nuances e sofre, ao longo do processo de tomada de decisão, diversas influências. A liderança surgiu para organizar os esforços de pessoas e/ou grupos que visam à realização de objetivos nem sempre comuns. Os diferentes meios e ambientes através das quais a liderança se manifesta exigem das pessoas (líderes e liderados) a capacidade de se adaptarem para que o resultado seja eficazmente alcançado.

4.1.1.4 Teoria do Caminho-Objetivo

A evolução dos estudos sobre liderança demonstra como esse conceito se entrelaça com o conceito de motivação e, neste sentido, House e Mitchell citados por Souza Neto (2002), propõem a teoria do caminho-objetivo, que se fundamenta na teoria da expectativa da motivação, estudada por Vroom, Smith e Peterson:

Ela propõe que os subordinados farão aquilo que desejarem os líderes, caso eles façam duas coisas: primeiro, devem assegurar que os subordinados compreendam como atingir os objetivos do líder; segundo, esses líderes devem prever que os subordinados cheguem aos seus objetivos pessoais nesse processo. (VROOM; SMITH; PETERSON *apud* BERGAMINI, 1994, p.58).

Partindo do pressuposto de que é papel da liderança auxiliar os liderados no alcance dos seus objetivos, apontando-lhes metas, caminhos, orientando-os e ajudando-os, House assim descreve a função do líder:

A função motivacional do líder reside nas crescentes recompensas pessoais dos subordinados no sentido da chegada aos objetivos do trabalho, fazendo com que o caminho para essas recompensas se torne mais fácil de ser percorrido ao deixá-lo mais evidente, reduzindo os bloqueios do percurso e as armadilhas bem como aumentando as oportunidades de satisfação pessoal em curso (HOUSE, *apud* BERGAMINI, 1994, p.59).

A “teoria contingencial da motivação” de Victor Vroom (1997) fornece um modelo para se detectar como as pessoas decidem exercer autocontrole para perseguir um determinado objetivo. Essa teoria é basicamente uma tentativa de chegar a um modelo de como as pessoas decidiriam racionalmente a se motivarem ou não por um curso particular de ação. O nível de produtividade individual depende de três forças básicas que atuam dentro do indivíduo: objetivos individuais; a relação que o indivíduo percebe entre produtividade e alcance de seus objetivos individuais e a capacidade de o indivíduo influenciar seu próprio nível de produtividade, à medida que acredita poder influenciá-lo. Segundo Chiavenato (2003), o modelo de motivação de Vroom (1964) apóia o modelo de expectativa da motivação. Os três principais fatores nessa teoria são: *Valência*, *Expectativa* e *Instrumentalidade*. Valência é a importância colocada na recompensa. Expectativa é a crença de que os esforços estão associados à performance. Instrumentalidade é a crença de que a performance está relacionada às recompensas. Esses três fatores resultam na motivação. Se um desses fatores não existir, a motivação se vai.

Outro aspecto da teoria diz que uma pessoa só aplica esforço se há uma chance de ela alcançar um determinado desempenho. Alcançar essa performance faria com que se realizasse o desejo, isto é, se adviesse uma determinada consequência que a pessoa tinha em mente. A performance deve ser alcançável pelo sujeito em questão, já que objetivos inalcançáveis são desmotivadores, é óbvio.

De acordo com a teoria da expectativa, a quantidade de esforço que uma pessoa dispense em uma tarefa específica depende do grau de expectativa que ela tenha de seu

resultado.

4.1.1.5 Teoria da Tomada de Decisão

Conforme pesquisadores e teóricos do processo administrativo, entre eles Henry Fayol (década de 20) e Herbert Simon (década de 60), além de complexa, a tomada de decisão é uma função de extrema importância no exercício do cargo de líder executivo.

Maximiliano, diria que

[...] administrar é sinônimo de tomar decisões. Essencialmente, toda a ação gerencial tem natureza decisória. Com esse ponto de vista, Simon isolou um aspecto do trabalho gerencial que já havia sido abordado por Fayol e Barnard, ampliando-o para o estudo (MAXIMILIANO, 2002, p.53).

Um dos mais importantes teóricos do processo de tomada de decisão, o professor Herbert Simon, em 1970 já apontava em seu livro *Comportamento Administrativo* (1960) que o processo decisório é um importante e característico fator da administração, ou seja, dos processos de liderança.

Ele define a Tomada de Decisão como o “curso de ações escolhidas e determinadas como mais eficientes à disposição para o alcance dos propósitos visados no momento” (SIMON, 1960, p. 57). Ele explica que é uma solução selecionada depois do exame de várias alternativas escolhidas, porque o líder a cogita como sendo o caminho mais eficaz para o cumprimento das metas estabelecidas, além de ser o que traz menos objeções e mais resultados promissores.

Corroborando a teoria de Simon, Bergamini considera o processo de tomada de decisão como sendo, provavelmente, “uma das abordagens mais elaboradas e sofisticadas da atualidade”; ela explica que:

A eficácia do líder deve envolver, de um lado a qualidade das decisões e de outro a aceitação dessas decisões por parte dos subordinados. [...] Basicamente esse modelo supõe que a participação do interessado na decisão aumenta sua motivação em implementá-la. Essa cooperação deverá ser conseguida fornecendo ao subordinado o maior número possível de informações sobre o assunto ou tarefa em jogo (BERGAMINI, 1994, p.63).

Nem a participação na decisão nem o acesso às informações, como fatores de envolvimento dos subordinados, se sustentam na prática. Segundo Bergamini (1994), a experiência de cerca de 30 anos na direção de pessoas mostrou, em várias oportunidades, que elas podem até ajudar a definir os objetivos e destinos do grupo, mas não assumem um comprometimento efetivo, no momento de se implementarem as ações. A maioria dessas pessoas adota uma postura passiva, ou pouco dinâmica, deixando que uns poucos “carreguem o piano”. Da mesma forma, o fornecimento indiscriminado de informações tem destino certo: o lixo. Os indivíduos querem informações precisas, poucas, mas suficientes para o acompanhamento dos fatos, e repudiam o excesso delas. Mesmo assim, essas informações e a definição coletiva dos objetivos não são garantias da conquista de seu envolvimento efetivo.

Bergamini (1994) conclui seus estudos registrando que, se muito já foi feito para os estudos sobre liderança, muito ainda está por fazer. A autora lembra Smith e Peterson, quando eles compararam os estudiosos dessa temática a alquimistas medievais, na busca por uma pedra filosofal que solucionasse, num toque de mágica, a liderança, problema crucial de qualquer grupo ou organização.

4.2 Territorialidade: lugar geográfico e social do líder sociocomunitário

A noção de território abordada neste estudo tem como pressuposto que o espaço é multifacetado, fragmentado, com inúmeras possibilidades de recortes, de uso, de significados e de configurações distintas. O espaço, aqui tratado, o urbano, enquanto objeto de análise é permeado de significados e significantes, ele é ao mesmo tempo constituído e constituinte de indivíduos que são por ele condicionados, ao mesmo tempo em que, por meio de suas intervenções, o condicionam (LIBERATO, 2000).

Conforme Liberato (2000, p.33), “o território, nesta perspectiva se constitui em áreas que possuem, por suas próprias estruturas, condicionadoras e condicionantes, uma dinâmica própria”. Raffestin, citado por Liberato (2000, p.33) afirma que “[...] a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível”.

Ainda, segundo Mattos e Ribeiro, citados por Liberato,

O território pode ser também apropriado pelo grupo que exerce seu controle para conter o acesso de indivíduos a um determinado local. Ou seja, “a territorialidade” é uma estratégia de estabelecer diferentes graus de acesso a pessoas, coisas e relações (Sack, 1986: 20). Isso ocorre porque a função da territorialidade, segundo Soja (1993: 183), é “segregar e compartimentalizar a interação humana, controlando a presença/ausência e a inclusão/exclusão” de determinados grupos.” (MATTOS; RIBEIRO *apud* LIBERATO, 2000, p.34).

Dessa forma, e por se constituir espaço de realização do nosso estudo, a história e caracterização do aglomerado Cabana do Pai Tomás (o Cabana) se tornam importantes, por ser este o lugar social, de vivência e atuação do líder em questão e porque o Cabana possui traços próprios que o diferenciam de outros de Belo Horizonte.

O Cabana está situado na Região Oeste de Belo Horizonte e ocupa 32,10 quilômetros quadrados do território do município de Belo Horizonte. Situa-se na bacia do Ribeirão Arrudas, sendo a maior parte do seu território interceptado por afluentes da margem direita, entre os quais se destacam os córregos Biqueiras e Marinho que já foram canalizados, constituindo as avenidas Barão Homem de Melo e Silva Lobo e o córrego do Cercadinho que separa vários bairros. O córrego do Cercadinho nasce na encosta norte da Serra do Curral, corre em área de preservação de mananciais da COPASA, e atinge em seu médio curso, algumas áreas habitadas, onde passa a sofrer diversas transformações, como a retificação do canal, canalização precária de alguns trechos, degradação das margens, entulhamento, assoreamento e mudanças na qualidade da água devido à adição de esgoto.

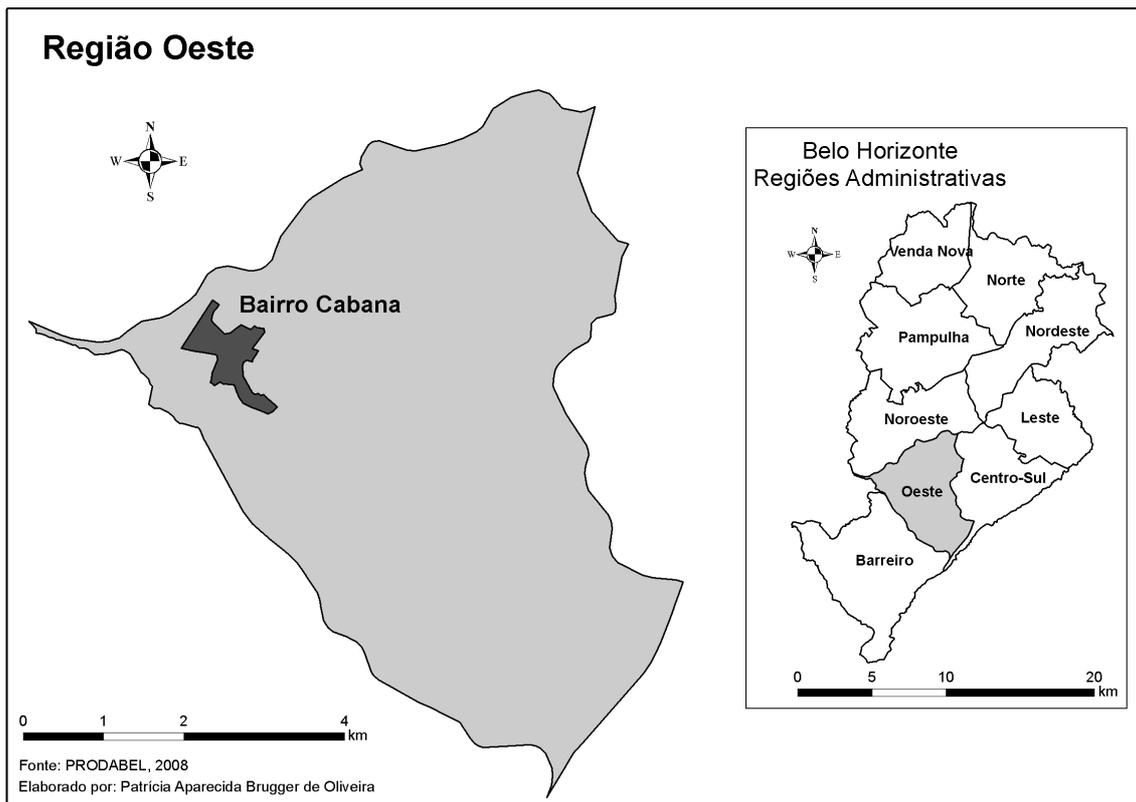


Figura 7: Mapa da Regional Oeste
 Fonte: PRODABEL, 2008.

A área ocupada pelo aglomerado Cabana tem uma declividade acentuada, como na maioria das áreas de favelas da Regional Oeste que faz com que seja considerada de risco. Pelo mapa a seguir, podemos observar que o Cabana apresenta um dos mais elevados índices de vulnerabilidade social da Regional Oeste.



Figura 8: Mapa Regional Oeste de Belo Horizonte.
Fonte: BELO HORIZONTE, 2008.

Trata-se, então, de um terreno de topografia acidentada, com elevações e depressões bem acentuadas. Parte de sua formação coincidiu com o surgimento da Cidade Industrial Juventino Dias, em Contagem, por volta do ano de 1941. Está localizado entre o Cemitério Parque da Colina e uma área que pertence ao Estado, a Vila Magnesita, hoje denominada bairro Madre Gertrudes, cedida aos operários da Cidade Industrial que surgia, uma vez que nos planos de criação do Parque Industrial de Contagem não estava prevista a infra-estrutura habitacional para os operários.

O problema da posse da terra nessa região data de 1939, quando o empresário Antônio Luciano Pereira Filho, comprava, a preços irrisórios, as terras dos antigos moradores dessa área, objetivando a sua posse futura para reflorestamento da região. Um decreto-lei da Prefeitura da época (Prefeito Américo René Gianetti) dá direito à posse a quem plantasse nas áreas habitadas e as mantivesse reflorestadas por mais de cinco anos, o que favoreceu a Antônio Luciano a ocupação dessa área em definitivo. Destacamos que essas terras também não pertenciam a nenhum de seus antigos moradores, não se sabendo, ao certo, quem era seu verdadeiro dono.

Antônio Luciano comprava terras também de pequenos proprietários no interior de Minas Gerais incentivando-os a aplicar o dinheiro dessa transação no Banco Financeiro da Produção, de sua propriedade. Por volta de 1947/48, com a falência do banco, estes pequenos proprietários de terra perderam tudo o que possuíam, e foram morar em áreas periféricas de

Belo Horizonte. No ano de 1958, as pessoas que haviam sido vítimas do Banco Financeiro da Produção começaram a se organizar para invadir as terras “pertencentes” a Antônio Luciano.

Somaram-se a essa invasão, as vítimas das enchentes que atingiram Belo Horizonte, em 1962, e que deixaram muitos desabrigados. As famílias estavam provisoriamente alojadas nos galpões do Departamento de Produção Animal, no Parque de Exposições da Gameleira, área vizinha à Cabana do Pai Tomás. O Senhor João do Banco, um dos mais antigos moradores da Cabana, e o Senhor José do Carmo contam como foi e como viveram o período da invasão.

Eu me chamo João Esteves de Carvalho Filho. Moro aqui na Cabana desde 1954. foi aqui na Cabana que eu criei minha família. Eu era empregado da Fayall, no serviço de reflorestamento. Vim para este local para terminar o plantio de eucalipto. Quando foi em 1955, depois da posse do nosso amigo Juscelino Kubistchek, que foi eleito para Presidente da República, a senhora Sarah Kubistchek abriu mão dos terrenos do Estado para os pobres que não podiam comprar lotes e construir. Nessas alturas, vieram várias famílias que moravam nos galpões da Gameleira, pois eram vítimas das enchentes daquele ano e não tinham onde morar. Então o Prefeito Jorge Carone forneceu condução para as famílias. E o pessoal veio aqui pra Cabana. Vieram de foice, machado, picareta, pá e outros instrumentos. Começaram a derrubar os eucaliptos construir os seus ranchos. Aonde muitos ainda moram aí até hoje. O pessoal ia chegando de dia e de noite. Cada um com sua intenção de fazer seu rancho e morar. Mais tarde teve algumas perseguições aí, de alguns elementos que fingiam, diziam que eram dono dos terrenos. Mas o pessoal, os moradores não se incomodou, tocou o bonde pra frente e são donos até hoje da referida área. Nós todos, moradores que moram nessa faixa que dizem favela, estão todos tranquilos, porque eles não têm força de tirar nenhum morador deste local. Portanto, nós nos consideramos donos deste terreno.

Quanto a data da invasão, não tenho certeza, mas, sei que a própria polícia nos tirou de lá. Pegaram um lote de 360 metros quadrados e dividiram para nove famílias. Não havia água da Copasa, um absurdo! Como ter a própria independência? A própria liberdade? O coronel Claudionor foi indicado para olhar e dividir os terrenos, mas um determinado dia, ele falou que havia os capangas do Luciano. Nós cortamos os eucaliptos, nos juntamos com a turma, sempre com a presença de Dimas Perrin nos dando assistência muito boa. Nós fizemos reunião e decidimos sempre com a polícia junto. Belo Horizonte, naquela época, estava com um desemprego e uma miséria... mais de 500 crianças morreram desnutridas. Íamos buscar alimentos e o Dimas fez uma campanha para comprar tijolos. Havia muita gente boa lá. (Depoimentos de moradores do Cabana, 1984).

Mais precisamente, em setembro de 1963, é que teve início a ocupação das terras da Cabana. O movimento de invasão foi deflagrado durante a noite do dia 7 de setembro, isso porque consideravam a escuridão como aliada na derrubada dos eucaliptos. Juntaram-se às dificuldades materiais: o tempo chuvoso, as condições precárias de saúde e alimentação e a repressão policial. Porém, o resultado prático foi a vitória dos moradores: a ocupação do terreno por um total de 60 famílias que receberam cada uma 40 metros quadrados de terra.

Para se defender e garantir seu “direito de morar”, como eles próprios diziam, os moradores da cabana e de outras regiões criaram a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte que aglutinavam a União de Defesa Coletiva (UDC), que vinha sendo criada em cada Vila.

É necessário destacar a participação das mulheres nesse movimento. Lado a lado com os homens, elas contribuíram ativamente para a vitória. Outras duas forças de apoio com que puderam contar os moradores foram a Igreja Católica, através de suas associações religiosas, como a Congregação Mariana, e o movimento político progressista da época. Este último era representado por dois vereadores, grupos estudantis da União Estadual dos Estudantes (UEE), do Diretório Central dos Estudantes (DCE), da Política Operatória (POLOP), da Ação Popular (AP). Houve, no entanto, divergências políticas e ideológicas no movimento, o que provocou algumas cisões entre as orientações e práticas de condução do processo. Conforme depoimentos de alguns moradores, essa cisão deu origem a duas orientações: a primeira, da Igreja, caracterizada por lentas e gradativas lutas populares; a segunda, dos políticos, caracterizadas por ações mais rápidas, dinâmicas e intempestivas.

As dificuldades dos moradores eram maiores que as divergências. Era fundamental entrar em contato com os moradores para, junto com eles, definir estratégias e linhas de ação para organizar os meios de sobrevivência. Surgiu então, a idéia de se criar uma associação que canalizasse as demandas e representasse os interesses do poço no enfrentamento dos diversos desafios que se apresentavam àquela comunidade emergente. No final de 1963, foi fundada a Associação Beneficente dos Moradores das Vilas. Através desta associação, os moradores da Cabana deram início aos primeiros projetos de infra-estrutura junto aos órgãos públicos: Secretaria do Trabalho e Ação Social e Departamento Municipal de Habitação Popular – DHP. Suas principais conquistas foram a construção da sede da associação, a canalização de água pluvial em duas ruas e o serviço médico.

Em 1964, com o golpe militar, os líderes do movimento de invasão foram presos e cassados juntamente com outras lideranças políticas e populares; a Federação dos Trabalhadores Favelados (FTF) e a União e Defesa das Comunidades foram extintas (UDCs), dificultando, assim, a mobilização e organização populares.

Em 1970, período ainda de imobilismo popular, cai de “para-quedas” na Cabana uma Instituição Americana, denominada Fundo Cristão para Crianças (FCC), mais conhecida pela população como “cruzada”. Este modelo de instituição foi implantado na comunidade dentro de uma concepção do “fazer para” e nestas condições viveu por muitos anos (até 1980 mais ou

menos). A ênfase do trabalho da referida instituição, sempre foi no enfoque individual e este no apadrinhamento.

A partir de 1979/80, os moradores começaram a se reorganizar e, com a ajuda da Igreja Católica e da nova equipe que entrara para administrar o Fundo Cristão para Crianças, Projeto Cabana, o povo foi reestruturando, mais uma vez, a comunidade. Para quem já contava com uma história e tradição de luta, não foi difícil retomar a prática.

Nesse período de reestruturação, vários agentes externos vincularam-se aos grupos populares organizados da comunidade para assessorar ou auxiliar nos projetos de formação de lideranças, pesquisas, metodologia de trabalho comunitário, cursos de análise de conjuntura e formação bíblica. Colaboram também na criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Associações de Moradores, Clubes de Mães, Creches Comunitárias e Serviços de Infra-estrutura.

A partir da proposta de descentralização das ações da igreja católica, o Cabana foi se dividindo em pequenas comunidades, conforme registramos a seguir:

- Fundo da Colina: antigo buraco da coruja, apelido recebido por ser uma região baixa (segundo geólogos, trata-se de crateras provocadas por chuvas);

- Vila São Sebastião: antes conhecida por Pedreira. Área discriminada pelas mesmas condições do Fundo da Colina;

- Alto Vista Alegre: por situar-se em uma região mais alta, margeando o muro do Cemitério Parque da Colina. Tinha o apelido pejorativo de “Gogó da Ema”;

- Boa Vista: próximo à Avenida Amazonas, região baixa, sujeita as inundações constantes;

- Antena: área cedida pelo Estado às vítimas das enchentes em 1960. Situa-se próxima à Academia de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (ACADEPOL) e Instituto Médico Legal (IML). Trata-se de uma região demarcada segundo modelos de loteamento, sendo por isso, vista como área privilegiada e conotando certa independência das outras comunidades, o que afasta os moradores de uma participação mais ativa na associação;

- São Geraldo (Cabana): é o centro geográfico e comercial de toda região.

Conhecendo a trajetória de vida dos moradores da Cabana do Pai Tomás, é possível perceber a distancia que separa o noticiário veiculado pelos meios de comunicação da sua verdadeira história de criação. A televisão e os jornais só relatam as tragédias, o tráfico e a violência na região. Então, a história de luta dos diversos líderes que encabeçaram cada vitória conquistada pela comunidade ao longo de sua trajetória de busca por um espaço que lhe traz

cidadania, fica esquecida e só se faz lembrar através de trabalhos de pesquisa ou da memória dos antigos moradores.

Buscamos, neste estudo, a essência desse aglomerado e dessa comunidade, ao ter a oportunidade de conhecer algumas pessoas que ainda estão na Cabana e que participaram da sua criação, principalmente o líder comunitário que tem um papel fundamental, pois se hoje existe a violência e o tráfico que caracterizam o aglomerado como uma região de especial interesse social, existe também uma associação de moradores que continua e acredita que a luta pela efetivação de direitos ainda é o principal mecanismo que dá vida ao trabalho comunitário.

A associação de moradores do Cabana surgiu em 1963, época de sua ocupação, desde então, ela teve vários nomes e hoje é conhecida como Associação dos Moradores do Aglomerado da Cabana (ASMAC). Atualmente, é presidida pelo Sr Vicente, que está no seu quarto mandato. Desde sua criação o perfil da associação vem mudando, hoje ela conta com profissionais de nível superior nas áreas da Assistência Social, Advocacia, Informática e Geologia que vem para somar no trabalho que é ali construído.

O trabalho da associação é de mediação entre os moradores, poder público e órgãos que ajudam o Cabana. Como explicado anteriormente, o início do processo de urbanização do Cabana se deu com a intervenção do Fundo Cristão que liberava recursos e com a ajuda dos moradores que trabalhavam nas melhorias. No primeiro momento, eram 80 homens trabalhando incessantemente para que as melhorias acontecessem, principalmente, a pavimentação das ruas e dos becos de acesso.

Conforme depoimento do Senhor Vicente, não existe um poste de luz sequer no Cabana que não tenha sido conseguido através da intervenção da associação; tudo que lá foi construído, foi com muita luta e determinação, principalmente na época em que o Cabana estava em processo de ocupação e o poder público tinha interesse em desapropriar os terrenos das famílias de lá. As melhorias continuam até os dias de hoje, mas de uma forma mais democrática e justa; atualmente as melhorias se dão através do Orçamento Participativo (OP).

O OP é um mecanismo governamental democrático, implantado em 1989, mas que teve sua efetivação apenas em 2005, quando a nova administração da prefeitura se incumbiu de cumprir seus verdadeiros propósitos. O OP é um processo dinâmico que visa a atender às demandas da população, buscando sempre um modo mais simples de ampliar e aprimorar o debate entre o governo municipal e a população usuária.

Através da participação, o cidadão pode influenciar ou decidir sobre que orçamentos devem ser aprovados primeiro. O processo se dá através de assembleias abertas e periódicas com negociação direta com o governo. A população se organiza e define que medidas mais importantes devem ser tomadas e se divide em grupos. Desses grupos são eleitos os delegados que representarão determinada região; esses delegados juntos formaram um conselho que, além de dialogar diretamente com os representantes da prefeitura sobre a viabilidade de execução das obras aprovadas em assembleias, irão também, propor reformas nas regras de funcionamento do programa para definir com cautela as prioridades para um melhor investimento que atenda boa parcela da população.

O Cabana não só se estruturou para isso, como vem nos últimos anos conseguindo aprovar todas as obras que são necessárias para a melhoria do aglomerado; é ela que sempre leva o maior número de pessoas às reuniões com as autoridades e consegue eleger um grande número de delegados que lutam para retirar o poder da elite burocrática e repassá-lo para a sociedade civil. Como o aglomerado é dividido em setores, as lideranças de cada setor se reúnem para ver o que é mais emergencial e se unem para que a verba seja destinada para aquela região. Cada setor do Cabana tem uma representação ou um líder que participa nas decisões, e essas lideranças são capacitadas através de reuniões que acontecem na associação do Cabana coordenadas pelo atual presidente, o Senhor Vicente.

Falar de liderança neste grupo é, antes de tudo, falar de convivência pacífica e tolerante; não existe uma hierarquia a se seguir, nem uma só pessoa a quem escutar, mas sim uma troca de saberes baseados na confiança e no respeito mútuos, pois eles estão sempre em um processo de formação e de aprendizado de que liderar é antes de tudo se colocar no lugar de outro líder, o próprio Jesus que abdicou de sua vida em favor do outro. Para o grupo, liderar é antes de tudo cuidar de si próprio para depois conseguir cuidar do outro.

Além da troca de experiências, o grupo de liderança do Cabana busca sempre realizar encontros para refletir e aperfeiçoar sua atuação. Atualmente, fundamenta seus estudos na reflexão sobre a realidade vivenciada pela comunidade e nos princípios da Sabedoria dos Monges Beneditinos que trata da arte de liderar pessoas. Dessa forma, os componentes do grupo de estudos disponibilizam parte do seu tempo para buscar conhecimento e força para conduzir bem o seu trabalho. Para Grum aquele que:

[...] assume responsabilidade sobre outros precisa também lidar de maneira responsável com suas próprias forças. Se ele exigir demais de si mesmo todo o tempo, também não ajudará de fato à comunidade. Pois então, inconscientemente,

ele também exigirá mais da comunidade do que ela estará em condições de dar. Se eu me exaurir pela comunidade, de modo inconsciente também associarei a isto reivindicações como, por exemplo, a expectativa de que os outros devam agradecer-me por isto ou que deveriam engajar-se da mesma maneira. (GRUM, 2007, p.132).

Como podemos perceber, gradativamente, vem sendo realizada uma releitura da história da organização e resistência desse povo, por meio de um processo próprio de mobilização e reorganização comunitária.

*A função fundamental do discípulo é a de um
dia superar o mestre.*
(SÓCRATES)

5 ANÁLISE DO CORPUS

Nesta seção, trataremos da construção do ethos de um líder sociocomunitário, numa perspectiva discursiva e, portanto, de uma concepção de linguagem como atividade de interação social, à luz das teorias da enunciação, da argumentação e a da construção do ethos que consideram o discurso como modelo de organização dialógico. Essa perspectiva discursiva não pretende distanciar-se de uma interpretação dita *tradicional* dos textos, visto que, ambas são materializadas pelas estratégias lingüísticas e a distinção entre elas seria bastante sutil, se existir.

Para procedermos à análise do corpus selecionado, tomaremos como base as teorias do discurso discutidas nos capítulos anteriores, porque, entre outros aspectos, elas pressupõem a existência de transversalidades e de conflitos culturais no interior e no exterior dos discursos que afetam seus sujeitos, interferem no próprio sentido das palavras e são sempre resultantes de embates sociais coletivos determinados pela hegemonia política, ou pelo poder capitalista. A forma como a enunciação se deixa comprometer com esse tipo de hegemonia é localizada no que os lingüistas chamam de *intradiscurso*, ou o discurso que opera sobre si próprio, que se caracteriza por possuir dois traços distintivos: o pré-construído, identificado em qualquer formação discursiva e semelhante a um conhecimento que funciona como um pré-conceito histórico que é do conhecimento geral, e a articulação, que permite a um sujeito constituir-se como tal em relação àquilo no qual o próprio discurso se constrói.

Neste estudo, portanto, o conceito de ideologia, desempenha papel fundamental para a construção do *intradiscurso*, em nosso entender, espaço privilegiado para o pensamento crítico poder explicar os constrangimentos sociais e políticos que influem na construção da subjetividade. Sendo o discurso entendido como um sistema de relações de sentido, o conceito de *interdiscurso*, ou seja, o sentido de um texto/enunciado não é declarado *a priori* pelo seu autor, mas é antes de tudo fruto das relações complexas dos usos da linguagem com as formações discursivas, e que se destaca no processo de desobjetivação da linguagem. A distinção mais imediata entre aqueles conceitos propostos por Pêcheux (1997) nos leva a entender interdiscurso como o discurso de um sujeito e intradiscurso como a matéria lingüística, ideológica, literária, simbólica etc. pré-existente, uma espécie de imagem já conhecida de uma realização lingüística que qualquer sujeito pode reconhecer.

Partindo do pressuposto de que a AD discute questões relativas à tomada da palavra, aos conflitos e à constituição de subjetividades na e da linguagem, buscamos em tal disciplina subsídios para analisar o discurso de um líder sociocomunitário. Essa escolha nos possibilitará, ao mesmo tempo, revelar a postura desse líder, ao analisarmos as formações discursivas (FDs) que emergem de seu discurso e os percursos de sua interpretação de mundo e os modos como ele constrói os significados sobre ser e se tornar líder.

O processo de subjetivação do líder foi detectado nos depoimentos e relatos de reuniões e é o segundo foco de interesse da nossa investigação. Para que se compreenda melhor o que seja ser líder sociocomunitário, em termos de configurações e ressignificações, em meio aos vários contextos e momentos de sua vida, destacamos a linguagem enquanto constituidora do sujeito, lugar onde as subjetividades são construídas. Sendo assim, durante o processo de análise das entrevistas transcritas, nas quais o líder discute sobre tornar-se líder, partimos de uma noção de sujeito múltiplo, contraditório e construído dentro de diferentes discursos.

Ao assumirmos, na análise do corpus, que o processo de enunciação é um modelo de organização dialógica que especifica a construção das relações interacionais entre interlocutores situados em um determinado tempo e espaços discursivos, queremos destacar o ethos que se constrói na argumentação. Com base nesses pressupostos, e através dos depoimentos do líder sociocomunitário entrevistado, mostraremos como as estratégias discursivas visam a fascinar e angariar a adesão dos indivíduos às teses que ele apresenta, tendo-se em vista que na argumentação não se separa a razão do desejo, ou da vontade, nem a teoria da prática.

O corpus e objeto de análise neste estudo são os depoimentos do Senhor Vicente Fernandes de Almeida, um experiente e influente líder sociocomunitário, do aglomerado da Cabana do Pai Tomás (o Cabana), Região Metropolitana de Belo Horizonte, em três situações de enunciação diferentes; o líder em:

- entrevista com a pesquisadora, na qual consideraremos a visão de ethos com um valor essencialmente descritivo e tipológico.
- interlocução com a comunidade da Cabana do Pai Tomás e demais parceiros líderes;
- negociação com autoridades do poder público.

Nessas situações de enunciação, destacaremos uma noção de ethos dinâmica, específica, não descritiva, mas operatória, ou em certo sentido prescritiva. Discutiremos então, que o ethos é constitutivamente dialogal, interacional e que seu conteúdo descritivo remete à

experiência de um discurso, às suas representações²⁸, devendo ser visualizado enquanto “eu” (líder) e não enquanto “ele” ou “isso”, para dar acesso à sua experiência própria, à parte interior e íntima de sua relação com a linguagem e à interação verbal, à sua própria identidade, na qualidade de que ela se constitui notadamente de sucessivas identidades languageiras, que ele adquiriu para seus diferentes interlocutores.

Por razões de exigüidade de espaço, nossa análise não abrange exhaustivamente os enunciados do líder sociocomunitário, nem contempla todas as instâncias de fala e, muito menos, todas as categorias de uma análise do discurso. Procederemos, então, à AD de alguns depoimentos transcritos da fala do líder sociocomunitário, objetivando a construção do ethos discursivo, embora nossa análise acabe se estendendo a alguns outros aspectos, porquanto quaisquer textos, geralmente, acionam mais de um ingrediente ao mesmo tempo, e porque a unidade textual se constrói no aspecto sócio-comunicativo, também com a concorrência dos fatores pragmáticos.

Do quadro teórico de Maingueneau (2001, 2008) e de Amossy (2005), contemplados anteriormente, consideraremos a noção de *ethos como imagem de si* (do enunciador) construída no discurso e garantida pela fidedignidade do que e como é manifestada a enunciação (maneira de dizer que remete a uma maneira de ser). Em função dessa *imagem de si*, faz-se necessário caracterizar metadiscurso, grosso modo, a “escrita sobre a escrita” e o “discurso sobre discurso” (VANDE KOPPLE, 1985, p. 83). No entanto, a nosso ver, e por termos como base uma visão da escrita como prática social e comunicativa, o metadiscurso propicia uma maneira importante de ver como os escritores/locutores se projetam em seus textos/discursos para alcançar seus objetivos comunicacionais.

5.1 Análise do discurso na primeira instância enunciativa: entrevista com a pesquisadora

Segundo Hyland (2000, p.104), metadiscursos seriam os “recursos que os escritores utilizam para organizar explicitamente seus textos, atrair a atenção de seus leitores e indicar sua atitude com relação ao seu material e a seu público”, opinião que corroboro.

²⁸ O sujeito se constitui nas e pelas representações com fins de adaptação ao seu meio ambiente e de comunicação com o outro. As representações têm por função, conforme Charaudeau (2006, p. 195) “interpretar a realidade que nos cerca, por um lado mantendo com ela relações de simbolização; por outro, atribuindo-lhe significações”. Elas são constituídas por um conjunto das crenças, dos conhecimentos e das opiniões produzidos e partilhados pelos sujeitos de um mesmo grupo, a respeito de um dado objeto social.

Enfatizaremos, portanto, a imagem (ethos) que o líder faz de si, como um conjunto de atributos da fonte do discurso (o locutor) associados à singularidade de uma pessoa ou de uma coletividade (ethos coletivo) e que coloca em cheque o fato de que todo ethos é ethos para alguém.

O metadiscurso permite que o locutor, a qualquer momento, comente sua própria enunciação no interior dessa enunciação: seu discurso é recheado de metadiscursos, que são considerados como manifestações de heterogeneidade enunciativa: ao mesmo tempo em que se realiza, a enunciação avalia-se a si mesma, comenta-se, buscando a aprovação do co-enunciador, como em “se me permitem dizer”, “com o perdão da má palavra”, “antes de tudo”, “devo dizer...”, “desnecessário é dizer que”. Ele pode, igualmente, recair sobre a fala do co-enunciador, para confirmá-lo, para confirmá-la ou reformulá-la, como em “embora você não tenha mencionado...”, “utilizando-me de suas próprias palavras...”. O metadiscurso não está reservado às interações espontâneas; não está ausente dos discursos cuidadosamente controlados, nem orais nem gráficos. O locutor/líder tem, de fato, interesse em expor o ethos de um homem criterioso e atento a seu próprio discurso ou ao discurso de outros.

Analisaremos, por isso, seqüências discursivas dos excertos das entrevistas com o Senhor Vicente, gravadas a partir de um roteiro. Em uma das entrevistas, especificamente a que utilizo na apresentação da defesa desta tese, o líder compareceu trajando uma camiseta branca em que se liam os seguintes dizeres: “Encantar para vencer”. Propositalmente ou não, o líder reflete nos enunciados suas formações discursivas e deixa transparecer em seu discurso o sentido de que a vitória anda de mãos dadas com o fascínio, aqui, naturalmente também por via da linguagem.

O discurso do líder sociocomunitário revela que o sujeito da narrativa é sempre um ser humano e seu saber-não-ser, retratando uma forma de insatisfação e o querer-ser, sempre manifestando o desejo de saber e a angústia de persegui-lo.

Ao falar sobre sua história de vida, o Senhor Vicente apresenta um projeto de descrição como um conjunto de enunciados em sua singularidade de acontecimentos, em sua irrupção histórica, acontecimentos esses que “nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente” (GREGOLIM, 1986, p. 32). A emergência desses acontecimentos pressupõe articulações com outros enunciados. É necessário, pois, apontar essa rede de relações. Vejamos como essas noções são recorrentes nos excertos da primeira entrevista realizada na casa desta pesquisadora em 2007.

Destacamos a trajetória de vida, as relações familiares e a formação religiosa como características iniciais da construção do ethos do Senhor Vicente que se fazem presentes nos excertos a seguir.

Meu nome completo é Vicente Fernandes de Almeida, eu sou natural de Santa Maria do Suaçuí, não conheço nem minha terra natal, sai de lá tinha 04 anos de idade nunca mais voltei lá, eu sou de uma família de 11 irmãos. Meu pai era Levi Fernandes Ribeiro, minha mãe Laurinda Batista de Almeida, eu sou o oitavo filho de uma família, abaixo de mim tem mais 08 irmãos e 02 irmãs; claro.

Fui criado naquela região de Marilaque, Virgolândia, uma região muito pobre, e lá eu sai do campo tinha 18 anos de idade quando eu vim para a cidade ou minto, quando eu vim para a cidade grande eu ia fazer 22 anos quando vim pra Belo Horizonte. Eu saí da roça pra mim foi como tá rancando um pedaço de mim vim morar no Cabana cheguei em 67 então naquele ano eu completei 22 anos.

Eu vim viver em Belo Horizonte com minha família, eu era solteiro mais eu cuidava da minha família com 14 (quatorze) anos de idade eu já era arrimo de família. Perdi meu pai aos 09 (nove) anos de idade, fui criado com minha mãe e minhas irmãs, eram três irmãs depois elas foram casando e minha mãe acabou ficando comigo, até que ela morreu.

Eu sou o último filho a casar da família, [...] e minha mãe ficou comigo o tempo todo [...] morava pertinho, eu pude vê minha mãe todo dia da minha vida... é uma honra pra mim, a minha mãe só ficou fora de mim 09 (nove) meses, foi um período que ela teve em Belo Horizonte e eu fiquei na roça. Ela veio tratar aqui, foi o tempo que eu fiquei fora da minha mãe mais, fora isso daí desde quando nasci todo tempo que eu fiquei fora dela [...], ela viveu aqui em Belo Horizonte e eu lá na Marilaque. Depois nós ficamos juntos, [...], graças a Deus pra mim ela morreu bem junto comigo: acompanhei a enfermidade, no hospital, pude colocar ela no caixão, na sepultura [...] mas de qualquer forma, passando por esse caminho eu pude participar de tudo, graças a Deus.

[...] Nós completamos agora esse ano 35 anos de casado já tenho 03 (três) filhos: um rapaz e duas mocas, tá tudo certo na vida, já são casados graças a Deus. Tenho 07 (sete) netos, uma com 13 anos de idade, essa é especial infelizmente, os outros seis netos são saudáveis, é tranquilo; a gente tem muita alegria com eles; graças a Deus. E minha luta em Belo Horizonte não foi fácil não, cheguei aqui e logo no ano de 1969 eu já comecei um trabalho na comunidade; eu lá na roça era rezador.

Eu sempre tive uma vida reservada, fora desse meio assim meio profano; eu vivia do outro lado, uma ignorância minha. Eu era muito conservador, toda vida fui religioso demais, católico assim até as unhas; e tudo isso me tirou um pouco da devassidão, de viver na farra e boemia não foi minha vida, eu tive uma vida sempre reservada não sei se foi bom ou e foi mau; mais foi minha vida, assim foi a educação que eu recebi da minha família

As FDs deixam aflorar as características da educação moral/familiar e religiosa que se entrelaçam e se fundem. O líder revela uma obediência aos princípios dessas instâncias, na medida em que se revela aliviado por ter cumprido sua missão de cuidar de sua mãe durante toda a vida, acompanhando-a até a sepultura. Concomitantemente a essa trajetória de vida e às relações familiares, o Senhor Vicente não abandona o discurso que embasara sua missão como

líder: servir.

Vale destacar nesses excertos, argumentos que se fundamentam na associação entre os elementos da realidade: há um ser com sua trajetória de vida que desnuda suas representações sociais, que comportam uma tripla dimensão: cognitiva (organização mental da percepção), simbólica (forma como ele interpreta o real) e ideológica (atribuição de valores que desempenham o papel de normas societárias). Os depoimentos do líder revelam mecanismos sociais e posições institucionais exteriores, marcados por valores repisados para incutir as idéias prevalentes no grupo social-família (valorização da mãe) e pela religião (a Católica: “eu lá na roça era rezador”), ambos se caracterizando por um confronto de posições ideológicas (FDs) que se organizam de forma a equilibrar as relações de aliança, de contratos, de antagonismos ou de dominação.

Observamos um ethos pré-construído e discursivo sobre si mesmo que aponta sua história de vida materializada por um tempo específico que sustenta uma cena de fundo, inequívoca, contínua, e um lugar lá e então: *E nós voltamos a namorar e quando foi em 1972 nós casamos*. Em contra partida, o sentido construído, ou seja, aquele que constitui o novo é materializado por um tempo presente, aqui e agora: *Nós completamos agora este ano 35 anos de casado, já tenho 03 (três) filhos: um rapaz e duas mocas, tá tudo certo na vida, isto é, de acordo com o credo e os valores da religião católica que ele professava. [Meus filhos] já são casados, graças a Deus. Tenho 07 netos, uma com 13 anos de idade, essa é especial infelizmente (formação discursiva familiar e social que revela o pensamento, à época, de que ser especial é ser doente); os outros seis netos são saudáveis, é tranquilo, ou seja, eles são “normais” do ponto de vista do líder; a gente tem muita alegria com eles; graças a Deus.*

O modo de dizer, Deus sempre no meio das palavras, (*Graças a Deus*, linguagem fática, a nosso ver, repetida diversas vezes nas seqüências discursivas), revela o ethos religioso do líder. O modo de não-dizer, por sua vez, que a enunciação permite ler “sou de descendência humilde e pobre, mas orgulhoso do que já consegui”, e o metadiscurso se entrelaçam e se posicionam, caracterizando os ethos religioso, ético, moral e familiar, pontos de partida para a construção do ethos do líder.

Como poderemos observar nos excertos seguintes da mesma entrevista, surgem características específicas desse sujeito-líder, como base para a construção de um ethos de liderança baseado em seu comportamento como pessoa e em suas características de líder. A liderança exercida pelo Senhor Vicente aponta traços de sua personalidade construída e modificada por meio da influência da família, da religião e da cultura e marcada pela sua

seriedade, honestidade, caráter, compromisso, responsabilidade e pela disposição em escutar e respeitar o outro (a comunidade). Assim, ganha credibilidade e respeito.

Na minha experiência: **ser espontâneo, verdadeiro e franco, não ser mentiroso, não falar mentira - o líder não pode pegar mentira**, definitivamente; porque o que ele fala repercute. Se mentir, perde a liderança, falha.

Não largo essa bandeira da fidelidade, da verdade, da honestidade, nem que me matem! Não largo, é da prática, é da vivência; não só do discurso. No fazer mesmo, qualquer passo que der tem que ser firme, **tem** que ver com os companheiros dali; e esse companheiro pra mim é companheiro, eu to firme com ele – só assim se ganha credibilidade da população. Aonde você estiver, querendo ou não, é respeitado, abriu a boca você faz te ouvir; o líder tem que fazer ser ouvido na Comunidade: seja na Igreja, lá no grupo político, diante do governo também; você tem que se fazer ouvir. Não pode ir lá diante do governo e voltar de cabeça baixa, massacrado por ele.

Observamos as figuras identitárias no discurso do líder agrupadas no que Charaudeau (2006) denomina duas grandes categorias de ethos: o ethos de credibilidade, fundado em um discurso da razão (*No fazer mesmo, qualquer passo que der tem que ser firme, **tem** que ver com os companheiros dali; e esse companheiro pra mim é companheiro, eu to firme com ele (razão) – só assim se ganha credibilidade da população. Aonde você estiver, querendo ou não, é respeitado, abriu a boca você faz te ouvir* (credibilidade), e o ethos de identificação, fundado em um discurso permeado pelo afeto, este detectado em um excerto anterior a este que agora analisamos ([...] *pra mim ela [mãe] morreu bem junto comigo: acompanhei a enfermidade, no hospital, pude colocar ela no caixão, na sepultura*).

A credibilidade do Senhor Vicente resulta da construção de sua identidade discursiva, pois, fala e age no intuito (bem sucedido) de conduzir a comunidade a julgá-lo digno de crédito. Para ele é importante ser aceito pela comunidade que legitima sua liderança e lhe delega responsabilidades.

Vale ressaltar que grande parte das características tratadas nas seqüências discursivas do Senhor Vicente são recorrentes em quase todos os excertos selecionados para a análise, não cabendo, pois, retomá-las sempre e/ou cada vez que surgirem.

Os excertos seguintes evidenciam a preocupação do líder em desenvolver ações sociais que resultam, de algo modo, em alguma consequência. Nesse caso, identificamos características de uma *liderança situacional*, pois, ele leva em consideração as circunstâncias de situação para as tomadas de decisão, o que, com certeza, otimiza a sua atuação e o torna mais confiável, flexível e eficaz, por apresentar condições de adaptação à diferentes exigências contextuais.

A história de líder, de caminhada comunitária foi no Alto do Visto Alegre em 1981; que começou e nós fomos levando ali; a Igreja começou a perceber isso e começou a dar curso pra gente, aqueles cursinhos de leitores, grupos de leitores, aquelas reuniões de liderança; [...] **“nós fomos” uma das primeiras Comunidades de Base da Cabana – CEB’s**; [...]“nós foi” assim sozinho, foi assim... uma inspiração de Deus mesmo; começamos a rezar terço e fizemos Comunidade; foi muito bom isso aí.

[...] Dona Lica ia todo Sábado, rezava o terço o “Ofício da Nossa Senhora” lá na Comunidade, e cedeu para a Comunidade umas cadernetas do Apostolado da Oração para recolher fundos para poder pagar o salão. O salão foi comprado com a organização da Comunidade, fui eu que assinei a compra na época, **como líder, assinei a compra.**

Quando foi lá pro ano de 1979/1981, nós fundamos a primeira Creche da região, também com trabalho, aí foi inspirado naquele trabalho, Pastoral de Favela, que o dinheiro da Campanha da Fraternidade foi doado pra aquele Movimento de Favela.

Essas seqüências discursivas são ainda marcadas pela presença de estratégias lingüísticas cujas modalizações são modéstia, simplicidade (*nós foi assim sozinho*). Bom senso, sabedoria e prudência, justiça, virtude, honestidade e capacidade de articulação das ações (*[A senhora do Apostolado da Oração] cedeu para a Comunidade umas cadernetas para recolher fundos para poder pagar o salão. O salão foi comprado com a organização da Comunidade*) que emergem de suas formações ideológicas, sociais, morais, religiosas e políticas, valores simbólicos que devem resultar na conquista da simpatia, confiança e respeito de seus liderados (“Encantar para vencer”), de parceiros - as autoridades - com quem se relaciona.

Concluimos a partir dos excertos analisados anteriormente que, na construção do ethos do líder, vai se tecendo uma rede de relações entre o discurso religioso e o discurso político (FDs), presenças recorrentes na história de vida do Senhor Vicente, discurso que opera sobre si próprio. Há uma articulação entre esses discursos que permite ao sujeito constituir-se como tal em relação àquilo no qual o próprio discurso se constrói. Por isso, a enunciação se deixa comprometer com esse tipo de hegemonia, configurando assim o ethos sócio-familiar, o ethos de liderança e parte do ethos político e religioso.

Observemos, a seguir, nos excertos da mesma entrevista, respostas dadas pelo líder. Ao ser perguntado sobre sua liderança, surge um ethos religioso associado a um ethos de liderança, no qual o Senhor Vicente aponta como condição primeira para se ser líder uma prescrição de conduta, uma missão: servir.

[...] se for pegar numa linguagem dessas, o próprio Jesus né, eu não vim pra ser servido, eu vim para servir, essa foi a mensagem que o próprio Jesus deixou pra nós quando lavou os pés dos apóstolos. Nós estamos aqui nessa terra com esse objetivo de crescimento.

Eu tenho, talvez, eu nunca me perdi tanto porque eu sempre busquei essa coisa de Deus pra minha vida, sabe, e nos momentos mais difíceis que minha vida tava desgraçada, como diria assim, sabe, que eu não tinha nenhuma condição de cobrar nada de Deus, ainda assim ele era referencia pra você voltar, nunca deixei Deus, os caminhos de Moisés, Moisés foi um grande líder sabe, apesar de que ele caiu tantas vezes, cada vez que ele voltou ele teve o apoio de Deus e depois ele foi ter com os seus também [...]

As FDs do sujeito-líder põem à mostra o ethos religioso fortemente enraizado na crença de que Deus e as coisas de Deus são, ao mesmo tempo, fonte de toda a inspiração do sujeito. As seqüências discursivas apontam para um conjunto de contrafactualidades: individual-coletivo, objeto-sujeito, autor-agente, meio-fim, parte-todo, razão-emoção. Mais do que uma análise com base nas FDs, segundo Maingueneau, as seqüências dos excertos acima revelariam a presença de *hiperenunciadores* (MAINGUENEAU *apud* BARONAS, 2008): *o individuado*, no caso, Deus e em outros casos quando se tratar de um tipo de sujeito universal dóxico²⁹ (provérbios, adágios, ditos populares...) a quem poderia ser atribuída a responsabilidade pelos conteúdos preposicionais, mas cuja explicação deve passar por uma interpretação mais ou menos codificada: o que Deus nos quer dizer com isso? [...] *uma inspiração de Deus mesmo*. Há ainda outro *hiperenunciador*, *o genérico*, por exemplo, [...] *começamos a rezar o terço* (orações), que se trata mais de instância responsável por uma memória (*memória do que foi dito* pelo locutor empírico-interdiscurso) do que de uma consciência propriamente dita.

A categoria discurso/ação também fica evidente nos discursos anteriores, retomemos dois deles.

[...] que começou e nós fomos levando ali; a Igreja começou a perceber [ação] isso e [e por essa razão] começou a dar curso pra gente, [...] aquelas reuniões de liderança; havia uma discriminação muito grande da liderança da igreja São Geraldo com a Comunidade de Base; “nós fomos” uma das primeiras Comunidades de Base da cabana - CEB’s. [...] uma inspiração de Deus mesmo; começamos a rezar o terço e fizemos comunidade”; “[...] fui eu que assinei a compra [do salão] [ação] na época, como líder [causa], assinei a compra”; “[...] fundamos a primeira Creche da região, também com trabalho, aí foi inspirado naquele trabalho, Pastoral de Favela.

²⁹ Do grego *Doxa*, designa a opinião, a reputação, o que dizemos das coisas ou das pessoas; sentido comum, conjunto de representações socialmente predominantes, cuja verdade é incerta. (MAINGUENEAU, 2006)

Em relação às correlações entre discurso e ação nos atos de fala do líder estão presentes as ações que são conseqüentes à sua função social enquanto líder: racionalidade, significado e regra como forma de estabelecer razões para a hipótese de que a ação se realiza pelo discurso, e de que esse processo não se constitui arbitrariamente. Assim, as interfaces entre discurso e ação emergem quando o líder procura racionalizar a noção de que suas ações possuem razões; logo, para entender as ações, deve-se primeiro entender ou racionalizar sobre suas razões. O líder atribuiu razão às suas ações, quando elas deixam implícitos os elementos pró-atitude³⁰ (disponibilidade de servir) e crença³¹ (capacidade e condições para servir), componentes da rede de causalidade, utilizando, então, o que Davidson (1993) chama de *razão primária* (a liderança é vista e vivenciada pelo Senhor Vicente como missão, a de servir à comunidade), o que revela sua intencionalidade, *causa de uma ação*.

As duas categorias - discurso e ação - são, pois, fundamentais, não só para analisar fatos reunidos no discurso do líder, revigorando e consolidando alguns avanços conceituais encontrados no campo da pragmática, mas também, para aglutinar algumas categorias dispersas no campo da AD. Conforme já discutiu Mari (2003), há possibilidade de “fusão” dessas duas categorias, apontando uma classe de problemas que envolvem essa relação: o discurso ressoa como uma categoria ampla para explicar o funcionamento de ações; a ação apresenta-se heterogênea para justificar a existência de discursos. A união das categorias *discurso/ação* e seus respectivos aspectos derivantes – resultados/registros – fica evidenciada nos trechos em análise, no entanto, isso não quer dizer que elas sejam sempre suficientes para que possamos assumir que, se isolarmos uma classe de ações, tornamo-nos aptos a justificá-las através do discurso, da mesma forma que não podemos assumir que diante de um agrupamento de discursos, dispomos de ações para justificar-lhes a existência e o funcionamento.

Outro aspecto que compõe a rede causal de efetivação de ações do líder é a pré-atitude³² que pode ser sintetizada no esquema (MARI, 2005), utilizado no capítulo 2, seção discurso e ação.

³⁰ Disposição inicial (e transitória) para o agir e forma de manifestação de uma ação, sendo, ainda, aquilo que move a ação.

³¹ Percepção ou um conhecimento, fatos que também levam à realização de ações.

³² Definida como um conjunto de condições preparatórias para a ação, tais condições, não constituem elementos definitivos do agir, mas aspectos que, no escopo de uma ação, atuam como recursos, por vezes físicos, que auxiliam a concretização da ação.

Ao lermos o duo homogêneo/heterogêneo do agir no discurso do líder, lidamos com as perspectivas dos mais diversos fatos. Em uma determinada situação, no escopo de uma ação, fatos podem se manifestar tanto de forma mais convencional quanto de informal. A heterogeneidade é imprevisível nas ações, o que torna a sua análise um exercício de busca de algum princípio de ordenação.

As categorias discurso e ação têm de levar em conta ainda a questão do sentido, que é estabelecido pela imposição intencional revelada e realizada através da forma como se representa o mundo, e está intimamente relacionado aos estados mentais (crenças e desejos) e aos estados de coisas do mundo. Por essa ótica, portanto, o líder realiza ações porque, em algum momento desse processo, e em função da maneira como representa o mundo, ele atribui sentido ao agir. E, por trás dessas duas categorias aparecem a intenção e a missão do Senhor Vicente: servir.

Em entrevista com a pesquisadora, ao ser perguntado por que até hoje, após vinte e oito anos de liderança, o povo ainda acreditava nele, e se ele achava que ainda seria eleito, o senhor Vicente respondeu: *“Eu não sei por que, eu sou um cara chato; sou chato assim a vida toda, como se diz..., eu não pago pau; não fico aí me relaxando pra ninguém. Eu não sou humilde, eu sou áspero, eu sou intrépido demais, mas se eu candidatar eu ganho, não entendo”*. Vale observar nesse trecho ainda a materialização da categoria discurso e ação, pois, na medida em que o Senhor Vicente nega saber as causas de sua aceitação no poder, com uma seqüência discursiva (*cara chato, não pago pau, não relaxando pra ninguém, sou humilde, áspero, intrépido demais*) ele aponta as causas do porquê vai ser eleito novamente; o seu dizer (discurso) revela o fazer (ação). Na realidade quem decide sobre o efeito perlocucional desse jogo (ora se afirmando, ora se negando, inconscientemente), acatando seu discurso é o auditório/liderados.

Essa questão pode ser percebida ainda nos próximos excertos. Nos dois primeiros, quando ele fala sobre si mesmo (metadiscurso) enquanto líder e no terceiro, quando fala sobre a Associação de Moradores:

[...] o Vicente é cheio de defeito, mas, não vão falar que eu sou mentiroso, definitivamente [...] eu posso até transmitir uma mentira, mas eu criar a mentira por mim, para enganar, não, não posso; com essa postura que eu estou de pé até hoje.

Então, isso nós vamos ter dificuldade nos dias de hoje; eu tô tentando carregar a minha necessidade, o meu eu, o meu ego – isso tá ficando complicado demais dentro do quadro da liderança; eu estou falando a minha linguagem; eu não falo a minha linguagem, eu falo a linguagem do meu povo que eu me empossei com líder um dia; então, eu fora disso daí eu sou o Vicente.

Em relação às *crenças*, nessas seqüências discursivas, o líder constrói uma rede de comparação que aponta para um estado mental e, por isso, a direção de ajustamento é mente-mundo, pois, se refere a uma expectativa ainda não atingida, que faz parte de seus planos mentais e que ainda não corresponde aos fatos do mundo. Assim, porque o sujeito-líder deseja algo, ele precisa adequar o estado de coisas de sua mente ao mundo.

Nas seqüências discursivas *o próprio Jesus né, eu não vim pra ser servido, eu vim para servir e os caminhos de Moisés, Moisés foi um grande líder sabe, apesar de que ele caiu tantas vezes, cada vez que ele voltou ele teve o apoio de Deus*. Ao citar Jesus e Moisés, o líder revela que os toma como referência e modelo, e, ao mesmo tempo sugere que eles funcionem como tal para o auditório; está é sua intenção: a liderança como missão, como serviço à comunidade. Logo, a intencionalidade e o sentido, prontificam as ações.

Já em relação ao *desejo*, seus enunciados apontam para um estado mental de direção de ajustamento mundo-mente, pois se referem a expectativas ainda não atingidas (querer se assemelhar a [ou ser] Jesus e Moisés), que fazem parte de planos mentais do líder e podem não corresponder aos fatos do mundo. Assim, quando se deseja algo, normalmente precisa se adaptar o estado de coisas do mundo à sua mente. O Senhor Vicente, dessa maneira, vai consolidando a construção do seu ethos religioso e de liderança. É na consolidação desses ethos, quando perguntado se a fé cristã e a religião ajudam na atuação do líder, ele responde afirmativamente. E, ao comentar sobre sua indicação para a atual presidência da Associação de Moradores para o mandato 2007-2008, nega que quisesse ser eleito mais uma vez e, firmemente, “sem deixar de se tornar uma voz encarnada, personifica uma força impessoal, para implicar a divindade em todos os conflitos terrenos, expor a todos o espírito e os caminhos de Deus” (STERNBERG *apud* AMOSSY, 2005, p.186).

No meu caso ajuda, pra você não ter medo porque quando o próprio Jesus diz: sem mim nada podeis fazer. Ou em Paulo, Paulo diz numa das suas cartas né, como é que ele diz mesmo gente.... é,... Tudo posso naquele que me fortalece, então dentro dessas duas mensagens **você não tem outra saída a não ser trabalhar com o poder de Deus**, então nada intimida você quando você tem Deus, agora por exemplo na associação de moradores, nesse momento difícil que eu não tinha nenhuma intenção de voltar a coordenar a associação, eu não tinha interesse nem pessoal. [...] **É, fui eleito e fui obrigado.**

[...] Foi e quando **referendaram o meu nome a coisa começou a mudar**, tava uma discussão sem fim, difícil [...] **não tinha nomes pra poder colocar**, sabe, todo lugar que você ia parecia que havia um entendimento, quando colocou meu nome, houve uma adesão, **ai eu me senti na obrigação** talvez de fazer esse mandato na associação, pra gente fechar isso um pouco mais pra frente com melhores indicações, pra associação continuar vivendo, porque eu tenho certeza, e a única certeza que eu

tive pra fazer isso é saber que **Deus não ia me abandonar, não vai me abandonar, eu já tenho a certeza de que ele não vai me abandonar, porque antes de fazer qualquer coisa você tem que colocar isso na mão de Deus.**

Vou me dar bem sem abaixar a cabeça e **confiar nas mãos de Deus** pra ter o respeito das pessoas, se dar bem nas decisões tem que estudar e ai tudo que agente indicar vai dar certo, mas a gente vai saber aqui que a gente via conseguir ser respeitado e respeitar qualquer um dependendo do caminho que gente tomar, **Deus vai permitir isso pra gente**, não to falando por vaidade e nem pra mim. (Grifos nossos)

O Senhor Vicente se mostra muito seguro em suas respostas, fala com linguagem própria, elaborada, mas popular, não se preocupando em *falar palavras bonitas*. Ele demonstra autoconfiança, nega o personalismo e se despe de qualquer interesse político partidário, se coloca predestinado às funções coletivas, desenhando assim o seu ethos coletivo também associado ao ethos religioso. Podemos dizer que o ethos do líder oscila entre as FDs religiosa e de liderança comunitária e que sua formação moral e religiosa se fundem, se mesclam.

Essas são suas escolhas como locutor/líder, sobretudo, um modo de se exprimir que inclui o *elocutio* e o *actio*. Dessa forma, ele se encaixa nos termos fundamentais introduzidos por Aristóteles, como mencionado no capítulo 3. O Senhor Vicente age com ponderação (ter um ar ponderado = *phrónesis*), apresenta-se como um líder simples e singelo (*aretê*), passando assim uma imagem agradável (*eunóia*).

Além de fazer uso dessas razões que inspiram confiança no auditório, nesses últimos excertos, o Senhor Vicente, deixa falarem os *hiperenunciadores individuados*: Deus (seis vezes), Paulo (de Tarso), duas vezes e Jesus, confirmando novamente, a marcante presença do ethos religioso na construção de seu discurso de líder.

Na seqüência discursiva do excerto a seguir, destacamos a presença da polifonia (obviamente também presente nos demais excertos) no discurso do sujeito-líder sociocomunitário.

Um líder não se forma de um dia para outro, eu sempre falo na brincadeira que o líder é como uma garrafa ele é livre, ele não se esbarra em nada, ele não pode ser áspero, ele tem que ser uma pessoa que como se diz, que nem a Skol: descer redonda! Porque o líder realmente passa por situações tão delicadas a cada momento [...]

A polifonia, na entrevista do Senhor Vicente com a pesquisadora/entrevistadora, o locutor enunciador (o entrevistador), o locutor enunciatário (o líder sociocomunitário) e o locutor-empírico (exterior a todo ato de linguagem), marcam a cena enunciativa. Nesta, o

locutor-enunciatório, perguntado sobre como se faz um líder, tece uma rede de comparação em [*falo na brincadeira que*] *o líder é como uma garrafa*, (o líder) *é livr*, sua ação tem base na/causalidade (*porque é livre*), *não se esbarra em nada*, *ele não pode ser áspero* (valor semântico tem de ser macio); e prossegue *ele tem que ser uma pessoa que como se diz que nem a Skol*, na tentativa de persuadir e impressionar o locutor-enunciatório. Intermediado pela comparação e pela causalidade, quando ele retoma a comparação com a garrafa: (o líder deve) *que nem a Skol descer redonda!* (o macio a que se referira ele), seu discurso revela a formação discursiva proveniente da força do discurso publicitário. Na verdade, a comparação é meio confusa, já que o referente não é a garrafa, mas a cerveja Skol (a parte pelo todo), líquido que desce redondo. A ideologia do conhecimento/consenso geral e da capacidade de usá-lo aflora, mesmo que a comparação seja elaborada de modo pseudoconfuso.

Esta seção contemplou análises das seqüências discursivas, segundo as categorias selecionadas (metadiscurso, FS, FIs = FDs, discurso e ação (intencionalidade - sentido, crença e desejo -, racionalização e causalidade).

5.2 Análise do discurso na segunda instância enunciativa: o líder e seus pares

Nesta seção, analisaremos o discurso do líder sociocomunitário em situação de comunicação com seus liderados e outros parceiros líderes.

A pesquisadora participou de algumas reuniões da associação para gravar as intervenções do líder. Líderes de outras comunidades vizinhas e de outros grupos do próprio Cabana também se encontravam presentes. Vale sublinhar que desenvolvemos, quinzenalmente, a pedido do líder sociocomunitário um estudo sobre liderança que foi realizado durante todo o ano de 2007 e trouxe contribuições ímpares para este estudo. Destacamos entre elas o fato de o ethos estar associado ao locutor/líder, enquanto fonte da enunciação; é o exterior que o caracteriza, ele sempre se remete à realidade de si mesmo enquanto sujeito e líder da comunidade que representa. Durante a interlocução seus pares atribuem ao Senhor Vicente, locutor/líder, inscrito no mundo e na realidade do Cabana, traços extra discursivos que são realidades intradiscursivas, uma vez que associadas a um modo de dizer, a um estilo, a uma escolha de palavras. São extradiscursivos, porque intervêm em sua elaboração dados exteriores como o tom de voz, a mímica, o modo de se vestir, a forma de se

expor oralmente, ou o estilo, a modalidade discursiva e a ideologia do discurso proferido.

Porém, nem sempre o ethos visado é o ethos produzido, pois teoricamente, na interlocução, pode ocorrer de o locutor/líder revelar a imagem de pessoa séria, pensando estar discursando com profundidade, mas o que consegue, às vezes, é uma fala enfadonha e irresponsável que passa uma imagem pouco simpática. Outras vezes, um locutor desejando ser simpático e descontraído, pode passar uma imagem de demagogo e pouco responsável. Não é o que acontece nas seqüências discursivas analisadas a seguir, pois o Senhor Vicente transpira confiança, credibilidade, simpatia, seriedade e responsabilidade, ou seja, ele fascina com seu ethos e com sua linguagem. Então, não se trata de um ethos no sentido tradicional, mas sim de um contemporâneo, aquele que resgata valores morais e éticos e posições filosóficas, sempre a interferir em sua linguagem durante o processo de interlocução. É um ethos como noção sócio-histórico-discursiva, imagem exterior à palavra, construída dada uma situação de comunicação.

Assim, o ethos está associado a uma cena enunciativa – reunião da associação - na qual o alocutário e o locutor/líder estão inscritos em um quadro comunicacional interativo, em uma instituição discursiva (aqui, a comunidade do Cabana e a Associação de Moradores da qual o líder é presidente), em que existem configurações culturais, papéis a serem desempenhados, lugares e momentos legítimos que servem de suporte material e de modo de circulação dos enunciados. Os excertos, a seguir, ilustram as afirmativas anteriores, além de deixarem claro alguns outros sujeitos, outras vozes - polifonia - no discurso do líder.

Você posta diante de uma Comunidade, do Cabana por exemplo; onde eu vivi toda minha vida; você representa ali gratuitamente um povo, uma gente que confia em você e de repente você quer chegar..., por exemplo: eu quero falar com a Çãozinha (Profª da PUC Minas), quando eu venho falar com a Çãozinha **eu não venho Vicente; eu venho “carregado” de um compromisso popular, de um povo que ta atrás de mim**, então, eu tenho que ser ouvido porque eu to falando/to reportando a linguagem de um povo. Uma linguagem sincera que não é a minha linguagem, é a linguagem de uma Comunidade; **eu não “eu”, eu não falo por mim**; porque nem preciso falar..., por mim eu não falaria, eu não preciso falar – eu estou falando, muitas vezes a necessidade que eu estou falando/reportando, nem é minha necessidade pessoal; é necessidade da minha geração, da minha tenda, do meu povo, de quem está do meu lado; do coletivo. Não é a minha necessidade.

Para eu ser a linguagem do povo eu preciso ouvir, deixar que ele fale antes de mim - quando eu estou coordenando uma Comissão para falar com o Governo: chega lá na Comissão não é eu que falo; é o povo que fala, eu estou ali apenas para apoiar, então ele sente; se eu não for o povo não vai. Eu chego lá (falo eu no sentido nosso, líder), o povo ta falando, eu estou ali apenas olhando; é pra falar pro Governo que o que eu falei com ele era a voz daquele povo; e ele não ouviu - foi preciso que o povo fosse lá pra ele acreditar realmente na voz do povo; eu não pude ser ouvido..., ele escuta então o que ele nem precisa de ouvir, ali pode sair coisas que ele não

queira/não gostaria de ouvir. (Grifos nossos).

Nas seqüências discursivas anteriores, observamos ainda, que a ação/dizer do líder sobre seu auditório não é (apenas) de ordem languageira, mas social, pois, sua autoridade não depende da imagem de si que ele produz em seu discurso, mas de seu lugar, de seu papel social, de seu poder de palavra, do ato de agir da liderança, ou seja, seu discurso tem autoridade por ter sido legitimado pelo voto (eleição para diretoria da associação). Ele se coloca como “porta-voz autorizado”, como podemos ver no excerto em:

[...] você representa ali gratuitamente um povo, uma gente que confia em você [...], por exemplo: quando eu venho falar com a Çãozinha eu não venho Vicente; eu venho “carregado” de um compromisso popular, de um povo que ta atrás de mim [...] eu to falando, to reportando a linguagem de um povo. Uma linguagem sincera que não é a minha linguagem, é a linguagem de uma Comunidade; eu não “eu”, eu não falo por mim.

O Senhor Vicente fala do “capital simbólico” do qual ele é mandatário e procurador, ou seja, do poder de representação de seus liderados, esse capital é legitimado pelo grupo.

O líder sociocomunitário afirma, ainda, que os liderados precisam ser ouvidos, deixando claro que ele só assim conquistará credibilidade para falar em nome deles. Podemos observar isso nos seguintes enunciados: [...] *para eu ser a linguagem do povo eu preciso ouvir, deixar que ele fale antes de mim.* O dizer acontece num fazer, num processo de interação social. Nessa fala, há passagem do dizer para o fazer implica o reconhecimento do discurso em uma dupla perspectiva: interacional, porque a eficácia discursiva não pode ser compreendida fora da troca entre participantes; e institucional, pois essa troca é indissociável das posições ocupadas pelos participantes no campo, no interior do qual atuam, aqui no caso, na Associação de Moradores. Essa cenografia e ethos implicam um processo conjunto.

Desde sua emergência, a palavra do líder traz o *ethos pré-discursivo*, a imagem pré-discursiva, entendido como a marca, no enunciado, de uma imagem anterior: Senhor Vicente, de raça negra, pedreiro, pai e avô, nascido no interior de Minas Gerais, com cerca de 30 anos de experiência como líder comunitário e religioso, entra em cena apoiado numa crença da necessidade da organização comunitária para a conquista de direitos e melhores condições de vida para os moradores da comunidade do Cabana. Trata-se de discursos político e religioso inseridos no gênero coletivo/político que desenvolvem a ideologia da competência de líder que fala de seu lugar institucional.

Ao emergir, a palavra traz também, a imagem discursiva, o *ethos discursivo*, que se refere ao discurso que adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, por meio do qual ele deve abrir um caminho. O ethos do Senhor Vicente é mobilizado pelo enunciado; surgem sua posição institucional e o grau de legitimidade de seu discurso que contribuem para criar a imagem pré-discursiva. Assim, um cargo e uma assinatura seriam suficientes para evocar uma representação construída no jogo de trocas verbais nas quais intervêm a pragmática e a dimensão sociológica. Vale destacar que a dimensão social do ethos discursivo tem relação com as posições institucionais, pois o imaginário social e a autoridade contribuem para sua formação, são centrados na materialidade do discurso e permitem analisar a construção do ethos em termos de enunciação e do gênero de discurso.

A cenografia ainda, por um lado, aponta para um *ethos discursivo dito*, que é um discurso que desnuda modéstia, sinceridade, coerência, competência e senso comum; indiretamente embasado na retórica, com tom professoral de quem tem uma verdade a partilhar. Com esse discurso o líder administra a negociação da linguagem com o alocutário nas reuniões e em outras situações de comunicação, para poder situar o que pretende defender, mantendo, assim, certa hegemonia e fascinando por meio da ideologia.

Por outro lado, a cenografia acusa a presença de um *ethos discursivo – mostrado*, discurso que é validado pela receptividade e responsividade do auditório, que o líder encontra em reuniões do orçamento participativo, reuniões com outros líderes e em outras situações em que representa os moradores que lhe delegaram poder para isso.

O ethos discursivo mostrado direto faz menção às palavras empregadas pelo sujeito-líder falante, como em: [...] *se eu não for o povo não vai*. O discurso mostrado indireto, por sua vez, diz respeito àquele que fala fazendo uso de suas próprias palavras para citar outrem, ele reformula seus propósitos, como por exemplo, em: [...] *foi preciso que o povo fosse lá pra ele acreditar realmente na voz do povo*.

Os ethos são mobilizados pelos enunciados nos discursos em que o jogo entre estes aponta a presença de marcadores de sujeitos outros (polifonia) que manipulam, por assim dizer, ora o ethos individual ora o coletivo, o que fica evidenciado nos excertos a seguir.

[...] **eu acho** hoje é que **a gente conseguiu** superar todas essas barreiras, que uma **liderança** e **um líder** tem, que é a vaidade [...], que mata **a gente**; é a vaidade de não deixar espaço pra **ninguém**. **Você na qualidade de líder**, tem que dar espaço para **o outro** trabalhar, ser também líder; [...] **se você puder e quiser você pode** se curar, é fácil, é só qualquer cargo que você tem na igreja, trabalho, sociedade na associação **você tem poder para segurar**, mas também **tem pra liberar**, então **você** entende que isso é **patrimônio social**, **você consegue** usar isso muito bem **sem atralhar**

as pessoas e percebe que **as pessoas** se sentem bem, quando elas vê que esse poder ta **na mão da gente**, aí **você** consegue ter uma contribuição muito maior, quanto mais **você serve** e deixa **as pessoas** à vontade, mais **elas colaboram** com o **seu trabalho**, isso **dentro da gente** já é uma realidade.

É conversado com **cada um**, que cada um vai ter que fazer o **seu papel**, eu vou fazer o **meu papel de coordenar** e mediar todo esse trabalho, toda essa **questão entre eles, se alguém** ta tendo problema, esta avançando demais o sinal, vai ter **comigo, eu vou ter** que sentar e fazer **essa pessoa** tomar rumo, é limitar o **seu trabalho sua direção** é essa, se **me atravessar não** tem problema, **eu vou** entender, mas se tiver atravessando **o caminho do outro companheiro**, isso é comigo, eu estou ali pra mediar, porque **o lugar de líder esta solto, livre** né, esta ali porque eu estou ali, **eu não vou impedir** que **ninguém** se envolva porque **eu sou o líder maior da associação**, eu estou ali para fazer a tarefa e a distribuição dos trabalhos com dignidade, com respeito e com esse desejo de ver a **comunidade** crescer, porque **eu estou aqui, eu não estou buscando** interesse financeiro, político, eu não estou buscando nada disso não, estou aqui e **o único ego meu** aqui é de ver a comunidade crescer, mais nada, se chegar em um momento que eu posso sair é ...6 meses, 1 ano, eu posso me afastar e deixar caminhar tranquilamente, porque **eu cumpri meu papel**, isso que é o meu papel na associação e em **qualquer grupo** que eu tiver trabalho. (Grifos nossos)

Nessas seqüências discursivas há uma cena englobante, que é o discurso de liderança, discurso coletivo, e ao mesmo tempo individual, a parte e o todo, a autonomia dependente, constituindo-se numa tipologia que tanto pode ser definida como enunciativa quanto situacional, pois há uma definição da situação dos interlocutores no quadro espaço-temporal; há uma cena genérica, representada pelo discurso que ensina como exercer uma liderança democrático-participativa, um gênero. A cenografia, adaptada ao propósito do locutor/líder, começa a ser teatralizada, partindo do discurso sobre valores morais e éticos que o locutor/líder desenvolve. Portanto, trata-se de um discurso mostrado direto de quem tem o que ensinar ou partilhar, pela experiência vivenciada (pré-discurso), num tom professoral. Outros exemplos disso são as próximas cenas enunciativas.

Eu acho que essa faculdade de Liderança né, esta na tolerância de ser capaz de liderar com calma porque se **você** não consegue, normalmente **as pessoas** que tem o ato de liderança; **eles vão** na paulada né, agora **a gente tem** a obrigação de escutar e entender as pessoa, vê um pouco o ponto fraco **daquela pessoa** e respeitar aquilo ali, acho que é isso, quando a gente tolera **o outro** por medo dele num valeu né, agora se é por capacidade da gente, ai a gente virou líder, é uma coisa, o outro, eu preciso fazer desenvolver isso.

Oh gente o Vicente brilhou, como que é? A gente fala pouco, escuta mais e executa. **Para mim o líder é aquele que dá conta de multiplicar as pirâmides**, ai ninguém faz mais que eu, e naquele lugar de liderança [...] para dar continuidade, porque nós não somos o que temos. Se eu sair, for caminhar numa nova direção, eu tenho que ter a certeza que terá novas pessoas e um líder. Se eu conseguir esta num lugar de liderança com as pessoas, tentei concertar, arrumar do meu jeito, se depender de mim a luta continua né.

O bom líder é aquele bate palma quando o outro acerta, ele bate palma pros outros invés de se impor. Agora o bom líder, ele num fica quieto num canto não, ele num agüenta fica quieto, quando vê alguma coisa errada que estão pisando no calo dele, ele num aceita acaba falando, ele tolera, isso ai ele tolera, o bom líder tolera o que o outro falar. É o seguinte, o líder tem que ser humilde, ele tem que fazer os outros se elevar. (Grifos nossos)

Esses dois depoimentos anteriores ainda nos permitem inferir que o senhor Vicente mesmo “cria” um padrão/modelo para o locutor/líder, ainda que, prioritariamente, para uso nas comunicações interpessoais e comunitárias. A imagem daquele que fala necessita de qualidades interiores relacionadas com seu discurso, pois o que ele é está inscrito no que ele diz (faz quando diz). Com as habilidades descritas, um locutor/líder legitima socialmente seu “lugar” do qual pode falar e que pode lhe conferir uma autoridade exterior, advinda do poder de que foi investido por seu auditório/alocutário.

Nesses excertos, mais uma vez, manifestam-se a FD religiosa, na analogia feita com uma passagem bíblica (milagre da multiplicação dos pães e dos peixes) e a FD social, num trecho em que prega tolerância, humildade e de elevação do outro, que não neutralizam a autenticidade de sua liderança. Embora recorrentes em seu discurso, as falas, que parecem apontar para um homem pacato, calmo e paciente demais, na verdade, mostram um homem não acomodado, não assujeitado e não conformado, ou seja, ele manifesta indignação nos momentos devidos e nas situações que assim o exigem.

Essa imagem do líder deve responder às expectativas e necessidades de seu auditório - os moradores do Cabana - que vai incorporar e legitimar o lugar do locutor/líder num ethos produzido *no* e *pelo* discurso. Podemos concluir, então, definindo sinteticamente os três ethos recorrentes nas experiências discursivas do Senhor Vicente, a saber: o ethos pré-discursivo, o ethos discursivo dito e o ethos discursivo mostrado direto e indireto. Em função do exposto, apesar de detectados os três ethos assumidos no discurso do líder, muitas vezes é difícil, senão impossível, estabelecer fronteiras entre esses ethos e as interações ocorridas no processo de comunicação.

A próxima seqüência discursiva que analisaremos é um trecho do discurso de posse do líder na Associação durante o qual faz um apelo aos moradores para que participem. Propondo mecanismos para tal participação, ele reafirma seu compromisso como presidente da Associação e insiste que a participação é crucial para a sobrevivência dela. Ele profere um discurso orientado para os moradores, para sua participação e confirma a necessidade de um contrato de comunicação para que a associação tenha sucesso em suas ações. Observemos no

excerto, como o líder sociocomunitário anuncia a necessidade do estabelecimento de um contrato de comunicação que vise ao sucesso da Associação, quando profere seu discurso com tom de voz firme, pausado e sério, em cerimônia de posse realizada em maio de 2007.

Vale relatar que o evento de posse da Associação de Moradores do Cabana foi festivo e descontraído. Os grupos de dança e de teatro, trabalho realizado pelo Projeto Cabana cultural, desenvolvido com as crianças e adolescentes da comunidade, fizeram uma apresentação homenageando a nova diretoria. Em seguida, antes do discurso, o líder convidou os membros da diretoria eleita para ficarem junto dele, no palco, em frente ao auditório, apresentou cada um deles e estipulou quais seriam as suas principais atribuições durante o mandato para o qual haviam sido eleitos, reforçando que trabalhariam em equipe. Houve uma apresentação em *powerpoint* do que a Associação é hoje, como está organizada e que projetos e programas estão em desenvolvimento. Ao final das homenagens, o presidente eleito proferiu seu discurso de posse. Ele se postou de frente para a assembléia, ressaltando que todos os membros da nova diretoria, eram *de igual importância do presidente, apesar de ocuparem cargos diferentes*.

A sua participação é importante. Precisamos de você que mora na Cabana. Você que se representa através dos padres, nos pastores, nas pastorais, pensamos nas escolas, todas as pessoas que moram nesta região. A Associação tem um trabalho muito duro pela frente. E nós vamos fazer uma associação digna, honesta, justa.

Eu sou idealizador deste grupo, se briga é comigo. Eu não estou aqui como político nem financeiro. Estou aqui para cooperar. Se alguém deixa de trabalhar, eu vou procurá-lo. Mas nós precisamos do apoio, da colaboração de cada um. Se você sair vai ser muito ruim. Mas, a Associação vai parar, não. Porque ela é sabedoria do povo, sabedoria de Deus. Você vai fazer falta. Se você voltar vai ser ótimo.

Portanto, parabéns para vocês que vieram, muito obrigado. Que Deus abençoe a cada um e a suas famílias. Parabéns para a nova diretoria. Que vocês possam ter condição para poder desenvolver o trabalho que querem e que necessita esta Associação. E digo mais nós vamos procurar meios de reunir com cada pessoa da à comunidade, com a defesa social, com as secretaria vamos colocar todos para trabalhar.

Vamos nos desdobrar para que pelo menos uma vez por mês queremos encontrar com todo mundo para discutir, prestar conta, falar.

Associação pelo menos de 2 em 2 meses haverá assembléia geral. Todas das às quartas-feiras ser reunirá aqui sempre com um tema diferente. Nesta quarta-feira tem. O Dr. Fausto vai estar aqui. Qual é o tema Dr. Fausto? Os Programas Sociais que a Prefeitura desenvolve. Então você vem na quarta-feira agora às 07h00min horas.

Mais uma vez obrigado a todos vocês que vieram.

O discurso de posse proferido pelo Senhor Vicente encaixa-se no gênero epidítico³³, um discurso solene, de comemoração, embora simples, no qual elogia a, e se congratula com, a comunidade à qual não cabem decisões, especialmente aos que compareceram ao evento da posse da diretoria da Associação. A um só tempo, tem também a função essencial de revitalizar os valores da comunidade e sua temporalidade característica é o presente; talvez o da atualidade atemporal dos valores.

Esse sujeito-líder, num processo (des)contínuo de se constituir e ser constituído, vai se resvalando no seu mundo, assumindo - hora aqui, ora ali, de acordo (ou desacordo) com os entrelaçamentos sociais, ideológicos, históricos de que sofre efeitos – diferentes lugares nessa sociedade e no mundo. É desse modo, que se pode conceber esse sujeito-líder como organismo auto-eco-organizador, ou seja, com dependência externa e como auto-exo-referente, aquele que para se referir a si mesmo tem de se referir ao mundo externo, entrelaçando assim os múltiplos componentes da noção de indivíduo-sujeito relativa e complexa, porque implica autonomia e dependência a um só tempo, embora, não se reduza a isso.

Nessa linha de pensamento, o Senhor Vicente ocupa no seu discurso um lugar egocêntrico, *eu falo*. Vejamos como ele se comporta nos excertos a seguir, em que se faz presente também um sujeito clivado³⁴.

[...] eu tenho dentro da minha postura como líder; não sei..., não posso admitir que sou líder, mas pelo menos eu convivo bem com o povo; gosto de lidar com essa massa, na questão que seja independente, sem dinheiro, sem ta levando vantagem financeira com isso daí, sem interesses pessoais, nunca procurei, felizmente, lucrar nisso daí.

Eu posso até transmitir uma mentira, mas eu criar a mentira por mim, para enganar, não..., não posso; com essa postura que eu estou de pé até hoje; que falo com aquela arrogância nas reuniões; eu falo nas reuniões, infelizmente, com arrogância - sem medo de levar pau..., sem problemas, pode me malhar [...]

[...] não preciso inventar modo de falar bonito, não crio palavras novas pra falar bonito (não preciso disso daí); em algum momento até entendo o que está se falando, procuro evitar essas palavras, detesto a palavra conjuntura; o que quer dizer conjuntura?

Há outra coisa no meu caso de liderança: eu não me forço ta em grupo, eu não forço a barra – eu só fico no grupo que eu sou aceito, eu não forço a barra para ficar em grupo. A aceitação é outra questão, eu tenho que ta no grupo espontaneamente, por aceitação da máquina, do corpo do grupo – tem que me aceitar ali enquanto líder,

³³ Aquele que é dirigido a um ouvinte que é apenas espectador e não tem, portanto, incumbência alguma de decisão. Nesse gênero, a finalidade é o elogio do belo ou do vitupério do feio.

³⁴ Termo utilizado para designar a divisão entre consciência e ilusão de controle de seus dizeres e sua condição de inconsciência, em que não há controle do movimento daquilo que o constitui: a linguagem rompe nos dizeres, fazendo do não-sentido, desse furo no discurso, o lugar da possibilidade de sentido e desse ser vir a ser sujeito.

enquanto companheiro do grupo; independente de ser líder ou não.

Em síntese, no discurso do Senhor Vicente com seus parceiros líderes e com seus liderados (os moradores) fica evidente a busca pelos *ethos* de credibilidade e de liderança, processos por meio dos quais ele reafirma seu engajamento e seu comprometimento enquanto líder. Tudo isso resulta, no caso em questão, de um julgamento dos membros da comunidade sobre o que eles ouvem do e vêem no Senhor Vicente e sobre o modo como ele atende às demandas da comunidade apresentadas à Associação de Moradores. É assim que ele é julgado confiável, ou não, por seus pares.

5.3 Análise do discurso na terceira instância enunciativa: o líder e autoridades constituídas

Nesta seção, em que analisaremos seqüências discursivas sobre a interlocução do líder com autoridades constituídas (poder público), assumimos os princípios das teorias pesquisadas, agora para apontar os aspectos que objetivam a provocar ou a aumentar a adesão das pessoas às teses que se apresentam ao assentimento do auditório diante do discurso do Senhor Vicente. Seu discurso é agora analisado em outro campo discursivo³⁵, uma reunião da diretoria da Associação de Moradores do Cabana com a Secretária Adjunta de Administração Regional Oeste e sua equipe. Realizada em dois de junho de 2008, o objetivo dessa reunião era encaminhar as reivindicações da comunidade anteriormente priorizadas em assembléia com os moradores e registradas em um ofício (nº.12/08) e entregue às autoridades no final da reunião.

Ao participarmos dessa reunião como pesquisadora, identificamos a presença de dois gêneros discursivos: o deliberativo e o político.

Autoridade – Não percam tempo não, porque no ano passado já teve parecer contrário, agora vai ter de novo... e não deu em nada. (**argumentação e deliberação**).

Líder (Senhor Vicente) - Ô Denise, nós aqui vamos ficar digladiando; o que é

³⁵ Termo introduzido por Maingueneau (1983, p. 15), juntamente com universo discursivo e espaço discursivo. Essa noção – que mantém relações com a teoria dos “campos” desenvolvida pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1976) – é solidária com o princípio do primado do interdiscurso sobre o discurso.

interessante é que chegando lá na comunidade com isso tudo tecnicamente avaliado, nós estamos pedindo a abertura da Rua Pai Joaquim. (**contra-argumentação, objetividade e firmeza**)

A Secretária interrompe a fala do líder e ele retruca (com serenidade, mas firmeza).

Líder - Isso é outra coisa, na rua Pai Joaquim a obra tem que ser feita.

Autoridade (Secretária da Regional) - Então chegaram num consenso, essa comunidade é muito organizada, é isso que falei. Mas quanto a rua Pai Joaquim, em nenhuma das conversas até hoje, entrou a discussão da rua Pai Joaquim. (**discurso político, gênero epidítico**). (Grifos nossos)

Como nós a compreendemos, nesse gênero discursivo, (o político), a argumentação da autoridade não tenciona ver o interlocutor como um objeto a se manipular, mas como um alterego que se quer levar a fazer partilhar sua visão, apesar da contra-argumentação do líder. E, entretanto, não se afasta a questão do poder e da legitimidade da palavra política. Permanecem as imagens que o sujeito político constrói para parecer fidedigno, os imaginários de verdade que sustentam seus propósitos e suas estratégias discursivas de persuasão.

O (gênero) discurso deliberativo, por sua vez, se faz presente na deliberação da Secretária: *não percam tempo não, porque no ano passado já teve parecer contrário, agora vai ter de novo... e não deu em nada.*

Provocadora de debates, a deliberação da Secretária visa à tomada de decisões, pois designa o modo de estruturação de um discurso monológico que um debate coloca em cena. As diferentes escolhas ou posições que constroem esse debate são propostas feitas passo a passo, algumas vezes de forma afirmativa, outras de interrogativa para serem aceitas ou refutadas.

O interlocutor e os demais parceiros da comunidade participam efetivamente do debate com a equipe da Regional. Ao ser provocado pela deliberação-argumentação para se posicionar frente à discussão sobre a obra da rua Pai Joaquim, surge a “figura de comunicação” que designa as formas do debate em função de dois parâmetros: o grau de adesão do líder a uma posição (da Secretária) e, em que medida, supostamente, o interlocutor se envolve nesse debate. O discurso deliberativo utilizado então, visa não só a determinar o que convém fazer e o que não convém fazer, mas também orientar a decisão sobre uma operação particular situada no futuro e que interessa ao coletivo da comunidade.

Observe-se que na argumentação da autoridade e na contra argumentação do líder, não se separam a razão da vontade, nem a teoria da prática, porque argumentar para ambos implica sempre a adesão do interlocutor, seu consentimento, sua participação, sendo importante

considerar nesse processo o que é presumidamente admitido pelos ouvintes, o que constrói a relação entre locutor e alocutário, condição para a argumentação, ainda que a consideremos como fundamentada pelos objetos do acordo (fatos, verdades, presunções, valores, lugares-comuns), expressos discursivamente de modo estratégico.

A argumentação da Secretária Regional e a contra argumentação do líder levam em conta os atos ilocutários (a intenção) que encerram a ‘força’ com que os enunciados são produzidos, e de atos perlocutários que dizem respeito aos efeitos visados pelo uso da linguagem, em que se utilizam os atos argumentativos de convencer e o de persuadir. Sua argumentação é atividade que visa a intervir sobre a opinião, a atitude e, até mesmo, sobre o comportamento do líder e de seus pares. Porém, a contra argumentação dele é mais convincente, mais firme, o que pode ser comprovado pelos últimos atos de fala da Secretária que acata a ponderação dele e ainda elogia a comunidade.

Nas seqüências discursivas que se seguem, a discussão se deu em função da polêmica gerada pelas obras do Orçamento Participativo (OP), programa implantado pela Prefeitura de Belo Horizonte. Destaca-se, no trecho, o discurso proferido por um técnico da Regional, a que se denomina decisor³⁶. Esse discurso argumentativo é feito diante da proposta do Senhor Vicente e de seus pares, sobre a possibilidade de aproveitamento de “sobras” de recursos não utilizados.

Líder – [...] acho, achamos, que a sobra da obra do OP anterior, sei lá, né, podia ser utilizada nas obra da rua que precisamos [...]

Técnico da regional - [...] Essa figura de sobra, hoje em dia você fala em sobra é sinônimo de malandragem. Normalmente quando chega no final das negociações, na soma dá para encaixar alguma pequena obra. [...] Eu não estou falando que é malandragem o que os senhores sugeriram não, estou falando que eu não posso falar em sobra, porque se eu falo em sobra eu sugiro malandragem, com a verba disputada no OP, negociada em fórum próprio. Só pode ser incluída uma obra por região. [...] negociar uma continuação de uma via eu tenho a impressão de que desde que não haja confronto com outras pessoas, lá na hora se sobrar naquele dinheiro definido para aquela obra da região, nada impede, depois de votada todas as obras investir em alguma outra. [...] o que é destinado ao OP é muito pouco é simbólico, não podemos comparar a verba que vem pro PAC – Programa de Aceleração do Governo Federal - com o orçamento da prefeitura, porque é outra realidade. [...] O que acontece é que sempre que você criar uma estrutura para que venha dinheiro do governo federal, só o dinheiro da prefeitura não é suficiente, então se você cria uma estrutura para trazer dinheiro para, por exemplo, reformar a área da saúde tem que ser daqui, Poços de Caldas também tem que ter a dela, Juiz de Fora, isso começa a criar uma estrutura administrativa muito pesada, e ai não há dinheiro que sustente [...].

³⁶ Agente que não apenas elaborou um projeto no qual está inscrito o fim a atingir, mas que, além disso, tomou a decisão de se engajar na concretização dessa ação pela qual ele é responsável (CHARAUDEAU, 2006)

Sem dúvida, o discurso político, nesse excerto, constitui, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Por isso, as palavras devem ser tomadas, ao mesmo tempo, pelo que elas dizem e não dizem e não ao pé da letra, o que as faria parecerem ingênuas, mas como resultado de um artifício, de um estratagema utilizado por um locutor que nem sempre é soberano. (CHARAUDEAU, 2006). Tanto é que, na fala do técnico

[...] **essa figura de sobra, hoje em dia você fala em sobra é sinônimo de malandragem.** Normalmente quando chega ao final das negociações, na soma dá para encaixar alguma pequena obra. [...] **Eu não estou falando que é malandragem o que os senhores sugeriram não,** estou falando que eu não posso falar em sobra, porque se eu falo em sobra **eu sugiro malandragem, com a verba disputada no OP,** negociada em fórum próprio. (grifo nosso)

É preciso levar em conta o que ele diz e o que ele não diz; e o que ele não diz é que é costume as verbas serem desviadas, por intermédio do codinome sobras, ou seja, no meio político é comum quando se fala em sobra pensar em desvio de verba.

A argumentação do Senhor Vicente é carregada de honestidade e de certa ingenuidade, na crença e no desejo de que seu discurso redundará nas benfeitorias almejadas para a comunidade. Ele parece desconhecer que o reaproveitamento de “sobras” de verbas possa ser utilizado indevidamente, o que pode ser deduzido do seu discurso, durante a pesquisa e diante do ethos ético que ele vem construindo ao longo desse tempo.

Também fica evidenciada no excerto a complexidade das relações de força que se apresentam na discussão sobre o OP; nela parece ser possível tratar, simultaneamente e em interação, as questões da ação política, de sua finalidade, sua organização, das instâncias que são partes interessadas dessa ação e dos valores em nome dos quais é realizada essa ação.

Devem-se levar em conta, ainda, as relações entre linguagem (dizer é) - ação (fazer), poder e verdade, forças que emanam do discurso político do técnico da Regional. Inscrita em uma prática social, ou seja, a reunião, a palavra política, circulando no espaço público (a Regional) está associada à linguagem e à ação, mediante relações de força que os sujeitos sustentam entre si e que, simultaneamente, estabelecem o vínculo social. De qualquer modo, o dizer/ação/poder do discurso político evidencia, uma vez mais, sujeitos auto-eco-organizantes e clivados.

Ainda em relação à reunião da diretoria da Associação com autoridade da Regional, nos excertos-diálogo a seguir, detectamos duas instâncias: a política (de decisão/autoridade) que age em função do possível, e a instância cidadã (de reivindicação/líder) que age em função da realização do desejável.

Outro líder (diretor) – É porque mudaram a obra de lugar, não fizeram a que foi negociada. O que foi aprovado no fórum foi a Pai Joaquim, mas quando saiu aqui da Regional mudaram de rua colocaram rua Alquimim, um pacote de obras que tinha sido reprovado lá no Fórum, eles fizeram a troca (**causalidade**), foi aí que eu gritei (**efeito**), tira uma obra aprovada pra outra porque o dinheiro era pouco...não interessa se o dinheiro é pouco ou muito, tinha ser feita a obra aprovada. Então ficou de voltar atrás e fazer o que o dinheiro desse.

Líder - (confirmando a fala do seu companheiro) - essa obra realmente não foi feita.

(**legitimação do discurso, e ação**). Agora o que nós queremos (**desejo**) é que continue a obra desde onde interrompeu o projeto, tem que continuar até a rua Epaminondas Otoni. Essa reivindicação ta contemplada aqui na carta que nós trouxemos pra vocês, discutida e assinada por todos os membros da Associação (**argumentação**).

Autoridade - Isso é importante, porque quando não fica bem explicado (**causa**), a comunidade espera uma coisa e a Prefeitura realiza outra (**efeito**). E um problema é que quem fazia o projeto não era quem tinha feito a vistoria, por isso é complicado, estou pedindo agora, para ficar tudo bem claro, bem amarrado. Agora é mobilizar a comunidade no dia (reunião do OP) para tirar os delegados pra defender essa reivindicação (**argumentação**).

Líder - É claro, você tem razão, por isso estamos conversando e trouxemos por escrito (**legitimação do discurso e da ação por via da escrita**), agora tem um trechinho que nós também tamos indicando que vai da Avenida Amazonas até rua Independência, nós queremos entrar com ele aqui, tem uma desapropriação.

O líder é interrompido pela Autoridade, “mas aí é outra demanda, é na Pai Joaquim também?”

Líder - Não.

São também reforçadas nessas seqüências discursivas duas categorias imbricadas na ação política, discurso e ação, ambas percebidas no diálogo: a instância política (autoritária), que eleita assume a realização da ação política e a instância cidadã (não-autoritária) que está na origem da escolha dos representantes do poder. As duas instâncias se encontram em uma situação inusitada e conflitante, na medida em que a ação política, apesar de autoritária, chega ao poder pelas mãos da instância cidadã (não-autoritária), e esta, por sua vez, desconhece as regras do funcionamento daquela ação política, ignorando suas condições de realização. Parece uma ação conflituosa, mas não é; é autonomia dependente.

As categorias linguagem, ação e poder apontam para o uso dos atos de convencer e persuadir, o primeiro pelo técnico e o segundo pelo Senhor Vicente. O poder público “escorrega” tentando ser politicamente correto em seu discurso, mas ao mesmo tempo colocando limitações, para o alcance desses objetivos. Isso é feito por meio do gênero deliberativo do discurso, como observamos na fala do técnico.

Líder – [...] a gente não queria (**desejo**) colocar nenhum obstáculo para impedir a aprovação, tá? [...] E a gente não queria colocar nenhum obstáculo para impedir dessa obra passar no OP. Olha aqui Tomás (Técnico da regional) nesse relatório que trouxemos aqui, colocamos a dificuldade de circulação na Cabana (**causalidade e intencionalidade**). Olha, no OP passado, por exemplo, nós apresentamos duas reivindicações, nós colocamos a dificuldade de circulação do Cabana, a gente sempre foi visto... porquê quem chega no Cabana depois das 11h sabe o que é o Cabana. Olha a aprovação aí do OP passado e não foi realizado.

Autoridade - Uai vamos tentar, mas vai sabendo que o OP não dá abertura para isso; é uma e única demanda por bairro e vila, mas coloca aí, o máximo que pode acontecer é não ser atendida.

Líder - Essa é outra história; se a gente for entrar em detalhe aqui, a gente vai longe... é outra história.

O Senhor Vicente durante toda a discussão argumenta com base em seu desejo (intencionalidade: direção de ajustamento mente-mundo) de conquistar as benfeitorias para o bem comum e não o de dificultar o trabalho da Regional. A negociação é feita ponto por ponto, buscando sempre atingir aos objetivos da Associação.

Ele usa o ato de convencer ao se dirigir à razão dos presentes, por meio de raciocínio lógico e através de uma prova objetiva (*coloca aí* = escreve), de modo demonstrativo e temporal. Sua argumentação é irônica ([...] *o máximo que pode acontecer é não ser atendida*). Diante da ironia do técnico o Senhor Vicente retruca: [...] *essa é outra história; se a gente for entrar em detalhe aqui, a gente vai longe... é outra história*, demonstrando certo conhecimento de causa nas questões políticas.

Com seu ethos político e ideológico, o líder tenta persuadir o interlocutor, dirigindo-se ao auditório particular, o técnico. Lembramos que o ato de convencer leva à certeza e o de persuadir à adesão (linguagem, poder e ação). Usando a racionalidade e sua firme vontade, o líder objetiva o convencimento e a persuasão, constantemente avaliados, julgados, criticados, por serem juízo de valores.

Por outro lado, a intencionalidade (desejo e crença) do Senhor Vicente tenta influir sobre o comportamento do outro, ou fazer com que ele acate e adira suas opiniões. Por isso, é que se diz que o ato de argumentar - orientar o discurso para certas conclusões - torna-se ato lingüístico fundamental. Afinal, todo discurso é ideológico, na acepção mais ampla do termo, pois, neutralidade é mito, já que o discurso que se pretende *neutro* e ingênuo, sempre contém uma ideologia, a de sua própria objetividade. (KOCH, 2002).

Corroborando Charaudeau (2006), e a partir da discussão entre a Regional e a Associação de Moradores, percebemos a existência de diferentes espaços, lugares de construção dos valores.

Autoridade - Por que vocês não entram na Secretaria de Estado da Educação, através da associação, com a sugestão da obra da Escola, que aí vocês ganham a liminar e a gente com esse aval pode entrar com uma obra da PBH (**argumentação e causalidade/intencionalidade**).

Líder – ótimo, queremos orientação de vocês para isso (**ethos político; modalização assentimento**).

Outro líder - Quando o estado construiu a escola fez um muro e sobrou um pedaço de terra para lá e essa sobra do muro tá lá. Aí se tornou até um local perigoso para comunidade.

Autoridade - Vocês entrando na Secretaria de Estado fala que é uma solicitação da comunidade é por que essa diretora ela não é soberana a uma política do Estado e do município não, ela não pode ser soberana a isso não.

Líder - Queremos orientação de como fazer isso (**modalização desejo**).

Outro líder - Eu falei com as meninas aqui da Secretaria da Educação da regional, que queria construir uma escola aqui, eu falei, pois, o terreno tá lá.

Autoridade - Aí vocês fazem essa solicitação e depois que tiver feito aí comunica para gente, não podemos misturar essa discussão aqui não, se não pode prejudicar a comunidade. Eu preciso liberar aquilo que for prioridade para vocês e que nós negociarmos aqui

Como o governo da palavra não é tudo em política, e esta por seu lado, não pode agir sem a palavra, apontamos no excerto as categorias linguagem, ação e poder, em que a palavra atua interferindo em três espaços, a saber: a) de discussão, objetivando definir o ideal dos fins e os meios da ação política; b) no espaço de ação, visando à organização e coordenação da distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; c) no espaço de persuasão, para que a instância política possa convencer a cidadã dos fundamentos de seu projeto e das decisões que ela precisa tomar ao dirigir os conflitos de opinião em seu proveito.

Lê-se nos excertos a intencionalidade amparada pela causalidade na força argumentativa da autoridade do poder público. O líder/Senhor Vicente, por sua vez, deixa transparecer seu ethos político ao entrar no jogo político das palavras e ao responder consentindo. Em outra assertiva, o líder expressa seu desejo e por isso o estado de coisas aponta para a direção de ajustamento mundo-mente (*Queremos orientação de como fazer isso*), no dizer de Mendes (1998, p. 277) mundo-a-palavra e que “avultam como condição de possibilidade” para a constituição do discurso.

Ainda, durante a reunião com a Regional, analisamos excertos nos quais se discute sobre o cumprimento de promessas e, por isso, são utilizados atos locutários comissivos.

Secretária da Regional - Agora paralelo a isso Tomás (técnico) nós fizemos um levantamento daquelas demandas reprimidas, logo que eu assumi e tivemos algumas intervenções, a gente só precisa é da liberação de recursos e assim que a gente tiver a gente chama a associação de novo e fala quais poderemos atender, uma delas é na rua Independência que eu liberei. **Eu não vou ainda anunciar não primeiro nós vamos fazer (ato comissivo, modalização promessa) uma coisa boa lá...**

Líder - Amém.

Autoridade - Amém mesmo.

Líder - Nós gostaríamos que fosse feito vistoria técnica, olhando ponto por ponto, é ir lá e ver que tem lugares que precisa e que não pode ser ocupado novamente (**desejo**), o morador não pode ocupar. Tem que ser feito algo, mandar alguém olhar, ver o quê que tem que ficar para comunidade, são áreas que vão ser importantes para rua, pro morador se juntar [...] Se nós abrimos a rua e o morador começar a ocupar todo o espaço que nós temos livre, criamos uma outra favela em beira da rua, [...] **ali, nós seguramos na marra, lá e continuamos a rua (promessa).**

Autoridade - Então vamos combinar uma coisa? Eu vou ligar para alguém da Urbél vou pedir para ela me dar o andamento, vou deixar uma lista aqui, vou perguntar item por item dessa lista, isso vai ser antes do dia 10/07/08, por causa da reunião, mas depois do dia 04/08, dia da entrega do formulário, nem que eu tenha que marcar com ela eu vou lá na URBEL (**Ato locutário comissivo, modalização promessa**), a gente baixa ponto a ponto, vamos ver quem é o engenheiro que ta fazendo lá. **Eu vim para mudar.**

Os atos de fala dessas seqüências discursivas transitam entre o assertivo – estado de coisas existentes - e o comissivo - realização de ações a serem desencadeadas no futuro (promessa). O ato perlocucional veicula o efeito que se deseja causar (Amém=Assim Seja) e tem direção de ajustamento mundo-mente.

Por meio de atos de fala assertivos, o líder revela seu ethos político, argumentando e contra-argumentando para manter sua credibilidade, argumentos a que se contrapõe a autoridade pública.

As condições preparatórias, que se referem à natureza das convenções pressupostas que orquestram uma interação entre falante e ouvinte, em termos de compromissos a serem assumidos e de papéis a serem desempenhados, são expressas pelo ato de fala comissivo, pronunciado por quem de direito, o falante com força hierárquica sobre o ouvinte (linguagem, ação e poder).

A força de persuasão, ou o conjunto dos recursos verbais destinados a obter ou reforçar a adesão do auditório às teses submetidas ao seu assentimento, do discurso político da Secretária da Regional se faz exercer a contento, mas o líder retruca, aproveitando a oportunidade para exigir o cumprimento de promessas feitas (ato comissivo) e fazer outras reivindicações. Ele demonstra, por um lado, ter um controle político administrativo dos projetos do Cabana, e por outro, sua insatisfação pelo não cumprimento das promessas feitas.

Ressaltamos no excerto a seguir, a linguagem informal/coloquial do Senhor Vicente (*Ô secretária*) ao se dirigir à autoridade, mas nem por isso menos precisa. Os três últimos atos de fala

evidenciam o contrato de comunicação estabelecido entre a Administração Regional e a Associação num jogo de poder asseverado pela linguagem e ação, em que a secretária usa atos comissivos de linguagem fazendo um compromisso/promessa com a comunidade.

A fala da Autoridade revela, ainda, sua adesão ao esquema argumentativo do discurso do líder.

Líder - Ô secretária ta combinado que tudo nosso, então, vai entrar pela regional, **estamos então cobrando de vocês o pró-sanear que tá incompleto, o projeto conviver que também ta parado, projeto que combate a discriminação e fico esperando o parque lá do Cabana.** Então tudo nosso é por aqui, **porque com o governo nós estamos por aqui (gesto da mão cortando o pescoço- observação da pesquisadora)...risos de ironia...**

Autoridade - A regional é a principal parceira da Associação, podem contar conosco.

Podemos concluir que o poder político resulta dialeticamente de dois componentes da atividade humana: o debate de idéias (campo do espaço público, onde se trocam opiniões) e o do fazer político (onde se tomam decisões e se instituem atos). Conforme Habermas e Arendt, citados por Charaudeau (2006), esses dois campos legitimam-se reciprocamente, segundo relações de força e exigem processos de regulação, jogos de dominação e, cada um deles se faz por meio da interação entre linguagem e ação. O primeiro - debate de idéias - é o lugar de uma luta discursiva, estando em jogo a conquista de uma legitimidade por meio da construção de opiniões. O segundo - fazer político - é o lugar onde se exerce o poder de agir entre uma instância política (que se diz soberana) e uma instância cidadã (que se diz súdita), sendo o desafio o exercício de uma autoridade (dominação feita de regulamentação e de sanções).

Percebemos claramente, nas questões tratadas nesta subseção, que a linguagem e a ação se fundem inexoravelmente. A ação pelo discurso é permeada por uma ética da responsabilidade, a palavra política se debate entre uma verdade do dizer e uma verdade do fazer. A primeira diz respeito à verdade da ação manifestada por meio de uma palavra de decisão e a segunda diz respeito à verdade da discussão manifestada por meio da persuasão, ordem da razão ou ordem da paixão. Assim se constrói o ethos do líder-sociocomunitário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não largo essa bandeira da fidelidade, da verdade, da honestidade, nem que me matem! Não largo, é da prática, é da vivência; não só do discurso. No fazer mesmo, qualquer passo que der tem que ser firme **tem** que ver com os companheiros dali; e esse companheiro pra mim é companheiro, eu to firme com ele – só assim se ganha credibilidade da população. Aonde você estiver, querendo ou não, é respeitado, abriu a boca você faz te ouvir; o líder tem que fazer ser ouvido na Comunidade: seja na Igreja, lá no grupo político, diante do governo também; você tem que se fazer ouvir. Não pode ir lá diante do governo e voltar de cabeça baixa, massacrado por ele.

Pistas para se analisarem discursos sempre trazem consigo um caráter de precariedade já que, via de regra, não são elementos transparentes e seguros para se tirar uma conclusão definitiva. Porém, a análise que apresentamos nesta tese corrobora nossa hipótese de que a construção do ethos é orientada pela associação íntima entre linguagem, ação e poder e que se baseia na imagem e nas idéias que o locutor faz de si mesmo e o modo como seus alocutários o percebem, ou seja, a imagem que ele constrói através de seu discurso/enunciação. A análise confirmou, ainda, que a argumentação é uma atitude verbal e social interveniente na opinião e no comportamento dos indivíduos e que isso ocorre por via de processamentos discursivos que implicam um modelo de organização dialógica.

Como não existe argumentação fora da relação interpessoal, o modo de dizer do líder integra a dinâmica discursiva, na medida em que se inclui especificamente o estatuto institucional dos interlocutores, as suas imagens públicas, e remete ao seu modo de agir, de ser e de ver o interlocutor. Assim, a imagem do Senhor Vicente emerge da sua dinâmica argumentativa e a fortalece.

Como os debates argumentativos são lugares em que cada participante procura convencer, tornando-se uma pessoa crível, mas desacreditando o adversário, a argumentação do Senhor Vicente é repleta de contrastes, com polarização da relação interpessoal e, conseqüentemente, das imagens dos interlocutores. Entre a civilidade da relação pessoal e a agressividade política, entre salvar a face e atacar o adversário – estratégias contraditórias que se equilibram -, o locutor-líder baliza a relação que constrói com os outros interlocutores, na medida em que o que está em cena é exigir o cumprimento de projetos acordados. A política é feita por seres humanos. Daí, a indistinção da fronteira entre o público e o privado: - quem é quem - uma dimensão fundamental da ação política.

A complexidade da construção do ethos de um líder sociocomunitário requereu, como a construção de quaisquer outros textos, que não se reduzisse a interpretação dos enunciados a uma simples decodificação; alguma coisa da ordem da experiência sensível que se põe na

comunicação verbal. Seus discursos suscitam a adesão por meio de uma *maneira de dizer* que é também uma *maneira de ser*. Presos num ethos envolvente, fascinante e invisível, os alocutários do líder fazem mais que decifrar conteúdos: eles compartilham do mundo configurado pela enunciação, eles aquiescem a uma identidade de alguma maneira encarnada, permitindo eles próprios que um fiador encarne. O poder de persuasão do discurso do líder deve-se, parcialmente, ao fato de ele persuadir, no sentido perelmaniano do termo, o destinatário a se identificar com o movimento de uma materialidade, seja ela esquemática ou investida de valores sócio-historicamente especificados.

Com isso, distanciamos-nos de uma concepção de discurso que se concebe em noções como “procedimento” ou “estratégia”, para a qual os conteúdos seriam independentes da cena de enunciação que deles se encarregam. Afinal, cremos que a adesão do alocutário ocorre por um escoramento recíproco entre a cena de enunciação da qual o ethos participa e o conteúdo nela desdobrado. O discurso é objeto empírico.

Confirmamos, neste estudo, a presença decisiva do aspecto social na linguagem, por meio de três níveis de determinação históricos: o mais geral representado pela formação social (FS), (caracterizada pelo modo de produção que a domina e pela relação entre as classes que a compõem); um nível intermediário, representado pelas formações ideológicas (FI), uma força que se confronta com outras forças, na conjuntura ideológica característica de uma formação social, num dado momento, e as formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma dada posição numa dada conjuntura.

Nessa conjuntura, o sentido concebido apresenta-se como resultado de configurações atreladas a uma formação ideológica específica que está submetida a uma formação social de teor mais amplo. Então, pode-se perceber um desenho mais preciso daquilo que representa o sentido, enquanto um produto daquelas três determinações. Pudemos constatar que a legitimidade do discurso do sujeito-líder adquire sentido, a partir de outros discursos que circulam em sociedade e com os quais estabelece alianças, como algumas que se assentam sobre bases familiares (morais), religiosas (força divina, imagem de um Deus ativo, engajado e onipresente), discursos que instauram alguns lugares sociais que o líder sociocomunitário ocupa para que, assim, possa ser legitimado e respeitado (força de liderança).

A análise das seqüências discursivas com base nas categorias metadiscurso, discurso-ação (intencionalidade – sentido, crença, desejo, racionalização e causalidade), discurso-argumentação, discurso-ideologia e discurso-ethos revelou a dimensão inevitavelmente dialógica e heterogênea do discurso que abre seus caminhos e negocia em um espaço saturado

pelas palavras e pelos enunciados dos outros. A escolha por essas categorias serviu para apresentarmos, não só a dimensão textual, mas também, e, especialmente, as dimensões interpessoal, interdiscursiva, intradiscursiva que se ajustam aos objetivos desta tese. Apesar de sua importância como marca da heterogeneidade, não demos à polifonia grande destaque, dada à obviedade de sua presença nas várias categorias selecionadas e detectada na maioria dos excertos analisados.

Sempre partindo do princípio de que nada se esgota em si mesmo, assumimos como verdades os postulados discutidos no quadro teórico deste trabalho. Reafirmamos que o que apontamos são meramente caminhos para melhor conhecer um líder sociocomunitário, sua filosofia, sua ideologia e apontar a construção do seu ethos. Tomando o desenvolvimento do conceito de ethos tradicional e contemporâneo, buscamos observar os aspectos e condições de produção que contribuiriam para a construção do ethos do líder em estudo.

A categoria ethos-discursivo mereceu destaque especial, porque foi através dela que o Senhor Vicente se deixou revelar um homem criterioso, modesto, simples (sem ser simplório), sábio, de bom senso, honesto e justo, adjetivos portadores de um pré-construído.

As características da construção do ethos do líder em pauta têm como base relações familiares enraizadas e uma formação religiosa e moral firmes. Assim, a formação religiosa, ética, moral e familiar são pontos de partida para a construção do ethos do Sr. Vicente. Esses éthé individuais vão dar origem ao ethos de liderança, ou ethos coletivo, fundados num ethos de credibilidade e de identificação; o primeiro conquistado pelo discurso da razão e o segundo explicado em uma maneira de sentir (afeto) que o líder deixa transparecer em sua missão de servir. Assim, é aceito e respeitado pela comunidade.

O ethos de liderança, assim como o ethos individual, estão sempre associados ao ethos religioso e também à sua missão, a pró-atitude, sua pronta disponibilidade para servir a comunidade, missão que revela a intencionalidade e o sentido de seus discursos prontificados por suas ações. Associado a todos esses éthé encontra-se o ethos político do qual surge a figura de comunicação, designação das formas de debates e, nesses debates, o líder utiliza sua capacidade argumentativa de convencer e persuadir, ao mesmo tempo envolvendo o interlocutor no debate e requerendo sua adesão. Seu poder de argumentação e de contra-argumentação nos embates políticos contribui para assegurar credibilidade e garantir ações conseqüentes.

Interessante é notar que a linguagem do Senhor Vicente é sempre a mesma, não levando em conta nem o status nem a hierarquia de seus interlocutores e muito menos o *locus*

em que ocorrem os debates. É sempre uma linguagem informal, coloquial, mas nem por isso menos precisa ou incorreta. Ele não se preocupa em fazer *code-switch*³⁷, além de ser um ouvinte atento, que sabe aguardar o momento de se pronunciar.

Constatamos, durante as três instâncias enunciativas do discurso do líder, isto é, entrevista com a pesquisadora, conversação com os pares e diálogo em negociação com autoridade do poder público, que o poder de fascínio de seu discurso é tão abrangente que ele é consultado por autoridades e doutores da área acadêmica e política a respeito dos temas liderança e trabalho comunitário, e é convidado por lideranças comunitárias estrangeiras (Alemanha) para proferir palestras em suas comunidades. E, nem por isso, Senhor Vicente se despe de sua simplicidade, não demonstra vaidade e, em hipótese alguma se amolda nem às demandas do poder público, nem às religiosas ou do que e de quem quer que seja. Ele não se afasta de suas posições religiosas, morais, ideológicas e políticas. Assim se concretiza a construção de seu ethos.

O fragmento que abre estas Considerações Finais sustenta o modo pelo qual o discurso do líder resolve as tensões sobre credibilidade, firmeza de caráter, respeito e altivez, construindo, habilmente, o ethos do locutor e levando o leitor a instaurar a reflexão sobre o modo como opera essa construção.

Porque estivemos discutindo uma relação sempre presente na rede social, ou seja, aquela que se dá entre linguagem, ação e poder, podemos afirmar que não há argumentos exaustivos e nem conclusões de caráter definitivo ao final da análise do discurso do Senhor Vicente. Admitimos, por isso, que essa análise encerra em si mesma uma minúscula partícula de conhecimento no vastíssimo universo que a AD dos líderes descortina e desafia. Porém, se as análises e as reflexões teóricas aqui feitas vierem pelo menos a instigar um ponto de partida sobre a formação de lideranças, principalmente no sentido de auxiliar os docentes dos cursos de Serviço Social e as pessoas que trabalham com lideranças em geral, já terá cumprido honestamente seu papel.

³⁷ Grosso modo, mudança de código diante de determinados locutores.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; MARCUSE, Herbert; HORKHEIMER, Max. **Cultura e sociedade**. Lisboa: Presença, 1970.

AGOSTINI, Nilo. **Teologia moral: o que você precisa viver e saber**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ALTHUSSER, L. P. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução. J. J. Moura Ramos. Lisboa: Presença, Martins Fontes, 1974 (título original: *Idéologie et appareils idéologiques d'État*, 1970).

AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

APEL, Karl Otto. **Transformação da filosofia: filosofia analítica, semiótica e hermenêutica**. São Paulo: Loyola, 2000.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos**. Tradução Mário Gama Kury. 4.ed. Brasília: UNB, 2001.

AUGUSTINI, Nilo. **Teologia moral: o que você precisa viver e saber**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. Oxford, England: Ed. J. O. Urmson. Clarendon, 1962.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogenéité montrée et hétérogénéité constitutive; éléments pour une approche de l'autre dans le discours. **DRLAV. Revue de Linguistique**, Paris, v.8, n. 26, maio, 1982.

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.

BAKHTIN, M. “Autor e herói” e “Observações sobre a epistemologia das ciências humanas”. In: BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BANGE, Pierre. **Analyses conversationnelle et théorie de l’action**. Paris : Didier, 1992.

BARAGLIA, Mariano. **Poder na igreja e as comunidades eclesiais de base**. 1991. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo.

BARONAS, Roberto Leiser. **Efeito de sentido de pertencimento à análise de discurso**. Disponível em <www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/sentido/Roberto.pdf> Acesso em: 14 ago. 2008.

BARTHES, Roland. A retórica antiga. In: COHEN et al. (Org.). **Pesquisas de retórica**. Tradução Leda Pinto Mafra Iruzun. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

BENNIS, Warren. **A formação do líder**. São Paulo: Atlas, 1996.

BENVENISTE, Émile **Da subjetividade na linguagem**: problemas de Lingüística Geral I. 3. ed. São Paulo: Ponte, 1991.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Liderança**: administração do sentido. São Paulo: Atlas, 1994.

BOFF, L. **A águia e a galinha**: uma metáfora da condição humana. 41. ed. Petrópolis, Vozes, 2004. 206 p.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean. **La reproduction**. Paris: Minuit, 1970.

BRANDÃO, M.H.H.N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1991.

BRANDÃO, Helena H. N. Discurso e Polêmica num Debate Político. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, ano. 37, 1994.

BRANDÃO, M.H.H.N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2.ed., 2004.

CARDOSO, S.H.B. **Discurso e ensino**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CASTRO, Maria da Consolação Gomes. **Semente nova escondida**: reflexões sobre a experiência do movimento de moradores da Cabana do Pai Tomas. Dissertação de Mestrado. FAE/UFMG, Belo Horizonte, 1993.

CASTRO, Maria da Consolação Gomes; MAGALHÃES, Helena Maria Gramiscelli. **O estatuto do sujeito no discurso humorístico**. Trabalho apresentado no Curso de Doutorado, disciplina Espaços Mentais. PUC Minas, BH, 2006.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. O legado de Oracy Nogueira ao estudo da s relações raciais. **Tempo Soc**, São Paulo, v. 19, n. 1, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Language et discours**. Paris: Hachette, 1996.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução, Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAURAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAURAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAU, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos: fundamentos básicos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

COURA-SOBRINHO, Jerônimo. Discurso, sujeitos da linguagem, e contrato de comunicação. In: MARI, Hugo, MACHADO, Ida Lúcia, MELLO, Renato de (Org.). **Análise do discurso em perspectiva**. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2003.

COURTINE, J. J. **Analyse du discours politique**. Langages, n. 62, 1981.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean Marie. Quel objet pour l'analyse de discours? In: **Matérialités discursives**: Actes du Colloque, avril, 1980, Paris X. Nanterre Lille: Presses universitaires de Lille, 1981.

COURTINE, Jean-Jacques. **Corps et discours** : éléments d'histoire des pratiques langagieres et expressives. Thèse d'État, Paris, Université de Paris X-Nanterre, 1989.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DAVIDSON, Herbert Donald. **Actions et événements**. Traduit de L'Américain par PASCAL, Engel. Press Universitaires de France, 1993.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, um parcours philosophique**: au-delà de l'objectivité et de la subjectivité. Paris: Gallimard, 1984.

DRUCKER, P. Prefácio. In: HESSELBEIN, F.; GOLDSMITH, M.; BECKHARD, P. **O líder do futuro**. São Paulo: Editora Futura, 2001, p. 11-14.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução, Eduardo Guimarães. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coordenadora da tradução, Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001

FIEDLER, F. **Theory of leadership effectiveness**. New york: MacGraw-Hill, 1967.

FONSECA, Ana Maria Medeiros da. **Família e política de renda mínima**. São Paulo. Cortez, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1970.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Tradução. L. F. Baeta Neves, Petrópolis: Vozes, 1971.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FUCHS, C & PÊCHEUX, M. A Propósito da Análise do Discurso: Atualizações e Perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1975.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GENETTE, Gerard. **Figures III**. Paris: Éditions du Seuil, 1972.

GERALDI, J. W. **Portos de passagens**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GOMES, Wanda Lúcia. **CEBs, a coragem de sonhar**. Belo Horizonte: UFMG, 1989. Tese (Doutorado).

GREGOLIN, M. R. V. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: GREGOLIN; BARONAS, R. (Org.). **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos: Clara Luz, 2003.

GRICE, H. Paul. Lógica e Conversação. In: DASCAL, Marcelo (Org). **Pragmática: problemas, críticas, perspectivas da lingüística - bibliografia**. Campinas: Edição do autor, 1982.

GRUM, Anselm Grum. **Sabedoria dos monges na arte de liderar pessoas**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GUTTING, G. **Michel Foucault's archeology of scientific reason**. USA: Cambridge University Press, 1993.

HABERMAS, J. **La lógica de las Ciencias Sociales**. Madrid: Tecnos, 1988.

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1990a.

HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990b.

HABERMAS, J. **Toria de la accion comunicativa (I e II)**. Buenos Aires: Taurus, 1999.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.

HEGEL Friedrich. **Ética e moral**. Disponível em:
<<http://circulocubico.wordpress.com/2008/04/04/tica-e-moral>>. Acesso em: 30 Jun.2008.

HENRY, P. Os Fundamentos Teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET F.; HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997, p 13-38.

HERSEY, Paul; BLANCHARD, Kenneth H. **Psicologia para administradores: a teoria e as técnicas da liderança situacional**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

HOLLANDER, E. P. **Leadership dynamics: a practical guide to effective relationships**. New York: The Free Press, 1978.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HYLAND, K. **Disciplinary discourses: social interactions in academia writing**. Harlow, UK: Pearson Educaton, 2000.

INGRAM, D. **Habermas e a dialética da razão**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

LEECH, Geoffrey. **Principles of pragmatics**. London: Longman, 1983.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos: texto integral**. São Paulo: Martin Claret, 2003. 141p.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 1999.

KRAMER, S. A formação do professor como leitor e construtor do saber. In: MOREIRA, Antonio Flávio. **Conhecimento educacional e formação do professor**. Campinas: Papirus, 1994.

LÉVINAS, Emmanuel. **Ética e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1982.

LIBERATO, Rita de Cássia. **Segregação espacial de atividade marginal: a localização da zona boêmia Belo-Horizontina em 1940/50**. 2000. 165f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial

LIVET, Pierre. **De la perception à l'a action: contenus perceptifs et perception de l'action**. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin e, Place de la Sorbonne, Vê.; 2000.

LUKÁCS, Georg. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. **Temas de Ciências Humanas** n. 4. Tr. C.N. Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MACHADO, Ida Lúcia et al. **Teorias e práticas discursivas: e estudos em análise do discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges, 1998.

MACHADO, I. L., Uma teoria de análise do discurso: a semiolinguística. In: MARI, H. (Org.) **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução Freda Indursky. 3.ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MAINGUENEAU, D. **Elementos de lingüística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel, SALGADO, Luciana (Org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAINGUENEAU, D. L'analyse du discours et ses frontières. In: **Revista Eletrônica Margens Linguísticas**, n. 9, maio de 2005. Disponível em: <[http:// www.marges – linguisticas.com.](http://www.marges-linguisticas.com)> Acesso em: 8 ago. 2008.

MALDIDIER, Denise. **L' inquiétude du discours** : textes de Michel Pêcheux. Paris : Editions des Cendres, 1990.

MARI, Hugo; MACHADO, Ida; MELLO, Renato (Org.), **Análise do discurso em perspectivas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso da FALE/UFMG, 2003.

MARI, H.; MENDES, P. H. A. Discurso como condição de racionalidade para ações. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005. Disponível em <<http://www.ich.pucminas.br/posletras/AD%20historia,linguageme%20acao.pdf>> Acesso em: 17 set. 2008.

MARI, Hugo. **Os lugares do sentido**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2008.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis. Vozes, 2002.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 2002.

MAXIMILIANO, A. **Introdução à administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MAXIMIANO, Antonio Cesar. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Atlas, 2002.

MENDES, Paulo H. A. Análise comparativa dos discursos de final de ano de governo proferidos por Fernando Henrique Cardoso em rádio e televisão. In: MACHADO, Ida Lúcia. **Teorias e práticas discursivas**: estudos em análise do discurso. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG: Carol Borges, 1998.

MIOTELLO, Valdemir. **A construção turbulenta das hegemonias discursivas**: o discurso neoliberal e seus confrontos. 2001. Tese (Doutorado)- Universidade de Caqmpinas - UNICAMP.

MONDIN, Battista. **Curso de filosofia: os filósofos do ocidente**. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1981.

MORIN, E. A noção de sujeito. In: SCHNITMAN, Dora F. (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000b.

MORIN, Edgar. Complexidade e ética da solidariedade. In: CASTRO, Gustavo de. **Ensaaios de complexidade**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002b.

MORIN, Edgar. **Meus Demônios**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

MUELLER, A.; MAYER, L. Liderança: novos conceitos diante de uma nova realidade. In: SEMINÁRIOS DE ESTUDOS EM ADMINISTRAÇÃO, **Anais...**, São Paulo, USP, 2003.

NOCE, F. Liderança. In: Samuski, D. **Psicologia do esporte: um manual para a Educação Física, Fisioterapia e Psicologia**. São Paulo: Manole, 2002.

ORLANDI, E. P. “Protagonista do/no discurso” e “O lingüístico e o social”. In: **FOCO e pressuposição**. Uberaba; FIUBE, 1978, p. 11-29 e 75-80.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ORLANDI, E. P. & GUIMARÃES, E. R. (1986). **Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito**. São Paulo: Cadernos PUC.

ORLANDI, E. **A análise do discurso: algumas observações**. **DELTA**, v. 2. n. 1. 1986.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. Sob o pseudônimo de Thomas Herbert. Observações para uma teoria geral das ideologias. Tradução brasileira de Carolina M. R. Zuccolillo, Eni P. Orlandi e José H. Nunes. Campinas, **RUA**, n. 1, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Análise do Discurso: três épocas. In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997, p 61-151.

PÊCHEUX, M. Discurso: Estrutura ou Acontecimento. In: **Langages**, “Analyse de discours nouveaux parcours: hommage à Michel Pêcheux”. Campinas, n. 81, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 2. ed. Campinas (SP): Pontes, 1997. 68p.

PÊCHEUX, Michel. Délimitations, retournements et déplacements. L’homme et la société, Paris, n.63-64, p. 53-69, 1982 (tradução brasileira : Delimitações, Inversões, Deslocamentos. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, n. 19, p. 7-24, 1990.

PÊCHEUX, A propósito da Análise do Automática do Discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1975.

PERELMAN, Chaim. **O Império retórico, retórica e argumentação**. Porto, Ed. Asa, 1999.

PERELMAN, Chaim. **Tratado de argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PIMENTA, C. C. A reforma gerencial do Estado brasileiro no contexto das grandes tendências mundiais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, set./out. 1998, p. 173-199.

PINENT, C. E. Cunha. **Análise de discurso e o discurso em Habermas**. MEDEIROS, M. (Org.). Porto Alegre: Faculdade de Educação, 1996. No prelo.

PINENT, C. E. Cunha. Sobre os mundos de Habermas e sua ação comunicativa. In: **Revista da ADPPUCRS**, Porto Alegre, n 5, p. 49-56, dez. 2004.

REIS, Germano Glufke. **Avaliação 360 graus**: um instrumento de desenvolvimento gerencial - São Paulo: Atlas, 2000.

RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**. Trás. H. Japiassu, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

ROBBINS, Stephen P. **Administração**. São Paulo: Saraiva 2000.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. Rio de Janeiro, LTC, 1998. 489p.

ROSITO, M.M.B. Inclusão, carisma e cultura ética. Saúde e Educação: caminhos para a inclusão social. In: **Revista o Mundo da Saúde**, São Paulo, ano 26 v. 26, n. 3, jul./set. de 2002.

ROSSEAU, J.J. **O Contrato Social**: princípios de direito político. Tradução direta e integral do francês de Antônio de P. Machado. 7 ed. São Paulo: Edições e Publicações Brasi Editora S. A. São Paulo, 1963.

SANTILLÁN, José F. Fernández. **Principio da legalidade na administração pública**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento. 1988.

SANTOS, M. F. dos. **Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais**. 3. ed., São Paulo: Matese, 1965.

SARGENTINI, Vanice; BARBOSA, Pedro Navarro (org.) **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004.

SEARLE, John R. **Rationality in Action**. Cambridge, Massachusetts, London, England, 2001.

SEARLE, John Rogers. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SIEBENEICHLER, F. B. **Jurgen Habermas: razão comunicativa e emancipação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994).

SILVA, T. T. (Org.). **Pedagogia dos monstros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SIMÃO, Aziz; GOLDMAN, Franck – **Itanhaen: estudo sobre o desenvolvimento econômico e social de uma comunidade litorânea**. São Paulo FFCL-USP 1958.

SIMON, H. A. **The new science of management decision**. New York, NY: Harper and Row, 1960.

SÍVERES, Luiz. **A dimensão humana no processo educacional**. Brasília: Universa, 2001.

SÍVERES, Luiz. **Universidade: torre ou sino?** Brasília: Universa, 2006.

SMITH, P. B; PETERSON, M. F. **Leadership, organizations and culture**. London: Sage Publications, 1989.

SOUZA NETO, José Lourenço de. Liderança e motivação – práticas novas, propósitos antigos. **Interamericana de sociologia**, n. 29, v. 9. nov. 2002. Disponível em: <www.kmol.online.pt/teses/net02.pdf> Acesso em: 14 nov. 2007.

SOUZA NETO, Samuel de. A formação do profissional de educação física no Brasil: uma história sob a perspectiva da Legislação Federal no século XX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE, LAZER E DANÇA, VIII., 2002, Ponta Grossa, PR. As ciências sociais e a história da educação física, esporte, lazer e dança. **Anais...** Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2002.

STEFANO, S. R.; FILHO, A. C.G. Estilos de liderança: um estudo comparativo entre empresas de transporte. **Revista Capital Científico**. Guarapuava, PR, v. 2, n. 1, 2004.

VANDERVECKEN, D. O que é uma força ilocucionária? Campinas: IEL- UNICAMP, **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, n.9. 1983, p.173-194.

VANDE KOPLLE, W. **Some exploratory discourse on metadiscourse**. College Composition and Communication, 1985.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Disponível em: < <http://www.circulocubico.wordpress.com/2008/04/04/etica-e-moral>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

VERNANT, J.P. **Entre mythe et politique**. Paris: Seuil, 1996.

VROOM, Vitor H. **Work And Motivation**. New York: Editora John Wiley e Sons, 1964.

VROOM, Victor H. (Org.) **Gestão de pessoas, não de pessoal**: Os melhores métodos de motivação e avaliação de desempenho. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

WEBER, M. Economia Y Sociedad. México. Fondo de Cultura Econômico. 1944. **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v. 9, n.17, p.235-48, mar/ago 2005, 237p.

WORK, J. Dirigindo uma força de trabalho diversificada. In: HESSELBEIN, F.; GOLDSMITH, M.; BECKHARD, P. **O líder do futuro**. São Paulo: Editora Futura, 2001, p. 91-98.